



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ERIC ASSIS DOS SANTOS

**A TRANSIÇÃO À DEMOCRACIA NO CHILE: RUPTURAS E  
CONTINUIDADES DO PROJETO DITATORIAL**

**1980-1990**

Dissertação de Mestrado

NITERÓI

2014

ERIC ASSIS DOS SANTOS

**A TRANSIÇÃO À DEMOCRACIA NO CHILE: RUPTURAS E  
CONTINUIDADES DO PROJETO DITATORIAL  
1980-1990**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense,  
como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de  
Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samantha Viz Quadrat

NITERÓI

2014

S237t

Santos, Eric Assis dos

A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial 1980-1990/ Eric Assis dos Santos. – 2014.

194 f.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História - UFF -Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Samantha Viz Quadrat.

Inclui bibliografia.

1. Ditadura - Chile. 2. Chile - Política e governo 1980-1990. 3. Processo de redemocratização chilena. I. Título.

CDD

320.983

ERIC ASSIS DOS SANTOS

**A TRANSIÇÃO À DEMOCRACIA NO CHILE: RUPTURAS E  
CONTINUIDADES DO PROJETO DITATORIAL**

**1980-1990**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Samantha Viz Quadrat (Orientadora)

Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Paula Nascimento Araújo

Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup> Ricardo Antonio Souza Mendes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alessandra Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ana Maria Mauad de Souza Andrade Essus

Universidade Federal Fluminense

NITERÓI

2014

*À minha mãe Bernadete e à minha avó Jovana  
por acreditaram em mim até o fim*

## Agradecimentos

A conclusão dessa jornada seria impossível se não fosse pela companhia de pessoas tão incríveis e que me incentivaram desde sempre a seguir em frente no mundo acadêmico me fazendo acreditar, mesmo quando eu duvidava, que valeria a pena toda a dedicação e esforço empregados na conclusão dessa dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense pelo suporte técnico e rotineiro da vida acadêmica.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por fomentar a bolsa de estudos através da qual foi possível realizar essa pesquisa.

Agradeço a minha orientadora, Samantha Viz Quadrat, que esteve ao meu lado durante todo o processo de amadurecimento dessa pesquisa. Obrigado por ter inspirado aquele jovem graduando que no segundo semestre de universidade teve contato com sua tese de doutorado e não deixou mais o tema dos autoritarismos e da luta por direitos humanos de lado. Obrigado pelo tempo dedicado, pela compreensão em todos os momentos, e pela motivação de que essa dissertação seria possível.

Aos professores Maria Paula Nascimento Araújo e Ricardo Souza Mendes pelas contribuições para a dissertação. As críticas sempre construtivas auxiliaram no encaminhamento das questões no exame de qualificação e no resultado final dessa pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Chile e do Arquivo Nacional da Administração Pública pela prontidão e eficiência na prestação dos serviços ao longo da pesquisa em Santiago.

Ao professor Pablo Rubio Apiolaza pela atenção dedicada às minhas questões e por me ajudar no acesso ao *Centro de Documentación y de Investigación de Chile Contemporáneo-Universidad Finis Terrae*.

Agradeço à minha família, que mesmo sem compreender o tempo dedicado aos estudos, sempre se orgulhou de mim por ser um dos primeiros membros da família a completar o ensino superior público e gratuito.

À Pili Espinosa Méndez , Fernanda Cambara de Dios e Sofia Haro Salazar por serem as “garotinhas” mas eficientes de Santiago, me socorrendo sempre que possível na busca de bibliografia e documentação nas bibliotecas e livrarias da capital chilena.

Aos amigos Gustavo, Thaís, Daniele, Ingrid e Stéphanie que desde o segundo período da graduação me suportam ouvindo falar de ditaduras e de Pinochet. Obrigado por me acompanharem nessa longa caminhada.

À Erika à Talita por tornarem este período na pós-graduação um período de alegrias, em meio a correria e o desespero do mestrado. Obrigado por tornarem esse período sério num momento alegre e prazeroso.

Ao grande amigo Ricardo Freitas sem o qual essa dissertação seria impossível. Obrigado por me dar suporte para a viagem ao Chile e por sonhar comigo, desde o princípio, a realização dessa pesquisa.

À Andres Espinosa Méndez por tornar Santiago do Chile a minha segunda casa. A você minha gratidão por compartilhar comigo os anseios, e temores do desafio em estudar outro país. Obrigado pelas horas de conversas, de debates, de assessoria jurídica, além de ampliar meus horizontes sobre esse tenso período do século XX para os chilenos. Obrigado por esse grande encontro.

## RESUMO

O objetivo desse estudo é analisar o processo de transição democrática no Chile no período compreendido entre 1980 e 1990. Visamos compreender como o governo de Pinochet e das Forças Armadas, através das instituições e do texto da Constituição de 1980, construiu um modelo específico de transição para a democracia. Partindo da perspectiva na qual existe uma distância entre o projeto político da ditadura e o processo histórico da sociedade chilena, pretendemos identificar os movimentos sociais e políticos que se opuseram ao projeto autoritário. Da mesma forma, objetivamos identificar os mecanismos e as estratégias por parte do regime para conservar-se no poder e manter o seu cronograma político. Sendo assim, analisaremos a formação do projeto político da ditadura civil-militar no final da década de 1970, a crise econômica e social que catalisou os protestos contra o regime entre 1983 e 1987, impondo uma nova agenda de abertura política, os acordos políticos entre os movimentos políticos de oposição, a organização e as consequências do plebiscito de 1988 que impediu que Pinochet permanecesse mais oito anos no governo, e por fim, a negociação política entre governo e oposição entre 1988 e 1989.

Palavras-chave: Chile; ditadura; transição;

## RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar el proceso de transición democrática en Chile durante el periodo comprendido entre 1980 y 1990. Se busca comprender como el Gobierno de Pinochet y las Fuerzas Armadas, a través de la institucionalidad y el texto constitucional de 1980, construyó un modelo específico de transición hacia la democracia. Partiendo de la perspectiva del distanciamiento del proyecto político de la Dictadura y el proceso histórico de la sociedad chilena, se pretende identificar los movimientos sociales y políticos que se opusieron al proyecto autoritario. De esta forma, se busca identificar los mecanismos y las estrategias por parte del régimen para mantenerse en el poder y conservar su cronograma político. Por lo mismo, se analiza la formación del proyecto político de la dictadura cívico militar durante el final de la década de 1970, la crisis económica y social que catalizó las protestas en contra del régimen entre 1983 y 1987, imponiendo así una nueva agenda de apertura política, los acuerdo políticos entre los movimientos de oposición y la organización y consecuencias del Plebiscito de 1988, que impidiera a Pinochet permanecer ocho años más en el poder,



resultando en la negociación política entre el Gobierno y la Oposición durante los años de 1988 y 1989.

Palabras clave: Chile; dictadura; transición;.

## LISTA DE SIGLAS

AD- *Alianza Democrática Nacional*

ANEF- *Asociación Nacional de Empleados Fiscales*

CEP – *Centro de Estudios Públicos*

CERC- *Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea*

CNI- *Central Nacional de Información*

CODECOS- *Consejo de Desarrollo Comunes*

COREDES- *Consejo Regionales de Desarrollo*

CSN – *Consejo de Seguridad Nacional*

CTC- *Confederación de los Trabajadores del Cobre*

DICOMCAR- *Dirección de Comunicaciones de Carabineros*

DINA- *Dirección de Información Nacional*

DINACOS- *Dirección Nacional de Comunicación Social*

DSN- *Doutrina de Segurança Nacional*

FECH- *Federación de Estudiantes de Chile*

FNT- *Frente Nacional del Trabajo*

FPMR – *Frente Patriótico Manuel Rodríguez*

GOPE- *Grupo de Operaciones Especiales*

MAPU-OC- *Movimiento de Acción Popular Unificado-Obrero-Campesino*

MDP- *Movimiento Democrático Popular*

MIR – *Movimiento de Izquierda Revolucionario*

MUN- *Movimiento Unión Nacional*

ODEPLAN- *Oficina de Desarrollo y Planificación*

PAIS – *Partido Amplia de la Izquierda Unida*

PEM- *Programa de Empleo Mínimo*

PLACCINAC- *Plano de Accion Cívica Nacional*

POJH- *Programa de Empleo para Jefes de Hogar*

UDI – *Unión Democrática Independiente*

UFA- *Unidad Fundamental Antisubversiva*

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo 1 – A proposta da transição democrática do projeto ditatorial chileno: 1978-1990</b>	8
1.1 – O projeto político e sua institucionalização 1975- 1980	9
1.2 – Os debates sobre a transição e sua relação com o projeto político autoritário	34
<b>Capítulo 2 – “Apertura-Apretura-Cerradura” : crise, protestos sociais e a abertura limitada 1981-1985</b>	45
2.1 – Do “milagre” à crise do projeto econômico entre 1981 e 1983	48
2.2 – As <i>Jornadas de Protestas</i> 1983-1987: a sociedade desafia o projeto da ditadura	59
2.3 – Da “apertura” à “cerradura”: o ministério Jarpa e o primeiro ensaio de uma abertura política.	81
<b>Capítulo 3 – “Do desejo de projeção” do regime à derrota no plebiscito de 1988</b>	84
3.1 – O Acuerdo Nacional de 1985: a busca do consenso	85
3.2 – As tensões políticas no interior do regime: os dissensos no interior do regime sobre o <i>Acuerdo Nacional</i>	94
3.3 – “No vamos entregar el poder por puro gusto”: repressão e consagração da “ <i>Mentalidad 89</i> ”	102
3.4 – A corrida jurídica e institucional para organizar o plebiscito de 1988	

	113
3.5 – Organização partidária e campanha eleitoral entre o <i>Sí</i> e o <i>No</i> .	125
<b>Capítulo 4 - Negociação, pactos políticos e enclaves autoritários: a transição democrática chilena entre 1988 e 1989</b>	137
4.1- A busca pela redução das incertezas e a reconfiguração dos atores e demandas políticas após a vitória do <i>No</i>	140
4.2- Reformas na Constituição de 1980: o pacto político para a construção de uma realidade democrática	147
4.3- Campanha e eleições em 1989: a nova composição político-partidária da sociedade chilena.	167
4.4- Os enclaves autoritários: continuidades e rupturas do projeto ditatorial	170
<b>Conclusão</b>	189
<b>Fontes</b>	195
<b>Bibliografia</b>	196

## INTRODUÇÃO

A experiência da “via chilena ao socialismo”, caracterizada pela construção de um caminho revolucionário por meio da democracia, tornou-se um novo paradigma na história da esquerda latino-americana e mundial. Os mil dias do governo da *Unidad Popular* de Salvador Allende, entre 1970 e 1973, teve como meta conduzir o Chile à *transição democrática ao socialismo*. Contudo, essa transição foi interrompida pelo golpe de estado no dia 11 de setembro de 1973, colocando fim à proposta de socialismo e ao curso da própria democracia chilena, instaurando, pelas Forças Armadas e de Ordem, uma ditadura que durou até 1990.

O objeto dessa pesquisa refere-se à outra transição, a transição democrática que marcou o fim dos dezessete anos da ditadura liderada pelo general Augusto Pinochet e pelos militares da Junta de Governo. Ao contrário da *transição ao socialismo*, demarcada cronologicamente, a transição à democracia após tantos anos de autoritarismo apresenta uma temporalidade distinta, que ultrapassa, nas visões dos políticos, cientistas sociais, politólogos, cidadãos chilenos em geral, as concepções do tempo cronológico.

A transição à democracia no Chile permitiu uma ampla reflexão, por parte dos atores sociais e políticos envolvidos, sobre as fraturas e os traumas políticos, assim como fomentou os debates para a busca de caminhos que melhor atendessem aos anseios do futuro democrático. Através dessa relação entre as experiências passadas e as projeções do futuro, a transição democrática tornou-se um momento político no qual o presente converteria discursos, representações e práticas políticas, numa saída possível, e tensa, de uma ditadura.

O processo chileno de retorno ao regime democrático concretizou-se como um dos últimos numa região onde a existência de ditaduras foi a regra, e não a exceção, a partir dos anos 1960. A disseminação da *Doutrina da Segurança Nacional*, acompanhada pela derrubada de regimes democraticamente eleitos, e a ascensão de governos liderados pelas Forças Armadas na América Latina trouxe para a região um cenário político que interferiu no exercício dos direitos básicos e da cidadania. Juntamente com a irrupção desses governos, a escalada da violência política e a sistemática violação aos direitos humanos, em sua maior parte organizada e administrada por aparelhos de repressão do Estado, tornou esse período político uma

das características do processo histórico latino-americano da segunda metade do século XX. Assim ocorreu especialmente no Cone Sul, com os golpes no Paraguai (1954), Brasil (1964), Uruguai (1973), e Argentina (1976). Contudo, como diz a sabedoria popular, “não há mal que dure para sempre”, e esses regimes, enfrentando a crise da legitimidade autoritária do final dos anos 1980, pressionados por distintas frentes, e em alguns casos, como o argentino, configurados pelo esgotamento do regime, tiveram que ceder espaço às democracias.

Cada país construiu seu processo de transição. O Brasil através de uma transição “lenta, segura e gradual” iniciada no governo do general Geisel em 1974, e concluída a partir do primeiro governo civil, eleito de maneira indireta, em 1985 com a posse de José Sarney. Já na Argentina, após a Guerra das Malvinas em 1982, o colapso do regime da Junta Militar comandada por Leopoldo Galtieri, já desgastado com os baixos índices econômicos, convergiu no retorno democrático em 1983. No Uruguai, a transição ocorreu através de um amplo processo de negociação entre oposição e militares, propiciando a ascensão de um governo civil de transição entre 1985-1989. Enquanto que no Paraguai, o ditador Alfredo Stroessner, no poder desde a década de 1950, foi deposto após um golpe de Estado organizado por Andrés Rodríguez, que somente em 1992 concluiu a entrega do poder aos civis. Dentre tantos casos diversos, a transição chilena também apresentou suas singularidades.

As três principais questões que despertaram nossa atenção para analisar a ditadura civil-militar chilena foram: o alto grau de personalização do governo na figura do general Pinochet (o que analiticamente obscurece a importante atuação da Junta de Governo ao longo do regime); a preocupação do mesmo governo em construir uma institucionalidade política, visando a legalidade, cujo ápice foi a escritura de um novo texto constitucional, a Constituição de 1980; e a precocidade, ainda na realização da Constituição, no final da década de 1970, com a qual o governo e o corpo político civil e militar debateu e construiu um modelo de transição à democracia.

Partindo das questões apresentadas acima, as indagações principais que movem nosso trabalho é entender como e por que essa transição foi articulada como parte do projeto político autoritário e qual foi a efetividade no cumprimento das metas e dos prazos desse mesmo projeto.

Com isso, a partir do primeiro capítulo, propomos uma análise da gestação do projeto político da ditadura, conhecido como o de uma *democracia protegida*. Através do debate bibliográfico, e das fontes do período, visamos identificar os valores que

motivaram o golpe, assim como os ideais que impulsionaram a nova arquitetura política pensada pelos militares e civis que conduziram os primeiros anos de governo. Por conseguinte, e partindo da heterogeneidade da coalizão que assumiu o poder com o golpe de 1973, propomos uma análise das disputas entre os grupos dessa coalizão, visando compreender como esse embate respaldou a personalização do governo em Pinochet, e também de que maneira foi construído o consenso político entre esses grupos em torno de um desses projetos.

Por outro lado, reconhecendo que nem toda a sociedade chilena compartilhava do projeto da *democracia protegida*, também propomos identificar os momentos e estratégias históricas que visaram desarticular a institucionalidade autoritária e impor uma saída da ditadura que não estivesse nos planos dos militares. Dessa maneira, propomos uma análise da transição não somente a partir da cúpula do regime, mas como o governo, pressionado por distintas frentes teve que repensar o seu projeto político.

Partindo dessa perspectiva, apresentamos nos segundo e terceiro capítulos os principais movimentos políticos e sociais pelos quais a sociedade chilena enfrentou o cronograma de transição da ditadura, desde a crise econômica de 1981-1983 até o plebiscito de 1988 que negou a permanência de Pinochet na presidência por mais oito anos. Com relação a esse período, visamos refletir tanto as estratégias da oposição em derrubar o governo de Pinochet, como os mecanismos autoritários utilizados pelo regime para conservar-se no poder e manter o cronograma traçado na Constituição de 1980.

Um dos episódios mais marcantes do processo de transição à democracia no Chile é o plebiscito de 5 de outubro de 1988, retratado nos cinemas pelo diretor Pablo Larraín.<sup>1</sup> Entre as duas opções, a *Sí* representava a permanência de Pinochet até 1998, a *No* eliminava essa possibilidade. Após um período de um mês de campanhas eleitorais, com um importante espaço cedido à oposição, ainda que sob censura e repressão, a opção *No* foi vitoriosa com aproximadamente 54% dos votos computados. Essa derrota de Pinochet, na expressão de Heraldo Muñoz, “com um lápiz, e não pelas armas”<sup>2</sup>, criou um processo de transição inusitado, no qual a cúpula governante bateu em retirada após a negativa da maioria da população em relação à continuidade do então governo de Pinochet.

---

<sup>1</sup> O filme *NO* foi lançado no ano de 2012 e o roteirista, Pedro Peirano, adaptou-o de uma peça teatral chamada *El Plebiscito* de Antonio Skármeta.

<sup>2</sup> MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador. Memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 193.

No capítulo quatro propomos uma análise dos alcances do resultado desse plebiscito. Pinochet, conforme a Constituição de 1980, não saiu imediatamente após a derrota em 1988, e com a Junta de Governo, permaneceu no poder até 1990. Além disso, o plebiscito de 1988 confirmou a legitimidade da Constituição de 1980, lógica essa na qual a própria oposição passou a atuar como estratégia para pôr fim ao regime. Assim, o plebiscito de 1988 assumiu uma dupla dinâmica: confirmar a vitória da ditadura por ser parte do cronograma do projeto autoritário ao mesmo tempo em que impediu a sua continuidade. Desse modo, temos o objetivo de compreender essa peculiaridade da transição chilena, buscando, através das rupturas e das continuidades marcadas pelos acordos entre 1988 e 1990, a resposta se foi possível consolidar o projeto de *democracia protegida*.

Em muitas análises o processo de transição política chileno é comparado com a transição brasileira, ambos vistos como modelos a serem seguidos devido à natureza pactuada e consensual da maneira como chegaram ao fim os governos autoritários e tiveram início os novos regimes democráticos.<sup>3</sup> Entretanto, até mesmo o modelo de colapso característico da Argentina, demanda algum tipo de negociação entre o grupo que sair do poder e o novo grupo que o assume. Com isso, as transições configuram-se como processos marcados por acordos e negociações, avanços e recuos, típicos do campo político.<sup>4</sup>

A concepção de “transição democrática” que permeia este trabalho entende esse processo político como:

“... um momento histórico em aberto, marcado por um processo complexo e não linear, em que diversas forças sociais concorrem por imprimir um destino comum à coletividade. Nesse processo, inexistente uma escala de estágios ou pontos de passagem definidos de antemão.”<sup>5</sup>

Sendo a transição democrática o período de passagem de um regime político autoritário a um regime democrático, sua não linearidade a torna um processo complexo por ter como elemento constitutivo a contingência política, estando à mercê do conjunto amplo de estratégias e escolhas dos distintos atores envolvidos. Esse aspecto, portanto,

---

<sup>3</sup> KIRBY, Enrique Cañas. “Transición chilena em los ochenta: claves de una transación exitosa en perspectiva comparada.”. *Revista de Ciencia Política*. Santiago: agosto de 1992.

<sup>4</sup> QUINALHA, Renán Onório. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

<sup>5</sup> Idem. p. 40.



permite analisarmos as transições para além da dicotomia controle do Estado autoritário / pressões sociais, ou seja, se a intenção da transição vêm da ditadura ou da sociedade, pois sabemos que é da interação entre essas duas esferas, além da influência de questões de ordem estrutural e cultural, e dos contextos específicos, que se conclui a transição.

O resultado almejado, ao menos por parte significativa dos atores envolvidos nas negociações da transição, é a democracia. Desse modo, baseamos nosso trabalho na ideia de democracia que vá do cunho minimalista (que inclusive representa um importante avanço após anos de ditadura) caracterizada pelas condições mínimas elencadas por Norberto Bobbio como a eleição popular dos poderes Executivo e Legislativo, a separação dos poderes do Estado, o papel de mediação e representação dos partidos políticos, e o exercício das liberdades cidadãs,<sup>6</sup> mas, e principalmente, a democracia de qualidade na qual as instituições são estáveis e propiciem a igualdade e o bem estar da sociedade. Um elemento fundamental das transições são as esperanças que as sociedades projetam na democracia como um regime político capaz de resolver as mazelas sociais e os problemas de distintas naturezas. Somado a esse aspecto, a própria superação do medo e da violência é outro fator importante na mobilização de recursos humanos e políticos para conquistar o mais rápido possível a volta da democracia, valores esses que compartilhadas revelam a ideia de democracia pela quais a sociedades marcadas por passados autoritários lutam.

Como base da nossa análise das transições, nosso ponto de partida são os trabalhos dos pioneiros das ciências políticas Guillermo O'Donnell, Philip Schmitter<sup>7</sup>, Adam Przeworski<sup>8</sup>, Alfred Stepan<sup>9</sup>, entre outros, que ao iniciaram os estudos sobre as democratizações na América Latina, no Leste Europeu e no Sul da Europa ocorridas no final do século XX, constituíram a primeira geração de estudos que abriu os caminhos teóricos e metodológicos para se pensar o retorno da ordem democrática.

---

<sup>6</sup> BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

<sup>7</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.

<sup>8</sup> PRZEWORKSKI, Adam. "Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia?". In: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>9</sup> STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

Essa geração de cientistas políticos fez as primeiras análises para se pensar as transições em suas duplas dimensões: a *liberalização* do regime autoritário, e a *consolidação* da democracia.<sup>10</sup> Por liberalização entendemos como:

“momento inicial da transição, no qual se desencadeia um processo de redefinição e de extensão de direitos, em que apenas algumas liberdades parciais e restritas, típicas do liberalismo clássico, seriam salvaguardadas. Dentre essas podem-se apontar as ‘liberdades de expressão, organização e participação políticas.’”<sup>11</sup>

Após essa fase, marcada por uma abertura limitada na qual o regime autoritário passa a tolerar algum grau de expressão política, teria início outra, a de *democratização*, caracterizada como “um momento mais avançado e expressivo do ponto de vista da garantia de direitos e de liberdades públicas comparativamente à liberalização”, remetendo, portanto, à realização da própria ideia de democracia política.<sup>12</sup> Rompendo com o estruturalismo dominante no campo científico das ciências sociais, e chamando a atenção para a peculiaridade dos casos nacionais, os cientistas políticos tentaram criar um conjunto de procedimentos, baseados nas estratégias dos atores políticos, e nas próprias tramas das transições. Por isso, através de suporte conceitual por eles elaborado, acreditamos que os mesmos nos auxiliam na maneira de pensar as idas e vindas do processo de abertura política.

Outro referencial teórico que sustenta essa investigação é o da *construção social dos regimes autoritários*.<sup>13</sup> Compreendemos as ditaduras em suas complexas relações em todas as esferas sociais. Pretendemos compreender esse período da história chilena a partir das perguntas elaboradas por Denise Rollemberg e Samantha Quadrat de como um regime autoritário obteve apoio e legitimidade na sociedade, e de como os valores desse regime estavam presentes na mesma. Caminhamos nessa direção pensando que o caso chileno possa ampliar os estudos sobre a forma como o autoritarismo se produz, reproduz, e também é contestado.

---

<sup>10</sup> Essa dupla dimensão influenciou as ciências sociais a tal ponto que formou duas disciplinas no interior dos processos de transição: a *transitologia* e a *consolidologia*.

<sup>11</sup> PRZEWORSKI, Adam. op. cit. p. 26.

<sup>12</sup> STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 13.

<sup>13</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Buscamos utilizar ao longo da pesquisa fontes de diversas naturezas como as revistas e os jornais, tanto pró-governo como de oposição, a documentação dos principais partidos, as fontes oficiais de Estado, declarações, ata de conselho, ofícios, leis, fontes audiovisuais e entrevistas. Entre os desafios de pesquisar um regime autoritário, acreditamos que a viagem ao Chile para o levantamento das fontes foi produtivo. Outro aspecto de fundamental importância para a realização dessa dissertação foi a digitalização de várias fontes, especialmente nos sites da Biblioteca Nacional do Chile e do *Memoria Chilena*. Também realizamos um levantamento bibliográfico sobre os principais autores da transição, tentando dialogar com os debates mais recentes sobre esse processo político.

## CAPÍTULO 1

### A PROPOSTA DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO DITATORIAL CHILENO: 1978-1980.

“Nunca se postuló la perpetuación militar en el poder político, pero no queremos que renazcan los mismos vicios que hemos tratado de superar. Por ello, no entregaremos el destino de Chile a la incertidumbre y al peligro totalitario.”

General Augusto Pinochet

A análise do processo de transição à democracia no Chile ao longo da década de 1980 impõe ao historiador o desafio de relacionar o fenômeno da democratização, após anos de vigência de uma ditadura, aos aspectos políticos de longo prazo que, nesse caso, referem-se não somente ao governo destituído de maneira autoritária, o da *Unidad Popular* de Salvador Allende (1970-1973), mas aos demais processos históricos que dinamizaram o sistema político chileno no século XX. Refletir o momento da transição democrática além de sua cronologia nos permite entender não só como ocorreu o processo político do fim do regime autoritário de Pinochet, mas também os significados do golpe de estado de 11 de setembro de 1973, das mudanças políticas e sociais que o governo das Forças Armadas impôs, e como o projeto autoritário, gestado por civis e militares, foi resultado de uma profunda reflexão, do grupo que ascendeu ao poder, dos problemas nacionais.

A ditadura civil-militar chilena que durou de 1973 a 1990, pode ser caracterizada pelo afincamento de recursos políticos, e também humanos, para levar adiante o seu projeto político e consolidar uma nova perspectiva de democracia e de uma nova relação entre o Estado e a sociedade, ambas caracterizadas por uma inclinação autoritária que tinha por objetivo “evitar os erros do passado”. Com esse intuito, o

modelo e o cronograma da transição se tornaram temas debatidos no interior da cúpula do governo desde os primeiros passos da institucionalização política compreendida entre 1977 a 1980. Embora o assunto da transição seja o “calcanhar de Aquiles” das ditaduras, a maneira precoce como o regime chileno o abordou deve ser considerado para entendermos o alcance, ou os limites, do projeto político autoritário, em especial, os legados e as heranças que ainda permaneceram em plena democracia.

A existência dessas heranças autoritárias ainda é um tema caro aos chilenos, especialmente no que tange a vigência de várias instituições criadas no governo de Pinochet e da Junta de Governo, em especial, a própria Constituição de 1980, o grande legado da obra ditatorial. Com isso, pensar a transição implica em questionar como a mesma possibilitou essas “indesejáveis” permanências, assim como em identificar as rupturas e as continuidades do projeto político construído e implementado nos primeiros anos após o golpe.

### **1.1- O projeto político da ditadura e sua institucionalização entre 1977 e 1980.**

O golpe de Estado ocorrido no dia 11 de setembro de 1973 no Chile confirmou o cenário político autoritário da América do Sul na segunda metade do século XX, marcados por golpes, em sua grande parte organizados pelas Forças Armadas, que atravessaram países como o Paraguai (1954), o Brasil (1964), a Bolívia (1964), a Argentina (1966)<sup>14</sup>, o Peru (1968), e o Uruguai (1973). A maioria dos golpes surgiu num contexto de intensas lutas políticas internas, marcado pelas disputas entre projetos políticos das mais diversas orientações ideológicas, que num contexto de Guerra Fria, foram amplificados devido ao crescimento das esquerdas na região, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970.<sup>15</sup> Marcados por contornarem o Estado de direito, e pela repressão e sistemática violação aos direitos humanos, esses regimes marcaram a história contemporânea da região, tornando o caso chileno uma peça a mais na composição desse sinistro e complexo quebra-cabeça da história recente.

---

<sup>14</sup> A Argentina, após um conturbado processo de democratização entre 1973 e 1976, passou por outro golpe em 1976.

<sup>15</sup> ARAUJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e a radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970.” In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz; (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

O golpe chileno, a primeira vista, foi o resultado tanto do processo de polarização política entre os principais partidos, quanto da reação das direitas chilenas e de diversos outros grupos ao governo de Salvador Allende e da proposta da “*via chilena ao socialismo*” colocada em curso ao longo do governo da *Unidad Popular* entre 1970 e 1973.<sup>16</sup> Contudo, a interrupção forçada e violenta do regime democrático apresentou-se como uma resposta política aos problemas de longo prazo da história chilena no século XX. Como nos afirma o sociólogo Manuel Antônio Garretón, o “*quebre*” da democracia chilena obedeceu a uma complexa combinação de fatores provenientes de períodos anteriores ao governo de Allende, principalmente a partir da década de 1960, dentre eles:

“... de tipo más estructural, cabe mencionar, por un lado, la creciente incompatibilidad – a los ojos de los actores sociales y políticos relevantes – entre un proceso progresivo de democratización social y un modelo de desarrollo que había perdido su capacidad de seguir sostenido y ampliando ese proceso. Por otro lado, en un clima ideológico-político de alta radicalización y polarización, la incapacidad de los actores sociopolíticos de establecer un consenso en torno a las transformaciones necesarias que permitiera constituir una mayoría efectiva para impulsarlas dentro de un marco democrático, neutralizando las fuerzas conservadoras o desestabilizadoras.”<sup>17</sup>

Garretón complementa sua análise relacionando a amplitude das transformações propostas no período da *Unidad Popular*, as quais entraram em choque com os projetos políticos de um grupo, civil e militar, de caráter antiliberal, manifestantes de um completo descrédito ao sistema representativo, e de um confesso anticomunismo, valores dentre os quais, associados à radicalização política, à falta de manejo por parte do Estado, e à anulação dos mecanismos institucionais de resolução do conflito, convergiram no golpe de 1973.<sup>18</sup>

O golpe chileno teve participação de distintos grupos políticos e sociais, que diante do contexto da crise política e hiperinflacionária de 1973, teve como protagonista

---

<sup>16</sup> Sobre a proposta de socialismo da *Unidad Popular* ver: AGGIO, Alberto. *A via chilena ao socialismo*. São Paulo: UNESP, 1993. BITTAR, Sérgio. *Transição e socialismo no Chile*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. GARRETÓN, Manuel Antonio. e MOULIAN, Tomás. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago: Ediciones Chile América CESOC-LOM, 1983.

<sup>17</sup> GARRETÓN, Manuel Antônio. *El plebiscito de 1988 y la transición a la democracia*. Santiago: FLACSO, 1988. p. 9.

<sup>18</sup> Idem p. 10.

principal as Forças Armadas e as Forças de Segurança e Ordem Interna – *Carabineros*. Pautados pela *Doutrina de Segurança Nacional*<sup>19</sup>, pelo anticomunismo, pelo apoio de várias instituições (Câmara dos Deputados e Corte Suprema) e partidos políticos, especificamente pelo *Partido Nacional* e o *Partido Demócrata Cristiano*, e, nas suas devidas proporções, pelo apoio estratégico dos Estados Unidos<sup>20</sup>, as Forças Armadas interromperam o curso democrático chileno instituindo, por sua vez, o governo de uma Junta de Governo<sup>21</sup> representada por: almirante José Toríbio Merino (Armada), general Gustavo Leigh (Força Aérea), general César Mendoza Durán (*Carabineros*), e pelo general Augusto Pinochet (Exército). Após fecharem o Congresso Nacional, colocado em recesso<sup>22</sup>, os meios de comunicação<sup>23</sup>, e dissolver os partidos políticos<sup>24</sup>, o governo recém-instaurado passou a se preocupar em resolver os principais problemas identificados pelos militares, em especial a inflação. Iniciou-se, com isso, o período da busca de um projeto político.

No momento do golpe de 1973 não havia um projeto consolidado. Embora o objetivo fosse colocar fim ao governo Allende, os rumos do “*Pronunciamento Militar*” ainda não apresentava contornos, e sua única fonte de legitimidade se baseava no discurso da “missão histórica” das Forças Armadas em defesa do sistema democrático e contra a ameaça do totalitarismo comunista “colocado em prática” pelo governo da

---

<sup>19</sup> Entendemos a *Doutrina de Segurança Nacional* –DSN como um conjunto de ideias e valores criados entre os setores militares nos Estados Unidos na década de 1950 no período da Guerra Fria, e que se expandiu entre os setores militares e civis latino-americanos no mesmo período, fundamentando ideologicamente os golpes militares na região (com destaque para o golpe brasileiro em 1964). Em síntese, seus postulados são marcados por um exacerbado anticomunismo, além da ênfase na importância da geopolítica e da tutela das Forças Armadas em conter a expansão da luta subversiva e proteger a democracia. Embora compartilhem da importância da DSN para o golpe chileno, não acreditamos que esse corpo teórico seja o elemento estruturante do projeto político da ditadura consagrada entre o período 1978-1980. Sobre a DSN ver:

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 06 - 38

<sup>20</sup> Reconhecemos a importância estratégica dos Estados Unidos na desestabilização do governo da *Unidad Popular*, especialmente através dos boicotes econômicos e no investimento a grupos civis e partidários para derrocar o governo socialista. Contudo, acreditamos que o golpe foi projetado e colocado em curso pelos próprios chilenos. Apesar da influência da DSN, do contexto da Guerra Fria, e da presença direta dos Estados Unidos, defendemos a preponderância dos fatores internos para explicar o processo que culminou no 11 de setembro de 1973. Sobre o papel dos EUA no golpe de 1973 ver: VERDUGO, Patricia. *Como os EUA derrubaram Allende: Chile, 1973*. Santiago: Revan, 2003.

<sup>21</sup> JUNTA DE GOBIERNO DE LAS FUERZAS ARMADAS Y CARABINEROS DE CHILE. *Bando n°5*. Santiago: 11 de setembro de 1973.

<sup>22</sup> JUNTA DE GOBIERNO DE LAS FUERZAS ARMADAS Y CARABINEROS DE CHILE. *Bando n°9. Clausura del Congreso Nacional*. Santiago: 14 de setembro de 1973.

<sup>23</sup> JUNTA DE GOBIERNO DE LAS FUERZAS ARMADAS Y CARABINEROS DE CHILE. *Bando n°15*. Santiago: 11 de setembro de 1973.

<sup>24</sup> DECRETO LEI N° 77. *Diario Oficial*. Santiago: 13 de outubro de 1973.

*Unidad Popular*.<sup>25</sup> Todavia, a ausência de um projeto consistente não pode ser interpretada como a ausência de projetos, o que se tornou mais explícito ao longo das disputas internas do regime, especialmente ao longo do processo de tomada da liderança pelo general Pinochet e a construção da perspectiva fundacional que levasse a ideia do *Pronunciamento* para além da perspectiva de uma “intervenção cirúrgica”.

Segundo o cientista político Carlos Huneeus, coube aos militares disporem de elementos positivos que dessem sólidos fundamentos para a instauração de um governo autoritário, pois para respaldar sua permanência no poder por um largo tempo, não bastava apelar somente à crise da democracia e às circunstâncias que levaram a essa crise. Dessa maneira:

“... fue necesario hacer frente a dos tareas básicas para la constitución de un nuevo régimen. En primer lugar, darle legitimidad al orden político, a fin de que los ciudadanos lo apoyen voluntariamente. En segundo lugar, establecer un orden institucional con órganos deliberativos y decisorios que permitan el eficaz funcionamiento del Gobierno y abran espacios para la participación de los civiles.”<sup>26</sup>

Partindo desses pressupostos, a Junta de Governo iniciou o processo pela busca da legitimidade. Se num primeiro momento essa legitimidade se pautou na luta contra a “subversão marxista” e no combate aos grupos armados “oriundos” das fileiras da *Unidad Popular* e dos movimentos de esquerda (acusados de serem os responsáveis pela quebra da institucionalidade e pelo caos econômico), já em outro, esse fator não se apresentou como suficiente devido a eficaz e abrangente repressão aplicada no momento do golpe e nos primeiros meses de regime, que em pouco tempo, conseguiu desarticular temporariamente os principais grupos de resistência, em especial o

---

<sup>25</sup> JUNTA DE GOBIERNO. *Bando n° 5*. Santiago, 11 de setembro de 1973. Disponível em: [http://www.archivochile.com/Dictadura\\_militar/doc\\_jm\\_gob\\_pino8/DMdocjm0023.pdf](http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0023.pdf)

<sup>26</sup> Idem, p. 213.



*Movimiento de Izquierda Revolucionária – MIR*<sup>27</sup>, criando dessa maneira um clima de “ausência do perigo subversivo”.<sup>28</sup>

A relação entre a repressão e a busca da legitimidade pela ditadura chilena é ainda uma questão debatida nas ciências sociais como um todo.<sup>29</sup> Huneeus descreve o regime governado por Pinochet como um “estado dual” composto de uma dupla racionalidade: de um lado a racionalidade econômica caracterizada pela liberdade exercida no *mercado* (pressuposto do projeto neoliberal colocado em prática), e de outro, uma racionalidade que justificou a coerção e o cancelamento das liberdades políticas.<sup>30</sup> Pensando o regime civil-militar chileno como um autoritarismo modernizador, o autor destaca o paralelismo entre as transformações econômicas e sociais com o sistema de coerção e de emprego do terror como recurso de consolidação da ordem política, executados nessa primeira fase pela *Dirección de Información Nacional-DINA*.<sup>31</sup>

Para Tomás Moulian, a primeira fase da ditadura chilena pode ser caracterizada como “terrorista” visto os métodos de eliminação da oposição e do emprego do terror como elemento principal na construção de uma nova ordem política. O autor afirma que:

“El dispositivo del terror, elemento clave del funcionamiento de la dictadura en su primera fase, operaba sobre la base de la total subordinación del derecho. Esa subordinación era lo que permitía la elasticidad, la flexibilidad absoluta. Era la que permitía el ajuste de las medidas represivas a las necesidades políticas.”<sup>32</sup>

---

<sup>27</sup> O MIR surgiu no dia 15 de agosto de 1965 e em sua *Declaración de Principios* definiu-se como um movimento da “vanguardia marxista-leninista de la clase obrera y las capas oprimidas de Chile” manifestando sua opção pela ação revolucionária (inspirada pelo exemplo cubano) em oposição à esquerda chilena do período. Embora não tenha entrado na coalizão política do governo de Salvador Allende, apoiou o governo da *Unidad Popular* entre 1970-1973. Após o golpe, tornou-se o principal alvo da repressão da DINA, sendo considerado o grupo de luta armada com maior número de mortos e desaparecidos durante os primeiros anos do governo de Pinochet e da Junta de Governo

<sup>28</sup> ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz de; VALLEJOS, Rolando Álvarez; FRITZ, Karen Donoso. *La alcaldización de la política. Los municipios en la dictadura pinochetista*. Santiago: LOM, 2012. p. 18.

<sup>29</sup> Vale ressaltar que a maior parte dos trabalhos acadêmicos sobre o período da ditadura civil-militar chilena foi realizado no âmbito das ciências sociais, e que somente nos últimos vinte anos despertou maior atenção por parte da comunidade de historiadores.

<sup>30</sup> HUNEEUS, Carlos. “La autodisolución de la ‘democracia protegida’ en Chile.” In.: *Revista Ciencia Política*. Vol. XIX. Santiago, 1997. p. 74.

<sup>31</sup> A *Dirección de Información Nacional* (DINA) foi o principal serviço de informação e repressão do regime civil-militar chileno. Sua existência é datada entre 1974 a 1977, quando então foi renomeada *Central Nacional de Informaciones* (CNI). Sobre esses órgãos de repressão ver: SALAZAR, Manuel *Las letras del horror. Tomo I: La DINA. Tomo II: La CNI*. Santiago: LOM, 2012.

<sup>32</sup> MOULIAN, Tomás. *Chile actual. Anatomía de un mito*. Santiago: LOM, 1997. p. 193.

Questionando essa ênfase na repressão como instrumento de legitimação do projeto ditatorial, tese de Moulián, a historiadora Verónica Zárate destaca outros elementos que vão além da “ameaça subversiva” e do combate à luta armada. A autora nos chama a atenção para a construção de uma perspectiva projetual consolidada nos meios militares, e também civis, através do qual o discurso legitimador baseado no uso da repressão e coerção não se sustentaria.<sup>33</sup>

Para Zárate, as proposições dos projetos políticos que demandavam uma maior permanência das Forças Armadas na condução do Estado chileno só puderam tomar curso quando a perspectiva do “discurso restaurador” não se manteve e o uso exclusivo da repressão e do combate à luta armada parecia inconsistência para construir a coesão do núcleo golpista. Por isso vai além, destacando a proposição de um projeto de longo alcance que seria colocado em marcha pela ditadura chilena.<sup>34</sup> Como afirma a autora:

“Nuestra hipótesis parte de la premisa del carácter proyectual del régimen militar, el cual estuvo decidido a imponer una transformación profunda al país, de modo de evitar el resurgimiento de las anteriores lógicas políticas y sentar las bases de una nueva sociedad. Este afán proyectual es clave para entender la decisión indeclinable de las autoridades militares y civiles en avanzar hacia la imposición de tal proyecto, el cual les dio sentido al golpe de Estado y al gobierno posterior, como asimismo ofreció los argumentos para la cohesión institucional militar que sostuvo al régimen.”<sup>35</sup>

Compartilhando da hipótese de Zárate, ao mesmo tempo não excluindo a importante função do uso do terror e da violação aos direitos humanos como parte do projeto autoritário, também vemos no projeto político e social desse regime o principal elemento que formou as bases do consenso e da legitimidade da ditadura perante a sociedade. O ideário militar de construir um projeto modernizador e que transformasse o país logo se transformou na principal orientação das medidas do governo na década de 1970.

---

<sup>33</sup> ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz de; VALLEJOS, Rolando Álvarez; FRITZ, Karen Donoso. *La alcaldización de la política. Los municipios en la dictadura pinochetista*. Santiago: LOM, 2012. p. 19.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 17.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 13.

Os primeiros meses após o golpe de estado foram caracterizados pela completa indefinição dos rumos políticos e pelo uso sistemático da repressão.<sup>36</sup> Somente no dia 11 de março de 1974 que a Junta de Governo, através da *Declaración de Principios del gobierno de Chile*, manifestou sua intenção em construir um projeto político de longo prazo. Conforme o documento:

“En la tarea de convertir a Chile en una gran nación, el Estado deberá ir diseñando un ‘Proyecto Nacional’, entendido como una imagen factible y deseable para la república, mirando su evolución a largo plazo y considerando la utilización eficiente de nuestras potencialidades reales.”<sup>37</sup>

A *Declaración de Principios* confirmou que o governo da Junta de Governo no Chile não seria apenas uma “intervenção cirúrgica” para restaurar a democracia e de pronta entrega do poder aos civis (embora reconheça ser esse o seu objetivo final), mas que na verdade se tratava de uma verdadeira revolução na ordem política, econômica, social e militar, cujos esforços a serem empregados não estariam limitados a uma cronologia fixa, demarcando a célebre expressão de Pinochet que o governo tinha *metas* e não *prazos*. Conforme explícito no texto:

“... las fuerzas armadas y de orden no fijan plazo a su gestión de gobierno, porque la tarea de reconstruir moral, institucional y materialmente el país, requiere de una acción profunda y prolongada. En definitiva, resulta imperioso cambiar la mentalidad de los chilenos (...) El actual gobierno rechaza la idea de limitarse a ser un gobierno de mera administración, que signifique que un paréntesis entre dos gobierno partidistas similares.”<sup>38</sup>

Dentre os ideais difundidos na declaração, os principais foram: a definição de um homem livre do Estado, no qual este último não interferiria na liberdade de escolha do primeiro, ou seja, o princípio de *subsidiaridad del Estado*; a defesa da propriedade privada, reiterando a função de proteção do Estado sobre esse direito; a construção de um nacionalismo acima da ideia da luta de classes; o estabelecimento de um governo autoritário, impessoal e justo; a descentralização administrativa do Estado; e por fim a

---

<sup>36</sup> O maior número de mortos e desaparecidos da ditadura chilena são referentes aos períodos 1973 a 1980.

<sup>37</sup> CHILE. *Declaración de Principio del Gobierno de Chile*. 1974 Ponto III.

<sup>38</sup> *Idem*.

preocupação com a cultura dos direitos humanos.<sup>39</sup> Assim, ratificando a necessidade de um projeto assentado sob esses valores, iniciou-se o processo de busca de um projeto que atendesse, o máximo possível, aos grupos envolvidos no governo.

Num outro trabalho, Zárate destaca a inexistência de um consenso por parte das elites civis e militares que apoiavam o regime em torno de um único projeto.<sup>40</sup> Como ela mesma destaca, não houve até 1977-1978 um projeto total, somado ao fato que a *Declaración de Principios* apresentava perspectivas da função do Estado que não eram consensuais no interior das Forças Armadas.<sup>41</sup> Essa questão evidencia a heterogeneidade de propostas e projetos que ainda estavam sendo discutidos no interior da Junta de Governo e dos partidos políticos que apoiaram o golpe, dentre os quais, as teses *neoliberais* e *gremialistas* foram tornando-se hegemônicas e respaldaram a personalização do poder na figura do general Pinochet.

O primeiro aspecto debatido na cúpula do regime foi a necessidade em resolver com urgência a crise inflacionária, e seus impactos verificados nos altos índices de pobreza e desemprego.<sup>42</sup> Aos poucos, economistas e engenheiros adeptos do modelo de *economia social de mercado*, mais conhecido pela designação de neoliberalismo, passou a ganhar espaços no governo. Essa equipe ficou conhecida como *Chicago Boys* por terem estudado na Universidade de Chicago, trazendo para o Chile as propostas monetaristas do economista Milton Friedman, Nobel de economia de 1976.<sup>43</sup> Sua influência sobre o governo iniciou-se a partir do oficial em reserva da marinha e empresário Roberto Kelly que ocupou a chefia de departamento e estudos da *Oficina de Desarrollo y Planificación* – ODEPLAN entre 1973 e 1978, além de ocupar o

---

<sup>39</sup> Devemos considerar que o golpe chileno foi um dos últimos a ser realizado, num contexto no qual a violação aos direitos humanos pelas ditaduras vizinhas era significativamente denunciada por diversas entidades e organizações mundiais. O próprio bombardeio ao palácio *La Moneda* e o suicídio de Salvador Allende diante da resistência de seus amigos e guardas pessoais contra os militares no 11 de setembro de 1973, foram imagens que correram o mundo nos primeiros anos do governo da Junta de Governo. Assim, a *Declaración de Principios* foi redigida com a preocupação em afirmar a responsabilidade do governo com o tema dos direitos humanos, mesmo que na prática isso não ocorresse.

<sup>40</sup> ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz de. “Estatismo y Neoliberalismo: un contrapunto militar. Chile: 1973-1979.” In.: *História*. v. 34, Santiago, 2001. p. 7

<sup>41</sup> Idem, p. 11.

<sup>42</sup> Zárate destaca a preocupação nos meios militares sobre os índices de pobreza e suas eventuais consequências políticas, sendo esse, portanto, um dos objetivos na construção de um projeto político revolucionário. Idem. p. 13.

<sup>43</sup> Esse grupo era formado por uma equipe de trinta economistas que ao longo da década de 1950 integraram o convênio entre a Universidade de Chicago, a Administração para a Cooperação Internacional e a Pontifícia Universidade Católica do Chile. Nos Estados Unidos se aproximaram das perspectivas da Escola de Chicago, centro de irradiação das ideias monetaristas defendidas por Friedrich Hayek e Milton Friedman. Sobre o *Projeto Chile* ver: CÁCERES, Gonzalo. Revisitando o projeto neoliberal: Chile 1956-1980. *História*. v.13, p.12-64, 1994.

ministério da Economia entre 1978 e 1979.<sup>44</sup> Após as medidas econômicas gradualistas caracterizadas até 1974, seu contato com Miguel Kast, jovem recém egresso dos Estados Unidos e um dos fundadores do movimento *gremialista*<sup>45</sup>, permitiu a penetração dos ideais neoliberais na cúpula econômica do governo. Miguel Kast, além de se tornar o substituto de Kelly na ODEPLAN, também ocupou a pasta do ministério do Trabalho em 1980 e a presidência do Banco Central em 1982.<sup>46</sup> Conforme analisado por Ascanio Cavallo, a partir desses dois personagens, o projeto econômico neoliberal tornou-se hegemônico nos bastidores da equipe econômica.<sup>47</sup>

Assim, e conforme sintetizou a historiadora Fabiana Fredrigo, a política econômica neoliberal dos *Chicago Boys*, de caráter experimental, possuía cinco princípios ideológicos: a superioridade econômica em relação à política; o surgimento de uma antropologia baseada numa escassez que leva à competição e ao individualismo; a preponderância das relações econômicas sobre as relações sociais; o status exclusivo do mercado; e a limitação máxima da função estatal.<sup>48</sup> Baseando-se nesses valores, regidos pelas leis do mercado e visando a construção do ideal da liberdade econômica como valor fundamental, foram dados os primeiros passos para a implementação das *modernizações econômicas neoliberais*. Porém, quando os *Chicago Boys* implementaram a liberalização do preços, a redução das tarifas para a importação, a atração de capital financeiro e o início da “privatização do Estado”, medidas denominadas como *shock neoliberal de 1975*, o projeto político do regime ainda estava indefinido, e com isso, o esforço na construção do consenso e da legitimidade em prol do governo ainda se fazia necessário.

---

<sup>44</sup> Roberto Tomás Kelly Vásquez ocupou a direção da ODEPNAN entre 12 de setembro de 1973 a 26 de dezembro de 1978. No ministério da Economia ocupou o cargo de ministro entre 26 de dezembro de 1978 até 14 de dezembro de 1979.

<sup>45</sup>  
<sup>46</sup> Miguel Kast Rist foi ministro da ODEPLAN entre 26 de dezembro de 1978 e 29 de dezembro de 1980. Como ministro do Trabalho ocupou o cargo entre 20 de dezembro de 1980 a 22 de abril de 1982. Na liderança do Banco Central permaneceu de 23 de abril de 1982 a 2 de setembro do mesmo ano.

<sup>47</sup> CAVALLO, Ascanio. *et. ali. La historia oculta del regimen militar. Memoria de una época 1973-1988*. Santiago: UQBAR, 2012. p. 104. Sobre a hegemonização do neoliberalismo no governo da Junta de Governo chilena ver: HUNEEUS, Carlos. *op. cit.* p. 395

<sup>48</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Mobilizações sociais e ditadura: a influência das protestas na transição chilena (1973-1989)*. Dissertação de mestrado pela UNESP. Franca – São Paulo, 1997. p. 21 Embora nosso objetivo não seja analisar o projeto econômico da ditadura chilena, torna-se imprescindível destacar o ideário neoliberal e sua importância para a articulação e institucionalização do projeto político, não apenas porque configuram o aumento do poder pessoal de Pinochet e legitimam o governo da Junta de Governo, mas também porque vários pressupostos políticos do regime se complementariam com a perspectiva da diminuição das funções do Estado presente nas políticas dos *Chicago Boys*, no qual o princípio de “*Estado subsidiário*” foi a expressão máxima da complementaridade entre esses dois projetos.

Com isso, no ano de 1975, na mensagem de comemoração dos dois anos do *Pronunciamiento Militar*, Pinochet anunciou a “nova institucionalidade”, sob a qual o regime passaria a governar através das *Actas Constitucionales* que não só apontavam para uma normatização e maior definição dos objetivos do governo, pois substituíam legalmente a Constituição de 1925, mas também abriam espaços para a incorporação dos civis ao governo, fato evidenciado pela *Acta N° I* que criou o *Consejo de Estado*, um órgão de assessoria ao Presidente e à Junta.<sup>49</sup> Dessa forma, o processo de institucionalização ocorreu paralelamente à maior participação dos civis.

A participação civil no golpe de 1973 e na condução dos 17 anos de governo de ditadura foi significativa e importante para a própria dinâmica do projeto político autoritário. Esse apoio não adveio somente no momento do golpe, especialmente através dos principais partidos políticos da época, como o *Partido Nacional* e o *Partido Demócrata Cristiano*, mas também com a participação de personagens ligados e essas e outros movimentos políticos ao longo do regime. Durante os primeiros anos do governo, várias lideranças ligadas aos partidos em recesso foram alocadas em importantes esferas administrativas, seja nos ministérios e no setor burocrático ou em instituições de grande peso político como o *Consejo de Estado* e a futura comissão de estudos constitucionais. Além disso, sendo esse primeiro período marcado pela busca de um projeto político que confirmasse todos os valores e objetivos das Forças Armadas, coube a esses civis um protagonismo importante no debate e na construção de uma fórmula política que consagrasse tal projeto.

Segundo Genaro Arriagada Herrera o governo de Pinochet consolidou uma dialética entre os projetos dos civis, de distintas origens e manifestando distintos projetos, e dos militares. Analisando essa incorporação dos civis ao governo como “coopitação”, Herrera classifica o período 1976-1981 como o de um regime cívico-militar, no qual:

---

<sup>49</sup> Foram nomeados para o Conselho: Jorge Alessandri, Gabriel Gonzáles Videla, Enrique Urrutia Manzano, Héctor Humeres Magnan, General Oscar Izurieta Molina, Ramón Barros González, Renato García Vergara, Vicente Huerta Celis, Juan de Dios Carmona, Hernán Figueroa Anguita, Juvenal Hernández Jaque, Enrique Ortúzar Escobar, Carlos Cáceres Contreras, Julio Philippi Izquierdo, Pedro Ibáñez Ojeda, Mercedes Ezquerra, Juan Antonio Colomo. Huneus destaca a pluralidade de grupos de direita no interior do conselho, o que transformaria o mesmo num espaço de *semioposição*. HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 283.

“Las formas de integración de los civiles a un gobierno tan marcadamente castrense como el de Pinochet plantean no pocas dificultades. En general, se puede decir que el régimen militar chileno mostró dos formas de integración de los civiles al Gabinete. Una, inorgánica, como individuos aislados, que acudían a aportar sus habilidades y puntos de vista personales, por el período que les fuera requerido. Otra, en forma de un ‘equipo’, capaz de contrapesar ciertas tendencias del mundo militar y ofrecer, al próprio régimen, un proyecto determinado.”<sup>50</sup>

Afirmando que o caso chileno foi caracterizado pela incorporação orgânica dos civis, na qual os mesmos compuseram os gabinetes com um corpo de ideias e projetos apropriado pelos militares, Arriagada enfatiza a hegemonização do grupo neoliberal, dos *Chicago Boys*, e dos *gremialistas* a partir de 1976.<sup>51</sup> Enquanto o shock neoliberal de 1975 e a formação da equipe econômica liderada por Sergio de Castro, como ministro da Fazenda, Pablo Baraona, como ministro da Economia, e Álvaro Bardón, como presidente do Banco Central, ratificaram o modelo de *Chicago* como a diretriz econômica do governo, a ascensão e influência política dos *gremialistas* foi determinante para o processo de institucionalização.

Os principais grupos civis que influenciaram o governo na década de 1970 eram provenientes da direita chilena. Dentre eles, o principal foi o *movimiento gremialista*, surgido na década de 1960 e que se contrapôs aos projetos reformistas dos governos anteriores ao golpe.<sup>52</sup> Esse movimento partia da concepção de corpos intermediários da sociedade como legítimos representantes das demandas setoriais em contraposição à organização partidária e sindical. Sua principal liderança foi o jurista Jaime Guzmán, um dos principais nomes e ideólogos do regime.<sup>53</sup> Como apontado por Huneus,

---

<sup>50</sup> HERRERA, Genaro Arriagada. *Por la razón o la fuerza. Chile bajo Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana, 1998. p. 77.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> O *Movimiento Gremialista* surgiu na década de 1960, no interior do movimento estudantil da *Pontificia Universidad Católica de Chile*, num processo de reorganização das direitas chilenas no qual assumiram um tom mais ofensivo e se dispuseram a enfrentar os projetos reformistas e revolucionários propostos pelos governos da *Democracia Cristiana* (1964-1970) e da *Unidad Popular* (1970-1973). O *gremialismo* não surgiu como o grupo de direita mais expressivo da conjuntura, mas ao longo da polarização política da década de 1970 foi o movimento que mais adquiriu experiência e um dos que mais influenciou os setores empresariais e profissionais que apoiaram o golpe de 1973. ZÁRATE, Verónica. “Los guerreros de la política. La Unión Demócrata Independiente, 1983-1988”. In: ZÁRATE, Verónica. *et. ali. Su revolución contra nuestra revolución vol. II. La pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM, 2008. pp. 139-180. p. 142.

<sup>53</sup> A trajetória de Jaime Guzmán foi marcada pela influência do catolicismo e de sua atuação no movimento estudantil da Faculdade de Direito da *Universidad Católica de Chile*, onde logo depois se tornou professor de direito constitucional. Atuou em vários grupos de direita, como o *Fiducia* e *Patria y Libertad*, além de obter espaço nos principais veículos de comunicação, nos quais passou a escrever

Guzmán foi o civil, na década de 1970, com o discurso mais articulado ao governo de Pinochet, o qual se pautava na condenação ao “marxismo totalitarista da *Unidad Popular*”, na defesa da intervenção das Forças Armadas e- nutrido por um forte antiliberalismo- de um período autoritário para se conquistar um modelo político democrático que limitasse a pluralidade. Com isso, nessa fase da busca de institucionalização política, Guzmán representou a influência dos ideais *gremialistas* na construção de um projeto, ratificando tais ideias no discurso de *Chacarrillas*.

No dia 9 de julho de 1977, data oficializada como o *Día de la Juventud*, em referência aos jovens caídos na batalha de La Concepción (importante celebração para o Exército chileno), o governo anunciou o primeiro plano de institucionalização através do *Discurso de Chacarrillas* pronunciado pelo presidente Pinochet e redigido por Jaime Guzmán. Esse discurso não só apresentou a síntese da natureza do projeto político que seria implementado, como também sinalizou pela primeira vez as etapas do processo de institucionalização.

No intuito de demarcar o “*Pronunciamiento Militar* de 11 de setembro de 1973” como uma ruptura histórica, Pinochet revalorizou o nacionalismo, ao mesmo tempo em que denunciou o governo da *Unidad Popular* como uma ameaça à tradição política chilena. Para isso reiterou a necessidade em avançar o processo institucional do país uma vez que o governo marxista já havia sido extirpado. Dessa forma, buscou na dinâmica do seu discurso a ratificação da legitimidade histórica da intervenção de 1973:

“Para un adecuado enfoque de este problema, es conveniente reiterar una vez más, que el 11 de septiembre no significó sólo el derrocamiento de un Gobierno ilegítimo y fracasado, sino que representó el término de un régimen político-institucional definitivamente agotado, y el consiguiente imperativo de construir uno nuevo.

No se trata de una tarea de mera restauración sino de una obra eminentemente creadora, sin perjuicio de que dicha creación para ser fecunda debe enraizarse en los signos profundos de nuestra auténtica y mejor tradición nacional.”<sup>54</sup>

Conforme o trecho acima, Pinochet reiterou a dimensão projetual do regime, reivindicando a legitimidade moral e histórica de seu governo, fazendo valer sua célebre

---

regularmente. Na ditadura foi nomeado membro da comissão de estudos constitucionais em 1973, assumindo também em 1975 a direção da *Frente Juvenil de Unidad Nacional*, posteriormente transformada em *Secretaría Nacional de Juventud*.

<sup>54</sup> PRESIDENTE GENERAL PINOCHET. *DISCURSO DE CHACARRILLAS*. Chacarrillas: 9 de julio de 1977.



expressão de que o governo das Forças Armadas não seria um “mero parêntesis”, e para isso construiria um projeto político cujo objetivo seria garantir a estabilidade institucional do “Chile do futuro”. Além desse aspecto, outra dimensão elaborada no discurso se refere à nova concepção de democracia instaurada pelo governo, designada como *democracia autoritária e protegida*. Apesar de essa concepção já ter aparecido na *Declaración de Principios*, foi em Chacarrillas que essa definição democrática foi elaborada e sistematizada da seguinte maneira:

“En esa perspectiva, advertimos nítidamente que nuestro deber es dar forma a una nueva democracia que sea autoritaria, protegida, integradora, tecnificada y de auténtica participación social, características que se comprenden mejor cuando el individuo se despoja de su egolatría, ambición y egoísmo.”<sup>55</sup>

A qualificação de autoritária era apresentada como derivada da necessidade em se criar uma ordem jurídica que assegurasse os direitos dos cidadãos, mantivesse a autonomia dos tribunais, e que possibilitasse o cumprimento das resoluções. Pautando-se no feito histórico dos militares em 1973, tal definição ainda teria outro propósito: o de substituir o “Estado liberal clássico, ingênuo e inerte” por outro “comprometido com a liberdade e a dignidade do homem” associado aos valores nacionais.<sup>56</sup>

Por “integradora” essa democracia deveria estabelecer a unidade nacional, e rejeitar toda e qualquer orientação que se fundamentasse pelo discurso da “luta de classes”. Além disso, seu caráter “tecnificado” seria a garantia que os avanços tecnológicos e científicos pudessem ser agregados às novas estruturas jurídicas, e assim viabilizassem um estudo mais amplo das decisões, reduzindo o debate ideológico.

Por fim, a definição de uma democracia que permitisse uma “autêntica participação social” estaria pautada no princípio da diminuição da interferência do Estado na vida dos indivíduos, pregando a total autonomia da sociedade em relação à excessiva presença do Estado, “típica dos totalitarismos marxistas”. Somado a isso, essa participação deveria ser protegida das “demagogias partidárias” características do período político pré-1973, demarcando o aspecto antiliberal do projeto político autoritário.

---

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Idem.

Na última parte do discurso, Pinochet sinalizou as etapas do processo de institucionalização, apresentando, pela primeira vez após o golpe, um cronograma cuja função era assegurar o projeto de *democracia protegida*. Conforme o discurso:

“El proceso concebido en forma gradual contempla tres etapas: la de recuperación, la de transición y la de normalidad o consolidación. Dichas etapas se diferencian por el diverso papel que en ellas corresponde a las Fuerzas Armadas y de Orden, por un lado, y a la civilidad, por el otro. Asimismo, se distinguen por los instrumentos jurídico-institucionales que en cada una de ellas deben crearse o emplearse (...)

La culminación de todo este proceso de preparación y promulgación de las actas constitucionales, que continuará desarrollándose progresivamente desde ahora, estimo que deberá en todo caso estar terminado antes del 31 de diciembre de 1980, ya que la etapa de transición no deberá comenzar después de dicho año, coincidiendo su inicio con la plena vigencia de todas las instituciones jurídicas que las actas contemplan.”<sup>57</sup>

Assim, enquanto a primeira etapa, denominada de *recuperação*, seria caracterizada pelo controle total do poder pelas Forças Armadas e de Ordem, a segunda seria identificada pela *transição* política, na qual a atuação dos civis passaria da colaboração à participação, sendo inaugurada com a aprovação de uma nova Constituição cuja data limite para aprovação era o ano de 1980. E a terceira e última etapa, denominada de *normalização* ou *consolidação*, seria definida pela completa vigência da nova institucionalidade, pela entrega do poder político aos civis, e pela tutela das Forças Armadas e de Ordem sob o governo.

Para Edgardo Boeninger, antes mesmo do discurso de Chacarrillas o regime já havia sinalizado para uma maior institucionalização quando em março de 1977<sup>58</sup> ratificou a escritura de sucessivas Atas Constitucionais.<sup>59</sup> Contudo, também confirma que em Chacarrillas ocorreu o triunfo no interior do governo das teses *gremialista* e do

---

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Discurso do General Pinochet transmitido por cadeia nacional de rádio e televisão. 18 de março de 1977.

<sup>59</sup> BOENINGER, Edgardo. *Democracia en Chile. Lecciones para la gobernalidad*. Santiago: Editorial Andres Bello, 1997. p. 269.

projeto de *democracia protegida*.<sup>60</sup> Dessa maneira, teve início a fase de institucionalização política e econômica compreendida entre 1977 e 1980.

Nesse período, as modernizações neoliberais passaram a apresentar os primeiros indicativos positivos que representavam uma significativa recuperação econômica. O principal líder da equipe econômica foi o economista Sergio de Castro, um legítimo *Chicago Boy*. Representante da primeira geração de economistas doutorados na Faculdade de Economia da Universidade de Chicago, Castro foi um dos autores do livro *El Ladrillo*, elaborado entre 1972 e 1973 como o programa econômico, marcadamente identificado com as ideias monetaristas, e que serviria de proposta para um próximo governo que sucederia o de Salvador Allende.<sup>61</sup> Adepto do golpe, teve uma considerável ascensão nos ministérios do governo, passando de assistente do ministério da Economia em 1973 ao ministério da economia entre 1974 e 1976, e assumindo o ministério da Fazenda entre 1977 e 1982. Diante dos primeiros sinais de retomada do crescimento econômico, Sergio de Castro se tornou um dos mentores do “milagre econômico” de 1978.<sup>62</sup>

No campo estritamente político, a institucionalização foi conduzida sob a ótica dos *gremialistas* quando o primeiro ministro civil, Sergio Fernández, ocupou o ministério do Interior no dia 12 de abril de 1978. Advogado e presente nos bastidores do regime desde seu início, Fernández foi ministro do Trabalho entre 1976 e 1978. Também ocupou o cargo de Controlador Geral da República em 1978, ano que também assumiu o ministério do Interior. Sua aproximação com Jaime Guzmán se deu desde o início de sua participação no governo, o que demarcou sua postura política em consonância aos setores *gremialistas*.

A confirmação do projeto *neoliberal-gremialista* como a base do novo regime chileno não ocorreu de forma linear e com o acordo de todos os membros do governo. A hegemonia desse projeto foi galgada através de intensas disputas, nos meios militares e civis, dentre as quais outros projetos foram apresentados como alternativas. Somada a

---

<sup>60</sup> Idem. p. 270. Outro elemento destacado pelo autor é o enorme esforço intelectual realizado por Jaime Guzmán, líder do *gremialismo*, em publicar matérias jornalísticas que definissem e explicassem a concepção de “*democracia protegida*”.

<sup>61</sup> O grupo de economistas e empresários que se reuniram, desde 1970, para debater um novo projeto econômico para o Chile, sob a identidade comum de pertencerem a Universidad Católica de Chile, foi composto por: Emilio Sanfuentes, Sergio de Castro, Pablo Baraona, Manuel Cruzat, Sergio Undurraga, Juan Braun, Rodrigo Mujica, Alvaro Bardón, Juan Carlos Méndez, Juan Villarzú, José Luis Zavala e Andrés Sanfuentes. *El Ladrillo. Bases de la política económica del gobierno militar chileno*. Santiago: CEP, 1992. No prólogo escrito por Sergio de Castro, o autor destaca a participação de Jaime Guzmán em várias dessas reuniões. p. 10.

<sup>62</sup> Iremos analisar o “milagre econômico chileno” entre 1978 e 1981 no capítulo 2.

este fator, a busca da legitimidade ao regime foi paralela ao que a bibliografia chilena denominou de *pinochetização* do governo<sup>63</sup>, correspondente à personalização da ditadura sobre a figura do general Pinochet. Tal personalização também é interpretada pela hegemonização do projeto *neoliberal-gremialista*.

Para Zárate, a tensão entre a natureza institucional do regime e a força do personalismo do Comandante em Chefe do Exército, principalmente quando após um ano do golpe, foi ampliada na separação das funções da Junta de Governo e de Presidente da República, esta última nas mãos do chefe do exército. Conforme destaca a autora:

“Este proceso estuvo estrechamente ligado no solo a las ambiciones personales de Pinochet, sino a los intereses de los civiles colaboracionistas, quienes mantenían una tensa lucha al interior del gobierno por imponer sus puntos de vista en materia programática. El triunfo de la opción neoliberal-autoritaria supuso la preeminencia de Pinochet dentro del mando militar, en desmedro de las aspiraciones igualitaristas-institucionales de un comienzo, toda vez que fue necesario conquistar apoyo dentro de la Junta para influir su derrotero programático.”<sup>64</sup>

Outro episódio que evidenciou as tensões entre distintos projetos políticos foi a destituição do general da Força Aérea, Gustavo Leigh, da Junta de Governo no dia 24 de julho de 1978. A tensão política entre Pinochet e Leigh é interpretada por Cavallo como uma disputa pelo poder e pela liderança do processo de institucionalização. Esse autor atesta ainda que Leigh assumiu uma função de obstrução das decisões de Pinochet, embargando projetos de lei e emitindo opiniões de cunho castrense, ético, legal, constitucional, e político que desagradaram os demais membros da Junta e demonstrava a cisão entre os militares.<sup>65</sup>

Em outro trabalho de Verónica Zárate, a historiadora eleva a disputa entre Pinochet e Leigh ao patamar das tensões entre projetos políticos. Para a historiadora Leigh representava um setor das Forças Armadas que defendia uma função do Estado que divergia da proposta do projeto *neoliberal-gremialista* levado a cabo por Pinochet.

---

<sup>63</sup> VALENZUELA, Arturo. “Los militares en el poder: el poder unipersonal”. In.: DRAKE, Paul e JAKSIC. op. cit. p. 57 FONTAINE, ArturonAldunate. *Los economistas y el presidente Pinochet*. Santiago: Zigzag, 1988.

<sup>64</sup> ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz de. “Epílogo. Tiempo de votar: y el pueblo, com quién estuvo?”. In.: ZÁRATE, Verónica. VALLEJOS, Rolando Álvarez. FRITZ, Karen Donoso. op. cit. p.158

<sup>65</sup> CAVALLO, Ascanio. *et. ali.* op. cit. p. 259.

Analisando as tensões entre os militares, a autora constrói uma tese de um “golpe depois do golpe” sintetizando dessa forma como Pinochet se converte no principal líder do regime em contraposição ao setor *estatista*. Partindo da análise entre duas visões distintas de projeto político dos militares, uma atrelada aos pressupostos *neoliberais-gremialistas*, e a outra decorrente da influência, em menor grau da DSN, e em maior grau da tradição *ibañista* do movimento militar de 1924, e da cosmovisão de que o combate aos movimentos revolucionários ocorreria através de reformas que demandavam uma importante condução do Estado<sup>66</sup>, Zárate confirma a personalização do regime em Pinochet através da ratificação de seu projeto político. Com isso, a autora ainda chama a atenção sobre a importância dos civis para esse resultado.<sup>67</sup>

O motivo final para a destituição de Leigh foi a repercussão de uma entrevista do mesmo a um jornal italiano na qual destacou a importância de se criar prazos mais definidos que pudessem consagrar os objetivos do *Pronunciamento de 1973* sem criar um governo militar longo que comprometesse a integridade das Forças Armadas. Conforme afirmou na entrevista:

"Creo que el pueblo de Chile va a tener que agradecerles a las Fuerzas Armadas y de Carabineros por muchos años su intervención y la normalización del país. Pero si esta normalización se hace indefinida, si se hace engorrosa, si se hace sin metas, si se hace sin fijar plazos, sin una palabra para la opinión pública, y a la vista, sin itinerarios claros, quiere decir que vamos a ir descapitalizándonos y vamos a ir perdiendo prestigio las Fuerzas Armadas y vamos a ir entrando en complicaciones de otra naturaleza, que prefiero no adelantar."<sup>68</sup>

A resposta da Junta de Governo não tardou. Pinochet e os demais membros da Junta se reuniram nos dias posteriores e decidiram sobre a saída de Leigh. O discurso de Pinochet no ato da destituição foi taxativo e confirmou o quanto o comportamento do general da Força Aérea se distanciou dos objetivos do governo. Segundo Pinochet:

"...desde hace largo tiempo ha venido demostrando, condiversos hechos, un progresivo alejamiento de la línea de acción y pensamiento que inspiran el

---

<sup>66</sup> ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz. *El golpe despues del golpe. Leigh vs. Pinochet*. Santiago: LOM, 2003, p. 44.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> “Junta de Gobierno.Coletazo de uma entrevista.” *Hoy*, nº61. Santiago: 26 de julho a 1º de agosto de 1978. pp. 6-9. p. 6.

movimiento libertador del 11 de septiembre. (...) se han agotado todas las gestiones para convencer al señor general Leigh de que su posición era día a día más incompatible con los principios por los que él mismo luchó en otro tiempo. Ninguna iniciativa del Presidente de la República ni de los demás miembros de la Junta pudieron salvar su marginación definitiva. Este lamentable proceso de ha hecho irreversible, culminando en los últimos días con declaraciones para ser difundidas en el extranjero, que tanto por su oportunidad como por su contenido comprometen la seguridad nacional y resultan, además, lesivas para el Gobierno y para las Fuerzas Armadas y de Orden.”<sup>69</sup>

A manobra de Pinochet para substituir Leigh foi audaciosa. Com o aval da Junta de Governo, a ordem de precedência dos comandantes da Força Aérea foi desconsiderada, sendo eleito o general Fernando Matthei (9º posição de precedência entre os oficiais).<sup>70</sup> O novo membro da Junta, general Matthei, não participou do golpe de 1973, pois estava em Londres. Ocupou o Ministério da Saúde<sup>71</sup> entre 1976 e 1978, e posteriormente, permaneceu na Junta até 1990.

Esse “golpe dentro do golpe” deve ser visto tanto pelas ambições de Pinochet quanto pela correlação de forças políticas entre os demais componentes do regime. Nesse período de gestação de um projeto político, devemos considerar a forte pressão internacional da ONU sobre os casos de violação aos direitos humanos, cuja denúncia tornou-se mais contundente a partir do assassinato do general Orlando Letelier<sup>72</sup> no dia 21 de setembro de 1976, no qual também morreu sua assistente norte-americana Ronni Moffit, num atentado em Washington, Estados Unidos, operacionalizado pela DINA<sup>73</sup> Outra questão evidente na imprensa internacional era a quantidade de exilados chilenos pelo mundo afora, o que só agravava a situação do governo. Por fim, as pressões internas realizadas por setores da Igreja Católica chilena também influenciaram o governo a ter que tomar algumas decisões sobre o futuro político e institucional. Com essa pressão, amplificaram-se as tensões entre os setores “duros” e “blandos”.

---

<sup>69</sup> Idem. p. 7.

<sup>70</sup> Antes do general Fernando Matthei precediam: José Martini Lema (Chefe de Estado Maior); Nicanor Díaz Estrada (Chefe de Estado Maior da Defesa Nacional); Sergio Leigh Guzmán (diretor da Aeronáutica e irmão de Gustavo Leigh); Gerardo López Angulo (diretor de pessoal); Sergio Figueroa Gutiérrez (chefe de gabinete); Raúl Vargas Miquel (diretor de operações); Jacobo Atala Barcudi (comandante do Comando Logístico); e Eduardo Fonet (comandante do Comando de Combate e da Guarnição Geral de Santiago).

<sup>71</sup> Matthei foi ministro da Saúde entre 19 de março de 1976 e 24 de julho de 1978.

<sup>72</sup> Orlando Letelier foi um importante político e diplomata chileno no período do governo da *Unidad Popular*. Tornou-se um dos principais críticos do regime de Pinochet no exterior.

<sup>73</sup> As investigações desse atentado comprovaram o mando do general Manuel Contreras, diretor da DINA. A repercussão desse caso foi tamanha a ponto desse crime ser excluído da Lei de Anistia de 1978.

Essa diferenciação entre um setor de “linha-dura” e outro de uma orientação mais flexível e “branda”, apesar de não dar conta das complexas redes de participação e interesses políticos dos setores pró-regime autoritário, pode nos auxiliar para compreender as duas principais frentes dos partidários do governo de Pinochet e da Junta de Governo. Como destacado por Pablo Apolaza, tanto os “duros” como os “blandos” não representavam grupos homogêneos, e possuíam uma identidade em comum que partia da lealdade a figura de Pinochet, do anticomunismo, e do apoio à ação militar do “11 de setembro”.<sup>74</sup> A demarcação das diferenças entre esses dois grupos foi resultado das lutas intestinas no interior do bloco governante, relativas ao impacto da dissolução da DINA em 1977, e dos debates sobre a durabilidade do regime, do projeto da nova Constituição e do novo sistema político.

Os “duros” seriam compostos pelos civis e militares com trajetória na ala conservadora do antigo *Partido Nacional*, e até mesmo por ex- membros do movimento *Patria y Libertad*<sup>75</sup>, com um forte discurso nacionalista. Do ponto de vista política defendiam uma ditadura militar prolongada com duração indefinida. Em relação à sua perspectiva econômica, acreditavam numa reforma corporativa do Estado, além de um desenvolvimento capitalista mais estatal do que apoiado no mercado.<sup>76</sup>

O setor denominado “blando” era predominantemente de direita, composto essencialmente pelos *gremialistas* e defendiam as teses de institucionalização do regime e de estabelecimento de prazos para o retorno da democracia, embora reconheciam a importância da permanência dos militares por um longo período. O pragmatismo político característico dos *gremialistas* construiu nesse grupo a necessidade de criar um calendário e um cronograma político que legitimasse o atual governo. Além disso, eram adeptos das reformas neoliberais e da *economia social de mercado*. Conforme aponta Apolaza, esse foi o grupo mais coeso e o que forneceu um projeto político mais consistente, galgando sua hegemonia através dos prazos estabelecidos no discurso de *Chacarrilas*, na consulta nacional de 1978 e no projeto constitucional que culminou na Constituição de 1980.<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. *La derecha en el régimen militar chileno: El caso de los partidos políticos, 1983-1990*. Tese de doutorado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de Chile. Santiago: 2011. p. 123.

<sup>75</sup> O movimento *Patria y Libertad* surgiu na década de 1960 e foi caracterizado por sua postura antiliberal e próximo a práticas fascistas.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Idem, p. 124.

As diferenças entre os dois grupos ficou exposta nos embates entre os mesmos, especialmente através dos textos de Jaime Guzmán publicados na imprensa. Em 1977 publicou Guzmán que os “duros” são comparáveis aos facistas pois:

“... confunden y asocian erróneamente el nacionalismo con el corporativismo; a mi modo de ver, es una utopía impracticable o un sistema que sólo puede ser aplicado en un esquema totalitario de signo fascista.”<sup>78</sup>

O ministro do Interior, Sergio Fernández, apesar de criticar a denominação “blando”<sup>79</sup> ao grupo no qual ele estava inserido, o dos *gremialistas*, afirma o esforço e o vigor com que esse mesmo grupo conseguiu a aprovação do governo em colocar prazos e definir melhor a institucionalização política do governo das Forças Armadas. Segundo Fernández, foram os “blandos” que substituíram a máxima do governo em não ter prazos. Conforme ele expõe:

“Metas y no plazos, yo diría, era un problema doble: uno, por el aspecto político de metas y no plazos, de no institucionalizar el sistema y también por el sistema económico, era doble y a veces se cruzaban, obviamente, habían algunos que adherían al modelo económico pero no querían una institucionalización tan pronto; y otros, que era al revés, que querían la institucionalización pero no estaban de acuerdo con el sistema económico”<sup>80</sup>

Por isso, podemos confirmar a influência do setor “blando” a partir do discurso de Chacarrillas na construção de um itinerário político para aplicar o projeto político da *democracia protegida* obtendo o respaldo, seja internacional ou nacional. Segundo Fernández:

“el argumento que yo le fui planteando al Presidente, que era absolutamente necesario para consolidar el Régimen y no caer en el mismo error que habían cometido gobiernos militares en otros países, de no hacer la institucionalización sino esperando objetivos que probablemente no se iban a

---

<sup>78</sup> “Jaime Guzmán: Rechazo todo sistema totalitario, pero considero al nacismo menos peligroso que el comunismo” *Cosas*, nº28. Santiago: 17 de octubre de 1977

<sup>79</sup> Fernández destaca que esse grupo de brando nada possuía, visto o rigor com que implementaram sua política, e visavam a construção de uma nova Constituição e de uma maior definição dos prazos e metas para o governo. FERNÁNDEZ, Sergio. *Mi lucha por la democracia*. Santiago: Los Andes, 1994. p. 43.

<sup>80</sup> Sergio Fernández, entrevista 17 de marzo de 1997, CAVT N°55.



dar nunca, como el desarrollo y demás, porque estaríamos hasta quien sabe cuántos años; en circunstancias que la presión social y la presión externa pueden hacerse absolutamente insostenibles. Era necesario para mí, que el Gobierno Militar fijara su propio itinerario para que no le fuera impuesto, porque lo que había ocurrido en otros países era que el itinerario se imponía, no más. Los gobiernos, no es que dejaban el poder, sino que caían. Como obviamente el Gobierno Militar no quería ser eterno, ni tampoco podía ser eterno ninguno de sus miembros, era absolutamente necesario fijar un Plan y pedir conversaciones para llegar a un sistema plenamente democrático en la forma que decidieran las Fuerzas Armadas y el propio país sometido a un plebiscito.”<sup>81</sup>

A fórmula da legitimação através da institucionalização desdobrou-se nos anos posteriores em importantes iniciativas, sendo a principal, a elaboração da nova Constituição que substituiria a de 1925. Pensando através dessa perspectiva, Huneeus denominou essa legitimidade como *legal-constitucional*, cujos fundamentos foram a tradição histórica e jurídica do Chile desde a independência da Espanha, o respaldo da Corte Suprema ao governo, e o a preparação de uma nova constituição política que seria o principal legado dos militares à história do país.<sup>82</sup>

No dia posterior ao golpe de 1973, Pinochet já havia sinalizado as pretensões do governo em redigir uma nova Constituição<sup>83</sup>, embora ainda não houvesse um consenso da Junta de Governo em relação à realização de uma nova carta ou de reformar a anterior. Todavia, ainda em setembro, foi criada uma comissão de juristas com o propósito de redatar um anteprojeto constitucional, denominada *Comisión Ortúzar* devido o presidente da mesma, Enrique Ortúzar.<sup>84</sup> Essa comissão realizou um amplo trabalho normativo que terminou com a entrega do anteprojeto no ano de 1978.

---

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> HUNEEUS, Carlos. *op. cit.* p.228.

<sup>83</sup> *El Mercurio* 12 de setembro de 1973. Carlos Huneeus destaca que o interesse em preparar uma nova constituição foi apresentado logo na primeira sessão da Junta através de uma reforma constitucional cujo trabalho foi entregue à Jaime Guzmán. Disponível nas Atas da Junta de Governo, Seção nº 1 de 13 de setembro de 1973.

<sup>84</sup> Criada em 24 de setembro de 1973, para a comissão foram nomeados os seguintes nomes: Enrique Ortúzar Escobar, o ex ministro da Justiça no governo de Jorge Alessandri; Sergio Diez U., ex senador do Partido Nacional; Jaime Guzmán Errázuriz, ex dirigente gremialista e professor de Direito Constitucional da Universidade Católica; Jorge Ovalle Quiroz, catedrático de Direito Constitucional da Universidade de Chile e ex membro do Partido Radical; Alejandro Silva Bascuñán e Enrique Evans de la Cuadra, ambos

No anteprojeto constitucional foram consagrados todos os valores e ideais do regime, especificamente no que tange às novas propostas administrativa (descentralização política), econômica (autonomia do Banco Central), e política (através das concepções do *Estado Subsidiário* e da *democracia protegida*, esta última inclusive limitando a pluralidade política e potencializando a tutela das Forças Armadas). Contudo, esse projeto foi submetido não somente ao *Consejo de Estado*, como também à Junta de Governo e às determinações do presidente Pinochet.

A construção de uma nova Constituição para o Chile não foi isenta de debates no interior do governo, seja na Junta de Governo, no Consejo de Estado ou entre as principais lideranças civis e ministros que compunha o regime. Além disso, no *Consejo de Estado* e, posteriormente, no Tribunal Constitucional, a tensão entre os setores “blandos” e “duros” tornou-se frequente, proporcionando debates acalorados, fruto do choque entre os distintos projetos que defendiam.

Entretanto, após as definições de uma nova base institucional para o regime anunciadas na mensagem presidencial de 1975, das metas e primeiras aproximações em relação aos prazos do governo com o discurso de *Chacarrillas* em 1977, e da entrega do anteprojeto constitucional pela *Comisión Ortúzar* ao governo em 1978, caberia ao governo, por meio do Ministério do Interior, consolidar a fase de institucionalização com a aprovação da Constituição em 1980. O gabinete do ministro Sérgio Fernández foi nomeado como o “gabinete da institucionalização”, assim denominado não somente pela imprensa, mas pelo próprio regime.<sup>85</sup> Mas essa institucionalização não se resumiu apenas às questões jurídico-normativas, busca da mesma maneira a legitimação social e a redução das pressões internacionais.

Como metas de institucionalização, o governo tinha a missão de ratificar a nova constituição, criar mecanismos de comprometimento do governo com o tema dos direitos humanos, e acima de tudo, ratificar seu respaldo social. Diante das pressões da ONU em relação ao tema dos direitos humanos, o governo decidiu-se pela realização de uma *Consulta Nacional* na qual o principal objetivo seria demonstrar garantias da institucionalização e o comprometimento do regime em relação ao tema. Essa consulta foi realizada antes mesmo da formação do “ministério da institucionalização”, mas a figura de Sérgio Fernández foi fundamental nesse episódio, pois o mesmo tornou-se o

---

professores de Direito Constitucional e membros do Partido Demócrata Cristão; Gustavo Lorca, ex deputado do Partido Liberal; e Alicia Romo, advogada e representante das mulheres na dita comissão.

<sup>85</sup> Idem. p. 28

principal articulador da consulta como Controlador Geral da República.<sup>86</sup> O plebiscito realizado no dia 4 de janeiro de 1978 foi resultado de um grande trabalho da ditadura em obter legitimidade, e ainda mais, o governo instrumentalizou uma grande carga de nacionalismo, visto que os discursos de Pinochet e dos militares apresentavam as queixas por violação aos direitos humanos como “investidas estrangeiras” contra o país, como podemos verificar no próprio texto da cédula:

“Frente a la agresión internacional desatada en contra de nuestra patria, respaldo al Presidente Pinochet en su defensa de la dignidad de Chile y reafirmo la legitimidad del Gobierno de la República para encabezar soberanamente el proceso de institucionalización del país.”<sup>87</sup>

A realização da consulta ocorreu em meio a condições que não garantiram a transparência do ato eleitoral. Em meio a vigência do estado de sítio e ampla censura, além de não permitir a atuação de nenhuma oposição e de nenhum cidadão possuir registro eleitoral, no dia 4 de janeiro de 1978, a opção *Sí* (de apoio ao governo) ganhou com 4.012.023 votos, tendo a opção *No* 1.092.226 votos.<sup>88</sup> Dessa maneira, com o respaldo expressado por parte da população, o próximo passo do governo na busca da legalidade foi a lei de anistia no mesmo ano.

Pautando-se numa interpretação na qual a violação aos direitos humanos começou no governo da *Unidad Popular*, e visando a união dos chilenos, foi decretada a lei de anistia de amplitude limitada, mantendo um amplo número de excluídos e exilados.<sup>89</sup> Conforme o texto do decreto lei, estariam anistiados:

“todas las personas que, en calidad de autores, cómplices o encubridores hayan incurrido en hechos delictuosos, durante la vigencia de la situación de Estado de Sitio, comprendida entre el 11 de Septiembre de 1973 y el 10 de

---

<sup>86</sup> Sérgio Fernández substituiu Héctor Humeres, que havia interditado o decreto de convocatória do plebiscito.

<sup>87</sup> Como destaca Huneus, na cédula de votação imprimiram na frente da opção *Si* a bandeira do Chile, e na frente da opção *No* um quadrado negro. HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 149

<sup>88</sup> Dados do plebiscito: Opção *Si* com 4.012.023 votos; Opção *No* 1.092.226; Nulos 244.921; Total de votos 5.349.172. Fonte: *Dirección de Registro Electoral*.

<sup>89</sup> DECRETO LEI 2191. *Diario Oficial*. Santiago: 18 de abril de 1978.

marzo de 1978 siempre que no se encuentren actualmente sometidas a proceso o condenadas.”<sup>90</sup>

Além de excluir quem não estava processado no período compreendido na lei, uma questão difícil com um Judiciário comprometido com a ditadura, essa lei praticamente impediu a punição dos militares envolvidos nos crimes políticos do período. Contudo, o governo criou a estratégia dessa anistia com o intuito de comprometer-se, inclusive juridicamente, com a questão dos direitos humanos a partir de então. A anistia de 1978 significou que teria início um Estado que cumpriria a lei e a legalidade. Segundo o texto oficial das *Memórias de Gobierno* de 1990:

“En el año 1978 el Gobierno estimó que se había superado la etapa más crítica de la agresión terrorista. A fin de sanar heridas pasadas y favorecer la reconciliación nacional promulgó una ley de amnistía que favoreció a todos los involucrados en esos dolorosos hechos.

El terrorismo, sin embargo, no suspendió sus ataques. (...) Entre estos actos de violencia destacan por su especial gravedad la internación ilegal de armas practicada por el Frente Manuel Rodríguez el año 1986, el atentado contra la comitiva presidencial el año 1987 y el secuestro, al año siguiente, de un oficial de Ejército (...) **La represión del terrorismo se realizó en conformidad a la ley, los reglamentos y las instrucciones aplicables, de modo que en aquellos casos en que se han denunciado excesos contra los agentes públicos, corresponde que éstos sean conocidos y sancionados por la justicia de acuerdo a la legislación vigente, como ha ocurrido y deberá seguir ocurriendo si fuera el caso.**”<sup>91</sup>

A lei de anistia veio complementar as modificações ocorridas no interior dos órgãos de segurança e repressão, em especial após a transformação da DINA na *Central Nacional de Informaciones* – CNI. A exposição da DINA no caso Letelier, e de seu comandante o general Contreras (preso em cárcere domiciliar), demandou uma reconfiguração da repressão e de seus órgãos. A partir de então, a CNI atuaria de maneira mais sistematizada e seletiva, contudo, ainda sob a herança da DINA.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> Idem. Conforme o artigo 2º: “Amnistíase, asimismo, las personas que a la fecha de vigencia del presente decreto ley se encuentren condenadas por tribunales militares, con posterioridad al 11 de Septiembre de 1973.”

<sup>91</sup> PRESIDENTE PINOCHET. *Memória de Gobierno. 1973-1990*. p. 33.

<sup>92</sup> Veremos sobre a atuação da CNI no capítulo 2.

Para finalizar o processo de institucionalização levado a cabo por Pinochet e pelo grupo *neoliberal-gremialista*, restava a difícil tarefa de aprovar uma nova Constituição, o que demandou um grande esforço político do ministro do interior Sérgio Fernández. Dentre as instâncias mais importantes para a discussão do projeto constitucional, a *Comisión Ortúzar* e o *Consejo de Estado* foram as principais, instituições nas quais ocorreu o embate constante entre “duros” e “blandos”. Contudo, após a entrega do projeto ao general Pinochet, o mesmo, no dia 10 de agosto de 1980, anunciou a convocação de um plebiscito para o dia 11 de setembro do mesmo ano, visando a aprovação do texto constitucional pela população.

Conforme destaca Arriagada, os prazos entre a entrega do projeto à Junta de Governo e a realização do plebiscito não passou de uma manobra, pois o projeto levou cinco anos na comissão redatora do anteprojeto, vinte e dois meses no Informe do *Consejo de Estado*, quarenta dias para a sua aprovação na Junta de Governo, mas só se admitiu trinta dias para que fosse conhecido, discutido e votado pelo povo.<sup>93</sup> Somado a esse aspecto, podemos apontar outros elementos de ilegitimidade que envolveriam o ato plebiscitário como a inexistência de liberdade de expressão e espaço para o debate do texto constitucional, e os defeitos do processo eleitoral como a ausência dos registros eleitorais, de partidos políticos, de mecanismos independentes de computação de votos, e o comprometimento governista do pessoal encarregado no ato eleitoral.<sup>94</sup> Somado a isso, ficou estabelecido que os votos em branco seriam computados à favor do *Sí*.<sup>95</sup>

Assim, teve início a campanha plebiscitária do governo visando a confirmação da grande obra política da ditadura chilena: a Constituição de 1980. A perspectiva daqueles envolvidos com o regime era que a não aprovação dessa constituição significaria o retorno à situação jurídica e política existente previamente a 1973, ou seja, à Constituição de 1925. Somado a esse fator, Fernández destaca que nem todos os grupos políticos do regime estavam de acordo em submeter o governo à outra consulta popular, ainda mais com tamanha envergadura política.<sup>96</sup>

Outro fator que marcou o plebiscito de 1980 foi a realização de um ato da oposição realizado no dia 27 de agosto de 1980 no teatro Caupolicán pelo ex-presidente

---

<sup>93</sup> ARRIAGADA, Genaro. *Por la razón o la fuerza. Chile bajo Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana, 1998. p. 107.

<sup>94</sup> VILLAROEL, Danilo. *Eduquemos y construyamos em torno al plebiscito: estudio crítico de las disposiciones antidemocráticas de la Constitución de 1980*. Barcelona, 1988. p.35

<sup>95</sup> FIGUEIREDO, Jorge M. *Tratado de Derecho Constitucional*. Tomo I. Santiago: Ediciones Universidad de la Republica. 1993. p. 149.

<sup>96</sup> FERNÁNDEZ, Sérgio. Op. cit. p. 148.

Eduardo Frei.<sup>97</sup> Para isso, obtiveram autorização do ministério do interior e reforço policial. O principal objetivo desse ato foi tentar convencer a população a votar pelo *NO* à Constituição elaborada pela ditadura visto que não se tratava de um regime legítimo, além da falta de tempo para um debate mais aprofundado do projeto constitucional. De qualquer maneira, para o ministro Sérgio Fernández, essa manifestação da oposição teve um alcance maior, o de conferir legitimidade ao mesmo plebiscito, visto que havia uma oposição com espaço para a mídia nacional e internacional, o que por sua vez demonstraria a existência da liberdade de expressão no país.<sup>98</sup> Entretanto, esse foi o único ato oposicionista permitido pelo governo.

Assim ocorreu o plebiscito no dia 11 de setembro de 1980<sup>99</sup>, no sétimo aniversário do *Pronunciamiento Militar*, e a opção *Sí* foi a ganhadora com 67% dos votos, contra a opção *NO* com 30%, garantindo a vitória da Constituição elaborada pelo governo.<sup>100</sup> Dessa maneira, a institucionalização política foi consagrada por essa Constituição. Estava realizada a grande obra que mudaria a institucionalidade chilena e impediria o retorno das velhas e arcaicas instituições da Carta de 1925 através do projeto de *democracia protegida* gestado com a hegemonização das ideias do grupo *neoliberal-gremialista*. Definitivamente, o governo de Pinochet e dos demais membros das Forças Armadas começou a década de 1980 com um projeto político definido.

## **1.2- Os debates sobre a transição democrática e sua relação com o projeto político autoritário.**

A ditadura civil-militar chilena em sua fase de institucionalização demonstrou uma preocupação precoce sobre a maneira de realizar a transição à democracia. Uma influência bastante reconhecida na bibliografia sobre o regime chileno é o processo de transição na Espanha após o governo do general Franco (1939-1975), cuja transição

---

<sup>97</sup> Sobre o ato oposicionista no teatro Caupolicán ver: BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 285 Eduardo Frei, ex-presidente no período 1964-1970 pelo pela *Democracia Cristiana*, não aceitou integrar o *Consejo de Estado* como fizeram Gabriel González Videla e Jorge Alessandri.

<sup>98</sup> FERNÁNDEZ, Sérgio. op. cit. p. 152

<sup>99</sup> O plebiscito constitucional foi convocado com o DECRETO LEI N°3.465. *Diario Oficial*. Santiago: 12 de agosto de 1980.

<sup>100</sup> Dados do plebiscito: Opção *SI* com 4.204.879 votos; opção *NO* com 1.893.420 votos; nulos: 172.569 votos; Total: 6.271.869.

ocorreu paralelamente à instauração do governo de Pinochet.<sup>101</sup> Conforme os textos publicados por Jaime Guzmán, o regime franquista não assegurou a tempo a normatização da transição, contribuindo para o desmantelamento da institucionalidade criada pelo *generalíssimo*.<sup>102</sup> Contudo a referência ao autoritarismo espanhol pode ser considerada apenas mais um elemento na caracterização do modelo de transição criado na ditadura.

A aprovação da Constituição de 1980 consagrou a consolidação não somente de uma nova ordem jurídico-constitucional, mas também a definição mais precisa até o momento de um cronograma para o regime, sinalizada desde o *Plan de Chacarrillas*, e ratificado com o novo texto constitucional. Contudo, no plebiscito de 1980 ficou aprovado não apenas a Constituição, mas, e principalmente, um texto denominado *Disposições Transitórias*, um anexo que na verdade atuaria como a verdadeira Carta até 1989. A nova Constituição só entraria em vigência após oito anos da aprovação plebiscitária, e no ano de 1981 passaria a vigorar esse texto anexo à Constituição. Como analisa Jorge Figueiredo:

“La Constitución Política así aprobada no entró plenamente en vigencia, ya que la disposición décimotercera transitoria disponía ‘El período presidencial que comenzará a regir a contar de la vigencia de esta Constitución durará el tiempo que establece el artículo 25 (ocho años). Durante este período serán aplicables todos los preceptos de la Constitución, con las modificaciones que se indican en las disposiciones transitorias siguientes.’”<sup>103</sup>

O texto das disposições transitórias apresentava 29 artigos, dentre os quais “prorrogava o mandato presidencial por oito anos ao general Pinochet; a manutenção da Junta de Governo como Poder Constituinte e Legislativo; uma série de atribuições e obrigações especiais do Presidente da República, como decretar por si mesmo estado de emergência e catástrofe, designar e remover *alcaldes*, prender pessoas, restringir o direito de reunião e liberdade de informação, proibir a entrada no território nacional, e expulsar aos que acreditassem ou propagassem doutrinas marxistas e de incentivo à violência; e a manutenção do *Consejo de Estado*.”<sup>104</sup>

---

<sup>101</sup> HUNEEUES, Carlos. op. cit.

<sup>102</sup> GUZMÁN, Jaime. “El camino político”. In.: *Realidad*. Ano 1, nº 7. Santiago: dezembro de 1979. pp. 13-23.

<sup>103</sup> FIGUEIREDO, Jorge. op. cit. p. 149

<sup>104</sup> Idem.

Além de todas essas prerrogativas, entre os artigos 27 e 29 das disposições estavam estabelecidas as regras para o período de “conclusão” da transição, quando em 1988, ou seja, passado os oito anos de aprovação da Constituição, caberia:

“a los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas y el General Director de Carabineros, titulares, proponer al país (90 días antes, a lo menos, de la fecha en que deba cesar el cargo) por la unanimidad de ellos, sujeto a la ratificación de la ciudadanía, la persona que ocupará el cargo de Presidente de la República en el período presidencial siguiente al referido en la disposición décimotercera transitoria.”<sup>105</sup>

Dessa forma, a Junta de Governo nomearia um candidato para o próximo mandato presidencial (1989-1997), período que demarcaria a conclusão da normalização política e institucional, marcado pelo retorno do funcionamento do Congresso Nacional (que seria eleito em 1989), e se transitaria para a “democracia plena”. Esse candidato passaria por uma aprovação nacional através de um plebiscito. Se fosse aprovado, teriam curso as eleições legislativas. Caso contrário, Pinochet e a Junta governariam até março de 1990, período em que consolidariam o “fim” do processo de transição, organizando as eleições legislativa e presidencial.<sup>106</sup>

Esse cronograma da transição política chilena correspondia não somente à definição dos prazos do governo, mas também consolidava a concepção de que a própria ditadura já estaria realizando a transição à democracia no período 1981-1988. Em vários discursos e pronunciamentos Pinochet postulou que o quebre da institucionalidade e da democracia chilena foi ocasionado pela instabilidade jurídica da Constituição de 1925, pela violência marxista praticada ao longo dos anos 1960, e pelo governo da *Unidad Popular*. Assim, a recuperação da democracia no país seria iniciada pelos militares e o governo instaurado em 1973. Conforme podemos identificar nas memórias de Sergio Fernández, o período de oito anos de transição, apesar de longo, era importante para assegurar o projeto político consagrado na Constituição, e por isso era:

“... indispensable para llevar adelante las modernizaciones, consolidar la recuperación económica, afianzar el nuevo régimen democrático, permitir la reincorporación institucional de la oposición a la vida política. Largo, para

<sup>105</sup> DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS. Nº 27

<sup>106</sup> DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS. Nº 29



dar un espacio natural a todas las fuerzas no totalitarias que habían confluído en la gran crisis de 1973 y para que las grandes divisiones se morigeraran por el tiempo.”<sup>107</sup>

Partindo dessa perspectiva, a transição à democracia na concepção de Pinochet e dos militares e civis envolvidos com a ditadura, iniciou-se em 1980 através de uma primeira etapa: uma *democracia autoritária*. Caberia aos militares garantir a funcionalidade das instituições contempladas na Constituição recentemente aprovada. Por isso, o período de oito anos foi estabelecido como um período marcadamente autoritário cujo objetivo seria assegurar a democracia futura. Contudo, a concepção do modelo de transição não foi um ponto de consenso na cúpula do regime, e esse fato se verifica na revisão do projeto constitucional entre as instâncias da *Comisión Ortúzar* e do *Consejo de Estado*.

O *Consejo de Estado* foi uma importante instituição em que vários civis participaram, em especial os ex-presidentes Jorge Alessandri<sup>108</sup>, e Gabriel González Videla<sup>109</sup>. Além disso, também foi um dos palcos das tensões entre os “duros” e “blandos”. Contudo, apesar da heterogeneidade política, seus membros compartilhavam de uma perspectiva antiliberal, defendendo por vezes, um projeto de democracia que não contemplasse o pluralismo político, contribuindo para confirmar o projeto de *democracia protegida*.

O caráter antiliberal pode ser identificado em todo o período de funcionamento do *Consejo*. Conforme as *Atas*, o próprio posicionamento do presidente desse conselho, o ex-presidente Jorge Alessandri, desqualificou o *sufrágio universal*, considerado pelo mesmo como um sistema político vicioso e corruptível.<sup>110</sup> Alessandri também defendia a ideia de uma maior censura sobre os meios de comunicação, os quais considerava como detentores de uma liberdade excessiva.<sup>111</sup> Outro momento de manifestação desse antiliberalismo foi quando no voto de minoria sobre o tema da “geração do poder público” dos ministros Carlos Cáceres e Pedro Ibáñez, no qual associaram os “vícios do sufrágio” à crise política do governo da *Unidad Popular*:

---

<sup>107</sup>FERNÁNDEZ, Sergio. op. cit. p. 147.

<sup>108</sup>Presidente chileno entre 1958 a 1964, candidato independente, próximo ao *Partido Liberal*. Também candidatou-se às eleições de 1970.

<sup>109</sup>Presidente chileno entre 1946 e 1952, candidato pelo *Partido Radical*.

<sup>110</sup>MATTAR, Jaime Arancibia. *Actas del Consejo de Estado*. Tomo I, p. 401.

<sup>111</sup>CAVALLO, Ascanio. *et. Eli*. op. cit. p. 353.

“El señor Cáceres manifiesta que si existe convencimiento de que el régimen electoral impugnado conduce a los problemas vividos por el país en el período 1971-1973, debería efectuarse un intento por buscar un sistema distinto, que tienda a evitar tales excesos.”<sup>112</sup>

Sendo assim, e apesar das nuances desse antiliberalismo, foi consensual no *Consejo de Estado* a ideia que a transição deveria atuar como um mecanismo que impossibilitasse o retorno do sistema político e jurídico característicos da Constituição de 1925.<sup>113</sup> Com isso, a forma encontrada pelo conselho foi a de organizar e sistematizar sobre a duração da transição, a origem do poder político, e até mesmo sobre papel e lugar dos civis no governo autoritário, ou seja, todos os mecanismos através dos quais seria possível consolidar a *democracia protegida*.

Como podemos verificar nas atas do *Consejo de Estado*, embora seus membros reconhecessem a importância do papel das Forças Armadas no governo desde os primeiros debates sobre a transição, desde o princípio das reuniões, sinalizaram para a necessidade de estabelecer prazos para o governo em curso. Essa preocupação demonstrava não apenas o receio em relação ao prestígio das instituições militares, como também destacava a importância da participação civil no governo. Tal argumento assim foi manifestado pelo conselheiro Hernán Figueroa Anguita na sessão do dia 1º de abril de 1980, na qual:

“Estima una obligación moral añadir que, en su concepto, los gobiernos militares son necesarios de tiempo en tiempo, pero, también cree que mantenerlos durante muchos años es perjudicial para ellos y para el país. Hay muchos ejemplos – agrega – de lo que sucede después que los militares abandonan el gobierno que han retenido por mucho tiempo, y, por ello, estima patriótico y, por tanto, beneficioso para el país y su gobierno, el cambio de la situación actual.”<sup>114</sup>

Como demonstrado, o argumento não foi pautado sobre a legitimidade ou não do governo autoritário, mas sim sobre a preocupação com o período posterior à presença

---

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> Essa perspectiva norteou não apenas os trabalhos do *Consejo de Estado*, mas também da própria comissão constitucional *Ortúzar*, visto o envio de uma carta de Pinochet às presidências dos respectivos órgãos datada de 3 de março de 1979. Nessa carta Pinochet deixou claro a necessidade de se construir um poder político de fato que impedisse o retorno da ordem política prévia à Constituição de 1925, e por isso deveriam criar uma Constituição que não esperasse apenas a transição para ser colocada em vigor.

<sup>114</sup> Ata da 105ª sessão, celebrada em 1º de abril de 1980.

dos militares no comando do país, o que por sua vez demandava uma análise política mais profunda sobre a melhor forma de organizar a transição. Contudo, não havia um consenso acerca dos prazos que se estabeleceria ao governo Pinochet. Como afirmado pelo presidente do conselho Jorge Alessandri, o mais importante seria auxiliar os militares para uma tranquila transferência de poder ao civis:

“La realidad es que estamos con un gobierno de hecho: cuyo establecimiento significó un gran derramamiento de sangre, situación que antes no se había producido en el país. Es lógico y natural, para darles la posibilidad a los que han participado en este gobierno a que se decidan a la transferencia del poder, darles las facilidades y alargar lo más posible los plazos, ya que también es natural y lógico que ellos sientan temor a posibles venganzas.”<sup>115</sup>

Todavia o que nos chama a atenção é o pioneirismo do *Consejo de Estado* em tratar sobre o tema da transição. Coube a essa instituição apontar para a necessidade de escrever as disposições transitórias que regeriam o período 1981-1988. Nem mesmo o anteprojeto constitucional elaborado pela *Comisión Ortúzar* havia sistematizado tais dispositivos. O período de transição foi um dos elementos mais defendidos por Jorge Alessandri, sendo este, para os autores Jaime Mattar, Enrique García, e Andres Gomien o mentor principal da perspectiva da aplicação gradual do novo texto constitucional, visto que na sua concepção, aplicar uma nova Constituição seria dar um “salto no vazio”. O próprio Alessandri atestou essa perspectiva em algumas reuniões do conselho:

“Es patriótico buscar un mecanismo que permita evitar un trastorno en el reemplazo del Presidente de la Republica, ya que con el sistema que el señor Alessandri (Palma) proponía, al actual Presidente le restaría el plazo necesario para aprobar la reforma constitucional y los seis u ocho años que debía durar el período transitorio. Así se podría ver más claro el futuro sin saltos en el vacío”.

Entretanto, vale ressaltar, que o projeto constitucional elaborado pelo conselho e entregue à Junta de Governo e à Pinochet, não foi aprovado tal qual foi escrito pelos conselheiros. Além disso, desde o princípio, houve tensões sobre qual o melhor projeto de transição. Jorge Alessandri confirmou essa tensão ao descrever a elaboração de um

---

<sup>115</sup> Idem.

projeto transicional por Pinochet, que não fora apresentado ao órgão assessor. Às vésperas da data da reunião entre Alessandri e Pinochet, na qual o presidente do conselho iria apresentar a disposição e a necessidade de elaborar um projeto de transição, Pinochet anunciou que a Junta de Governo já havia iniciado os estudos sobre o período de transição. Conseqüentemente, na reunião entre ambos, Alessandri declarou que diante dos fatos, o interesse do *Consejo* em discutir a transição parecia desnecessário visto que o governo já se antecipara em relação ao tema. Pinochet, por sua vez, apreciou tal iniciativa, e argumentou que os estudos iniciados entre Ortúzar e o Ministério do Interior seriam enviados a Alessandri.<sup>116</sup> Após o acontecido, Alessandri queixou-se tanto pelo fato desse estudo não ter sido entregue, como por Ortúzar não haver comunicado sobre a ocorrência das reuniões com o ministro Sérgio Fernández nas quais os objetivo era realizar um estudo preliminar da transição.<sup>117</sup>

Além desse desencontro de informações, que revelam interesses e projetos específicos de transição, outro ponto que não obteve consenso foi a não continuidade da Junta de Governo como poder legislativo no período de transição, questão que seria cara ao governo aceitar, mas que a maioria do *Consejo de Estado* defendia. As propostas em relação a esse projeto convergiam no interesse de formação de um Congresso que atuaria na transição, e que fosse de composição civil e nomeado por Pinochet. Por sua vez, o maior defensor da manutenção da Junta como Poder Legislativo no *Consejo de Estado* era Ortúzar, atuando assim, como porta-voz do governo.

Dessa maneira, as ideias do projeto do período de transição à *democracia* elaboradas pelo *Consejo de Estado* caminhavam para discordâncias técnicas de grande peso político para o governo. Constatando essa tensão de projetos, Ortúzar recomendou cautela aos trabalhos dos conselheiros:

“El señor Ortúzar cree necesario explicar que, cuando recién el Consejo debatía las disposiciones permanentes, en enero de 1979, el Ministro del Interior le pidió privadamente un anteproyecto sobre la transición, surgiéndole algunas ideas. Ese anteproyecto podría haberse enviado al Consejo, pero en esa época – el señor Ortúzar – no sabía, y cree que el Gobierno tampoco lo había determinado aún, qué se iba a hacer con tal anteproyecto. Piensa, por otra parte, que si los consejeros conocen cuál es el pensamiento del Gobierno, resulta fuerte crearle en un informe una situación

---

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Ortúzar contesta Alessandri, alegando que havia comunicado a existência desse estudo há mais de um ano.

que, de antemano, se sabe que va a ser de rechazo, y que puede dar lugar, incluso, si se hace público el informe, quien sabe a qué tipo de agitaciones. Si él estuviera, respecto de la transición, en la posición de la mayoría, no diría que la materia fue debatida, porque la opinión pública preguntaría cuál fue ese debate. Otra fórmula es omitir toda referencia a la transición o agregar separada y muy reservadamente, lo relativo al período de transición.”<sup>118</sup>

As reações à fala de Ortúzar foram variadas. Alessandri criticou-a argumentando que Pinochet havia pedido ao conselho debater sobre a questão, o que significaria a legitimidade do debate nessa instituição. Contudo, o vice-presidente do conselho, González Videla defendeu o afastamento do mesmo em relação a esse tema. Conforme Videla:

“Es verdad que ellos tienen la responsabilidad de entregar el poder a los civiles; con todo, en el mundo convulsionado de hoy, sólo la actuación de las Fuerzas Armadas, decidida y honesta como en nuestro país, puede garantizar la paz y el progreso necesarios para la instalación de un gobierno civil estable. Por lo tanto, en las condiciones aludidas, y para evitar problemas graves, el Consejo nada debería decir al respecto.”<sup>119</sup>

Essas discussões no interior do *Consejo de Estado*, importante órgão de assessoria do presidente Pinochet, nos mostram a dificuldade e os limites desse órgão em elaborar e sistematizar um projeto de transição que divergisse dos objetivos do governo autoritário. E as tensões entre o governo e o conselho não pararam por aí. Após entregar as versões comparadas dos projetos constitucionais do *Consejo* com a da *Comisión Ortúzar* no dia 8 de julho de 1980, a Junta de Governo após revisar o informe, realizou alterações tanto no texto permanente da Constituição como nas disposições transitórias.<sup>120</sup> Dentre as modificações, a ausência de um poder civil no legislativo no período da transição, o prazo estendido da transição de 5 para 8 anos, e a manutenção do dispositivo constitucional que mantinha a autonomia e tutela das Forças Armadas sobre

---

<sup>118</sup> Idem. p. 701

<sup>119</sup> Segundo Videla “Es verdad que ellos tienen la responsabilidad de entregar el poder a los civiles; con todo, en el mundo convulsionado de hoy, sólo la actuación de las Fuerzas Armadas, decidida y honesta como en nuestro país, puede garantizar la paz y el progreso necesarios para la instalación de un gobierno civil estable. Por lo tanto, en las condiciones aludidas, y para evitar problemas graves, el Consejo nada debería decir al respecto.”

<sup>120</sup> Ambos os projetos constitucionais, da *Comisión Ortúzar* e do *Consejo de Estado* foram analisados por um grupo de trabalho para assessorar a Junta de Governo, composto por: o Ministro do Interior Sergio Fernández, a Ministra da Justiça Mónica Madariaga G, o Auditor Geral do Exército Fernando Lyon, o Auditor Geral da Marinha Almirante Aldo Monstagna, o Auditor da Força Aérea General Enrique Gruenwald, e o Secretário de Legislação da Junta de Governo Mario Durauchelle R.

o poder político, mesmo após o retorno da democracia, foram motivos de insatisfação para Jorge Alessandri, que pediu a renúncia da presidência do *Consejo de Estado* em setembro de 1980.<sup>121</sup>

A construção desse modelo de transição confirmou a hegemonização do projeto *neoliberal-gremialista*, demonstrando como a necessidade de estabelecer prazos foi adotada como um mecanismo de legitimação. Se o que legitimava a ação desse governo era extirpar o sistema democrático prévio a 1973, assim como instaurar uma nova democracia, a transição merecia atenção especial, pois nesse momento é que se colocaria à prova a continuidade do projeto para *um novo Chile*, além de confirmar o comprometimento do governo com os prazos pré-estabelecidos na Constituição.

O discurso de Pinochet no dia de sua posse com presidente constitucional no dia 11 de março de 1981 (data que também se celebrava um ano da aprovação constitucional), foi cunhado pela reafirmação dos valores chilenos que garantiram a grandeza da pátria e que foram ameaçados ao longo do século XX pelos marxistas. Assim, através das “lições do passado” o atual governo teria por missão defendê-los e aprimorá-los para garantir um futuro de estabilidade e de garantia da liberdade de todos os chilenos. O próprio título do discurso “*11 de septiembre de 1973: símbolo de victoria – 11 de marzo de 1981: Fe y Esperanza en el futuro*” revela a leitura do passado estabelecido pelo regime dos períodos anterior e posterior ao golpe e da institucionalização culminada com a Constituição de 1980. Portanto, partindo da crise política e social de 1973, que demandou a intervenção dos militares, e do respaldo social à institucionalização do regime e da Constituição, destaca a singularidade da transição democrática para a vida republicana do país:

“El 11 de Septiembre de 1980 el pueblo de Chile, libre y soberanamente, eligió su destino. Hoy, 11 de Marzo de 1981, seis meses después, este mismo pueblo cruza el umbral de un nuevo sistema político, y lo hace lleno de fe, esperanza y confianza en su futuro, en esta fecha que marca el comienzo de la vigencia de una nueva Carta Fundamental, que pone en marcha el primer período presidencial que será regulado por sus normas.

Ambos hechos son, sin lugar a dudas, expresiones jurídicas de tal transcendencia que la Nación toda se pone de pie, con el recogimiento

---

<sup>121</sup> Após a renúncia de Alessandri, a presidência do conselho foi assumida por Miguel Schweitzer.

proprio de la solemnidad de un acto que encierra una gran significación en su trayectoria como país republicanos.”<sup>122</sup>

Para os militares e os civis do grupo *gremialista*, o período de transição assumiria uma função pedagógica, cuja missão seria enraizar ideais e valores postos em marcha pelos militares. Jaime Guzmán foi um dos principais defensores dos prazos constitucionais e da função da permanência no poder pelos militares. Partindo em defesa do projeto de *democracia protegida*, Guzmán não só compôs um grupo político que soube enfrentar os “duros” e sua proposta de permanência do poder militar, como também, e juntamente a Sergio Fernández, atuou de forma a consolidar os prazos da transição para concluir esse projeto.

O modelo de transição chilena institucionalizado pelo regime passou a ser profundamente criticado entre 1981 e 1982 com a crise econômica que abalou as estruturas do modelo econômico neoliberal, e com isso, o governo de Pinochet.<sup>123</sup> Com o surgimento da insatisfação social com o regime, Guzmán elaborou o texto “*El sentido de la transición*”, escrito em 1982, no intuito de reafirmar a importância da continuidade do projeto do governo militar, somente garantida numa transição regulada, e cujas normas estavam dispostas na Constituição de 1980. Seu objetivo nesse artigo foi esclarecer que o projeto do governo não poderia ser desmantelado com a crise econômica. Para isso, reiterou os valores chilenos necessários para o êxito do período de “*democracia protegida*” destacando a importância da projeção da obra do regime civil-militar.

Sobre essa projeção, Guzmán afirma que só seria possível alcançar a democracia com o total cumprimento dos objetivos da transição. Compartilhando da concepção do governo de Pinochet, a transição, ou “*democracia protegida*”, consistia no período para alcançar a plena vigência da Constituição. Até lá, caberia aos militares o enraizamento de valores e a consolidação das instituições que regulariam o novo sistema democrático. Conforme afirma:

“Al definir nuestra meta como alcanzar la plena vigencia de la Constitución de 1980, en el plazo establecido por ella al efecto, estamos afirmando pues un objetivo que desborda lo meramente

---

<sup>122</sup> PRESIDENTE GENERAL AUGUSTO PINOCHET UGARTE. 11 DE MARZO DE 1981.

<sup>123</sup> Essa crise política e econômica será analisada no capítulo 2.

jurídico o político, y sintetiza todo un proyecto histórico para el Chile de hoy.”<sup>124</sup>

Se por um lado respeitar a transição disposta na mesma Carta garantiria a obra do governo, por outro, não seguir as regras da transição, seria não obedecer a Constituição aprovada soberanamente pelo povo chileno. Conforme enfatiza Guzmán, a transição não seria apenas um itinerário jurídico e institucional, mas uma tarefa nacional que demandava o apoio de todos os cidadãos na construção de uma nova ordem política, nunca possível antes na história republicana.<sup>125</sup> Portanto, nenhuma crise econômica poderia gerar questionamentos sobre a meta constitucional.<sup>126</sup>

Dessa maneira, a função da transição democrática para civis e militares que atuaram no regime autoritário governado por Pinochet era garantir a continuidade da nova base institucional, política e econômica consolidada em 1980. Os dissensos existentes entre os distintos grupos políticos no governo acerca do modelo de transição revelam a heterogeneidade de projetos e interesses políticos, mas que de fundo afirmam a legitimidade tanto do regime, como de um novo projeto político alternativo àqueles colocados em marcha pela centro-esquerda chilena ao longo dos anos 1960 e 1970. Os limites a esse modelo de transição e às ambições do regime foram definidos pelos acontecimentos dos anos 1980.

---

<sup>124</sup> GUZMÁN, Jaime. “El sentido de la transición”. *Realidad*. nº 38 Santiago, 1982. p. 6.

<sup>125</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>126</sup> *Idem*.



## CAPÍTULO 2

“APERTURA-APRETURA-CERRADURA”:

CRISE, PROTESTOS SOCIAIS, E A ABERTURA LIMITADA.

1981-1985<sup>127</sup>

“¡Y vá caer, y vá caer, y vá caer a Pinochet!”

Grito dos manifestantes em 1984 no protesto batizado de *Puntarenazo*.<sup>128</sup>

Passada a fase de institucionalização do regime (1978-1980), no início da década de 1980 o governo de Pinochet detinha de um significativo respaldo social e econômico. Se por um lado a Constituição de 1980 fora aprovada por plebiscito, ratificando-o no governo como Presidente Supremo da República e a Junta de Governo como Poder Legislativo, por outro, o programa modernizador de natureza neoliberal, denominado “*economia social de mercado*” dava seus primeiros resultados positivos caracterizando o período 1978-1981 como do *milagre econômico* da ditadura chilena. Contudo, o custo social desse milagre, e a crise econômica entre 1982-1983, gerou um cenário de descontentamento e explosão social que culminou nas primeiras grandes manifestações contra a ditadura.

No primeiro semestre de 1981 surgiram os primeiros indícios de uma crise econômica que colocou à prova não somente o funcionamento da modernização neoliberal, mas também o próprio manejo político do regime, brecha esta na qual uma importante parcela da sociedade chilena tomou as ruas, e até mesmo travou confrontos com o aparato repressivo do governo, exigindo mudanças políticas e os benefícios tão prometidos do milagre. A partir da crise, e da subsequente demanda social por

---

<sup>127</sup> Essa expressão “apertura-apretura-cerradura” foi a síntese elaborada pela revista *Cauce* no intuito de caracterizar o processo de abertura política estabelecida pelo regime após a *Jornada de Protestas* que se iniciou em 1983. A alusão corresponde ao processo limitado de liberalização política que veremos neste capítulo. “Dialogos con Charreteras” *Cauce* nº 25. Santiago: 2 a 8 de outubro de 1984. pp. 3-6. p.4.

<sup>128</sup> A denominação *Puntarenazo* deve-se ao protesto contra Pinochet no dia 26 de fevereiro de 1984 na cidade de Punta Arenas.

democracia, o regime governado por Pinochet enfrentou o maior desafio dessa década: assegurar a estrutura política e o modelo de transição democrática institucionalizados com a Constituição de 1980, sem deixar de lado as tensões sociais e a reorganização político-partidária no cenário nacional. Ou seja, promover uma abertura política paralela à continuidade do projeto político autoritário de *democracia protegida* em curso.

O principal legado das *Jornadas de Protestas* foi o fato de tornar-se o primeiro grande movimento social de contestação ao projeto ditatorial, em especial demandando uma ruptura do governo e a construção de um novo modelo de transição democrática. A isso, podemos somar o fato de que no ano de início dos protestos, a influência dos vários processos de transição que ocorriam paralelamente nos países vizinhos do Cone Sul, foi importante para inflar as lutas políticas por democratização no Chile. Os casos significativos foram as transições no Brasil (em longo processo desde 1974 com o mandato do general Geisel), no Uruguai (após o plebiscito constitucional de 1980 no qual a sociedade desaprovou a proposta e impulsionou os militares ao processo de abertura política), e na Argentina (cuja Junta Militar estava esgotada e em processo de retirada após a Guerra das Malvinas). Assim, a lógica dos protestos chilenos desse período fundamentou-se na perspectiva da *transição por ruptura* ou por *colapso*, visto o grau de descontentamento político e a proporção da crise econômica. Pensar sobre essa estratégia adotada a princípio pela oposição democrática nos faz rever a conceituação dos modos ou tipos de transições democráticas.<sup>129</sup>

A bibliografia sobre as transições democráticas, consolidada na década de 1980, construída paralelamente aos processos históricos transicionais, e tendo como ponto de partida as obras de Guillermo O'Donnell, Philippe C. Schmitter<sup>130</sup>, Adam Przeworski, Laurence Whitehead, e Samuel Huntington, e Alfred Stepan visou construir tipologias da transição. A metodologia desses teóricos tinha por base a importância de pensar as transições como momentos políticos caracterizados pelas incertezas, o papel central das

---

<sup>129</sup> Por “tipo de transição” entendemos ser a forma como a transição do poder autoritário “favorece responsáveis e/ou contestatários, altera (ou deixa intocados) regras e procedimentos institucionais autoritários e influencia apelos da elite política aos seus eleitorados e/ou os modos como a transição se caracterizou” através de pactos políticos, o papel dos partidos políticos e da sociedade civil, e os mecanismos de saída do poder autoritário, seja na utilização da repressão ou não, assim como o nível deste último em controlar a abertura política ou *liberalização do regime*. MORLINO, Leonardo. “Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul.” In: PINTO, Antônio Costa; e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.). *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 261-294. p. 269.

<sup>130</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988 [1986].

elites políticas na condução da *liberalização* e da *consolidação* democráticas, e a ênfase nas instituições.<sup>131</sup> Após vários trabalhos desses teóricos, e segundo apontam Donald Share e Scott Mainwaring, foram constituídos três principais modos de transição: a *transição depois da derrocada ou do colapso do regime*, a *transição por afastamento voluntário*, e por fim, a *transição pela transação*.<sup>132</sup>

Enquanto a *transição por colapso* seria caracterizada pela falta de controle das elites autoritárias sobre o processo de transição, devido a uma crise interna ou ausência de legitimidade política (casos da Grécia e Portugal em 1974 e Argentina em 1982-1983), a *transição por afastamento voluntário* consistiria no controle do *timing* da transição por essas elites, sendo que não possuiriam o controle total do processo também devido a seu baixo nível de legitimidade e coesão interna (casos do Peru em 1980 e Uruguai em 1982-1985). Já a *transição pela transação* (casos da Espanha e do Brasil) seria conformada por um cenário em que as elites autoritárias controlam a maioria dos aspectos da transição, iniciando desde “cima” o processo de *liberalização*.<sup>133</sup>

Além das tipologias da transição, podemos analisar também as diferentes abordagens sobre os processos de mudança política do autoritarismo para a democracia, tendo por foco o quê ocasiona a liberalização e a democratização. Atenta às nuances do processo de abertura política no Brasil, o qual nos auxilia também para pensar o caso chileno, Eli Diniz analisa três enfoques: o primeiro relativo às pressões sociais; o segundo através da abertura motivada pela iniciativa do Estado; e o terceiro, considerado mais adequado pela autora, resultado da dinâmica de negociação entre as elites e das pressões sociais, ou seja, da conjugação das duas outras perspectivas.<sup>134</sup>

O primeiro enfoque, o das pressões da base social, seria configurado pela insatisfação social diante das crises econômicas, sendo a distensão política o desencadeamento direto desta última, além das alterações estruturais propostas pela ditadura. Essa associação “crise econômica-pressões sociais por abertura” é criticada por Diniz porque desconsidera as outras relações e demandas que compuseram o cenário estudado pela autora.<sup>135</sup>

---

<sup>131</sup> QUINALHA, Renan Honório. op. cit. p. 27.

<sup>132</sup> SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. “Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha.” *Dados* vol. 29, nº2. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986. pp. 207-235.

<sup>133</sup> Idem. p. 209.

<sup>134</sup> DINIZ, Eli. “A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura.” *Dados*, vol. 28, nº 3. Rio de Janeiro: IUPER, pp.329-346. p. 333.

<sup>135</sup> Idem. p. 331.

O segundo modo de análise, no qual a abertura advém do Estado autoritário, ou seja, de uma “transição pelo auto”, também é questionado por Diniz porque descola a trajetória da transição das demandas e participação dos movimentos sociais e partidos políticos que não compõem a denominada *elite estratégica* que compõe e/ou comanda o Estado autoritário. Assim, o foco dessa análise seria os “conflitos e contradições, cisões e alianças no interior do próprio regime” como fatores determinantes da abertura política.

Por fim, o modelo apresentado por Diniz como o mais adequado, diz respeito à imbricação e interconexões entre as negociações e os pactos políticos das elites e as “demandas irradiadas da sociedade, articuladas através dos movimentos sociais e traduzidas por organizações políticas”.<sup>136</sup> Com isso, a autora chama a atenção para a importância de se pensar a relação entre capacidade de expressão dos distintos protestos sociais e a capacidade de resistência da sociedade civil contra a ditadura e os “esforços inovadores das elites dirigentes para a preservação de seu poder” como elementos para melhor entender o processo de mudança política.

Partindo do enfoque exposto acima, podemos também pensar esse “ensaio” de transição democrática, ou processo de liberalização política que ocorreu no Chile em princípios dos anos 1980 pensando a relação entre os protestos sociais e a construção de mecanismos de conservação do poder por parte do governo de Pinochet. O início das *Jornadas de Protestas* demonstraria que o projeto autoritário precisava ser revisto.

## **2.1- Do “milagre” à crise do projeto econômico entre 1981-1983.**

O “milagre econômico” chileno entre 1978 e 1981 foi resultado da política do “shock neoliberal” aplicado a partir de 1975, fruto da hegemonização do projeto neoliberal no interior do governo, e colocado em prática pelos ministros Jorge Cauas e Sergio de Castro ao criarem o *Plan de Recuperación Económica*.<sup>137</sup> Essa política do shock, assim designado devido ao rápido impacto dos ajustes neoliberais, logo criou os primeiros indicativos econômicos positivos. Conforme caracterizado pelo sociólogo Eugenio Tironi:

---

<sup>136</sup> Idem. p. 333.

<sup>137</sup> Jorge Cauas ocupou o ministério da Fazenda entre 11 de julho de 1974 e 31 de dezembro de 1976. Sergio de Castro, ministro da Economia desde 1975, assumiu o ministério da Fazenda no dia 31 de dezembro de 1976, ocupando essa pasta até 22 de abril de 1982.

“La inflación, que había llegado a mil por ciento en 1973, llegaba a 30 por ciento; la producción crecía persistentemente desde 1977 a tasas cercanas al 8 por ciento anual; el déficit fiscal, que llegó a cifras descomunales en 1973, había desaparecido en 1980; las exportaciones no tradicionales crecían espectacularmente, doblando en 1978 el volumen de 1974; la balanza de pagos, después de años con un déficit que parecía crónico, mostraban un superávit a partir de 1978; las reservas internacionales aumentaban su nivel gracias al abundante crédito externo, que a su vez parecía ratificar la confianza de la banca internacional en la experiencia chilena; el acceso a bienes de consumo importados experimentaba una masificación sin precedentes.”<sup>138</sup>

Tais resultados criaram um clima de otimismo entre os partidários do governo, em especial, aos adeptos do projeto da *economía social de mercado* dos *Chicago Boys*. O discurso construído nesse período foi marcado pela perspectiva de um Chile que futuramente apresentaria índices econômicos e sociais que o distanciariam do subdesenvolvimento, aproximando-o às nações como a Alemanha Ocidental, o Japão pós-guerra, ou mais concretamente, aos Tigres Asiáticos (Taiwan, Singapura e Coréia do Sul).<sup>139</sup> O clima de pujança pode ser constatando tanto no discurso do ministro da Fazenda Álvaro Bardón, que definiu a meta do governo de Pinochet como alcançar a maior taxa de crescimento da história, quanto nas palavras de José Piñera, personagem importante das modernizações neoliberais, ao afirmar que:

“La profunda transformación económica que se há llevado a cabo en Chile hace imposible utilizar modelos econométricos fundados en los parámetros del pasado para avizorar el futuro. (...) La conclusión es que el país puede crecer a una tasa promedio de 8 por ciento anual durante el período 1981-1990 y alcanzar así el producto potencial de una nación como Chile. De ahí en adelante es posible prever una tasa ‘normal’ de 6 por ciento al año. En consecuencia y si se espera un crecimiento de 5,5 por ciento anual hasta 1980, el crecimiento promedio en lo que resto del siglo sería de 7 por ciento anual... si se cumplen estas proyecciones, en 1984 se recuperaría el producto que habríamos alcanzado creciendo desde 1970 a la tasa histórica.

---

<sup>138</sup> TIRONI, Eugenio. op. cit. p. 97. Alguns desses elementos críticos ao “milagre econômico chileno” foram reconhecidos pelo próprio governo no documento *Las medidas económicas – Exposiciones de los señores Ministros de: Hacienda Pública. Economía, Fomento y Reconstrucción. Trabajo y Previsión Social. Junio de 1982.*

<sup>139</sup> HERRERA, Genaro Arriagada. op. cit. p.85.

El país duplicaría su producto de 1976 en diez años y no en diecinueve como lo haría a la tasa histórica y doblaría el producto *per cápita* de 1976 en catorce años en vez de cuarenta y uno. El año 2000 tendría un producto total de 42.500 millones de dólares, similar al actual de Bélgica, y uno *per cápita* de 2.200 dólares.<sup>140</sup>

Apesar de todo esse otimismo, os efeitos do milagre foram limitados. O *Plan de Recuperación Económica* foi implementado num cenário econômico catastrófico oriundo desde a *Unidad Popular* que se estendeu aos primeiros anos do governo de Pinochet. O shock neoliberal foi aplicado através de uma redução drástica do gasto público, disparando os índices de desemprego (de 16% em julho a 17,6% em novembro), gerando também demissões em massa e suspensão dos direitos trabalhistas, ambos os fatores associados à forte repressão sobre os trabalhadores.<sup>141</sup> Além disso, o próprio Tironi aponta para o crescimento econômico do milagre como abaixo dos índices históricos ao longo do século XX (com uma média de 3% abaixo do período 1960-1970), somados a uma recuperação econômica, a partir de 1975, concentrada nas atividades de serviços paralela ao retardamento no setor de bens de produção, a um crescente endividamento externo, e a deteriorização do poder de compra dos setores sociais mais pobres.<sup>142</sup> Ou seja, o shock neoliberal da *economía social de mercado* foi aplicado em pleno ano da pobreza sistematizada, cujos resultados complicaram ainda mais as condições de vida das classes com menos poder aquisitivo.

A dinâmica do cenário capitalista mundial alterou o cenário econômico drasticamente entre 1981 e 1982. Após os colapsos da crise do petróleo, e a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, o sistema econômico chileno ficou profundamente abalado. Isso ocorreu a partir dos primeiros sinais negativos através do déficit da balança comercial, da queda das exportações e da alta taxa dos juros internacionais, ambos influenciando negativamente no superávit. O volume de crédito disponível no mercado financeiro internacional para o Chile diminuiu consideravelmente. Outro sinal que alertou o mercado financeiro chileno e o governo foi a quebra da CRAV (*Compañía Refinadora de Azúcar de Viña del Mar*), devido ao seu endividamento no exterior. A falência da CRAV levou consigo várias outras

---

<sup>140</sup> PIÑERA E; José. Exposição no seminário: *El empresario frente a la Reactivación Nacional*. Universidad Católica de Chile. Santiago: 19 de maio de 1977. apud. HERRERA, Genaro Arriagada. op. cit. p. 85-86.

<sup>141</sup> ZÁRATE, Verónica Valdívía. *et ali. La alcaldización de la política. Los municipios en la dictadura pinochetista*. Santiago: LOM, 2012. p. 56.

<sup>142</sup> Idem.

empresas e bancos que compunham o mesmo conglomerado financeiro.<sup>143</sup> E para agravar a situação, o governo anunciou para o ano de 1982 um alto déficit fiscal que demandaria novas medidas para controlar essa crise.

O “milagre econômico” chileno em pouco tempo abriu espaço para uma crise econômica que só poderia ser comparada proporcionalmente aos efeitos da crise de 1930. Segundo Ricardo Ffrench-Davis, em 1981 a taxa de desemprego chegava a níveis que duplicavam a mesma taxa de 1970<sup>144</sup>, chegando em 1982 a 31%, e criando um cenário em 1983 no qual de cada três trabalhadores, um estava desempregado.<sup>145</sup> Em 1982 o PIB havia diminuído em 14%, acompanhando a queda de outros índices como da produção industrial em 21% e da construção civil em 50%.<sup>146</sup>

Além do caos resultante dessa crise, suas consequências políticas ultrapassaram o âmbito da equipe econômica do governo. Em 1982 uma questão ficou mais que provada: a ortodoxia neoliberal dos *Chicago Boys* não garantiu o crescimento econômico sustentável esperado. Como agravante, também não apresentou mecanismos de solução para a crise. O dogma do “livre mercado” no qual a crise se solucionaria por si mesma, tese essa defendida até o final pelo principal gestor das mudanças estruturais, Sergio de Castro, pareceu não se confirmar.

A postura da equipe econômica do governo, e inclusive a de Pinochet, foi de perplexidade. A essa perplexidade, sucedeu-se o esforço ministerial para encontrar as soluções à crise, embora Sergio de Castro se mantivesse resistente em relação ao desmantelamento do ideário neoliberal, inclusive alertando sobre o perigo das soluções que defendiam como saída o intervencionismo estatal, “típico do período da *Unidad Popular*”.<sup>147</sup> Entretanto as medidas do governo logo se orientaram para a intervenção nos bancos e nas entidades financeiras à beira do colapso, além de muitos setores no interior do regime passarem a criticar o mecanismo do dólar fixo, contexto esse que não só colocou à prova o receituário neoliberal como também o projeto *neoliberal-gremialista*.

---

<sup>143</sup> A empresa CRAV constituía um conglomerado econômico dos mais importantes do país. Era comandado por Jorge Ross Ossa, esse com íntimas ligações econômicas com a família Edwards que controlava os grandes meios de comunicação do país ao longo do século XX, sendo o diário *El Mercurio* o mais conhecido. Sobre a quebra da CRAV e a composição financeira desse grupo econômico ver CAVALLLO, Ascanio. *et. ali.* op. cit. 2012, p. 402.

<sup>144</sup> FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. Tres décadas de política económica en Chile*. Santiago: Dolmen Ediciones, 1999. p. 89.

<sup>145</sup> Idem p. 94.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> ALDUNATE, Arturo Fontaine. *Los economistas y el Presidente Pinochet*. Santiago: Zig Zag, 1988. p. 154.

O que teve início como uma crise econômica logo se transformou numa crise política. Isso ocorreu porque havia dois pilares de sustentação do projeto autoritário colocado em curso a partir de 1978: o primeiro de caráter econômico e materializado nas reformas do shock neoliberal, e o segundo de caráter político consagrado na Constituição de 1980. Assim, a íntima relação entre essas duas esferas do projeto autoritário liderado por Pinochet foram afetadas quando ocorreu a crise do modelo macroeconômico. Além da crise, a resolução encontrada pelo governo distanciou-se significativamente do modelo dos *Chicago Boys*, pois, teve início um dos maiores períodos de intervencionismo estatal da história econômica chilena através da intervenção a diversos bancos e instituições financeiras no intuito de evitar o colapso definitivo da economia.<sup>148</sup> Pela primeira vez após o “milagre”, o neoliberalismo passou a ser criticado de dentro e de fora do regime.

A relação entre o projeto político e econômico da ditadura civil-militar chilena ficou exposta com a crise de 1982. O sociólogo Eugenio Tironi assinalou os impactos da desestabilização econômica na condução política do país a partir de então afirmando que:

“El proyecto político autoritario descansaba también en la suerte del modelo económico. Se preveían dos fases, ambas consagradas en la Constitución Política de 1980. La primera, de corte dictatorial, debía crear las bases de una próspera economía de mercado; la segunda y definitiva sería de una democracia estable apoyada en una ciudadanía satisfecha, pragmática, ocupada de su enriquecimiento personal alejada de cualquier extremismo ideológico. El derrumbre del modelo, sin embargo, restó viabilidad a la estrategia de tránsito lento y gradual hacia esa “democracia protegida”<sup>149</sup>

Apesar do diagnóstico do autor apontar como consequência direta da crise do modelo neoliberal o surgimento de um processo de antecipação da transição

---

<sup>148</sup> A intervenção do governo em bancos e empresas foi alcançou proporções inéditas na história econômica chilena. Pinochet conseguiu uma maior intervenção no setor financeiro com a crise de 1982 do que Allende no período da *Unidad Popular*. O nível de intervenção estatal foi de tal grandeza que o editorial da revista *Hoy* através da matéria “Los sustos de la Derecha” apresentou a preocupação de alguns setores políticos e econômicos pró-regime alertando ao governo sobre os “perigos de socialismo”. *Hoy* ano VI nº288. Edição de 26 de janeiro a 1º de fevereiro de 1983. p. 7. Dos 26 bancos nacionais privados e das 17 sociedades financeiras, o governo interviu em 14 desses bancos e em 8 dessas sociedades, confirmando, dessa forma, a falência de 16 desses organismos financeiros.

<sup>149</sup> TIRONI, Eugenio. *El Régimen Autoritario. Para una sociología de Pinochet*. Santiago: Ediciones Dolmes, 1997. p. 82.



democrática ou de passagem para uma “democracia protegida” (tese essa que não compartilhamos neste trabalho), por outro lado Tironi observa o quanto o projeto político do regime foi impactado com o colapso econômico.

Na mesma linha, Huneus afirma que a crise de 1982 criou debilidades que afetaram a legitimação do regime pela eficácia, levando o governo a repensar as bases que assentaram o modelo econômico que gerou um “milagre econômico” com “pés de barro”.<sup>150</sup> Por conseguinte, essa crise da eficácia econômica atingiu a própria condução das questões políticas, produzindo efeitos no interior da cúpula do governo e nas demais esferas da sociedade civil.

Um dos reflexos da crise no interior do regime foi a necessidade de repensar os paradigmas institucionalizados até então, especificamente no que tangia à ortodoxia dos *Chicago Boys*. Boa parte da historiografia chilena reconhece nessa crise econômica o afastamento de Pinochet dos ideais e da perspectiva política do grupo mais importante na fase de institucionalização: o *neoliberal-gremialista*.<sup>151</sup> Parte desse afastamento seria motivado tanto pela ineficácia dos neoliberais em dar uma resposta rápida à crise, quanto pela forte pressão dos setores da “linha-dura” ou *nacionalistas*, que não compartilhavam, desde o princípio, com as reformas colocadas em prática pelo ministro da Fazenda Sergio de Castro.

No período da crise acentuou-se a aproximação de Pinochet com setores denominados “duros”, profundamente críticos à gestão dos ministérios sob a tutela dos *gremialistas* e dos *Chicago Boys*. Esse setor, segundo Huneus, apontava para uma maior militarização do regime, além de criticar a ambição de poder dos *gremialistas*.<sup>152</sup> Dessa forma, retomou-se a tensão da fase de institucionalização, entre os *neoliberais-gremialistas*, denominados “blandos”, e os *nacionalistas* denominados “duros”.<sup>153</sup> Jaime Guzmán, liderança importante do primeiro grupo, teceu duras críticas ao segundo acusando-os de jogar no mesmo jogo da oposição contra a instauração do projeto econômico em curso desde 1975, qualificando-os negativamente como “corporativistas” e “fascistas”.<sup>154</sup>

---

<sup>150</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 508.

<sup>151</sup> Dentre os trabalhos que compartilham dessa perspectiva podemos destacar: HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 507. ZÁRATE, Verónica Valdívía O. et. ali. *Su revolución contra nuestra revolución*. Vol. II. *La pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM Ediciones, 2008. CAVALO, Ascanio. Et. ali. op. cit. 2012.

<sup>152</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 503.

<sup>153</sup> A definição e composição desses dois grupos foi realizada no capítulo 1.

<sup>154</sup> GUZMÁN, Jaime. “Dos frentes antagónicos contra la Constitución.” *Realidad* nº 24. Santiago: maio de 1982. pp. 3-7.

Com o exposto acima, Zárate destaca a maneira como os “duros” captaram a situação política e econômica da crise de 1981, especificamente porque esse setor, próximo dos antigos componentes da ala conservadora do *Partido Nacional*, desde o princípio do governo, demonstrara sua rejeição à proposta neoliberal e, dada à conjuntura da crise, atacavam a política alfandegária, o sistema tributário e o dólar fixo, através de um claro discurso da necessidade da intervenção econômica.<sup>155</sup> Outro fator enfatizado pelos “duros” foi em relação à dissociação do modelo neoliberal ao discurso das Forças Armadas. Para Pablo Rodríguez, conhecido como um dos representantes da “linha-dura”, a adoção do modelo de *Chicago* pelos militares chilenos não passara de uma aposta pragmática, visto o histórico de apoio das Forças Armadas ao caráter mais planificador do Estado.<sup>156</sup>

Zárate destaca que a crise de 1981 gerou uma reparação da *velha direita*, organizada ao redor do antigo *Partido Nacional* que, com o golpe de 1973, se auto desarticulou.<sup>157</sup> A reparação dessa direita dinamizou, segundo a autora, dois processos distintos: o fim do discurso de uma direita hegemônica, e o debate, no interior do regime sobre os projetos de uma *direita liberal* versus uma *direita neoliberal*.<sup>158</sup> Dessa maneira, a ineficácia política da segunda direita frente a crise de 1981 e a pressão da primeira sobre Pinochet gerou um tímido afastamento do presidente em relação aos *neoliberais-gremialistas*.

A relação de Pinochet com os “duros” é interpretada como mais um elemento que contribuiu para a personalização do regime.<sup>159</sup> Conforme destaca Huneeus:

“La crisis económica, por otro lado, había debilitado la confianza que el general Pinochet había depositado en los *Chicago Boys*, ya que el equipo económico no mostraba capacidad para encararla, permaneciendo indiferente ante su agravamiento, sin considerar sus consecuencias políticas”<sup>160</sup>

---

<sup>155</sup> ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz. “Los guerreros de la política. La Unión Demócrata Independiente, 1983-1988”. In: ZÁRATE, Verónica V. O. *op cit.* p. 152

<sup>156</sup> RODRÍGUEZ, Pablo. *Revista Cosas*. Santiago: 29 de julio de 1981. p. 16.

<sup>157</sup> ZÁRATE, Verónica Valdivia. Ortiz. “Crónica de una muerte anunciada: La disolución del Partido Nacional, 1973-1980.” In: ZÁRATE, Verónica V. O. *et ali.* (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas em el Chile de Pinochet. 1973-1981*. Santiago: LOM, 2006. pp. 15-47.

<sup>158</sup> *Idem.* p. 153.

<sup>159</sup> HUNEEUS, Carlos. *op. cit.* p. 502

<sup>160</sup> HUNEEUS, Carlos. *op. cit.* p.507.

De fato, a resposta aos efeitos da crise pelo ministro Sergio de Castro tardaram muito. O pragmatismo e a crença na auto-regulação do mercado só fizeram o ministro reafirmar seu posicionamento de que o governo e o Estado não deveriam intervir para solucionar a crise, visto que os problemas econômicos eram de natureza privada. À demora de uma solução econômica, gestou-se uma crise do manejo político por parte do ministro do Interior, inclinado ao *gremialismo*, Sergio Fernández.

Diante as propostas de solução da crise econômica, que iam desde a flexibilização do modelo neoliberal, e até mesmo ao arrocho salarial e o aprofundamento das medidas de *Chicago*, o desafio do governo foi o de manter as bases sociais de apoio ao regime. Partindo de uma perspectiva da manutenção das reformas neoliberais, Sergio Fernández, juntamente com o subsecretário Enrique Montero, adotou uma estratégia política que conjugava recessão com avanços institucionais próximos à uma política de “abertura”. Esse plano político foi dividido em quatro pontos: 1) a elaboração das leis complementárias da Constituição, deixando para o final a lei de partidos políticos; 2) a coordenação, sob o ministério do Interior, dos serviços de segurança e polícia; 3) a simplificação das assessorias presidenciais; 4) a manutenção da política econômica.<sup>161</sup>

O plano de Fernández tinha por objetivo atuar sobre pontos de tensão no interior do governo. O primeiro deles se relacionava à própria consolidação da institucionalidade política contemplada na Carta de 1980, um dos maiores anseios do grupo *gremialista*. A confirmação do texto constitucional consagraria o projeto político elaborado no interior do movimento *gremial*, o que por sua vez rechaçaria toda a estrutura político-partidária que criticavam, da qual eram provenientes tanto a oposição ao regime quanto os grupos de direita que criticavam o projeto *gremialista*.

O segundo ponto da proposta de Fernández tocava no ponto nevrálgico das relações entre o Ministério do Interior e o Presidente Pinochet: os serviços de segurança e repressão. O contexto de institucionalização política da Constituição de 1980 foi acompanhado por uma ação mais sistemática do principal órgão de repressão, a CNI. Esse órgão, resultado da reformulação da DINA no período de fortes pressões internacionais entre 1977 e 1978, todavia, diante da retomada das ações MIR<sup>162</sup>, passou a atuar aos moldes do maior período repressivo (1973-1977). Assim, entre 1980 e 1982

---

<sup>161</sup> VERDUGO, Patricia. “Que si que no que ojalá” In.: *Hoy*, 5 de maio de 1982.

<sup>162</sup>O *Movimiento de Izquierda Revolucionária* continuou na clandestinidade e a partir de 1978 através da “operação retorno”, retomando a luta armada como estratégia para derrubar a ditadura.

ocorreram vários casos que demonstraram a retomada ostensiva da repressão e os desencontros entre os serviços responsáveis por tais atividades.

Nesse período, o assassinato do líder sindical Tucapel Jiménez em 1982 confirmou a atuação da CNI e também, a total falta de coordenação entre os sistemas de informação. Após as investigações, ficou mais que comprovada a responsabilidade da CNI.<sup>163</sup> Somado a isso, a estratégia desse órgão em relação às ações do MIR foram ineficazes devido à continuidade dos assaltos a banco e aos contínuos ataques realizados pelos grupos armados. Com isso, Fernández propôs um maior controle da CNI pelo ministério do Interior, e não pelo ministério da Defesa, através do qual Pinochet controlava diretamente.

A simplificação das assessorias presidenciais, na verdade, consistiu numa estratégia para acabar definitivamente com o esquema de “assessorias paralelas” realizado pelo grupo da “linha-dura”, e que por vezes minava as propostas *gremialistas* do ministro Sergio Fernández. A proposta de militarização do governo, defendida pelos *nacionalistas* ou “duros”, se contrapunha à perspectiva de institucionalização e ocupação de postos importantes do mando político pelos civis idealizado na proposta do projeto *gremial*.

Por fim, a manutenção do modelo econômico foi uma das maiores defesas de Fernández, visto que no projeto de *democracia protegida* a perspectiva da “liberdade através e no mercado” se complementavam. Dessa forma, o grupo *neoliberal-gremialista*, através dessa última tentativa de plano político criada pelo ministro do Interior tinha por objetivo dar um novo fôlego ao projeto que representavam, mas que ameaçava desmoronar-se com a crise de 1982.<sup>164</sup>

As propostas de Fernández entravam claramente em choque com a postura dos “duros”. Dar continuidade ao modelo neoliberal, mesmo após a crise, e ampliar o controle dos serviços de repressão sob o Ministério do Interior foram dois dos pontos mais criticados por esse grupo. Inclusive, as ações do MIR entre 1982 e 1983 serviram de justificativa aos “duros” para ampliar a repressão, fazendo com que Pinochet compartilhasse da perspectiva que nesse período a flexibilização e a intervenção econômica estavam no caminho certo, assim como o combate ao terrorismo seria realizado através da força, e não com recursos políticos.<sup>165</sup>

---

<sup>163</sup> Sobre toda a ação repressiva da CNI entre os anos de 1980 e 1983 ver: CAVALLO, Ascanio. et. ali.

<sup>164</sup> FERNÁNDEZ, Sergio. op. cit. pp. 179-181.

<sup>165</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 506.

Juntamente à resistência demonstrada pelos “duros” e por Pinochet, até mesmo o jornal pró-governo *El Mercurio*, centro difusor do projeto neoliberal desde a década de 1960<sup>166</sup>, passou a defender em seu editorial a flexibilização de “alguns aspectos do programa econômico por necessidades políticas”, buscando reduzir os altos custos políticos da crise econômica em andamento.<sup>167</sup> Além disso, no caderno *La semana política* de 4 de abril de 1982, o diário elaborou uma análise pessimista e negativa sobre a condução da crise pelo governo, e que tamanha ineficiência ameaçava a unidade política dos defensores do regime. Conforme a matéria jornalística:

“Las cosas se están haciendo mal, se están manejando con una rudeza de inexpertos, lo que provoca desánimo en los partidarios del gobierno y pone a éste en peligro de quedar sin más defensores que sus aguerridos soldados.”<sup>168</sup>

Nesse contexto de perda de apoio interno, Pinochet anunciou a mudança ministerial, confirmada no dia 22 de abril de 1982 com a retirada de Sergio Fernández do Ministério do Interior e de Sergio de Castro do Ministério da Fazenda. Em substituição, assumiu o novo ministro do Interior, o general de brigada aérea Enrique Montero, e Sergio de la Cuadra como ministro da Fazenda.<sup>169</sup> A pressão e as críticas dos setores internos do regime influenciaram na mudança ministerial, mas não significou o abandono do projeto *neoliberal-gremialista*. Ao contrário, Pinochet deu continuidade às medidas em curso com pequenas doses de flexibilização da ortodoxia monetarista.

As dificuldades do manejo político dentro dos ministérios do governo após a crise de 1982 podem ser identificadas na multiplicidade de mecanismos para conter os efeitos da crise. Importantes preceitos do modelo neoliberal foram revistos, com atenção especial ao fim da política cambial de *dólar fixo*<sup>170</sup>, anunciada no dia 12 de junho de 1982, e à profunda intervenção bancária em janeiro de 1983 com o ápice das falências e da crise econômica. Entre 1982 e 1985 o governo esteve num grande labirinto político

---

<sup>166</sup> SOTO, Ángel. *El Mercurio y la difusión del pensamiento político-económico liberal 1955-1970*. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2003.

<sup>167</sup> “Editorial”. *El Mercurio*. Santiago: 30 de março de 1982.

<sup>168</sup> “La semana política.” *El Mercurio*. Santiago: 4 de abril de 1982.

<sup>169</sup> O principais cargos do gabinete Montero foram distribuídos da seguinte forma: Ministério da Economia: Brigadeiro general Luís Danús; Ministério da Justiça: Mônica Madariaga; Ministério Secretaria Geral de Governo: Brigadeiro general Julio Bravo; Estado Maior Presidencial: Brigadeiro general Santiago Sinclair.

<sup>170</sup> Uma das contradições da política monetária chilena foi a fixação do dólar a 39 pesos, medida tomada por Sergio de Castro em 1979 visando reduzir as expectativas inflacionárias, caracterizando-se como uma política keynesiana em pleno modelo neoliberal.

sem conseguir encontrar uma saída de baixo custo, fato comprovado através das constantes trocas de ministros na pasta da Fazenda, contabilizando nesse período um total de quatro ministros após a saída de Sergio de Castro.<sup>171</sup>

Ainda assim, essa instabilidade política não se traduziu no abandono do projeto neoliberal-gremialista. Apesar das críticas a esse grupo, Sérgio Fernández foi mantido nos bastidores do governo, inclusive sendo nomeado em 1983 para integrar a *Comisión de Estudio de las Leyes Políticas*, importante instância que regularia as normas e leis que complementariam a Constituição de 1980 e a transição democrática. Além disso, Pinochet nomeou para o ministério da Fazenda várias personalidades que compartilhavam dos pressupostos neoliberais, como o próprio ministro Carlos Cáceres.

Outra questão que podemos observar acerca dos efeitos políticos da crise de 1981 sobre o governo é diagnosticar a fragmentação da coalizão governante. A reportagem de Patricia Verdugo<sup>172</sup> a princípios de 1983 destaca o efeito políticos da crise no interior da direita chilena e especificamente no empresariado chileno, cheio de dúvidas em relação não somente às respostas econômicas por vezes ineficazes e recheadas de intervencionismo estatal, mas também relativas à como a maneira de condução da crise daria espaço à oposição política.<sup>173</sup>

Apesar da ineficácia governamental na busca de soluções para a crise econômica, e as sucessivas disputas políticas entre as forças que apoiavam o regime, diagnosticar tal crise como o fator gerador de uma fragmentação da cúpula civil-militar do regime é partir do pressuposto de que essa mesma cúpula fosse homogênea, perspectiva essa que o próprio processo político do período 1973-1980 demonstrou o contrário. A formulação do projeto de uma economia neoliberal, juntamente com a formação e consagração da Constituição de 1980, foi marcada por disputas e lutas pela hegemonização de projetos com distintas naturezas e objetivos, dentre os quais o presidente Pinochet levou a cabo apenas um, o de inspiração *neoliberal-gremialista* consagrado na concepção de *democracia protegida*. Contudo, como já afirmamos, um dos únicos elementos que constituiu a unidade dos grupos que apoiaram o golpe foi a desarticulação da estrutura política da *Unidad Popular* e a busca pelo equilíbrio econômico. O reconhecimento da heterogeneidade desse bloco político, que se estendia

---

<sup>171</sup> Foram eles: Sergio de Castro 1976-1982; Sergio de la Cuadra abril-agosto de 1982; Rolf Luders 1982-1984; Carlos Cáceres 1984-1985; Hernán Buchi 1985-1989.

<sup>172</sup> Patricia Verdugo foi uma das jornalistas com maior notoriedade ao longo da ditadura chilena no que tange às denúncias às violações aos direitos humanos e às análises políticas do período.

<sup>173</sup> VERDUGO, Patricia. "Los sustos de la derecha". In.: *Hoy*. Ano VI, nº288. Janeiro-fevereiro de 1983. pp. 7-9.

da direita até o centro político, se manifestou na distribuição de instâncias políticas e governamentais aos distintos grupos colaboradores do governo militar, exemplificado inclusive na permissão de que indivíduos ligados ao antigo *Partido Demócrata Cristiano*, de centro, atuassem no governo, em especial na comissão de estudos para a elaboração da Constituição.<sup>174</sup> Dessa forma, a crise econômica iniciada em 1981 apenas acentuou as diferenças desses grupos.

Por fim, e diante da oposição interna do governo em relação ao manejo da crise econômica e política, o governo teve o maior desafio da década: salvar seu projeto econômico e construir garantias de eficácia política. Porém, não só os grupos que apoiavam o regime demonstraram sua insatisfação, mas em 1983 o governo teve de lidar com outro protagonista: o povo chileno que retomou as ruas através das *Jornadas de Protestas*.

## **2.2- A Jornada de Protestas 1983-1986: a sociedade desafia o projeto da ditadura.**

A historiografia chilena denomina como *Jornadas de Protestas* as manifestações sociais contra o governo autoritário, ocorridas entre os anos de 1983 e 1987.<sup>175</sup> Nesse período, surgiu um amplo movimento de massas, caracterizado por distintas estratégias e demandas, que no seu conjunto, tinham o objetivo principal de desafiar a ditadura exigindo o retorno imediato do regime democrático, ou seja, propondo a ruptura do regime em curso e desafiando o projeto político estabelecido na Constituição de 1980. Assim, esses protestos criaram um novo marco no processo de politização de uma sociedade marcada pelo silêncio e pela violência de Estado, além de criarem as

---

<sup>174</sup> Ver capítulo 1.

<sup>175</sup> GARCÉS, Mario; DE LA MAZA, Gonzalo. *La explosión de las mayorías. Protesta Nacional 1983-1984*. Santiago: Educación y Comunicaciones, 1985. WEINSTEIN C; José. *Los jóvenes pobladores en las protestas nacionales 1983-1984*. Santiago: Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación, 1988. TIRONI, Eugenio. *Autoritarismo, modernización y marginalidad. El caso de Chile 1973-1989*. Santiago: SUR, 1990.

condições para o retorno das organizações político-partidárias, proibidas de atuarem desde fins da década de 1970.<sup>176</sup>

As *Jornadas de protestas* se tornaram um indicativo que era possível acabar com a ditadura, ao mesmo tempo em que permitiu um debate mais amplo sobre qual seria o projeto de transição democrática que viabilizasse a derrocada de Pinochet e da Junta de Governo. Desde o princípio, essas manifestações sociais, posteriormente engendradas e canalizadas por instâncias partidárias, propuseram o modelo da *transição por ruptura*, considerando as gradações de cada organismo político. Com isso, mais que do a busca pela partilha do “milagre econômico” que não veio, a tomada das ruas demandou por democracia.

Afirmar que essas manifestações sociais pegaram o regime de surpresa é quase impossível. O clima de descontentamento com a crise econômica do período 1981-1983 era visível em distintas esferas da sociedade chilena, em especial entre os trabalhadores. Em carta aberta ao general Pinochet, datada de 31 de janeiro de 1983, iniciativa tomada pela *Coordinadora Nacional Sindical* – CNS, e assinada por 1200 dirigentes sindicais, os trabalhadores demonstraram suas preocupações sobre os efeitos da crise econômica, ao mesmo tempo em que exigiam a realização de um plebiscito nacional que definiria a continuidade ou a ruptura do governo autoritário.<sup>177</sup>

Essa carta foi escrita num contexto de ampla repressão sobre o movimento sindical, proveniente desde a implementação do *Plan Laboral* de 1979, este tido como a extensão das reformas neoliberais no mundo do trabalho. Outro fator que explica essa repressão foi a tentativa do governo em combater a influência da CNS nos setores trabalhistas no princípio da década de 1980, vide a ação ostensiva da CNI e demais órgãos de repressão sobre suas principais lideranças como, Manuel Bustos (cuja trajetória política foi exercida no *Partido Democracia Cristiano*), Alamiro Guzmán (antigo membro do *Partido Socialista*), Jaime Castillo Velasco e Carlos Briones, estes últimos enviados para o exílio no ano de 1981. Além disso, o assassinato de Tucapel Jiménez, principal liderança sindical do período e presidente da *Asociación Nacional de Empleados Fiscales* -ANEF, que causou comoção entre todas as instituições ligadas às

---

<sup>176</sup> Os partidos políticos ligados à *Unidad Popular* e de orientação ideológica marxista foram declarados “fora da lei” e ilícitos através do Decreto Lei Nº 77 de 13 de outubro de 1973. Os partidos de outra orientação política, em especial de oposição ao governo de Allende, foram colocados em recesso pelo Decreto Lei Nº 78 de 13 de outubro de 1973. (Esse recesso permitiu aos partidos conservar a propriedade de seus bens, que seriam administrados pelas lideranças partidárias.) Finalmente, no dia 12 de março de 1977, pelo Decreto Lei Nº 1697, a Junta de Governo determinou a dissolução de todos os partidos políticos.

<sup>177</sup> “Carta abierta al general Pinochet”. *Analisis* ano VI nº54. Santiago: fevereiro de 1983. pp. 31-34.



causas dos direitos humanos, confirmam a atenção especial que o governo deu ao movimento sindical, principalmente no curso da crise.<sup>178</sup>

Se as manifestações não surgiram do acaso, a plataforma de exigências provenientes das ruas causou preocupação ao regime. Segundo a historiadora Fabiana de Souza Fredrigo, a crise econômica foi catalisadora das *protestas* sociais, mas não o seu resultado direto. Analisando essas manifestações como um momento da recomposição do tecido social chileno, embora sem muita clareza de onde essa ação política poderia chegar, conforme a autora:

“Na realidade, a crise econômica coincidiu com a reorganização subterrânea de alguns setores sociais que, mais tarde, disseminaram esta organização subterrânea no espaço público – esteve aí a contribuição inevitável e decisiva das mobilizações populares de 1983-1984.”<sup>179</sup>

Discutindo sobre a primeira fase dessas manifestações (1983-1984), argumenta Fredrigo que as mesmas rearticularam a sociedade e a política viabilizando novas formas de acordo e/ou enfrentamento com a ditadura, redefinindo o pensamento sobre a democracia e o melhor caminho para alcançá-la.<sup>180</sup> Contudo, as primeiras ações dessa “organização subterrânea” ocorreram com a convocação do primeiro protesto pela *Confederación de los Trabajadores del Cobre - CTC* para 11 de maio de 1983. Esse protesto demonstrou a força da reorganização política da sociedade chilena. A sua adesão foi significativa e extrapolou as fronteiras do movimento sindical, com a participação de setores médios e inclusive de lideranças empresariais. Contudo o que nos chama a atenção é que além de extrapolar as bases sociais, as reivindicações da primeira manifestação não se limitaram apenas às mudanças emergenciais no sistema econômico ou em medidas que solucionassem os efeitos da crise e da ausência de emprego, mas e principalmente, se converteram numa grande ação política contra a ditadura civil-militar, a ausência de espaços democráticos, e por fim, na exigência do início imediato da transição à democracia. Como podemos identificar na própria *Declaración de 11 de mayo* realizada pela CTC:

---

<sup>178</sup> CAVALLO, Ascanio. et. ali. “Muerte por muerte”. In.: CAVALLO, Ascanio. et. ali. op. cit. pp. 389-399.

<sup>179</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. op. cit.. p. 31.

<sup>180</sup> Idem, p. 36.

“(…) nosso problema não é uma lei a mais ou uma lei a menos, uma modificação ou outra que está vigente, mas sim é muito mais profundo e medular: trata-se de um sistema econômico, social, cultural e político que tem nos envolvido e oprimido, que se contradiz com a nossa idiossincrasia de chilenos e trabalhadores, que tem nos asfixiado com armas como o temor e a repressão para cada vez nos enredar mais, tudo isso porque não nos adaptamos, porque a nossa maneira de viver é distinta, porque [este sistema] nos foi imposto à força e enganosamente.”<sup>181</sup>

A partir da convocação dessa confederação, teve início um amplo conjunto de manifestações sociais, cuja dinâmica e a composição social foram as mais variadas. Na primeira fase dessas manifestações, entre 11 de maio de 1983 e 30 de outubro de 1984, ocorreram onze protestos concentrados em sua maior parte na região metropolitana de Santiago. O que a princípio teve início no mundo do trabalho logo se estendeu à outros grupos e classes sociais, em especial os setores médios e empresariais descontentes com a condução da política econômica neoliberal. Compuseram essas manifestações os trabalhadores da mineração, vários líderes sindicais, os *gremios* (entidades de organização setorial circunscrita à classe média) *dos transportistas y camioneros*, organizações de mulheres, universitários (provenientes das universidades de Santiago, Valparaíso, Talca, Concepción), estudantes (especialmente através da rearticulação da *Federación de Estudiantes de Chile- FECH*), grupos de familiares de desaparecidos políticos, e principalmente os *pobladores* (moradores das áreas concentradas na periferia da região metropolitana, caracterizadas pela ausência de serviços básicos e habitada pelos setores mais pobres da população- denominadas *poblaciones*).<sup>182</sup>

As estratégias dessas manifestações também foram múltiplas. Como uma verdadeira explosão social, várias demandas foram sendo incorporadas ao longo desse período de agitação social. Foram organizadas concentrações nas principais vias da capital chilena, com marchas, “buzinaços” e “caceroladas”. Também organizavam greves, e inclusive uma paralisação nacional para o dia 30 de outubro de 1984. Além

---

<sup>181</sup> CONFEDERACIÓN DE LOS TRABAJADORES DEL COBRE. *Declaración de 11 de mayo*. Santiago: 11 de maio, 1983. Essa declaração foi traduzida pela autora. *apud*. FREDRIGO, Fabiana de Souza. op. cit.p. 37

<sup>182</sup> Fredrigo destaca que embora a composição social dos protestos em 1983 fosse bastante heterogênea, ao longo das manifestações e dos êxitos das medidas econômicas, os setores médios da sociedade foram deixando de participar do movimento, tornando ao fim de 1984 e 1985 a *Jornada* um movimento majoritariamente de operários e classes sociais mais pobres, como os *pobladores*. Esse resultado inclusive facilitou num processo de periferização do protesto social, tornando as *poblaciones* o alvo principal da ação repressiva do Estado.

disso, se os primeiros protestos foram marcados por uma significativa adesão social, os que ocorreram no segundo semestre de 1983 já demonstraram um relativo enfraquecimento do apoio, resultante tanto das manobras do governo para contornar as manifestações, quanto da intensa repressão aplicada no período, conformando uma variação dos picos participativos nas manifestações.<sup>183</sup> Por fim, um dos principais grupos e setores nos quais essas manifestações assumiram grandes proporções foram os setores *poblacionais* que compuseram as manifestações até o seu fim, atuação essa marcada pelo forte radicalização e por isso, foco principal da repressão política.<sup>184</sup>

Dentre as consequências políticas desse movimento social destacamos quatro contribuições principais: a retomada da politização da sociedade civil; o retorno das organizações político-partidárias; a catalisação e discussão dos prazos da transição à democracia e a derrocada da ditadura; e a primeira sinalização de uma “abertura” do regime.

Embora a despolitização fosse um objetivo da ditadura chilena, especificamente no que tange à redução dos espaços públicos de participação social na gestão do governo e na canalização das demandas sociais, e a repressão pelos órgãos de repressão e inteligência corroborassem o clima do medo, a sociedade chilena retomou as ruas para expressar suas insatisfações e demandas. Como analisa Fredrigo, foi um período de reconfiguração das identidades políticas, cuja recomposição social foi marcada pela rejeição às transformações neoliberais e autoritárias colocadas em marcha por esse mesmo Estado.<sup>185</sup> Corroborando a tese de Fredrigo, Garcés e Maza afirmam que os protestos tiveram relação com o empobrecimento da população, o fechamento dos espaços de participação política e com a quebra das relações entre a sociedade e o Estado. Tais críticas já presentes na sociedade desde a implantação das “modernizações neoliberais” da década de 1970 explodiram no cenário nacional após a crise de 1981.

Relacionado à busca por espaços de participação política, tais manifestações foram engendradas (e também engendraram) pela (a) atuação das novas e antigas legendas partidárias, pressionando o regime em aceitar legalmente a interlocução dos

---

<sup>183</sup> Essa variação tanto inclinava para a diminuição do contingente das manifestações, como foi o caso dos protestos de agosto de 1983, assim como indicavam o aumento desse contingente e de retorno de grupos sociais, como a classe média, como ocorreu no oitavo protesto no dia 27 de março de 1984. Ver: DE LA MAZA, Gonzalo; GARCÉS, Mario. op. cit. p.59.

<sup>184</sup> Outro elemento importante para a compreensão dos protestos sociais é a intensa participação dos jovens dessas poblaciones em sua maioria. A juventude foi a principal força política das *Jornadas de Protestas*. Ver: WEINSTEIN, José. *Los jóvenes pobladores em las Protestas Nacionales (1983-1984)*. Santiago: Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación, 1988.

<sup>185</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. op. cit. p. 31.

partidos políticos. Para Fredrigo, as manifestações de 1983-1984 representaram uma reconfiguração da *cultura política*<sup>186</sup> chilena porque romperam com a prática da ação dos partidos como mediadores na relação entre Estado e sociedade. Segundo a autora:

“Uma das evidências notórias da premissa anterior refere-se às variações na forma de protestas, ou melhor, nas distinções do *fazer político* que se inaugurava. Basta lembrar que as *protestas* não nasceram no interior dos partidos políticos. Para uma sociedade como a chilena, isto tinha uma significância extraordinária, pois toda a articulação política pré-1973 sustentava-se mediante a atuação partidária. Os partidos políticos eram, tal como os denomina Manuel Garretón, a *coluna vertebral* do sistema democrático, desse modo, a interlocução Estado-sociedade via-se alicerçada na atuação dos mesmos, o que deu origem ao fortalecimento institucional da democracia chilena. Por sua vez, a desestruturação patrocinada pelo projeto fundacional do regime militar exigiu que a sociedade civil se movimentasse, descoladamente, do tipo de atuação histórica – relacionada, exclusivamente, aos partidos políticos.”<sup>187</sup>

Concordamos em parte com a proposição de Fredrigo porque acreditamos que o governo autoritário de Pinochet e da Junta de Governo, apesar de todo seu empenho em exterminar a oposição ao regime, seja pelo fechamento dos canais de representação ou pela repressão, não conseguiu impedir a atuação dos partidos ou movimentos existentes pré-1973, ainda que na clandestinidade. Além disso, embora reconheçamos que as demandas desses protestos não tenham sido resultado direto de siglas partidárias, visto sua pluralidade e diversidade dos centros de difusão do descontentamento, devemos estar atentos à capilaridade da *cultura política partidária* chilena nas distintas camadas sociais, e o trabalho subterrâneo das distintas orientações políticas sob a ditadura.

Trabalhos mais recentes como do historiador Rolando Vallejos sobre o *Partido Comunista Chileno*- PCC na década de 1980, comprovam que os partidos de esquerda e de centro nunca deixaram de existir, enfatizando a presença clandestina dos comunistas

---

<sup>186</sup> Por *cultura política* entendemos como uma “espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” os quais atuariam como uma chave explicativa dos comportamentos políticos. Trabalhamos com sua perspectiva plural, ou seja, a existência de várias culturas políticas no interior de uma comunidade, ou também uma cultura política singular, por exemplo, a nacional, quando na intercessão de várias culturas políticas, a área de abrangência conformaria uma cultura política única. BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia.” In: AZAVEDO, Cecília. *et ali. Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

<sup>187</sup> Idem, p. 56.

nos principais focos dos protestos da década de 1980, as *poblaciones*. A própria disseminação dos debates internos ao PCC entre os *pobladores*, foi importante na construção das formas de luta no período das *Jornadas de Protestas*.<sup>188</sup>

Devemos considerar também, que o próprio movimento sindical esteve liderado por indivíduos ligados às distintas *culturas políticas partidárias* do passado, o que explica em parte muito dos comportamentos e das estratégias construídas para enfrentar o regime ao longo do processo de liberalização. Por isso, defendemos a ideia que esses protestos não só criaram as condições para impulsionar o processo de liberalização e permitir a legalidade da atuação de alguns partidos políticos, mas também foram resultantes da presença das ideologias partidárias na sociedade chilena durante o século XX.

Com o exposto acima, no período entre 1983 e 1984 surgiram vários agrupamentos partidários, ainda que a forma jurídica de partidos políticos fosse proibida, de modo que assumiram um importante protagonismo na transição chilena. O primeiro deles foi a *Alianza Democrática - AD*, composta por membros dos seguintes partidos: *Partido Democracia Cristiana - PDC*, *Derecha Democrática* (antigo *Partido Republicano*), *Partido Radical*, *Partido Socialdemócrata*, *Partido Socialista (Comité Político Unidad)*, e posteriormente integrada pelo *Movimiento Acción Popular Unificada Obrero-Campesino- MAPU-OC* (na ilegalidade desde outubro de 1973) e também pelo *Grupo por la Convergencia Socialista*, posteriormente denominado *Partido Socialista Renovado* (sob a liderança de Ricardo Nuñez Muñoz, que propôs uma revisão dos preceitos socialista, inclinando-os para a aliança com os democrata cristãos).<sup>189</sup>

Outro movimento político integrante da oposição a ditadura foi o *Movimiento Democrático Popular- MDP*, composto majoritariamente pelos partidos e movimentos colocados na ilegalidade com o decreto lei que extinguiu os partidos de orientação marxista, além de não se identificarem com a proposta da AD. Foram eles o *Partido Comunista*, os socialistas que não se identificavam com a perspectiva de Nuñez, e por isso integrantes do *Partido Socialista Almeyda* (sob a liderança do tradicional militante socialista da década de 1970 Clodomiro Almeyda, e que propunha uma radicalização da

---

<sup>188</sup> VALLEJOS, Rolando Álvarez. “ ‘Aun tenemos patria, ciudadanos.’ El Partido Comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988).” In: ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz de. *Et ali. Su revolución contra nuestra revolución. Vol. II La pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM, 2008. pp. 19-82. p. 43.

<sup>189</sup> Sobre a *Alianza Democrática* ver: *Historia de una alianza*. Santiago: LOM Ediciones. 1992, p. 227.

ação dos socialistas), o MIR, e outras variações do socialismo chileno, como o *Partido Socialista (Coordinadora Nacional Regionales)*, e *Partido Socialista-Chispa*.

Apesar das distintas perspectivas e estratégias de ambos os movimentos políticos em questão, o surgimento dos mesmos não só reascendeu o debate sobre o papel das organizações partidárias, mas também iniciou o debate da função dos partidos em período de “recesso político”. A capacidade de organização da AD e do MDP em realizar manifestações de grande impacto político num Chile autoritário causou um forte impacto nas estruturas do governo em crise.

Embora os dois movimentos de oposição utilizassem a mobilização social como meio para derrubar a ditadura, a composição política e ideológica de cada um distanciou a AD do MDP. Enquanto a hegemonização democrata-cristã no interior da AD passou a ser uma realidade que orientou a ação desse movimento ao centro político e à negociação com o governo, a postura de mobilização e radicalização proposta pelos comunistas no interior do MDP, e respaldados pelo MIR, tornou-se um elemento de distinção deste em relação ao primeiro, gerando conflitos e debates entre ambos. Contudo, até o fim das *Jornadas* em 1984, ambos os movimentos atuaram conjuntamente.<sup>190</sup>

Como mais um dos resultados dos protestos sociais, e talvez o principal, apesar das divergências dos movimentos políticos que assumiram sua condução, o consenso geral foi o de por fim ao regime autoritário de Pinochet e antecipar a transição, exigindo uma nova agenda política. Conforme a reportagem da revista *Hoy*:

“El llamado oficial de la AD – en afiches y volantes – es para expresar su repudio a los actuales gobernantes y exigir el termino del gobierno dictatorial. El pueblo rechaza las condiciones de miseria, hambre y represión a que está sometido por el actual régimen. El pueblo exige la libertad y el respeto por los derechos humanos.”<sup>191</sup>

As *protestas* inauguraram uma concepção cara ao projeto institucionalizado em 1980: o de ruptura do projeto instituído na Constituição. Com isso, o próprio modelo de transição à democracia, elaborado pelos civis e militares da cúpula governante, passou a ser questionado socialmente. Assim, Pinochet e a Junta de Governo passaram a elaborar

---

<sup>190</sup> As principais diferenças políticas entre a AD e o MDP ver: MOULIAN, Tomás. *Chile actual. Anatomía de um mito*. Santiago: Universidad de Arcis-LOM, 1997. p. 299

<sup>191</sup> VERDUGO, Patricia. “La oposición al Parque” In.: *Hoy*, ano VII, nº330, 16-22 de novembro de 1983. p.6.

um plano político com duas frentes: uma foi a elaboração de políticas públicas que visassem amenizar o cenário de crise econômica, e a outra foi construir uma dinâmica política de abertura associada à repressão e preservação de seu projeto político.

Ainda antes do início dos protestos sociais, e diante a configuração de um cenário de crise em 1982, Pinochet fez um discurso denunciando o oportunismo de setores políticos em relação à crise. Conforme seu discurso:

“Hay sectores que quisieran alterar el rumbo institucional que el país se ha trazado, sacando dividendos políticos de la situación económica. Los chilenos conocemos su lenguaje utópico, su absoluta falta de objetividad y su resentimiento por haber fracasado cuando dirigieron los destinos de la Nación. A ellos les respondemos con nuestra decisión inalterable de continuar nuestro programa de gobierno hasta lograr cabalmente nuestros objetivos.”<sup>192</sup>

Desde os primeiros momentos da crise econômica Pinochet já afirmava que não alteraria os prazos estabelecidos no processo de institucionalização, e muito menos os prazos para a transição democrática. Como destaca Adrián Villegas Dianta, ao perceber que a fragilidade do projeto econômico ameaçava a integridade e continuidade do projeto político, Pinochet passou a rememorar outra crise econômica, a do governo de Allende nos anos 1970.<sup>193</sup> Demonstrando as diferenças essenciais entre o período “marxista” e o de seu governo, numa entrevista concedida ao jornal *La Nacion*, o general enfatizou o aspecto das modernizações empreendidas a partir do “*Pronunciamento de 1973*”, e que esse caráter do projeto neoliberal ultrapassava o campo econômico e constituía parte do projeto político de seu governo, o que por sua vez, seria inalterável. Conforme afirmado na entrevista:

“La obra que el Gobierno impulsa va más allá de una mera política económica. Nuestra liberación del marxismo y nuestra proyección como una nación soberana y libre son superiores a los planteamientos u oposiciones de carácter económico. El Gobierno optó por un sistema de economía social de mercado, y ello constituye una definición básica e inalterable.”<sup>194</sup>

---

<sup>192</sup> PINOCHET, Augusto. Entrevista concedida à revista *Ercilla*. Santiago, 29 de dezembro de 1982.

<sup>193</sup> DIANTA, Adrián Villegas. *Transición chilena a la democracia. Evolución del proceso de transición chilena a la democracia: un proceso de consensos y pactos*. Dissertação de mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso. Valparaíso, 2003. p. 127.

<sup>194</sup> PINOCHET, Augusto. Entrevista concedida ao jornal *La Nacion*. Santiago: 3 de janeiro de 1983.

Para Pinochet, qualquer oposição que surgisse no contexto da crise econômica seria carente de um projeto político consistente, e, portanto, ilegítima. Porém, o efeito político das ruas, somado à crise do manejo político no interior do regime, levou o governo a considerar sua postura intransigente e a iniciar um diálogo com a oposição reconhecendo a legitimidade da AD como interlocutora entre os protestos e o Estado. Assim, após dez anos de ditadura, Pinochet deu início a um tímido processo de liberalização política, com avanços e retrocessos.

O significado político desses protestos, como vimos, foi amplo e objetivo. Da expressiva adesão social no início, à circunscrição das manifestações nos setores mais pobres no final de 1984 e anos posteriores, o que gerou a *periferização* das manifestações, o foco principal a partir de 1984 foram as *poblaciones*. Além disso, o perfil do manifestante em sua grande parte foi de jovens, com uma média de idade próxima aos 20 anos. Somente 17% estavam na faixa etária entre 26 e 30 anos, assim como 12% estava acima dessa média. Somado a isso, e à periferização da repressão, as estimativas apontam para 100 mortos e 100 feridos entre o período 1983-1984.<sup>195</sup>

Existem inúmeras interpretações e críticas sobre o resultado das *Jornadas de Protesta*. Enquanto Herrera afirma que a hegemonização da via insurrecional, ou maximalista, defendida pelo MDP era inviável, o que tornava impossível a derrocada de Pinochet em 1984<sup>196</sup>, Vallejos afirma o contrário, que no horizonte das expectativas, inclusive da própria AD, a análise do mundo real dos acontecimentos políticos entre 1983-1984, ainda que parecesse inviável, essa impossibilidade não estava tão clara entre os manifestantes e as lideranças políticas. Assim, sendo a transição democrática o lugar das incertezas, derrocar a ditadura era uma possibilidade que parecia possível, e isso motivou os protestos mensais ao longo de mais de um ano.<sup>197</sup>

Fredrigo também compartilha da hipótese de que os movimentos sociais do período não conseguiram construir um projeto político viável para conquistar a curto prazo o processo de transição, o que, para a autora, foi interpretado pelos novos movimentos partidários como a necessidade de rever o método de mobilização e radicalização popular, em especial por parte da AD, contexto que cobriu a oposição com um *realismo político* que convergiu na opção pela fórmula política da *transição*

---

<sup>195</sup> Dados disponíveis em: *Hechos Urbanos*. Santiago: SUR, nº21, maio de 1983. Apud.FREDRIGO, Fabiana de Souza. op. cit. anexo 1.

<sup>196</sup> HERRERA, Genrao Arriagada. op. cit. p. 181.

<sup>197</sup> VALLEJOS, Rollando Álvarez. op. cit. p. 48.



*pactada*.<sup>198</sup> Contudo, apesar de seu diagnóstico de um desencontro entre o *mundo social*, que demandava por *democracia social*, e o *mundo político*, que por sua vez exigia *democracia político-partidária*, a autora reconhece o legado principal, o qual também defendemos, das *Jornadas de Protestas*: a ruptura do padrão de controle do projeto de transição da ditadura civil-militar.<sup>199</sup>

O fim do recesso político e o início da transição democrática passou a ser a principal demanda dos protestos da década de 1980. Embora sem contornos, e como um projeto inacabado, os protestos impulsionaram a construção de uma agenda alternativa da transição que ia de encontro ao projeto político consagrado na Constituição de 1980. Dessa maneira, assim como constatado por Luiz Werneck Vianna e por Eli Diniz sobre o caso brasileiro, houve uma distinção entre o projeto político de abertura do regime e do processo de abertura, no qual mesmo com um programa previamente formulado nos anos de institucionalização (1978-1980), as *Jornadas de Protestas* e a pressão social que exerceram, impulsionando a desconstrução de toda a linearidade proposta na “Constituição de Pinochet”.<sup>200</sup> A retomada das ruas, a construção de um cenário de enfrentamento e resistência ao medo da repressão, a reorganização e atuação dos partidos políticos, e a demanda por novos canais de (livre) expressão, forçaram a liberalização do regime, ainda que antes dos prazos estabelecidos e num cenário repletos de incertezas.

### **2.3 Da “abertura” à “cerradura”: o ministério Jarpa e o primeiro ensaio de uma abertura política.**

A crise que se instaurou no governo de Pinochet em 1983 não apresentara precedentes desde o golpe a completos dez anos de regime. A crise social, resultado do colapso macroeconômico neoliberal, e potencializada pelos primeiros protestos, criou um contexto de crise política que desafiava todo o projeto autoritário institucionalizado através da *economia social de mercado* e da Constituição de 1980. Foi, portanto, nesse cenário de incertezas, marcado pelo reaparecimento dos movimentos sociais e do sistema de partidos que Pinochet lançou o primeiro processo de abertura política.

---

<sup>198</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. op. cit. p. 71.

<sup>199</sup> Idem, p. 61.

<sup>200</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983, p. 166. DINIZ, Eli. op. cit. p. 334.

Após a saída de Sergio Fernández do Ministério do Interior em 1982, e a posse do general brigadeiro da Força Aérea Enrique Montero no mesmo ministério, Pinochet teve dificuldades em apresentar uma alternativa que contornasse essa crise, conformando um período caracterizado por um grande vazio de decisões políticas e pela ineficácia das soluções econômicas apresentadas pelo Ministério da Fazenda, este sob o comando de Sergio de la Cuadra. Além disso, o crescimento das *Jornadas de Protestas* causou a impaciência dos componentes da cúpula do governo, especialmente entre os membros da *Junta de Gobierno* e do *Estado Mayor*, que imediatamente sinalizaram os perigos da crescente insatisfação social frente o desemprego, assim como o clima de incertezas em relação aos setores empresariais e produtivos. Por fim, outro fator que ampliou o desconforto do governo foi a comprovação de que as manifestações sociais também estavam sendo dinamizadas por organizações partidárias de centro-esquerda.<sup>201</sup>

O isolamento do governo, e o declínio de apoio a Pinochet, foram resultantes das críticas que advieram de todos os lados, seja da oposição ou dos grupos comprometidos com o regime. Somado a esse fator, os programas sociais criados para solucionar o déficit de emprego e diminuir os impactos do ciclo recessivo, o *Programa de Empleo Mínimo* –PEM, e o *Programa de Empleo para Jefes de Hogar* –POJH, e a renegociação das dívidas dos bancos e conglomerados econômicos, a situação econômica se manteve crítica, especialmente com as medidas de ajuste estabelecidas pelo FMI, aplicadas pelo ministro da Fazenda Carlos Cáceres. Com isso, era necessário também fornecer uma resposta política, especificamente após a força dos protestos, entre julho e agosto de 1983. Assim, surgiu uma reorientação política inclinada à construção de um horizonte político de abertura, consolidado na posse de Sergio Onofre Jarpa no ministério do Interior.

Como uma figura conhecida da política chilena, e proveniente dos quadros políticos do *Partido Nacional*, Jarpa representava a “velha direita”, ou seja, a direita pré-1973. Candidatou-se pelo *Partido Nacional* às eleições de 1970, disputando com Allende. Além disso, foi uma das principais lideranças civis que apoiou o golpe de 1973, o que demonstrava sua inclinação ao regime governado por Pinochet. No momento em que foi convidado por Pinochet para ocupar o ministério, ocupava o cargo de embaixador chileno em Buenos Aires. Embora sua participação política no período

---

<sup>201</sup> Aqui trata-se especificamente da liderança democrata-cristã de Gabriel Valdés ao realizar uma chamada para a paralização nacional, que não pode ser anunciada. CAVALLLO, Ascanio. et. ali. op. cit. p. 455.

anterior a 1973 fosse considerada como um problema, especialmente pelos *gremialistas* que criticavam o “pessoal político” atuante no antigo sistema partidário chileno, Jarpa ainda se configurava como uma importante liderança, além de ter contatos com importantes líderes da oposição, em especial do *Partido Demócrata Cristiano*.

Essa política de abertura, personificada em Jarpa, é apontada por Apiolaza como resultante tanto do efeito da rápida reorganização da oposição, quanto da necessidade do governo em recuperar a iniciativa política e descomprimir e estabilizar a situação social.<sup>202</sup> Dessa forma, o novo ministro do interior elaborou um plano político para determinar as prioridades e as estratégias que possibilitassem a abertura política, e com isso, o primeiro passo foi dado no sentido de sistematizar o que foi denominado na época de *Plan Jarpa*.

O *Plan Jarpa* foi elaborado a partir das seguintes premissas:

- 1) Zelar pela imagem do Presidente, evitando expô-lo desnecessariamente;
- 2) Recuperar o respaldo dos setores *gremialistas*, empresariais e políticos;
- 3) Agilizar a administração do Estado;
- 4) Eliminar os “inimigos internos” dos cargos importantes;
- 5) Criar um comando político unificado com setores pró-regime;
- 6) Criar um movimento social para agrupar os independentes;
- 7) Iniciar os estudos das leis sobre as eleições e os partidos políticos;
- 8) Promover um debate sobre o marxismo e o período da *Unidad Popular*;
- 9) Criar um comitê de especialistas para manejar as comunicações do governo;
- 10) Centralizar no comunismo soviético (e não nos políticos locais) o inimigo principal.<sup>203</sup>

O *Plan Jarpa* também tentou criar um cronograma da abertura. Para o ano de 1984 tentaria terminar as leis eleitorais e dos partidos políticos e aprová-las através de um plebiscito, suspendendo o recesso político e fixando um prazo para a reorganização dos partidos, além de tentar criar um movimento político de apoio ao governo. Para o ano de 1985 caberia fixar a data para eleições parlamentares e construir uma estratégia que possibilitasse a vitória do regime. Em relação às medidas econômicas visaria dar

---

<sup>202</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 145.

<sup>203</sup> Essa síntese foi elaborada em: CAVALLO, Ascanio. et. ali. op. cit. p. 458. Tradução do autor.

apoio aos setores trabalhistas e produtivos, e responsabilizar devidamente os envolvidos no colapso financeiro de 1981-1983.<sup>204</sup>

As políticas colocadas em prática através do Ministério do Interior possibilitaram a abertura de importantes canais de diálogo e a revisão de medidas autoritárias como o exílio e a censura. Dando continuidade à revisão dos processos de exilados, iniciada ainda no gabinete de Enrique Montero<sup>205</sup>, Jarpa “flexibilizou” o exílio e permitiu o retorno de 1.149 exilados no dia 20 de agosto de 1983.<sup>206</sup> Somado a esse fator, também foi permitido o surgimento de novos veículos de comunicação da oposição. Se desde a década de 1970 já existiam as revistas *Apsi*, *Hoy*, e *Análisis*, cujas publicações passavam por censura prévia, em novembro de 1983 surgiu a revista *Cauce*, com um discurso abertamente crítico ao governo, denunciando as violações aos direitos humanos e cobrindo todas as *Jornadas de Protestas*. O conteúdo dessa revista demonstra o contexto de abertura e da existência de uma censura mais elástica, porém muito atuante, no qual em 1984 possibilitou o surgimento do primeiro jornal oposicionista *Fortín Mapocho*.<sup>207</sup>

Outro fator importante tanto para o período 1983, como para as posteriores manifestações que ocorreram entre 1985 e 1987, foi a liberação para os *colégios profesionales* e federações estudantis elegerem seus representantes de forma direta. Essa iniciativa permitiu uma importante democratização desses corpos intermediários de importantes atores políticos no processo de transição, com destaque para o *colégio profesional* dos advogados, e também para o movimento estudantil que passou a se rearticular. O ato eleitoral a partir dessas esferas organizacionais possibilitou a tomada de importantes instituições pelos partidos de oposição.

---

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Nos desperta a atenção o projeto político realizado pelo ministro Enrique Montero quando ainda ocupava a pasta do Interior que resultou num relatório entregue a Pinochet, e que consistiu num estudo sobre a situação dos exilados entre outubro e dezembro de 1982. Para isso foi formada uma comissão de estudos composta pelos ministros do Interior e Justiça, Enrique Montero e Mônica Madariaga, o presidente do *Consejo de Estado*, Miguel Schweitzer, os advogados Ricardo Rivandeneira e Eugenio Valenzuela Somarriva, e o subsecretário Ramón Suárez. Essa comissão elaborou uma lista de possíveis chilenos que poderiam retornar ao país, o que pelo número elevado de nomes (aproximadamente 900 pessoas), gerou o descontentamento de Pinochet. Mesmo com a recusa do presidente em relação á essa amplitude do “benefício do retorno”, o Ministério do Interior permitiu o retorno de 125 pessoas. Isso demonstra a nosso ver, que ou a intenção da abertura por parte dos partidários do regime precedeu ao *Plan Jarpa*, ou tratou-se apenas de uma “flexibilização” do exílio diante um cenário tão violento protagonizado pela CNI no período dos protestos sociais. Ainda assim, o número de exilados pela comissão era muito alto: 37.292 chilenos. Sobre isso ver: CAVALLO, Ascanio. et. ali. op. cit. p. 444.

<sup>206</sup> “Gobierno autorizo el regreso de 1.149 exilados.” *La Tercera*. Santiago: 20 de agosto de 1983.

<sup>207</sup> “Periodismo de oposición (1976-1989)”. *Memória Chilena*. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-773.html>

Contudo, o sinal mais indicativo de abertura do gabinete Jarpa foi o início do diálogo com os movimentos políticos. O reconhecimento da legitimidade dos movimentos surgidos através da lógica dos protestos e a postura do governo em dialogar com os mesmos conformou um processo denominado por Enrique Kirby de preparação dos atores políticos da transição chilena na década de 1980.<sup>208</sup> Após a oficialização da *Alianza Democrática* no dia 6 de agosto de 1983, o *Movimiento Democrático Popular* também buscou oficializar-se no dia 20 de setembro do mesmo ano. Contudo, não surgiram somente movimentos de oposição, mas também aqueles ligados ao regime como a *Unión Democrática Independiente-UDI*, fundada no dia 24 de setembro de 1983, e o *Movimiento Unión Nacional-MUN*, fundado em 27 de novembro.

Enquanto a UDI era composta majoritariamente pelos *gremialistas*, em destaque para sua principal liderança Jaime Guzmán, e defendiam o projeto político da ditadura, o qual foi construído por seus membros, o MUN, embora de direita, associados ao antigo *Partido Nacional* de Jarpa, e defensores do “*Pronunciamento*” de 1973, assumiram uma postura mais crítica e independente em relação ao governo de Pinochet, o que por sua vez, o distanciou da UDI.<sup>209</sup> Outro elemento importante a ser considerado é que mesmo em período de protestos massivos contra o governo, o MUN construiu uma importante base social devido a sua postura política mais aberta ao diálogo e à democratização, assim como por sua heterogeneidade.<sup>210</sup>

Assim sendo, no dia 11 de agosto de 1983 Jarpa anunciou sua agenda de conversações com os movimentos políticos, definida para os dias 25 de agosto, 4 e 9 de setembro. Esse período foi marcado por intensos debates devido às distintas perspectivas políticas e como cada movimento se relacionava com a ditadura. Juntamente a esse diálogo, a proposição do ministro em acelerar as leis políticas, com ênfase nas leis relacionadas ao sistema político partidário, também ratificavam o esforço em conseguir dar início imediato à transição. Até mesmo Pinochet reconheceu a legitimidade das medidas em curso quando discursou ponderadamente que:

“La actividad política es positiva mientras se desarrolle dentro de los cauces legales, y no degenere ni en la politiquería ni en la politización extrema. Si la actividad política se desarrolla con altura de miras y responsabilidad, se habrá preparado positivamente el funcionamiento de los partidos políticos... El

---

<sup>208</sup> KIRBY, Enrique Cañas. *Proceso político en Chile 1973-1990*. Santiago: Andres Bello, 1997. p. 139.

<sup>209</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 169.

<sup>210</sup> Idem.

calendario político está fijado en la Constitución. Respecto a las leyes políticas consideramos oportuno iniciar su pronto estudio.”<sup>211</sup>

Contudo, o diálogo entre os movimentos partidários teve avanços e retrocessos. Apesar do reconhecimento da necessidade de acelerar os debates na Junta de Governo sobre os projetos políticos dos registros eleitorais e dos partidos políticos prometidos para 1984 no intuito de compor um Congresso eleito até o ano de 1985, as demais demandas da AD foram consideradas excessivas e radicais, dentre as quais o encurtamento dos prazos do regime para a transição, a renúncia de Pinochet, e a formação de uma Assembleia Constituinte foram logo rejeitadas por Jarpa. Além disso, apesar da mediação da Igreja Católica, outros fatores dificultaram o diálogo.<sup>212</sup>

Entre setembro e novembro de 1983 os protestos sociais começaram a tomar proporções inesperadas pelo governo, em especial o protesto de 18 de novembro considerado como a primeira grande manifestação de massas do ano. Essa protesta já estava inserida no esgotamento do diálogo entre governo e oposição, no qual a própria AD atestava que era preciso retomar a mobilização social visto a postura do governo frente às suas demandas. O clima político apontava para o fim do diálogo e descrédito no *Plan Jarpa*. Conforme a reportagem da revista *Análisis*:

"El diálogo es que murió y definitivamente según parece. La verdad es que, a pesar de las muchas esperanzas que algunos sectores cifraron en él, el diálogo nació algo anémico y no hubo incubadora capaz de mantenerlo con vida. Tres reuniones entre la AD y el Ministro - intercaladas con sucesivos discursos del General Pinochet - y una masiva concentración organizada por el Comando de Unidad Democrática (CUD) bastaron para que la Alianza reconociera hidalgamente que se había equivocado al creer que Jarpa tenía respaldo suficiente para llevar adelante las conversaciones en torno a leyes políticas que permitieran acortar los plazos que - por la vía de la Constitución - le conceden al Gobierno de Pinochet un plazo que varía entre los 6 y los 12 años más." <sup>213</sup>

Além da dificuldade em manter as negociações, a repressão foi alvo de fortes críticas em relação ao ministro do Interior. Jarpa assumiu o ministério às vésperas da

---

<sup>211</sup> "El gobierno puede sentirse orgulloso de haber creado un sistema institucional que permitirá al país tener una democracia renovada". *Cosas*, Nº181. Santiago: 8 de septiembre de 1983.

<sup>212</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et. ali.* op. cit. p. 468.

<sup>213</sup> "Orden del día: Unidad." *Análisis*. Año VI. Santiago: noviembre de 1983.p. 4.

quarta paralisação organizada pela AD e os movimentos sindicais, de *pobladores*, e de organizações dos direitos humanos, caracterizada pelo alto número de efetivos policiais (18.000), de mortos (26) e centenas de feridos.<sup>214</sup> E essa postura se manteve durante todas as manifestações ocorridas enquanto o mesmo ocupou a pasta do interior. Tal contradição entre o discurso da abertura política e a prática da repressão foi analisada por Adrián Dianta. Para o autor:

“Destá manera podemos concluir que Jarpa si bien pretendía tal vez verdaderamente iniciar un proyecto de apertura política con la oposición, a la vez intentaba frenar el avance de la movilización social, reflejado en las protestas nacionales con la finalidad de quitar ese gran impulso y elemento de confianza que tenía esta oposición para sentirse segura a la hora de tener que sentarse a conversar con el gobierno, de esta manera se explicaría esta combinación entre apertura y represión que caracterizó la gestión de Jarpa (...)”<sup>215</sup>

A gestão de Jarpa e sua condução da abertura política foram marcadas pela ambiguidade entre a abertura da negociação e a prática da repressão. Entretanto, essa ambiguidade revela muito mais do que essas duas faces do gabinete. O período em que Jarpa assumiu o ministério do Interior foi marcado por intensas lutas internas na cúpula do governo. Isso porque a proposta de abertura política defendida pelo ministro não foi compartilhada por todos os partícipes do regime. Entender esses embates internos nos auxilia a escapar da perspectiva de que o fim do diálogo e a prolongação do regime até 1990 foi resultado apenas da polarização do sistema de partidos que dividiu a oposição, no caso entre a AD e o MDP.<sup>216</sup>

A ascensão de Jarpa no interior do governo de Pinochet ocorreu num período de descrédito da política econômica neoliberal, além do próprio ministro representar um setor da direita que sempre foi cético em relação às modernizações dos *Chicago Boys*, aproximando-se, dessa maneira, ao setor dos “duros”. Num encontro com trabalhadores chilenos, Jarpa ironizou a política monetarista associando-a a uma política estrangeira. Conforme disse o ministro:

---

<sup>214</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 520.

<sup>215</sup> DIANTA, Adrián Villegas. op. cit. p. 160.

<sup>216</sup> CORBO, Daniel J. “La transición de la dictadura a la democracia en el Uruguay. Perspectiva comparada sobre los modelos de salida política en el Cono Sur de América Latina.” *Humanidades* anoVII nº1. Dezembro de 2007. pp23-47, p. 26.

“señores, nosotros hicimos juntos la gesta del once de septiembre y ésta fue usurpada por jóvenes extranjeirizantes que le quitaron a nuestro movimiento su carácter nacional. Este era un régimen de las Fuerzas Armadas y los hombres de trabajo. Reconstruyamos la alianza del once de septiembre. ¡Echémoslos y reconstruyamos el país!”<sup>217</sup>

A postura de Jarpa entrou em choque com o grupo neoliberal, resistência essa estendida aos *gremialistas*. Desse modo, na crítica ao projeto econômico e na proposta de catalisação da transição democrática e do não cumprimento dos prazos políticos da Constituição, o ministro do Interior Sergio Onofre Jarpa propôs o desmantelamento do projeto *neoliberal-gremialista*, criando assim a primeira oposição interna ao seu projeto de abertura.

O choque entre Jarpa e o grupo *neoliberal-gremialista* aumentou com o passar do tempo, especialmente após mais um importante protesto de 27 de março de 1984, cujo resultado político, além da intensificação da repressão, foi a aposta numa nova orientação das medidas econômicas de emergência, dessa vez mais afastadas aos pressupostos neoliberais, propiciadas pelo ministro Luis Escobar Cerda ao assumir o ministério da Fazenda no mesmo dia das manifestações. Os ajustes propostos por Cerda, logo se tornaram alvo de duras críticas por parte dos *gremialistas*, especialmente devido a seus resultados magros e o temor do empresariado de que tais medidas ameaçassem o modelo de desenvolvimento sustentado no mercado e o próprio valor da propriedade privada.<sup>218</sup> A renegociação das dívidas e o alto nível de intervenção estatal do período foram condenados por Jaime Guzmán, alertando para que a flexibilização do modelo econômico em curso não fosse resultado das “pressões setoriais” e que tampouco abandonassem o “sistema econômico livre, competitivo e aberto ao comércio exterior vigente desde 1973”.<sup>219</sup>

A disputa entre o ministro Jarpa e os *gremialistas* foi descrita por Sergio Fernández, ex-ministro do Interior, da seguinte maneira:

“No había buen entendimiento entre ese grupo (Jarpa y su equipo) y los gremialistas que participaban en el Gobierno desde sus comienzos. Influyó en eso la diferencia de generaciones y la muy disímil experiencia política... Para

---

<sup>217</sup> “Sergio Onofre Jarpa: El día que yo me sienta aislado y sin respaldo, será el día que me vaya.” *Cosas* nº183. Santiago: 6 de outubro de 1983.

<sup>218</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 305.

<sup>219</sup> GUZMÁN, Jaime. op. cit. p. 9.



los gremialistas y muchos independientes que habían colaborado con el gobierno de las Fuerzas Armadas, el advenimiento de Jarpa era motivo de aprensión. Pese a su valerosa defensa de la democracia contra el régimen allendista, se tendía a ver su llegada al Ministerio del Interior una pérdida del sentido renovador que debía mantener el gobierno militar.”<sup>220</sup>

A ação da UDI também foi orientada nessa lógica da oposição sistemática ao projeto de abertura política de Jarpa, elemento fundamental que explica seu distanciamento ao MUN. Através de um discurso afinado à ideia de que uma transição democrática a partir de 1984 seria inviável e indesejável para a obra do governo de Pinochet, a UDI passou a atacar tanto o manejo político de Jarpa quanto as ações, tidas como rupturistas e “*violentistas*” da AD e do MDP ao longo dos protestos.<sup>221</sup> Além disso, apesar de num primeiro momento a UDI integrar-se à iniciativa multipartidária que caracterizou um processo de convergência política visando a escritura de um documento chamado *Acuerdo Democrático Nacional-ADENA*, orientado pela centro-direita, para ser entregue ao governo sobre os projetos das leis políticas necessárias para a transição<sup>222</sup>, essa organização partidária manteve sua postura ofensiva contra os principais movimentos da oposição, em especial ao MDP quando, partindo da lógica de uma “cruzada antimarxista” e da condenação às ações violentas nos protestos sociais, as lideranças da UDI entraram com o pedido de inconstitucionalidade no *Tribunal Constitucional* contra a organização política baseando-se no artigo 8º da Constituição, que proibia qualquer organização ou movimento que fosse fundamentado na ideia de luta de classes e que incitasse à violência.<sup>223</sup>

Somado à resistência dos *gremialistas* em relação à abertura política do período 1983-1984, o crescimento dos protestos, e da violência nos mesmos, gerou uma rápida reação do grupo da “linha-dura”. A lentidão e confusão, geradas pela liberalização construída pelo ministro do Interior, causou o isolamento político de Jarpa. Sua proposta

---

<sup>220</sup> Sergio Fernández, op. cit. p.193.

<sup>221</sup> “AD no es un factor válido para una transición pacífica.” *La Tercera*. Santiago: 10 de março de 1984.

<sup>222</sup> O *Grupo de los 8* foi composto pelos seguintes movimentos e partidos políticos: *Democracia Radical; Talleres Socialistas Democráticos; Movimiento Social Cristiano; Partido Nacional; Movimiento de Acción Nacional; Partido Demócrata Cristiano; MUN e UDI*.

<sup>223</sup> O pedido foi apresentado no dia 4 de agosto de 1984. O *Tribunal Constitucional de Chile* confirmou a inconstitucionalidade do *Movimiento Democrático Popular*, que continuou atuando na clandestinidade. A decisão, julgada apenas no dia 31 de janeiro de 1985, encontra-se disponível em: <http://www.tribunalconstitucional.cl/wp/ver.php?id=588>. Acessado em:02/03/2014.

de antecipação dos prazos da transição também não satisfez as aspirações dos “duros” que defendiam uma maior permanência do poder militar. Além disso, os membros da Junta de Governo passaram a adotar, a partir de então, uma postura mais aberta às discussões sobre a abertura política, ampliando a tensão entre “duros” e “blandos” existente entre os militares no governo.

Após o anúncio de 1º de maio de 1984, através do qual Pinochet comunicou o envio do projeto político da lei orgânica e constitucional dos registros eleitorais e dos partidos políticos à Junta de Governo, os militares membros do órgão legislativo chileno demonstraram interesse no tema. Alertando para a necessidade do retorno dos partidos políticos, o almirante Merino declarou que:

“...nosotros somos hombres de armas y estamos acostumbrados a mandar, a asumir responsabilidades, a decidir por otros y a ser responsables de las decisiones que adoptamos. Pero en la convivencia política de un Estado, en la libertad que existe, la democracia, en que el ‘demos’ esté realmente representado en nuestra Nación, hay otro procedimiento, otra forma que la que es nuestra costumbre hacer.”<sup>224</sup>

Enquanto Merino confirmou a validade e o reconhecimento dos partidos políticos como próprios da democracia, o que demandava no exato momento, um esforço para criar a lei sobre as organizações partidárias, o general Fernando Matthey, outro componente da Junta de Governo, também sinalizou numa entrevista sobre a importância do processo de diálogo e abertura em curso. Perguntado sobre qual seria a melhor saída para o governo afirmou que era preciso:

“señalar un claro calendario, cronograma o itinerario para la transición, el lo posible acordado. Por lo demás - agregó- hay muchos pasos que, a lo mejor, van a darse antes de lo que yo planteaba en "Le Point" (outubro de 1983 declaró al periódico francés Le Point: "Espero que podamos legalizar los partidos políticos en dos años y, por qué no?, organizar una elección de un nuevo Congreso de aquí a tres años. Ese es mi deseo: tres años. Espero que hayamos restaurado la democracia en menos de seis años")

---

<sup>224</sup>“Ata N°10/84-E, 5 de junio de 1984”. *Actas de la Honorable Junta de Gobierno*, Secretaría Junta de Gobierno, República de Chile, tomo L, s/p.

Apesar de ainda apresentar uma opinião praticamente circunscrita dentro dos prazos pré-estabelecidos pelo regime na Constituição de 1980. Matthey não só demonstra o interesse de alguns dos membros da Junta em possibilitar a democratização, como também afirmou que o retorno do regime democrático possibilitaria um Legislativo mais fiscalizador, função essa na qual a Junta não estaria exercendo com total capacidade.<sup>225</sup>

A postura do general Matthey, associada aos pronunciamentos do almirante Merino nos debates sobre a lei dos partidos políticos, despertou a atenção dos “duros” e também do próprio Pinochet, tornando o *Plan Jarpa* uma possível ameaça de “racha” no interior das Forças Armadas. Com isso, o então projeto político ficou congelado na Junta de Governo, sendo seu debate postergado para períodos posteriores (agosto-setembro do mesmo ano, e só concluído em 1987). Como destacou Apiolaza, a conjuntura da abertura de Jarpa foi marcada pelo fortalecimento da aliança entre *gremialistas* e a “linha-dura” que tinha por objetivo barrar a liberalização política. Isso foi facilitado, conforme o autor, pela ascensão de importantes personagens ligados à UDI à instituições políticas importantes para a realização do *Plan Jarpa*, como a nomeação de Hernan Chadwick e Maximiano Errázuriz na *Comisión de Leyes Orgánicas*, e de Juan Antonio Coloma ao *Consejo de Estado*.<sup>226</sup> Ambos os grupos partiram pra ofensiva contra Jarpa alegando que seu projeto de abertura era confuso e não permitiu o controle das manifestações sociais radicalizadas em 1984.<sup>227</sup> Por fim, o isolamento de Jarpa no interior do governo foi assumido pelas constantes demonstrações de desaprovação de suas medidas pelos ministros Patricio Carvajal que ocupava a pasta da Defesa, e pelo ministro da Justiça Hugo Rosende.<sup>228</sup>

Hugo Rosende e Patricio Carvajal foram os principais representantes da “linha-dura” que conduziram, a partir do governo, as críticas à Jarpa. Ambos os ministros assumiram seus cargos na década de 1980 em pleno período de protestos sociais, abordando como negativas as medidas do Ministério do Interior. Consequentemente, influenciaram na condução política do endurecimento do regime a partir da segunda

---

<sup>225</sup> “Dialogos con charreteras”. *Cauce* n25. Santiago: 2 a 8 de outubro de 1984. pp.6-4

<sup>226</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 197.

<sup>227</sup> A oposição política se preparava nesse período para a Greve geral, grande expectativa do ano de 1984.

<sup>228</sup> Patricio Carvajal, oficial da Marinha Chilena, foi um dos organizadores do golpe de 1973 e esteve à frente do governo ocupando o ministério da defesa entre 12 de setembro de 1973 e 11 de julho de 1974. Posteriormente retornou ao cargo, permanecendo entre 15 de dezembro de 1982 até 11 de março de 1990. Hugo Rosende foi um político ligado ao antigo *Partido Conservador*, e assessor do presidente Jorge Alessandri. Assumiu o ministério da justiça no dia 19 de dezembro de 1983, permanecendo no cargo até 11 de março de 1990.

metade de 1984, principalmente após a posse de Francisco Javier de la Cuadra no Ministério da Secretaria Geral de Governo. De la Cuadra, ao lado de Rosende e Carvajal, e diante a falta de manejo político de Jarpa, orientaram suas ações para colocarem fim à abertura de Jarpa.

Isolado politicamente, Sergio Onofre Jarpa enviou um documento elaborado entre setembro e outubro de 1984 à Pinochet contendo uma análise do andamento das leis políticas.<sup>229</sup> O documento é objetivo, mas denota a crítica de Jarpa. Ao destacar as principais leis importantes do processo de abertura, Jarpa expõe que quase todas ainda não haviam sido finalizadas ou estudadas, denotando a lentidão das distintas comissões legislativas. Segundo as memórias de Andrés Allamand, após o envio do documento Pinochet declarou que:

“... se dará cumplimiento integral a las normas relativas a modalidades y plazos establecidos en las disposiciones transitorias de la Constitución Política. El gobierno no promoverá ningún diálogo con la oposición.”<sup>230</sup>

No interior do gabinete, Jarpa encontrou a resistência de dois importantes ministros: Hugo Rosende, Ministro da Justiça, Francisco Javier de la Cuadra, Ministro Secretário Geral de Governo. Ambos criticaram fortemente os “excessos” da liberalização de Jarpa, e defendiam a retomada da autoridade por parte do governo.

Francisco de la Cuadra, jovem com trinta anos quando assumiu o ministério, tornou-se um importante protagonista na orientação política do governo a partir de 1984. Respeitado advogado, foi assessor do Ministério do Interior no período da legitimação da Constituição de 1980. Ao defender um Estado forte e com poder de mando, via na liberalização de Jarpa um perigo para o regime, devido às concessões dadas à oposição. Por isso, estabeleceu um estilo de confronto com os opositores do regime, destoando da postura de liberalização de Jarpa. Assim, reimplantou a censura, suspensa por Jarpa, e retomou a ação da *DINACOS-Dirección Nacional de Comunicaciones Social*, que teve grande atuação nos primeiros anos do regime.

A postura de Francisco de la Cuadra estava de acordo com a do próprio Pinochet. O presidente desde princípios do Plano de Liberalização de Jarpa já havia demonstrado receios em relação ao mesmo. Além disso, mesmo com o início dos

---

<sup>229</sup> “Leyes Políticas”. Ministério del Interior. Santiago: outubro de 1984. apud. APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 79.

<sup>230</sup> ALAMAND, Andrés. *La travesía del desierto*. Santiago: Aguilar, 1999, p. 80.

diálogos, Pinochet sempre comparecia à imprensa com um tom de confronto, rebatendo toda e qualquer proposta de reforma da Constituição de 1980.

Para Huneeus, a atitude de Pinochet em relação à Jarpa sempre foi a de criar instâncias paralelas de decisão política, inclusive com a *Comisión de Estudio de las Leyes Políticas*, cuja ação se direcionava para perpetuar Pinochet mesmo após 1988. O desgaste das relações entre Jarpa e Pinochet ficou evidente na imprensa, como demonstra a edição da revista *Cauce* no início de 1984:

“En comentarios anteriores especulamos sobre el misterio de la permanencia de Sergio Onofre Jarpa em el Ministerio del Interior, a pesar de desdén con que observa sus actividades el Primer Mandatário.”<sup>231</sup>

Se analisarmos a imprensa opositora, como as revistas *Analisis* e *Apsi* no Chile ao longo do ano de 1984, quase todos os veículos de comunicação destacavam o encerramento do diálogo e o isolamento de Jarpa, afirmando muitas vezes, ao longo das trocas ministeriais do período, que Jarpa sempre poderia ser retirado do ministério do Interior a qualquer momento.<sup>232</sup> O isolamento de Jarpa era publicamente manifestado inclusive pelos próprios membros do governo, como relatado pelo general Leigh numa entrevista que:

“Está entregado de pies y manos (...) Ese es un problema de Jarpa. Cada cual sabe cuál es el nivel de estómago que tinene. Ya se entregó. Cuando llegó, yo me dije: vamos a tener a un Jarpa que va a durar 2 ó 3 meses, va a chocar con Pinochet y Jarpa tendrá que volver a su casa, y se transformará em el líder de la oposición.”<sup>233</sup>

O descrédito de Jarpa no governo, a oposição político a seu projeto por “duros” e *gremialistas*, a dificuldade do diálogo com a oposição democrática, e por fim, a postura intransigente de Pinochet em não conceder mais avanços na liberalização política, convergiram num processo de “*cerradura*” ou “fechamento” da abertura. Para concluir esse processo, após a greve geral de 30 de outubro de 1984, e os atos de violência que partiam tanto da ala mais radical da esquerda, quanto, e principalmente, da CNI, a

---

<sup>231</sup> “Jarpa, el hombre de recambio?” In.: *Cauce*. Ano 1, nº14, Santiago: janeiro-fevereiro de 1984.

<sup>232</sup> “Queda de gabinete.” *Cauce* nº4. Santiago: 3 a 6 de janeiro de 1984.

<sup>233</sup> Entrevista do General Leigh in: *Cauce*. Ano 1, nº14. Santiago: junho de 1984, p. 11.

abertura foi definitivamente encerrada com o decreto de estado de sítio de 7 de novembro de 1984, definindo sua duração até 4 de fevereiro de 1985.<sup>234</sup> Complementado o estado de sítio, foi publicado mais um decreto que suspendia a publicação das revistas de oposição *Cauce*, *Análisis*, *Apsi*, e os diários *Fortín Mapocho*, *La Bicicleta* e *Pluma y Pincel*.<sup>235</sup> Assim encerrou-se o diálogo e postergou-se a transição democrática.

Um dos personagens mais influentes e decisivos na decretação do estado de sítio foi o ministro Francisco Cuadra, o que por sua vez, demarcou a influência da dinâmica política construída pela “linha-dura” em sua meta de obstaculizar a abertura de Jarpa. Contudo, Cuadra tentou diminuir o impacto político do estado de exceção relativizando o peso de medida, argumentando que:

“la declaración de Estado de Sitio no significa un retroceso en el proceso de transición y, por lo mismo, el término del Estado de Sitio no significa un avance en el proceso de transición, porque eso supondría que, necesariamente, nunca más en Chile –de aquí hasta el año 89 debiera haber un Estado de Sitio. Nadie lo puede asegurar... los dirigentes opositores saben maniobrar la vida política... fomentaron condiciones que justificaron el Estado de Sitio.”<sup>236</sup>

A consequência posterior do completo isolamento de Jarpa, e da correlação de forças políticas que engendraram no fechamento dos canais de diálogo entre Estado e oposição política, foi sua retirada do ministério do Interior no dia 12 de fevereiro de 1985, sendo substituído por Ricardo García. As modificações ministeriais de 1985 foram realizadas com o intuito preciso de ratificar o projeto político da Carta de 1980. Além disso, representou um novo fôlego para o grupo *neoliberal-gremialista* com a ascensão ao ministério da Fazenda do jovem economista Hernán Büchi também no dia 12 de fevereiro, promovendo a completa hegemonização do ideário neoliberal, embora de forma mais “flexionada”.<sup>237</sup>

Como pudemos verificar, o fracasso das negociações em 1984 não foi resultado apenas da radicalização da oposição, mas também das lutas interna do governo para

---

<sup>234</sup> Decreto Ley N° 1200. *Diario Oficial*. Santiago: 6 de novembro de 1984.

<sup>235</sup> Decreto Ley N° 1217. *Diario Oficial*. Santiago: 6 de novembro de 1984.

<sup>236</sup> “Francisco Javier Cuadra: El diálogo es una de aquellas expresiones polivalentes que exigen precisiones.” *Cosas* n°229. Santiago: 11 de julio de 1985.

<sup>237</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 307.

buscar respostas rápidas à crise política e econômica sem dismantlar o projeto instaurado no contexto do “milagre econômico” e da Constituição de 1980. Por um lado, os setores “duros” defendiam um maior controle militar da crise política e a manutenção da coesão das Forças Armadas. Por outro, os *gremialistas* defendiam o modelo da *economia social de mercado* e os cronograma do governo que estabelecia a transição somente oito anos após a aprovação constitucional, garantidor do projeto de *democracia protegida*. Por fim, os anseios do general e presidente Pinochet em permanecer no poder e defender a missão histórica das Forças Armadas iniciada com o *Pronunciamento de 1973*. Assim, além das demandas e conflitos internos da oposição nas *Jornadas de Protestas* quanto as suas demandas, estratégias, e o debate sobre a escolha entre o modelo *rupturista* ou o modelo *pactado*, outro fator determinante para o desfecho do fim da abertura em 1984 foi a reação dos partidários do regime na tentativa de conservar o poder e o *timing* da transição, prisma que também é importante para se estudar os processos de transição à democracia.

O decreto de estado de sítio em novembro de 1984 encerrou o que denominamos de “primeiro ensaio” da transição democrática no Chile. Como um dos recursos mais utilizados pelas ditaduras em período de questionamento da sua legitimidade, Pinochet utilizou-se do autoritarismo para encerrar o recente debate democrático iniciado com as *Jornadas de Protestas* em 1983. Porém, se do ponto de vista institucional a transição foi interrompida, não podemos diagnosticar o mesmo em relação aos efeitos substantivos da abertura dos espaços democráticos. A suspensão da abertura não anulou os novos espaços institucionais de ação política abertos com as conquistas democráticas exigidas pelos gritos e pela pressão dos movimentos sociais nas ruas. Além disso, o retorno das organizações partidárias, a pluralização dos meios de comunicação, e a politização dos diferenciados grupos de interesses envolvidos nas manifestações do período 1983-1984, não foram revertidos com o estado de sítio. Se a “abertura” deu lugar à “cerradura”, não podemos dizer que o ímpeto por democracia foi contido. Pinochet não caiu em 1984, mas também poderia cair antes de 1988. Foi com esse desejo que o povo chileno manteve sua luta na década de 1980.

### CAPÍTULO 3

#### DO “DESEJO DE PROJEÇÃO” DO REGIME

#### À DERROTA NO PLEBISCITO DE 1988

“Un futuro alcanzable con la consolidación final del proceso de institucionalización iniciado por nuestras Fuerzas Armadas y de Orden, y cuyos cimientos son el clamor popular, la justicia de la causa, la sangre de nuestros héroes y mártires, la rectitud de nuestros principios y valores, y la realidad de nuestras obras. Por ello, tenemos el derecho de proyección, tenemos el deber de proyección y tenemos la voluntad de proyección.”

Francisco Javier Cuadra  
Secretario General de Gobierno<sup>238</sup>

Após o período de uma limitada abertura política do regime entre 1983 e 1984, militares e civis iniciaram uma nova fase de condução da ditadura. Se no momento em que Sérgio Onofre Jarpa ocupou o Ministério do Interior a postura sinalizada por Pinochet e pela Junta de Governo foi a de negociação com a oposição e os partidos políticos recém-legalizados (ainda que de maneira limitada), o novo gabinete de Ricardo García a partir de 1985 ratificou uma conduta contrária, declarando o fim do diálogo com os partidos oposicionistas e dando início à institucionalização dos mecanismos sucessórios que convergiram na disputa política no plebiscito de 1988.

O contexto social e político do Chile após a *Jornada de Protestas* iniciada em 1983 contrastava significativamente em relação aos primeiros anos após o golpe. O que no início pareceu ao governo ser apenas um movimento de crítica à crise econômica e social, logo se revelou como uma ampla retomada das ruas pela população chilena com o objetivo de condenar a ditadura e exigir o início imediato da transição para um regime

---

<sup>238</sup> CUADRA, Francisco Javier de la. “Tenemos el derecho, el deber y la voluntad para proyectarnos”. In.: *El Mercurio*. Santiago: 4/07/1987. Cuadra foi um importante ministro do governo de Pinochet ao longo dos anos 1980, ocupando o Ministério da Secretaria Geral de Governo entre 1984 e 1987. Após sua passagem pelo gabinete desse período, tornou-se embaixador do Chile no Vaticano 1987-1990.



democrático. Embora duramente reprimida pelo governo ditatorial e com a diminuição da adesão social aos protestos, a estratégia opositora de mobilização popular para desestabilizar o regime e acelerar o calendário da transição foi positiva porque impôs a Pinochet e à Junta de Governo uma nova agenda que contemplasse questões delicadas ao governo como o exílio, a censura, e o retorno dos partidos políticos, convergindo numa limitada, porém importante, abertura política.

Todavia, enquanto muitos pensaram que em 1984 o regime de Pinochet ia cair, o governo tentou contornar todos os movimentos organizados pela oposição numa estratégia que associou a repressão e o fim do diálogo ao cronograma da transição proposta pela Constituição de 1980. Entretanto, a análise do período 1985-1988 é fundamental para compreendermos as outras formas de contestação do projeto autoritário que deram formas as distintos acordos e movimentos sociais com o intuito de derrubar Pinochet antes do prazo previsto.

### **3.1- O *Acuerdo Nacional* de 1985: a busca do consenso.**

Na conjuntura do decreto de estado de sítio de 7 de setembro de 1984, que concretiza o fim do diálogo entre a oposição e o poder Executivo, a renúncia de Jarpa do Ministério do Interior, e a construção de uma nova etapa política liderada pelos ministros García e Cuadra em contraposição à abertura, a Igreja Católica assumiu um importante protagonismo político entre os partidos de oposição ao governo de Pinochet. Por meio da ação do arcebispo de Santiago, Cardeal Juan Francisco Fresno, a Igreja reuniu vários membros dos partidos de diferentes orientações político-ideológicas para construir um consenso mínimo visando o fim da ditadura e o retorno imediato do regime democrático, episódio que criou o documento denominado *Acuerdo Nacional*.

A Igreja católica chilena teve um papel fundamental tanto na luta contra a violação aos direitos humanos cometidos ao longo da ditadura, quanto na reivindicação do fim do exílio e do retorno à democracia. Como descreve Huneeus, o afastamento entre a Igreja e o regime só aumentou com o tempo. Desde o 11 de setembro de 1973, várias foram as iniciativas da Igreja que afrontaram os militares e civis envolvidos no governo autoritário, como a criação do *Comité pro Paz* que durou até 1975 e posteriormente o surgimento da *Vicaría de Solidariedad*, importantes organizações pastorais que visavam ajudar as vítimas da repressão e denunciar os crimes contra os

direitos humanos.<sup>239</sup> Além disso, grande parte da Igreja não só denunciou a violência sistemática do Estado, mas também apontou como essa repressão era praticada especificamente contra os setores mais pobres, especialmente nas *poblaciones*. O trabalho do então arcebispo, cardeal Raúl Silva Henríquez foi de suma importância para a afirmação dessa postura da Igreja chilena. E após sua aposentadoria em 1982, ao cumprir os 75 anos de idade, assumiu Juan Fresno, nomeado cardeal pelo Papa em 1985, ano da fatídica resistência de Pinochet em estabelecer um diálogo com a oposição.

Assim, baseando-se nessa longa ação da Igreja, Fresno, a partir dos primeiros contatos com José Zabala de la Fuente<sup>240</sup>, Sergio Molina<sup>241</sup> e Fernando Léniz<sup>242</sup>, propôs a criação de uma nova estratégia para sair do estancamento político e retomar o diálogo da transição entre a oposição e o regime. Mas antes era preciso buscar o consenso entre os partidos e grupos opositores que defendiam o sistema democrático como única saída possível, objetivo das conversas iniciadas em março de 1985. Ascanio Cavallo destaca uma importante característica desse período: a aproximação dos opositores e o restabelecimento do diálogo entre direita e centro-esquerda, fato que contrastou com a experiência política do período da *Unidad Popular*.<sup>243</sup> A possibilidade do diálogo entre espectros políticos distintos, classificado por Cavallo como um “ambiente de acordo” foi a principal marca do *Acuerdo Nacional*.<sup>244</sup>

Aos poucos o grupo liderado pelo cardeal Fresno foi se ampliando, permitindo o diálogo com as principais lideranças dos partidos de oposição ao regime entre março e agosto de 1985. Os principais líderes foram: Patricio Aylwin, Gabriel Valdés e Enrique Silva Cimma pelo *Partido Demócrata Cristiano*; Carlos Briones e Darío Pavez pelo *Partido Socialista Renovado* (PS-Núñez); Pedro Correa e Patricio Phillips pelo *Partido Nacional*; Andrés Allamand, Fernando Maturana, e Francisco Bulnes pelo *Movimiento Unión Nacional*; René Abeliuk e Mario Sharpe pelo *Partido Social Democracia*; Hugo Zepeda e Armando Jaramillo pelo *Partido Republicano*; Maira e Sergio Aguiló pelo partido *Izquierda Cristiana*; e por fim Luis Fernando Luengo pelo *Partido Radical*.

---

<sup>239</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 526.

<sup>240</sup> Presidente da *Unión Social de Empresarios Cristianos*.

<sup>241</sup> Economista e ex-ministro da Fazenda do governo Eduardo Frei (1964-1970).

<sup>242</sup> Economista com trajetória política no *Partido Democracia Cristiana*. Foi presidente do Banco Central entre 1964 e 1967. Atuou em vários governos da *Concertación* a partir da década de 1990 sendo ministro da Planificação e Cooperação entre 1990 e 1994, ministro da Educação entre 1994 e 1996, e Ministro diretor da Oficina de Planificação Nacional do Chile – ODEPLAN.

<sup>243</sup> CAVALLO, Ascanio; SALAZAR, Manuel; SEPÚLVEDA, Oscar. p. 516.

<sup>244</sup> Idem.

Com a missão de elaborar um documento cujo ponto de convergência entre os distintos partidos fosse a criação de mecanismos e condições para o retorno da democracia, várias reuniões, marcadas por debates e tensões, foram realizadas entre os mesmos. Somado a esse fato, houve a exclusão de movimentos e partidos tais como o MDP conduzido especialmente pela ala mais radical da esquerda, tanto pelo *Partido Socialista-Almeyda* quanto pelo *Partido Comunista*, e também ocorreu a marginalização do partido de direita pró-regime civil-militar, a UDI, exclusão essa defendida pelo cardeal Fresno por não ser este último pró-democracia.<sup>245</sup>

Após esse período de diálogo e de construção de consensos, marcado pela escritura de um documento conjunto, submetido a análises e reformulações, no dia 26 de agosto de 1985 foi publicado no jornal *La Segunda* o texto do *Acuerdo Nacional Para La Transición a la Plena Democracia*. O acordo partiu da perspectiva da reconciliação nacional, e seu conteúdo visou exclusivamente a proposição de um novo caminho para a transição. Logo na introdução o documento é claro:

“Dentro de la tradición cultural y de libertad de los chilenos, la Democracia es el mejor sistema posible de vida, y por ello, el presente acuerdo se refiere a las condiciones fundamentales que debieran cumplirse, no sólo para hacer posible el tránsito a esa Democracia, sino para asegurar su estabilidad una vez que está plenamente restablecida.”<sup>246</sup>

O texto foi dividido em quatro pontos específicos: Introdução; Acordo Constitucional; A ordem econômica e social; e as Medidas Imediatas. Se na Introdução o documento sistematiza os valores que orientaram os trabalhos e reuniões dos distintos líderes políticos, a parte do Acordo Constitucional estabeleceu propostas e metas objetivas para por fim ao governo de Pinochet e das Forças Armadas, da mesma forma como propõe modificações à grande obra da ditadura, a Constituição de 1980. Para isso defendiam: a imediata convocação de eleições para a composição do Congresso Nacional; estabelecimento de procedimentos para uma reforma constitucional e posterior plebiscito para ratificar a mesma; a eleição direta para o cargo da Presidência da República com maioria absoluta e segundo turno se necessário; a existência de um Tribunal Constitucional composto pelos três poderes; a garantia da liberdade de

---

<sup>245</sup> Sobre os diálogos e reuniões sobre o acordo ver: CAVALLO, Ascanio. *et. ali.* op. cit. p. 522. DIANTA, Adrián Villegas. op. cit. p. 174.

<sup>246</sup> ACUERDO NACIONAL PARA LA TRANSICIÓN A LA PLENA DEMOCRACIA. 1985.

expressão, associação política, e de organização de partidos políticos comprometidos com a democracia; e por fim, a regulação dos *Estados de Exceção Constitucional* e a proposição que em seu curso não se viole os direitos humanos.<sup>247</sup>

O outro ponto do *Acuerdo Nacional* “A ordem econômica e social” se relaciona diretamente ao contexto após a crise econômica de 1982 e aos protestos subsequentes, assim como às demandas dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores em relação às reformas laborais. Se a princípio esse trecho ratifica o direito e a defesa da propriedade privada, o acordo propõe um combate mais efetivo à miséria e a marginalização social. Vale ressaltar que as condições econômicas de 1985 ainda não sinalizavam um cenário de recuperação sustentável. A mudança ministerial ocorrida no Ministério da Fazenda em 1985 foi resultado da mudança de perspectiva sobre o modelo de combate à crise e de desenvolvimento, mudança essa caracterizada não somente pela eficácia ou não das reformas anteriores, como pelas disputas no interior do regime, que culminaram na posse de Hernán Büchi na pasta da Fazenda. Dessa maneira, somente a partir do segundo semestre de 1985 é que os primeiros sinais de recuperação surtiram efeitos, paralelamente aos altos índices de desemprego e da inflação que ainda se mantinham.

Além disso, desde as primeiras manifestações em 1983, várias foram as greves e paralisações que exigiam melhores salários e condições de trabalho, somados a demanda em reformar o *Plan Laboral*. Por isso o *Acuerdo Nacional* propunha um maior equilíbrio nas relações entre empregadores e empregados, nas quais era necessário reconhecer:

“... la función del trabajo en sus distintas expresiones y fortalecer las organizaciones laborales (sic) y sus derechos de petición, reunión, huelga y otros.”<sup>248</sup>

A quarta e última parte do documento denominada “*Medidas Inmediatas*” estabelece cinco pontos para o retorno imediato da democracia:

---

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> ACUERDO NACIONAL PARA LA TRANSICIÓN A LA PLENA DEMOCRACIA. 1985.

- 1- Término dos Estados de Exceção através do restabelecimento de todas as liberdades públicas e garantias constitucionais, assim como a não aplicabilidade o artigo N°24 transitória da Constituição de 1980.<sup>249</sup>
- 2- Formação dos registros eleitorais;
- 3- Término do recesso político e derrogação da legislação que impede a organização dos partidos políticos.
- 4- Aprovação de uma lei eleitoral para as eleições presidencial e legislativa, fundamentada no voto direto, pessoal, livre, e secreto, estabelecendo normas para a liberdade de propaganda política e que permita o acesso aos meios de comunicação.
- 5- A realização de um plebiscito para legitimar as disposições do documento, pautando-se no ponto anterior.<sup>250</sup>

Ao final do texto, os políticos assinantes se comprometiam estabelecer vínculos permanentes para aperfeiçoar o conteúdo do documento.<sup>251</sup> Além disso, após o impacto do *Acuerdo Nacional* na imprensa e na opinião pública (nacional e internacional), os políticos que assinaram o acordo passaram os meses seguintes tentando ampliar a adesão e apoio à iniciativa.

A repercussão do *Acuerdo* no cenário político chileno foi significativa, especialmente entre os setores da direita, nos quais ocorreu um verdadeiro “terremoto político”.<sup>252</sup> O fracionamento da direita política chilena já era um fato após o surgimento dos três grupos políticos em 1983, como o MUN, a *Frente Nacional del Trabajo*-FNT e a UDI. O MUN, liderado por Andrés Allamand<sup>253</sup>, afirmou uma postura ainda mais independente em relação ao governo de Pinochet, isolando os militares e a

---

<sup>249</sup> Artigo 24.

<sup>250</sup> DIANTA, Adrián Villegas. op. cit. p. 182-183.

<sup>251</sup> Ao final assinaram: René Abeliuk, Dario Pavez, Andrés Allamand, Germán Pérez, Patricio Aylwin, Patricio Phillips, Carlos Briones, Mario Sharpe, Francisco Bulnes, Enrique Silva Cimma, Pedro Correa, Ramón Silva Ulloa, Armando Jaramillo, Gastón Ureta, Luis Fernando Luengo, Gabriel Valdés, Fernando Maturana, Hugo Zepeda, Sergio Navarrete. Segundo Avetikan, Luis Maira e Sergio Aguiló participaram da aprovação final do documento, aderiram posteriormente, mas não assinaram devido a necessidade de submeter o texto do *Acuerdo* ao seu partido *Izquierda Cristiana*. AVETIKAN, Tamara. “Acuerdo Nacional y Transición a la Democracia”. *Estudios Públicos* nº 21, Santiago, 1986. p. 62.

<sup>252</sup> APIOLAZA, Pablo Gonzalo Rubio. op. cit. p. 238.

<sup>253</sup> Advogado pela Universidad de Chile, Allamand tornou-se uma importante liderança jovem da direita chilena nessa fase de reorganização dos partidos desse espectro político. Na década de 1990 foi senador da República, entre o período 1990 e 1994. Entre 2011 e 2012 ocupou o cargo de Ministro da Defesa no governo de Sebastian Piñera 2011-2014.

UDI de Jaime Guzmán.<sup>254</sup> Além disso, as lideranças da UDI manifestaram repúdio ao documento, deslegitimando-o devido a sua falta de clareza, resultado da heterogeneidade dos partidos e lideranças envolvidas, assim como pelo mesmo propor a ruptura institucional proposta pelo governo de Pinochet. Como podemos ver no argumento de Jaime Guzmán:

“Salvo dos o tres planteamientos muy circunscritos y específicos, el documento se mueve en un plan de tan genéricas vaguedades, que prácticamente todos sus acápites se prestan para la más distinta y contrapuestas interpretaciones... el ‘acuerdo’ se presta incluso para validar el rupturismo institucional, fórmula incompatible con un efectivo avance hacia una democracia plena y estable.”<sup>255</sup>

Conforme destaca Apiolaza, essa postura também foi compartilhada por outro líder da UDI, Pablo Longueira, que criticou não só o acordo, como a postura da Igreja em liderar esse movimento político. Para Longueira:

“Interpretando las palabras del Cardenal Silva, monseñor Fresno logró reunir a toda la oposición. Personalmente y como católico, no creo que sea ésa la labor que le corresponde a un pastor, porque él tiene que entender que hay católicos que tenemos el legítimo derecho a discrepar de este pretendido.”<sup>256</sup>

O rechazo manifestado pela UDI aumentou ao longo de todo o período de debate no ano de 1985. Para somar a essas críticas, a postura do ex-ministro do Interior, Sérgio Onofre Jarpa ao documento, também enfatizou a característica de ser um acordo “guarda-chuva” no qual abrigava distintos partidos e posturas, cuja coesão seria difícil de ser alcançada. Embora, como descreve Apiolaza, Jarpa, agora líder da recém criada FNT, fosse mais inclinado ao grupo de Andrés Allamand e menos ao de Jaime Guzmán, não deixou de deslegitimar a iniciativa.<sup>257</sup> Ou seja, a fragmentação da direita ampliou-se com o *Acuerdo*, revelando-se como mais uma fragilidade do regime.

O “ambiente de acordo” entre os distintos partidos políticos sob a égide do *Acuerdo Nacional* durou até novembro de 1985. Corroborando as críticas dos

---

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Jaime Guzmán E. “Acuerdo Nacional?”. *Ercilla* nº2.614. Santiago: setembro de 1985. pp. 4-10.

<sup>256</sup> Entrevista com Pablo Longueira. “UDI cree que Acuerdo Nacional es un ‘tongo’”. *La Tercera*. Santiago: 1º de setembro de 1985.

<sup>257</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 257.

*gremialistas* da UDI, o MUN passou a desconfiar das relações estabelecidas entre a AD, especificamente do partido que a liderava, o *Democrata Cristiano*, com o MDP, liderado especialmente pelos partidos de esquerda o *Partido Socialista-Almeyda* e o *Partido Comunista*. O MDP, apesar de não ter assinado o *Acuerdo*, continuou a apoiar as mobilizações sociais convocadas pela AD. Esse fato ficou evidente com a grande manifestação ocorrida no Parque O'Higgins no dia 21 de novembro de 1985. Conforme disposto na revista *Cauce*<sup>258</sup>:

“La convocatoria fue de la Alianza Democrática. El continente humano fue aporte de la civilidad toda, incluyendo a algunos sectores firmantes del Acuerdo Nacional a quienes la movilización social no terminaba de convencer. El MDP demostró su fuerza movilizadora, y la eficiencia de una conducción política experimentada con su aporte a esta fiesta cívica.”<sup>259</sup>

Diante desse ato com numerosa participação popular, o único a discursar foi o líder democrata-cristão Gabriel Valdés. Ao valorizar a mobilização social como forma de pressionar a ditadura:

“Defendió el Acuerdo Nacional, ‘el instrumento civilizado para lograr la democracia’. Enfatizó que ‘si algunos lo consideran insuficiente los llamamos al realismo patriótico; reconozcan en el Acuerdo una propuesta justa y seria’. Y agregó: ‘Sin Acuerdo, estaríamos trabajando por la guerra civil.’”<sup>260</sup>

O tom radical de Valdés ao afirmar que o *Acuerdo* seria a única maneira pacífica possível para acabar com a ditadura, associado à presença do MDP gerou um imbróglio no interior do MUN. Outro ponto que ampliou o descontentamento do MUN foi que, ao longo de 1985, as eleições em vários centros acadêmicos da *Universidad de Santiago de Chile* (USACH) e da *Federación de Estudiantes de Chile* (FECH) confirmara as vitórias das lideranças juvenis da *Democracia Cristiana* e do *Partido Comunista*, derrotando os partidos governistas e ratificando uma aliança indireta entre o MDP e a *Democracia Cristiana*. Tais acontecimentos foram suficientes para a nota emitida por dirigentes do

---

<sup>258</sup> A revista *Cauce* surgiu no contexto das manifestações em 1983 e sua publicação ocorreu até 1989. Teve ampla tiragem no Chile, especialmente na região metropolitana, chegando a vender sessenta mil exemplares. Sua linha editorial era marcadamente opositora ao governo de Pinochet, próxima aos setores de centro-esquerda.

<sup>259</sup> “Valdés en el Parque: Sin Acuerdo estaríamos trabajando por la guerra civil”. *Cauce* n° 50. Santiago: 19 a 25 de novembro de 1985. pp. 4-6. p. 4.

<sup>260</sup> *Idem*, p. 6.

MUN aos líderes democratas cristãos. O comunicado, divulgado no dia 22 de novembro, descrevia que:

“El Acuerdo Nacional sigue vigente, en cuanto al valor de las proposiciones que contiene y Unión Nacional mantiene inalterable su adhesión a él, pero está, a la vez, comprometido por la conducta errática e inconsecuente de algunos de sus suscriptores. El propósito del Acuerdo es buscar un entendimiento con el Gobierno de las FF.AA., y no cabe duda que el objetivo insurreccional que la mayoría de los partidos opositores se ha fijado para 1986, la intención de poner término anticipado al mandato constitucional de las FF.AA y la concertación con el MDP para llevar adelante una movilización social que contribuya a tales finalidades, no resultan coincidentes con el sentido original del Acuerdo... efectivamente uno de los obstáculos que ha enfrentado el Acuerdo es la ninguna representatividad del Gobierno”.<sup>261</sup>

Esse evento, portanto, caracterizou um dos pontos de esgotamento do *Acuerdo Nacional*. A presença do MDP e sua perspectiva de ruptura da ditadura, além de sua política de rejeição ao documento organizado pelo cardeal Fresno, afetou o consenso entre os partidários do MUN, o que por sua vez, deu margem a críticas ao *Acuerdo* por parte dos membros da UDI. Conforme o seminário organizado pelo *Centro de Estudios Públicos* entre 26 e 27 de novembro do mesmo ano, para discutir o texto e as projeções do *Acuerdo Nacional*, Jaime Guzman retomou seu ataque ao aspecto generalista do documento, e utilizou a discordância do MUN como exemplo de que não é possível agrupar posturas políticas distintas num acordo dessa magnitude. Guzmán argumentou que:

“... el hecho de que personas que siempre han discrepado en política se pongan de acuerdo y firmen un texto en conjunto, no me parece en sí mismo algo negativo. Más aún, lleva en principio un germen de algo positivo. Lo que sucede es que si se analiza qué es lo que esas personas firmaron, se llega a la conclusión de que la vaguedad genérica no constituye precisamente un consenso mínimo, sino que es algo que se le opone, o al menos se les diferencia notablemente. Se aproxima más bien a un paraguas que se extiende para aparecer concordando en materias en las cuales en realidad pueden

---

<sup>261</sup> “El Acuerdo Nacional está vigente y revitalizado”. *El Mercurio*, 23 de março de 1986. apud. APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 258.



seguir divergiendo, como se ha comprobado en las últimas semanas que realmente es lo que ocurre en este caso.”<sup>262</sup>

Entretanto, não podemos ver apenas na tensão entre o MUN e os demais partidos signatários do documento como a única explicação para o fim do acordo. Os partidos políticos, em especial os que compunham a AD, trabalharam muito ao longo de 1985 para ampliar a adesão política às ideias contidas no documento. Além de debates públicos sobre o acordo, e divulgação do texto nas revistas e meios de imprensa oposicionista, buscaram novas assinaturas de apoio, e também, realizaram várias pesquisas de opinião sobre o respaldo ao *Acuerdo Nacional* na sociedade chilena. Como demonstra as publicações da revista *Cauce* entre setembro e dezembro de 1985, a empresa *Diagonos* foi contratada para mapear a intenção dos chilenos em apoiar ou não o cronograma de transição democrática traçado no acordo. Segundo a mesma revista, em setembro de 1985, ou seja, dias após a divulgação do acordo, já havia uma ampla margem de apoio popular à iniciativa do cardeal Fresno.<sup>263</sup> Em pesquisa realizada na segunda semana de setembro, 7 em cada 10 chilenos assinaram ou assinariam o *Acuerdo*.<sup>264</sup>

Assim sendo, o outro fator que nos ajuda a compreender a dificuldade em dar continuidade às metas do *Acuerdo Nacional* foi a total rejeição por parte de Pinochet em dialogar com a oposição sobre o mesmo. Essa postura do Executivo não só ratificou a continuidade da indisposição ao diálogo, remanescente desde o estado de sítio, como também sinalizou os objetivos em organizar e regular os mecanismos institucionais para o futuro plebiscito que testaria a continuidade ou não do projeto de “democracia” iniciado com a Constituição de 1980. Entretanto, além do *Acuerdo Nacional* retomar o debate das modificações dos mecanismos da transição democrática e dar fôlego aos protestos sociais, o ano de 1985 foi marcado por conflitos no interior do governo. Ambos os fatores demandaram total atenção de Pinochet e de seus ministros.

---

<sup>262</sup> BOSAANS, Tamara Avetikian. “Transcrição da fala de Jaime Guzmán no dia 27 de novembro de 1985”. *Estudios Públicos* nº 21. Santiago, 1986. pp. 19-20.

<sup>263</sup> “Entrevistas de Cauce revelan: Apoyo masivo al Acuerdo Nacional”. *Cauce* nº38. Santiago: 3 a 9 de setembro de 1985.

<sup>264</sup> “Siete de cada diez chilenos firman el acuerdo”. *Cauce* nº42. Santiago: 1º a 7 de setembro de 1985.

### 3.2- As tensões políticas no interior do regime: os dissensos sobre o *Acuerdo Nacional*.

A tríade de ministros do governo caracterizada por Ricardo García, Francisco de La Cuadra e Hugo Rosende foi caracterizada pela etapa na qual o governo de Pinochet criara estratégias para conter as propostas sociais de interrupção do governo surgidas com os protestos dos anos anteriores, retomando a ação política do poder Executivo, e dando continuidade às medidas institucionalizantes com o intuito de concluir o arcabouço jurídico-constitucional que permitiria a realização do plebiscito de 1988. Esse gabinete propunha criar uma “nova etapa” cuja meta foi sintetizada na máxima “*mentalidad 89*”, cunhada pelo ministro Cuadra, em referência a fase final da transição, com o propósito de ratificar a continuidade do projeto político e econômico estabelecido com a Constituição de 1980. Contudo, o ano de 1985 revelou importantes fissuras no interior do bloco civil-militar do governo, ameaçando as projeções dos ministros mencionados.

O tema dos direitos humanos e da repressão continuou a ser um obstáculo ao governo em curso. Especialmente após anos de massivos protestos sociais, os índices de repressão em 1985 aproximaram-se aos números dos primeiros meses após o golpe, com um saldo de 5 mil detenções, das quais, 33 detidos foram levados à julgamento por terrorismo, além dos 67 mortos por motivo de “enfrentamento”.<sup>265</sup> Apesar da suspensão do estado de sítio no início do ano, ainda se manteve o estado de emergência. Além disso, a partir de 1984, embora fosse constatada a diminuição dos protestos, também ocorreu um crescimento da escalada da violência entre os setores que defendiam a luta armada, especificamente após as ações da recém-criada *Frente Patriótica Manuel Rodríguez* – FPMR.<sup>266</sup>

Embora a memória da repressão dos protestos em 1984 ainda fosse muito presente, o caso que mais chamou a atenção do país em 1985 foi o conhecido “caso degollados”. Após uma série de protestos e conflitos de rua em março do mesmo ano, o fim trágico do sequestro de três militantes políticos, Manuel Guerrero Ceballos, José Manuel Parada Maluenda, e Leopoldo Muñoz de la Parra, ganhou grande proporção na

---

<sup>265</sup> “Humillante respuesta de Pinochet cohesiona y fortalece el Acuerdo”. *Cauce* nº 55. Santiago: 30 de dezembro de 1985 a 6 de janeiro de 1986. p. 41.

<sup>266</sup> A FPMR foi criada em 1983 como um braço armado do *Partido Comunista de Chile*. Sua estratégia surgiu a partir da nova orientação dos comunistas denominada “todas las formas de lucha”.

opinião pública chilena.<sup>267</sup> Após o sequestro, detenção, e tortura, os três corpos foram encontrados degolados por dois camponeses na região de Quilicura. Na tarde em que os corpos foram encontrados, a própria *Dirección Nacional de Comunicación Social* - DINACOS<sup>268</sup> elaborou um comunicado oficial<sup>269</sup> do ocorrido. Como destaca Ascanio Cavallo, após esse comunicado, várias foram as conjecturas levantadas:

“*El Mercurio* editorializó sugiriendo levantar el estado de sitio. El almirante José Toribio Merino opinó que debía tratar-se de un crimen ‘del Partido Comunista’. El general César Mendoza estimó que era un ‘ajuste de cuentas’. El ministro de Defensa Patricio Carvajal dijo que la autoría era imputable al ‘comunismo dirigido desde Moscú’.”<sup>270</sup>

Com toda essa repercussão, a Corte Suprema chilena colocou o caso sob a responsabilidade do juiz José Cánovas Robles, que realizou um trabalho independente, destoando significativamente das ações do judiciário ao longo dos primeiros anos de ditadura, assim como despertou a atenção do Comando Maior das Forças Armadas visto a delicadeza do caso. A surpresa da investigação, ainda no início, foi a relação dos crimes às Forças de Ordem e Segurança, os *Carabineros*. Cánovas logo constatou a participação dessa força no crime, e esse fator gerou uma grande repercussão no interior do governo, o que gerou a mobilização do Ministro da Justiça, Hugo Rosende, para manifestar a indisposição do governo diante do trabalho de Cánovas, que após os primeiros meses de análises e inquéritos, pediu o afastamento dos *Carabineros* da investigação.<sup>271</sup> Além do judiciário manter o juiz no caso, outro fato surpreendeu a dinâmica da investigação. Ocorreu que a CNI entregou à Corte Suprema um relatório que comprovava a participação dos *carabineros* através de um órgão de segurança e repressão até então desconhecido no cenário nacional: a *Dirección de Comunicaciones de Carabineros* (DICOMCAR).

Segundo Huneus, a DICOMCAR atuou juntamente com o *Grupo de Operaciones Especiales* (GOPE), ambos compostos e organizados sob o comando dos

---

<sup>267</sup> Os três possuem trajetórias de militância política, dois noo *Partido Comunista de Chile*, e o último atuava como funcionário da *Vicaría de Solidariedad*.

<sup>268</sup> A DINACOS foi um organismo subordinado ao Ministerio Secretaría General de Gobierno e sua função era censurar e regular os meios de comunicação, revisando e intervindo em conteúdos jornalísticos, televisivo e radiodifusor.

<sup>269</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et. ali.* op. cit. p.513.

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et. ali.* op. cit. p. 532.

*Carabineros*. Entretanto, a DICOMCAR foi criada sob a responsabilidade do general diretor dos *Carabineros* César Mendoza (integrante da Junta de Governo desde 1973), e sem estar integrada oficialmente ao aparato repressivo do regime, o que consequentemente, dificultava seu controle e o conhecimento de suas ações por todos os demais membros da Junta.<sup>272</sup> Em relação ao “caso degollados”, o comandante general Mendoza afirmou diante a imprensa que os *Carabineros* não estavam envolvidos no caso. Entretanto, o resultado das investigações provou o contrário.

No dia 1º de agosto de 1985 foi anunciada a resolução do ministro Cánovas que comprovou o envolvimento da DICOMCAR e do GOPE no sequestro e assassinato das vítimas do “caso degollados”.<sup>273</sup> Tal resolução gerou a convocação de uma reunião de emergência no Palácio *La Moneda*, tanto entre os ministros quanto entre os membros da Junta de Governo, cujo resultado foi a renúncia do general César Mendoza.<sup>274</sup>

Mais uma vez a crise política havia se instalado no interior da Junta de Governo. Desde a renúncia do general Gustavo Leigh em 1978<sup>275</sup>, a Junta, composta pelos comandantes militares, adotou uma postura de independência em relação ao Executivo. Apesar de agirem de forma afinada às perspectivas de Pinochet, sempre que possível faziam questão de posicionar-se de forma autônoma, e isso ficou claro quando o substituto de Leigh, general Fernando Matthey pronunciou-se favorável aos planos de abertura e às modificações do esquema da transição propostas pelo ex-ministro Sérgio Onofre Jarpa.<sup>276</sup>

A renúncia de Mendoza criou tanto uma crise política como refletiu outra crise de natureza institucional, devido ao embate entre os serviços de segurança e repressão, o que por sua vez explica o envolvimento da CNI em delatar a participação da DICOMCAR e dos *Carabineros* como um todo, no “caso degollados”. O professor da *Escuela de Oficiales* dos *Carabineros* e advogado defensor de quatro dos cinco réus, Miguel Otero Lathrop, afirmou que:

“Permanentemente Carabineros está en conflicto con la CNI, por los procedimientos en la calle. Porque hay procedimientos donde entra

---

<sup>272</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 534.

<sup>273</sup> Resolução Nº118.284. Nessa resolução se comprovou a adulteração de documentos públicos e o envolvimento direto da DICOMCAR e do GOPE, pedindo a prisão de 14 membros dos *Carabineros*. “Una clásica norma militar: El que manda es responsable.” *Cauce* nº 34. Santiago: 6 a 12 de agosto de 1985. pp.4-6.

<sup>274</sup> CAVALLO, Ascanio. *et. ali.* op. cit. p. 537

<sup>275</sup> Ver capítulo 1.

<sup>276</sup> Ver capítulo 2.

Carabineros y de repente llega la CNI y dice: ‘No señores, nosotros tenemos que actuar’. Hay una bomba, le corresponde desactivarla a Carabineros y llega el CNI y dice: ‘Yo tengo que actuar.’”<sup>277</sup>

Pensando ainda em relação as tensões no interior da Junta e do regime como um todo, e tendo em vista que nessa fase o governo visava tramitar a legislação que complementaria a Constituição de 1980 para organizar o processo plebiscitário, o debate da Lei Orgânica Constitucional sobre os estados de exceção foi marcado por dissensos. Tal projeto, debatido no interior da Junta em meados de 1985, em meio ao “caso degollados”, versaria sobre as causas, normas e características do *estado de sítio*, e segundo Cavallo, foi razão de intensas disputas entre o Legislativo (Junta) e o Executivo.<sup>278</sup>

O que chama a atenção sobre esse projeto é a rapidez como foi tramitado e a intenção de ampliar as faculdades do poder Executivo nos *estados de emergência*. O executivo, através do ministro da Justiça Hugo Rosende, redefiniu o conceito de “restringir” as liberdades públicas, especialmente as de expressão e de reunião. Segundo a Constituição de 1980, ao *estado de sítio* cabia a suspensão desses direitos. Ao *estado de emergência* apenas conferia a restrição. Contudo para Rosende:

“El poder de restringir comprende necesariamente el de revisar, con anterioridad a su emisión, todos los medios a través de los cuales se difundirán las opiniones o informaciones, a objeto de determinar cuáles de aquellos o qué aspectos de los mismos pueden ser publicados y cuáles deben ser limitados u omitidos.”<sup>279</sup>

Nesse caso, a “restrição” seria marcada pela censura prévia, ou seja, se negaria o direito de opinião e principalmente de reunião, contrariando os princípios constitucionais, e conferindo maior poder ao presidente nessas situações. Somado a esse fator, e ao acalorado debate dessa releitura no interior da Junta, o período de tramitação da lei coincidia com a vigência do *estado de emergência*, pronunciado pelo ministro do Interior Ricardo García como um período que apesar de distinto do *estado de sítio*, se

---

<sup>277</sup> “Miguel Otero, abogado defensor de 4 acusados - Carabineros es un chivo expiatorio.” *Cauce* nº38. Santiago: 3 a 9 de setembro de 1985. pp. 14-15.

<sup>278</sup> CAVALLO, Ascanio. *et ali.* op. cit. p. 519.

<sup>279</sup> OFÍCIO ADJUNTO BOLETÍN 54-06. *Apud.* CAVALLO, Ascanio. *et ali.* op. cit. p. 519.

apelava para a “ponderação e o apurado critério de cidadania” assim como ao comprometimento com o governo.<sup>280</sup>

Após as sessões legislativas na Junta de Governo, o projeto de lei, cunhado pelas pretensões do Executivo, foi submetido à aprovação do Tribunal Constitucional, importante instituição para o processo de transição à democracia no Chile. Embora suas origens remontem à Constituição de 1925, e criado com aprovação majoritário do Congresso chileno em 1970, a nova Constituição de 1980 consagrou essa instituição com o objetivo de resguardar o texto constitucional, tendo por responsabilidade conferir constitucionalidade aos projetos de lei, assim como manter-se como uma instância autônoma, até mesmo em relação ao Judiciário. Embora essa autonomia seja relativa, visto a indicação dos membros de tal Tribunal, e sua imparcialidade fora comprometida em 1983 quando decretou a ilegalidade do MDP de acordo com o artigo 8º da Constituição, o mesmo atuou na dinâmica política dos anos 1980, de maneira autônoma e contrastante em relação aos objetivos da Junta e até mesmo de Pinochet, postura ratificada especialmente a partir da Lei Orgânica dos Estados de Exceção.<sup>281</sup>

O Tribunal Constitucional, embora tenha aprovado a lei, reprovou por unanimidade a segunda parte do inciso segundo do artigo número 12 que versava justamente sobre a redefinição do conceito de “restrição” defendido por Pinochet. Conforme a decisão:

“... al expresar el texto que la autoridad puede condicionar el ejercicio de una garantía, no cabe duda alguna que lo que hace es facultarla para imponer una condición previa, pero resulta que la condición por esencia conceptual, es un hecho que suspende el nacimiento del derecho o lo extingue y, siendo así, fluye claramente que en este caso no se está en presencia de una restricción sino de una suspensión de la garantía.”<sup>282</sup>

Essa reprovação logo gerou a reação do Ministério da Justiça, através do Ministro Rosende. Entretanto, o próprio ministro do Interior, Ricardo García, chamou a atenção para conter os ânimos visto que para o governo interessava a legitimidade do Tribunal Constitucional e sua independência.<sup>283</sup> Manter a imagem de autonomia desse

---

<sup>280</sup> “EDITORIAL”. *Cauce* nº31. Santiago: 16 a 22 de julho de 1985. p. 1.

<sup>281</sup> Modelo de composição do tribunal. INCONSTITUCIONALIDADE do MDP em 1983.

<sup>282</sup> “Estados de excepción. El inciso recortado.” *Hoy* nº412, ano 9. Santiago: 10 a 16 de junho de 1985. p.

9

<sup>283</sup> CAVALLLO, Ascanio. *eti. Al. Op. cit.* p. 519.

tribunal era um elemento que conferia em certo modo, a legitimidade não apenas do governo em curso, mas também da própria Constituição. Portanto, após essa decisão, foi suspenso o estado de sítio no ano de 1985.

Desse modo, foi no contexto de dissensos no bloco governista, de tensões no interior da Junta com a saída do general César Mendoza, e do fim do diálogo com a oposição após meses sob o estado de sítio, que surgiu o *Acuerdo Nacional*. Desde o principio das reuniões Pinochet já havia demonstrado sua insatisfação em relação a atitude do cardeal Fresno. Além disso, a participação de membros do MUN nesses encontros, o que ameaçava a pretensa unidade da direita política, levou o governo a oferecer algumas prefeituras e outros cargos políticos, como ficou demonstrado na aceitação de um dos membros da comissão política do MUN, Gustavo Alessandri, à incorporar-se ao *Consejo de Estado*.<sup>284</sup> Entretanto, as indisposições do presidente aumentaram com a recepção do acordo entre alguns membros da Junta de Governo.

A resposta oficial do governo aos partidários do *Acuerdo Nacional* foi emitida após um período de silenciamento e indiferença. No dia 3 de setembro de 1985 a DINACOS emitiu um comunicado reconhecendo o empenho dos grupos políticos envolvidos em alcançar a plena institucionalidade a partir dos preceitos da Constituição de 1980. Ainda assim, esclareceu que os pontos analisados no acordo em nada diferiam dos objetivos do atual regime em alcançar a democracia plena e o progresso socioeconômico. Dessa forma, conforme a declaração da DINACOS, a concepção de democracia que permeava o acordo era muito característica do período pré-1973, e por isso busca esclarecer que:

“La diferencia mencionada cobra especial significación en lo que se refiere a la exclusión del marxismo y de su acción disociadora. La falta de claridad y precisión en esta materia adquiere aún mayor relevancia al considerar la experiencia histórica chilena, que recuerda el episodio en el que, por la conformidad de algunos de los mismos suscriptores del documento de hoy se pretendió contar con garantías que el marxismo consideró como mera necesidad táctica y que, luego de dadas, violó flagrantemente.”<sup>285</sup>

O governo manteve sua postura em identificar entre os partidários do acordo, políticos e associações envolvidas com o sistema político chileno prévio a 1973, e que

---

<sup>284</sup> Idem. p. 524.

<sup>285</sup> DINACOS. “Declaración Oficial de la Dirección Nacional de Comunicación Social sobre el documento ‘Acuerdo Nacional y Transición a la Plena Democracia’”. Santiago: 3 de setembro de 1985.

por isso, desvalorizava a proposta da oposição, pois, na leitura do regime, foram esses mesmos grupos e pessoas envolvidas na crise institucional e social que atuaram no governo marxista da *Unidad Popular*. Além disso, caracterizou essa iniciativa como suficientemente abrangente a ponto de permitir a participação de grupos marxistas no acordo.

Contudo, apesar do ratificado rechaço de Pinochet ao *Acuerdo Nacional*, o comandante da Marinha, almirante José Toríbio Merino reconheceu a importância do mesmo, classificando-o inclusive como impecável.<sup>286</sup> Esse feito gerou uma rápida reação da DINACOS que pediu aos meios de imprensa para não divulgarem tal adjetivo.<sup>287</sup> Como destaca a edição da revista *Cauce* da primeira semana de setembro, não foi a primeira vez que a DINACOS teve de agir rapidamente para amenizar as declarações de um militar membro da Junta.<sup>288</sup> Somada a esse imbróglio, a postura do general Matthey de interesse pelo *Acuerdo Nacional* também gerou a insatisfação de Pinochet, o que levou ao comandante da Força Aérea a escrever um memorando explicando a Pinochet seu ponto de vista.<sup>289</sup>

Se por um lado o general Matthey compartilhava a crítica sobre a incompreensão dos políticos sobre a real natureza e intenções das Forças Armadas, por outro demonstrou grande disposição em dialogar com os signatários do acordo. Além disso, sob a mediação da embaixada da Alemanha Federal, Matthey passou a ter contato com as perspectivas dos políticos envolvidos com o *Acuerdo Nacional*, o que o levou a manifestar suas intenções de reformar a Constituição de 1980 e os mecanismos sucessórios. Além disso, os demais membros da Junta, especialmente o novo membro general Rodolfo Stange, passaram a dar apoio às ideias de Matthey.<sup>290</sup> Segundo Cavallo:

“Los dos altos jefes (**Matthey y Stange**) tenían nociones ya claras y decantadas sobre lo que sería conveniente. Se centraban en tres grandes aspectos: conseguir del gobierno una valoración positiva del Acuerdo Nacional; impulsar el rápido desarrollo de las leyes políticas, respetando en su integridad la autonomía del Tribunal Constitucional; y ensayar formas de

---

<sup>286</sup> “Acuerdo Nacional o la recuperación de la soberanía popular”. *Cauce* nº 38. Santiago: 3 a 9 de setembro de 1985. pp. 4-6.

<sup>287</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>288</sup> *Idem*. p. 6. Outro momento de atuação da DINACOS foi posteriormente a inquietação do próprio almirante Merino em relação aos acordos com a Argentina em relação ao canal de Beagle.

<sup>289</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et ali*. op. cit. p. 546,

<sup>290</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et alli* op. cit. p. 546.



aproximación realistas, sobre bases de respeto mutuo, hacia los partidos políticos moderados.”<sup>291</sup>

Para a jornalista Patricia O’Shea, as interpretações sobre as intenções do general Matthey foram variadas. Discutiu-se nos bastidores do governo que o chefe da Força Aérea chilena propunha estratégias que iam das reformas na Constituição até a criação de um acordo para impedir a nomeação de Pinochet para o plebiscito sucessório que se aproximava.<sup>292</sup> Cavallo também corrobora essa última hipótese ao destacar a preocupação da Junta de governo sobre a norma da transição que submeteria um único candidato nomeado pelo governo, o que eventualmente geraria uma grande polarização política.<sup>293</sup>

Na reunião de 7 de novembro de 1985 na qual os demais membros da Junta de Governo iriam apresentar as propostas de Matthey, Pinochet criticou duramente a postura da Junta em flexibilizar sua postura em relação ao *Acuerdo Nacional*, e utilizando-se do exemplo argentino<sup>294</sup>, advertiu aos demais militares na reunião sobre os perigos que se acometem sobre as Forças Armadas quando as mesmas apresentam dúvidas sobre os seu papel ao longo dos últimos anos de governo.<sup>295</sup> Após um forte debate entre Pinochet e Matthey sobre a possibilidade de adotar algumas medidas dispostas pelo acordo, o presidente ainda deu uma cartada final: sugeriu a saída do general César Benavides, representante do Exército, da Junta de Governo. O general Benevides, era muito próximo de Pinochet, e integrou-se a Junta em 1981. Sua saída causou surpresa entre os militares, demonstrando sua disposição em modificar a Junta quando necessário, e prontamente, Benavides foi substituído pelo general Julio Canessa Robert.

As ações do Executivo no ano de 1985 pareciam convergir num único sentido: a preparação para o plebiscito sucessório, e especialmente a construção do consenso para a nomeação de Pinochet. Entretanto, foi preciso contornar os dissensos no interior da Junta de Governo, e os efeitos políticos do *Acuerdo Nacional*. Até dezembro do mesmo ano, o acordo político entre distintos setores da oposição, apesar de rechaçado pelo

---

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> O’SHEA, Patricia. “Detrás de Casandra.” *Qué Pasa*. Santiago: 19 de dezembro de 1985.

<sup>293</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et alli*. Op. cit. p. 546.

<sup>294</sup> Pinochet foi taxativo e contundente. Influenciado pelo impacto do julgamento dos membros da Junta Militar argentina no mesmo ano, após a leitura do depoimento do almirante argentino Emilio Massera diante os tribunais daquele país

<sup>295</sup> Idem. p. 547

governo, era visto como a única possibilidade concreta de colocar fim à ditadura e iniciar rapidamente a transição. Contudo, na missa de Natal celebrada no *La Moneda* pelo cardeal Fresno, Pinochet deu um recado curto e objetivo ao arcebispo de Santiago organizador do *Acuerdo*: “viremos a página”. O projeto da “mentalidad 89”, apesar de correr riscos, se manteve de pé.

### **3.3 – “No vamos entregar el poder por puro gusto”: repressão e consagração da ‘mentalidad 89’.**

A partir de 1986, o que era conhecido como “mentalidad 89”, ou seja, a o desejo de projeção do governo para além de 1989 através da consagração do modelo de transição democrática disposto na Constituição de 1980, tornou-se uma realidade por meio do esforço político de Pinochet, do trabalho legislativo da Junta de Governo, e da ação dos ministros civis e militares. Aos poucos, embora ainda buscasse novas formas de derrubar Pinochet e a Junta do governo, a oposição foi “virando a página” do *Acuerdo Nacional* e constatando os preparativos para o plebiscito que se aproximava e que decidiria o próximo presidente da República. Essa foi então a conjuntura pré-plebiscito de 1988.

Para o governo, na esteira dos tímidos resultados das reformas aplicadas ao neoliberalismo pelo ministro da Fazenda Hernán Büchi, tornou-se imprescindível acelerar as atividades da *Comisión de Estudios de las Leyes Orgánicas Constitucionales*, também conhecida como *Comisión Fernández* devido ao seu presidente, o ex-ministro do Interior, Sergio Fernández, como uma maneira de fortalecer as ferramentas institucionais e consagrar o calendário do regime até 1989. Foram organizadas equipes para adiantar o trabalho dos textos referentes à administração do estado, à liberdade de expressão, e às demais leis políticas.<sup>296</sup> Contudo, o principal embate no interior dessa comissão, e que se estendeu mais uma vez à Junta de Governo, foi sobre a necessidade de se reformar a Constituição.

Grupos políticos inclinados ao regime, inclusive a UDI, sinalizaram e ratificaram uma declaração com o intuito de modificar o artigo 27 das disposições

---

<sup>296</sup> Idem. p. 560.

transitórias, de grande importância para o plebiscito sucessório, defendendo a ideia de eleições abertas.<sup>297</sup> No mesmo período, Andrés Allamand (MUN) e Gabriel Valdés (*Partido Democracia Cristiana*), estabeleceram uma comissão de estudos de reformas constitucionais da oposição que compunha o *Acuerdo Nacional*. Nessa comissão foram elencados alguns pontos prioritários a serem revistos na Constituição de 1980, dentre os quais podemos destacar: a derrogação da faculdade presidencial de dissolver a Câmara dos Deputados; atribuição ao Congresso para declarar a inabilidade presidencial; derrogação do inciso que destituiria um deputado que votasse uma moção considerada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional (mesmo que *a posteriori*); ampliação do foro parlamentar além do recinto do Congresso; nova composição do *Consejo de Seguridad Nacional*; derrogação da inamovibilidade dos comandantes-chefe das Forças Armadas; nova redação do capítulo 8º sobre a proscricção de condutas antidemocráticas; e redução do quorum parlamentar para iniciar as reformas constitucionais.<sup>298</sup>

Como pudemos identificar no primeiro capítulo, a Constituição de 1980 apresentava vários problemas, tanto no que se relaciona ao seu texto permanente, quanto em relação às disposições que regiam o período transitório entre 1980 e 1989. O questionamento da carta de 1980 tornou-se uma importante estratégia da oposição para derrubar a ditadura e acelerar a transição democrática. Contudo, e como Pinochet buscou garantir, o questionamento dos prazos e da própria Constituição não era uma questão a ser considerada, e o próprio gabinete de Ricardo Garcia a partir de 1985 atuou nesse sentido. Todavia, e como também identificamos, os questionamentos dos mecanismos da transição partiram do próprio interior do regime, tanto dos civis, como é o caso do MUN, quanto dos militares e da Junta de Governo.

No discurso de abertura do ano legislativo em 18 de março de 1986, o chefe do legislativo, almirante José Toríbio Merino, o único membro da Junta, assim como Pinochet, desde 1973, argumentou sobre a necessidade de revisar alguns aspectos da Carta Fundamental. No discurso transcrito na revista *Análisis*, Merino afirmou que:

"... 'estimamos del todo necesario revisar la Constitución en algunos aspectos que habría que rectificar' e 'instó al Ejecutivo' para que emprenda esa labor. A la salida contó a los periodistas que hace tiempo venía 'chillando' -textual- por la promulgación de las leyes políticas y explicó que una de reformas que

---

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> Idem. p. 561.

él le haría a la Constitución de 1980 sería quitarle el derecho a voto a los miembros de las Fuerzas Armadas, consultado en ese texto.”<sup>299</sup>

A proposição do almirante Merino destoou dos propósitos do regime, dentre os quais a suposição de uma reforma constitucional não cabia no presente momento. A imprensa no período destacou como o principal efeito desse discurso a divisão no interior da Junta de Governo. Segundo a matéria da revista *Cauce*:

“A las inquietudes y sobresaltos que le está provocando al gobierno el efecto combinado de la movilización social y el aislamiento internacional, se sumó lo que bien puede interpretarse como la aparición de nítido resquebrajamiento en el proclamadamente monolítico ‘frente interno’. Sin que nada permitiera preverlo, el Almirante José Toríbio Merino sorprendió a tırrios y troyanos con su sugerencia acercada de la necesidad de rectificar algunos aspectos de la Constitución, istando al Ejecutivo a acelerar la puesta en vigencia del cuerpo electoral, ‘para someter a plebiscito estas correcciones’, referidas puntualmente a la inconveniencia del derecho a voto de oficiales, tropa y personal.”<sup>300</sup>

O discurso do almirante Merino, além de gerar desconforto no interior do regime<sup>301</sup>, cujos trabalhos dos últimos meses caminhavam em outra direção, foi proferido num momento de desgaste da imagem internacional do Chile em relação ao tema dos direitos humanos. Após várias inspeções, o relator Fernando Volio entregou à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, uma avaliação confirmando as graves violações e crimes cometidos pelo governo de Pinochet nos últimos anos. O relatório criticou a morosidade da justiça civil, as disposições da Constituição chilena, a repressão por parte do Exército e dos Carabineros, e o diagnóstico final apontava para a imediata necessidade de se terminar com o “período de transição”, ou seja, era preciso pôr fim ao governo de Pinochet.<sup>302</sup>

Essa condenação ao regime chileno ampliou o desgaste das relações com os Estados Unidos, ultrapassando inclusive a questão dos direitos humanos em si e

<sup>299</sup> “Primer round para la Oposición.” *Analisis* nº135. Santiago: 25 a 31 de março de 1986. pp. 4-6, p. 6.

<sup>300</sup> “Vientos de marzo remecem al general”. *Cauce* nº 67. Santiago: 24 a 31 de março de 1986. pp. 4-6.

<sup>301</sup> Vide os pronunciamentos posteriores dos demais membros alegando que tal discurso não passara da opinião pessoal do almirante. *Idem*.

<sup>302</sup> “Consecuencias del informe Volio-E.E.U.U estudia condena a Pinochet por situación de derechos humanos.” *Cauce* nº 65. Santiago: 10 a 16 de março de 1986. pp. 4-6.

afetando a área econômica diante das decisões dos parlamentares impedirem o envio do crédito aprovado pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Chile, o que em 1986 somavam um total de 723 milhões de dólares retidos.<sup>303</sup> Somado a esse fator, a visita do senador norte-americano Edward Kennedy em janeiro do mesmo ano também gerou tensão entre os dois governos, o que foi manifestado pela má recepção por parte do governo chileno e o discurso de Kennedy sobre o envio de crédito norte-americano às “ditaduras militares” na região.<sup>304</sup> Dessa forma, a pressão internacional sobre o Chile, existente desde a década de 1970, ocorria através de distintas frentes e num contexto delicado em que grupos e movimentos sociais importantes demandavam o fim da ditadura.

Nessa conjuntura sob a qual o governo se preparava para o plebiscito de 1988 a repressão continuou sendo uma importante face do regime, Hunneus caracteriza como o fim da abertura e a “militarização do processo político”<sup>305</sup>, fase essa iniciada com a *Asamblea de la Civilidad* organizada pela oposição entre abril e setembro de 1986. Sendo um dos últimos grandes movimentos da oposição contra o regime, a *Asamblea de la Civilidad* ainda esteve marcada pela perspectiva da mobilização popular para derrubar Pinochet. Desde o *Acuerdo Nacional*, ocorreram vários outros protestos organizados e liderados pelos principais protagonistas políticos desde as primeiras mobilizações no ano de 1983, a AD e o MDP.

A *Asamblea* surgiu através da tomada dos distintos colégios profissionais, sindicatos e federações estudantis pela oposição a partir das eleições livres. Esse importante espaço político conquistado pelos partidos e grupos oposicionistas pode ser considerado uma das importantes consequências do processo de abertura política iniciado em 1983. Se em 1985 o regime interrompeu o diálogo e rechaçou toda e qualquer proposta alternativa de transição democrática, isso não significou que o mesmo pôs fim ao processo de democratização da sociedade chilena. Segundo Patricio Aylwin<sup>306</sup>, essa tomada dos distintos espaços representativos pela oposição foi muito

---

<sup>303</sup> “El impacto de Kennedy” *Analisis* nº126 . Santiago: 21 a 27 de janeiro de 1986. pp. 4-6, p. 6.

<sup>304</sup> *Idem*.

<sup>305</sup> HUNNEUS, Carlos. op. cit. p. 536.

<sup>306</sup> Patricio Aylwin foi um advogado e político chileno integrante das fileiras do *Partido Demócrata Cristiano*. Apesar de ter apoiado o golpe de 1973, como todo o seu partido, a partir da decretação de dissolução dos partidos políticos em 1977 tomou o lado da oposição à ditadura. Entre 1977 e 1978 formou uma comissão de estudos constitucionais com o intuito de elaborar uma constituição alternativa ao projeto autoritário, conhecido como o *Grupo de los 24*. Na década de 1980 assumiu importante liderança na AD e foi um dos principais responsáveis pela criação da *Concertación* em 1988. Tornou-se, por conseguinte, o primeiro presidente chileno após a ditadura, governando de 1990 a 1994.

importante para os desdobramentos políticos que convergiram na conduta da oposição a partir do *Acuerdo Nacional* e da *Asamblea de la Civilidad*.<sup>307</sup> Assim, foi criado o documento “*Demanda Chile*” assinado por distintos grêmios dentre eles: a *Federación de Colegios Profesionales*, o *Comando Nacional de Trabajadores* (CNT), o *Consejo de Federaciones de Estudiantes de Chile* (CONFECH), o *Comité Pro-FESES*<sup>308</sup>, a *Coordinadora de Pobladores*, a *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, o *Grupo de Estudios Constitucionales* (Grupo dos 24), as *Mujeres por la Vida*, a *Asociación Gremial de Educadores de Chile* (AGECH), a *Cámara de Comercio Detallista*, e outras organizações.

O documento “*Demanda Chile*” de 26 de abril de 1986, foi composto por uma série de reivindicações econômicas e sociais que visavam atender necessidades básicas dos setores e grupos que o firmaram. O documento também defendia os direitos humanos e exigia justiça aos crimes cometidos ao longo do regime. Conforme destaca Boeninger, as principais demandas foram:

“... ingreso mínimo reajutable, asignación alimentaria para los sectores de extrema pobreza, condonación de deudas de agua y electricidad, plan de viviendas sociales, aumento del aporte estatal para salud, término del proceso de municipalización, aumento de recursos fiscales para la educación, término de todas las formas de inseguridad en el trabajo, plan de creación de empleos productivos estables, solución al problema del endeudamiento de comerciantes, transportistas y deudores hipotecarios, reparación para los familiares de las víctimas de violencia de derechos humanos, restitución de la autonomía universitaria, etc.”<sup>309</sup>

Com o exposto acima, as reivindicações versaram sobre questões econômicas e de interesses setoriais, mas também sobre questões políticas, como o processo de abertura e a violação aos direitos humanos. Para Aylwin, estava disposto no documento que:

---

<sup>307</sup> AZÓCAR, Patricio Alwin. *El reencuentro de los democratas. Del Golpe al triunfo del No*. Santiago: Ediciones Grupo Zeta, 1998. p. 300.

<sup>308</sup> A FESES surgiu em 1948 e era composta majoritariamente por quadros do *Partido Demócrata Cristiano*, do *Partido Socialista*, do *Partido Radical* e do *Partido Comunista*. Sobre o movimento estudantil chileno no período pré-1973 ver: QUADRAT, Samantha. “A oposição juvenil à Unidade Popular”. In: QUADRATA, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX- Brasil e América Latina*. pp.521-555.

<sup>309</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 313.

“...’Chile vive hoy una profunda crisis política, económica, social y moral’ y que ‘el gobierno cierra sus puertas al diálogo y responde agudizando la represión’ que ‘se aferra a un modelo económico fracasado y a un proyecto político que sólo conduce a la perpetración del general Pinochet en el poder’ y que ‘esta situación ha producido una desintegración y polarización crecientes de la sociedad’, el documento planteó, como ‘principal reivindicación [...] la restitución de la soberanía popular para ejercer la democracia’ y, simultáneamente, solución ‘a los problemas que nos angustian, que se enumeraron detalladamente en ocho capítulos.’”<sup>310</sup>

Ao final do documento, o movimento concluiu a esperança na democracia como o único regime capaz de resolver os problemas que assolaram os chilenos ao longo de todos os anos do governo de Pinochet. Segundo o trecho:

"Hemos llegado a la conclusión que este gobierno no es capaz de resolver nuestras reivindicaciones más básicas y nuestras exigencias más urgentes (...) es por ello que nuestra principal reivindicación como Asamblea de la Civilidad, es la restitución de la soberanía nacional para ejercer la Democracia."<sup>311</sup>

Além dessas demandas, a oposição exigia a retomada do diálogo com o governo. Caso isso não acontecesse, o que de fato ocorreu, os membros da oposição convocariam uma greve geral para os dias 2 e 3 de julho no intuito de pressioná-lo. A possibilidade de uma paralisação nacional despertou toda a atenção e repressão do regime que estava atento à máxima oposicionista que identificava o ano de 1986 como o “ano decisivo”.

A perspectiva do “ano decisivo” foi cunhada pelo *Partido Comunista de Chile* baseando-se nas experiências insurrecionais de setembro de 1985 a julho de 1986. Segundo Rolando Vallejos, essa estratégia comunista de sublevação das massas como forma de derrubar o regime, embora tenha subestimado o governo de Pinochet e fosse produto de uma leitura superficial da sociedade e da política chilena em meados da década de 1980, inflamou a perspectiva da insurreição popular entre os setores da esquerda mais radical.<sup>312</sup> Contudo, até mesmo a ala mais moderada da oposição, a

---

<sup>310</sup> Idem. pp. 307-308.

<sup>311</sup> “Asamblea de la civilidad-La demanda Chile.” *Análisis* nº140. Santiago: 29 de abril a 5 de maio de 1989. pp. 10-11, p.11.

<sup>312</sup> VALLEJOS, Rolando Álvarez. “‘Aun tenemos patria, ciudadanos’. El Partido Comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988)”. In: ZÁRATE, Verónica Valdívica O. *et. ali. Su revolución*

*Alianza Democrática* e o *Partido Demócrata Cristiano* de Aylwin também compartilharam dessa perspectiva, embora discordassem em relação aos métodos e ao uso da violência. Nesse contexto surgiu a *Asamblea de la Civilidad*, apontado por Boeninger como um dos únicos momentos de aproximação dos comunistas à *Alianza Democrática*.<sup>313</sup>

O governo e os órgãos de segurança e repressão atuaram significativamente para tentar sufocar a greve geral e conter o clima do “ano decisivo”. De abril a julho a presença de militares do exército nas ruas aumentou, assim como as discrepâncias destes com a força policial. Desde o “*caso degollados*” os *Carabineros*, cuja função era o controle da ordem pública, manteve uma postura classificada pelo Exército como “branda” ou “ineficaz”, o que fez surgir uma ameaça do brigadeiro-general Carlos Ojeda ao general dos *Carabineros*, Oscar Torres Rodríguez, que se tal postura fosse mantida, o Exército tomaria o controle das ruas durante os protestos. Diante dessa ameaça, surgiu uma nova força de segurança e repressão controlada pelo Exército, a *Unidad Fundamental Antisubversiva* (UFA).<sup>314</sup>

A ocupação das ruas de Santiago pela UFA, cuja atuação ocorria com grupos de 15 a 20 soldados jovens, camuflados, e sem nenhuma identificação, é o elemento utilizado por Huneeus para caracterizar esse período como o de militarização do processo de abertura. Entretanto, e como podemos verificar o número de mortos nos protestos sociais entre 1983 e 1986 (142 vítimas fatais)<sup>315</sup>, todo o processo caracterizado como de “transição” pelo regime teve a repressão como elemento importante na manutenção do seu cronograma institucional e na contenção das perspectivas que visavam a ruptura. Sendo assim, a UFA atuou em distintos episódios desde a repressão a jovens que se organizaram para ver o cometa Halley na *Plaza Italia*, até mesmo na chamada de greve da *Confederación de Estudiantes de Chile* (Confech) nos protestos do 1º de maio, e principalmente na realização da *Asamblea Parlamentaria Internacional por la Democracia en Chile* (Apainde)<sup>316</sup>, sendo esta última marcada por um forte cerco militar na cidade de Santiago. Contudo, a ação dos militares do Exército na greve geral convocada pela *Asamblea de la Civilidad* nos dias 2 e 3 de julho foi a que mais

---

*contra nuestra revolución. Vol. II. La pugna marxista-gremialista en los ochenta.* Santiago: LOM Ediciones. 2008. p. 55.

<sup>313</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 313.

<sup>314</sup> CAVALLO, Ascanio. *et. alli.* op. cit. p. 563.

<sup>315</sup> OTANO, Rafael. *Nueva crônica de la transición.* Santiago: LOM, 2006. p. 33.

<sup>316</sup> A Apainde ocorreu no dia 21 de maio de 1986 na cidade de Santiago, na qual participaram 64 deputados e senadores de distintos países e mais 70 ex-parlamentares chilenos. O objetivo da assembleia era discutir as medidas para se alcançar a democracia no Chile.



surpreendeu a sociedade chilena: dois jovens foram detidos e incendiados por soldados. A jovem Carmem Gloria Quintana Arancibia, de 18 anos, sobreviveu com queimaduras graves por todo o corpo. Já Rodrigo Rojas Denegri, de 19 anos, não sobreviveu.<sup>317</sup> Esse foi o “caso quemados” que cunhou a repressão contra a *Asamblea*, último intento da oposição em derrubar a ditadura por meio da mobilização popular.

Além da repressão sistemática sobre a oposição, o governo buscou deslegitimá-la através do discurso da ação marxista que desafiava o legado do “11 de setembro de 1973”, e que a violência política era produto desses grupos envolvidos nos protestos dos últimos anos. O ministro do Interior, Ricardo García, emitiu várias declarações ao longo dos anos 1986 e 1987 sobre o perigo que corria a obra do regime, em especial o cronograma institucional e a própria Constituição de 1980. Nesse contexto, o alvo principal do governo foi a estratégia do *Partido Comunista* do “ano decisivo”, que inclusive definiram os dias da greve geral de 2 e 3 de julho como os dias da sublevação armado contra a ditadura.<sup>318</sup>

Os meses que antecederam tal greve foram acometidos por uma espiral de violência, concentradas em sua maior parte nas periferias de Santiago, especificamente nas *poblaciones*. O clima de acirramento e de organização para a greve geral despertou a atenção do ministro Ricardo Garcia que emitiu uma intimação de detenção aos principais dirigentes da *Asamblea de la Civilidad* por quarenta dias, o que desarticulou o movimento, transformando a luta das ruas em batalhas jurídicas pela libertação dos detidos. Analisando a postura do governo frente aos dias determinados para a greve, a reportagem da revista *Análisis* afirmou que:

"Una vez vistas las proporciones del Paro, el Gobierno actuó con la rapidez y torpeza que sobrevienen a aquéllos que se dan cuenta que han calculado mal y deben tomar decisiones urgentes: Se requirió a 17 de los 22 miembros del Consejo de la Asamblea de la Civilidad, se prohibió la transmisión de espacios informativos a cuatro radios capitalinas y se anunció requerimientos contra dos revistas de Oposición, Cauce y Análisis."<sup>319</sup>

---

<sup>317</sup> CAVALLO, Ascanio. *et. alli.* op. cit. p. 565.

<sup>318</sup> “Asamblea de la civilidad: El Paro comienza en Julio.” *Análisis* nº 145. Santiago: 3 a 9 de junho de 1986. pp. 9-10; “Paro del 2 y 3: Todos juntos y al mismo tiempo.” *Análisis* nº 147. Santiago: 14 a 20 de junho de 1986. pp. 8-9.

<sup>319</sup> “El Paro descolocó al Gobierno.” *Análisis* nº 150. Santiago: 7 a 13 de julio de 1986. pp.5-6.

Diante do “caso quemados” e da detenção das lideranças, a oposição marcou um novo dia estratégico de mobilização popular, denominado “*Jornada por la Democracia*” que ocorreria no dia 4 de setembro de 1986. Contudo, os movimentos posteriores foram diminuindo tanto pelo clima da repressão como também das discordâncias entre os partidos organizadores pelas manifestações.

O conflito entre a AD e o MDP revelou a multiplicidade de estratégias e projetos dos diversos atores oposicionistas. As ações dos grupos que compunham o MDP além de inflamar o discurso “contrassubversivo” do governo de Pinochet demonstraram as fraquezas de uma oposição dividida. As principais críticas foram direcionadas ao FPMR. Apesar da retomada das ações do MIR o grupo que mais capitalizou recursos e ratificou a proposta da luta armada na década de 1980 foi a FPMR. As manchetes dos veículos de comunicação tanto do regime quanto da oposição deram destaque a ação da FPMR. Tanto MIR quanto a FPMR (re)surgiram nas protestas de 1983/1984, em especial através do MDP.<sup>320</sup> Contudo, a FPMR, braço armado, e por vezes autônomo, do *Partido Comunista de Chile*, canalizou todos os seus esforços para tornar 1986 o ano do fim do governo de Pinochet.

Para o autor Ascanio Cavallo, as entrevistas fornecidas pelo secretário e subsecretário geral do MIR no dia 5 de agosto de 1986 só fizeram intensificar a repressão.<sup>321</sup> Com um tom de ofensiva contra o regime, e que o MIR estava preparado para somar sua ação juntamente com a mobilização popular, as entrevistas de Andrés Pascal Allende e de Hernán Aguiló só fizeram somar ao comunicado do dia 6 de agosto feito por membros da FPMR, pelo qual informaram que estavam armados e preparados para “acabar com Pinochet”.<sup>322</sup> O resultado desses eventos foi o acionar da *Brigada Antisubversiva* e do *Grupo Operativo Tático* que entre os dias 6 e 11 de agosto prenderam 21 pessoas ligadas ao MIR e a FPMR.<sup>323</sup>

Somado à repressão, o mês de agosto de 1986 trouxe a tona o arsenal de armas montado por um grande esquema organizado pela FPMR. Vários foram os esconderijos encontrados por militares integrantes da CNI, acontecimento que serviu não só para aumentar a credibilidade do governo sobre a ação dos grupos terroristas, mas também para catalisar a crise entre os membros da oposição organizados ao redor da AD e o

---

<sup>320</sup> VALLEJOS, Julio Pinto. e FLORES, Sebastián Leiva. “Punto de quiebre: el MIR en los ochenta.” In: ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz de. *et alii*. op. cit. p. 119.

<sup>321</sup> A entrevista de Andrés

<sup>322</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et alii*. op. cit. p. 569.

<sup>323</sup> Idem.

MDP.<sup>324</sup> Contudo, foi o atentado mal sucedido da FPMR à Pinochet no dia 7 de setembro de 1986 que concluiu essas tensões.

Resultado da *Operación Siglo XXI*, todas as células da FPMR estiveram envolvidas num elaborado plano para matar Pinochet em setembro de 1986 e concluir este ano como o “ano decisivo”.<sup>325</sup> Tal operação pode ser contextualizada na perspectiva da projeção do regime e do adiamento de Pinochet em se preparar para o plebiscito de 1988. Dias após a greve geral de julho, Pinochet declarou na comunidade de Santa Juana que:

“... la Constitución había contemplado siempre dieciséis años, ocho para normar... y otros ocho para que se aplique de manera real. (...) Nosotros no vamos a entregar el gobierno por puro gusto.”<sup>326</sup>

Dessa forma, a relação entre o projeto ditatorial e a personificação desse projeto na figura de Pinochet, que surgiu desde a presença do bloco gremialista-neoliberal no governo ainda na década de 1970, tornou-se o foco das análises da oposição. A perpetuação da ditadura, e da possibilidade de duração do governo de Pinochet até 1998, explicitadas com a declaração em *Santa Juana*, fez acirrar os ânimos dos grupos radicais de esquerda. Com isso, na tarde de 7 de setembro, 28 militantes atacaram a comitiva presidencial ,que regressava da casa de descanso *El Melocotón*, deixando 5 mortos e 12 feridos. Após a confirmação de que Pinochet havia sobrevivido, no mesmo dia à noite houve uma reunião emergencial da Junta de Governo que decretou estado de sítio.

O fracasso da *Operación Siglo XXI* não só frustrou a FPMR, mas também deixou a oposição atônita e receosa das reações do regime em relação ao debate da transição. Além disso, legitimado tanto pela opinião pública, em relação aos meses de protestos violentos e aos arsenais encontrados, quanto pelo estado de sítio, a repressão

---

<sup>324</sup> Idem. p. 575. Os políticos componentes da *Alianza Democrática*, em especial os membros do *Partido Demócrata Cristiano*, demonstraram sua insatisfação à ação do *Partido Comunista*. Assim o fizeram através de uma carta do dirigente do PDC Gabriel Valdés, que expôs o rechaço de seu partido à estratégia de violência defendida pelos comunistas. Por outro lado, os membros do *Partido Comunista* responderam que se tratava de uma campanha do governo para deslegitimar a oposição. Outro fator a ser considerado, é que as ações da *Frente Patriótica Manuel Rodríguez* ocorreram em muitas vezes de forma a não obter o consentimento e o aval das lideranças do *Partido Comunista*, o que colocou este último numa difícil situação.

<sup>325</sup> Segundo Ascanio Cavallo, essa operação teve amparo estratégico de Cuba através de César Bunster (filho do ex-embaixador em Londres no período da *Unidad Popular*) que havia recém-chegado após a autorização obtida pelo governo chileno de retorno do exílio. CAVALLLO, Ascanio. *et alli*. op. cit. p. 568.

<sup>326</sup> Discurso de Pinochet na localidade de *Santa Juana* em 17 de julho de 1986.

logo mostrou sua cara quando entre os dias 9 e 10 de setembro foram encontrados quatro corpos, dois membros do *Partido Comunista* e os outros dois membros do MIR, assassinados de maneira brutal.<sup>327</sup>

Diante do acontecido, Pinochet utilizou-se do atentado como um episódio para fortalecer sua liderança e dar continuidade à personalização do jogo político da transição. Foi com esse tom que as celebrações do 13º aniversário do governo ocorreram e o presidente fez questão de enfatizar na mensagem presidencial de 11 de setembro de 1986 que a atuação da oposição nos últimos anos só conseguiu abrir espaço para as ações violentas e a infiltração de grupos terroristas no país. Em seu discurso, Pinochet critica ferozmente a oposição, que segundo ele, estava comprometida com “nefastas estratégias” e com “o propósito de derrubar o governo”.<sup>328</sup> Elencou a existência de células marxistas que causaram a morte de vários membros das Forças Armadas e de Orden ao longo dos últimos anos e a ineficácia da oposição em rechaçar a violência revolucionária.<sup>329</sup> Com isso, caracterizou os últimos intentos da oposição como demagógicos, antidemocráticos, e sem nenhum respeito à institucionalidade proposta pela Constituição de 1980.

Por meio de uma lógica pedagógica e deslegitimadora, Pinochet pontua todos os grandes movimentos de oposição ocorridos nos últimos anos. Sobre a *Alianza Democrática*:

“Una de las más claras expresiones de la unidad entre sectores proclamados demócratas y grupos marxistas es la ‘Alianza democrática’, que se caracteriza por su actitud antidemocrática ante la Constitución y por su impulso a ‘protestas pacíficas’ cuyo resultado de destrucción y muerte el país reconoce.”<sup>330</sup>

Em relação ao *Acuerdo Nacional* de 1985 destacou suas contradições e suas propostas vagas, marcadas por uma integração de partidos totalmente distintos cuja aliança era apenas tática e carecia de realismo político. Além do acordo, Pinochet atacou a *Asamblea Parlamentaria* ocorrida entre 19 e 21 de maio de 1986, na qual as

---

<sup>327</sup> Os assassinados foram: Diego Lira Matus e Abraham Muskatblit Eidelstein, ambos ligados ao *Partido Comunista*, e Gastón Vidaurrázaga e José Carrasco Tapia, ligados ao MIR.

<sup>328</sup> S.E EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA CAPITAN GENERAL AUGUSTO PINOCHET UGARTE. *Mensaje Presidencial 11 de septiembre de 1985 – 11 de septiembre de 1986*. Santiago: 11 de setembro de 1986.

<sup>329</sup> Idem.

<sup>330</sup> Idem.

resoluções criadas pelo evento foram mostras evidentes do descaso à soberania chilena e o comprometimento da oposição com as ameaças estrangeiras.<sup>331</sup>

Sobre o último grande movimento da oposição, a *Asamblea de la Civilidad*, Pinochet a qualificou como de organismo de fachada:

“... dirigido a coordinar estériles acciones de protesta e intentos de paro y a encubrir la íntima concomitancia con todas las corrientes políticas marxistas, aun las más extremistas.”<sup>332</sup>

Na finalização de seu discurso, Pinochet confirma o tom político para os anos finais da transição democrática. Argumentou que embora tais movimentos fossem comprometidos com as perspectivas rupturistas e de desmantelamento da institucionalidade em curso, o governo continuaria seu trabalho legislativo, institucional e administrativo, e que não abriria mão da Constituição de 1980. Dessa maneira, o próximo passo seria a articulação política para o plebiscito sucessório de 1988.

### **3.4- A corrida jurídica e institucional para o plebiscito de 1988.**

O plebiscito de 1988 tornou-se uma das grandes datas da história contemporânea do Chile. O embate entre o regime autoritário e seus partidários de direita de um lado, e a oposição de centro-esquerda de outro, tornou-se um episódio atípico aos processos de transição à democracia do século XX. A especificidade do processo chileno localiza-se tanto numa ditadura insistente à institucionalidade e seu cronograma, quanto numa sociedade que em meio à repressão se mobilizou para tentar derrubar o ditador, mas, ao mesmo tempo, aceitou entrar no jogo político definido pelo regime. Contudo, o plebiscito tornou-se um momento político no qual, diante de todos os movimentos de contestação à ditadura, os grupos políticos e sociais passaram a debater sobre o próprio projeto da ditadura colocado em marcha ao longo dos quinze anos do governo de Pinochet.

---

<sup>331</sup> Idem.

<sup>332</sup> Idem.

Se na Constituição de 1980, ou seja, no cronograma institucional da ditadura civil-militar chilena governada por Pinochet, o plebiscito de 1988 não passara de um mecanismo sucessório, o processo histórico chileno da década em questão o transformou num importante ato político. Foi a distância entre o projeto ditatorial e o processo de abertura e democratização da sociedade chilena (indesejável por Pinochet e as elites civis e militares que o apoiavam) que impôs ao governo tratar o plebiscito como um dispositivo além da esfera formal e jurídica e reconhecê-lo como um momento de manifestação da politização social. Contudo, o ano de 1988 foi resultante da convergência de distintos fatores que marcaram a preparação das leis políticas que regularam o processo decisório e o debate no interior da oposição entre manter a estratégia rupturista ou jogar com as regras da Constituição autoritária.

No interior do governo a “*mentalidad 89*” já era um fato. Desde 1985 foram tomadas as decisões para acelerar os trâmites jurídicos e legais que complementassem a Constituição de 1980 e regulassem o plebiscito sucessório. Como declarou Pinochet em 1986, a Junta de Governo já estava debatendo e tramitando as principais leis dos anos posteriores, entre elas: a lei orgânica Constitucional do Tribunal Qualificador de Eleições; a lei do sistema de registros eleitorais (que daria início a inscrição dos registros eleitorais); a lei dos tribunais eleitorais regionais; a lei dos partidos políticos; e a lei do *Consejo Nacional de Radio y Television*.<sup>333</sup> Porém, o debate dessas leis foi além dos militares da Junta de Governo, e o protagonismo foi assumido pelo Tribunal Constitucional.

O Tribunal Constitucional tornou-se um importante espaço de maturação do projeto político da transição democrática chilena. Esse tribunal já demonstrara sua autonomia com a votação do projeto da lei de estados de exceção em 1985, e agora retomava sua importante função de regular o processo de transição.<sup>334</sup> O Tribunal Constitucional pautou-se em interpretações sobre o funcionamento das regras do plebiscito de 1988 que desafiaram as pretensões de Pinochet e seus ministros. Essa autonomia, interpretada por Huneeus como um “efeito não buscado”, insere-se no fato de que se o governo queria legitimar-se, era fundamental afirmar e consolidar a

---

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> No período do debate sobre as “leis políticas” para o plebiscito de 1988 compuseram o Tribunal: José María Eyzaguirre (ex-presidente da Corte Suprema 1976-1979); Luis Maldonado, Marcos Aburto, Eduardo Urzúa (nomeados pela Junta de Governo); Enrique Ortúzar (ex-membro do *Consejo de Estado*, e nomeado por Pinochet); Julio Philippi (ex-membro do *Consejo de Estado*) e Eugenio Somarriva (ambos nomeados pelo *Consejo de Seguridad Nacional*).

autonomia das instituições contempladas na Constituição.<sup>335</sup> A perspectiva do plebiscito de 1988 como a confirmação da Constituição não foi cara apenas para a oposição, como veremos adiante, mas também para o regime. Se a legitimidade da Constituição dependia desse plebiscito, a legitimidade do plebiscito dependia da autônoma das instituições que o regulariam. Esse foi o argumento utilizado por alguns dos ministros que compuseram o Tribunal Constitucional.

Dessa maneira, os debates travados no interior do Tribunal Constitucional sobre as “leis políticas”, ou seja, as leis fundamentais para a transição democrática e que garantiriam a operacionalidade da Constituição de 1980, foi marcado por dissensos e tensões. A primeira delas foi a lei do *Tribunal Calificador de Elecciones*, debatida ainda em 1985.<sup>336</sup> O debate sobre a mesma girou sobre a seguinte questão: esse tribunal funcionaria antes ou depois do plebiscito de 1988?

Segundo o artigo transitório 11º da Constituição:

“El artículo 84 de la Constitución relativo al Tribunal Calificador de Elecciones, *comenzará a regir* en la fecha que corresponda de acuerdo con la ley respectiva, con *ocasión de la primera elección de senadores y diputados*, y sus miembros deberán estar designados con *sesenta días de anticipación a esa fecha*.”<sup>337</sup>

Interpretando a Constituição, o *Tribunal Calificador de Elecciones* entraria em funcionamento somente 60 dias antes da primeira eleição legislativa, ou seja, apenas em 1989. Contudo, Eugenio Valenzuela Somarriva, membro do Tribunal Constitucional, partiu de outra interpretação para colocar o *tribunal Calificador* em ação antes mesmo do plebiscito de 1988. Em primeiro lugar, Somarriva utilizou-se da argumentação do ministro do Interior, Ricardo García, em consonância com o Executivo, que seria importante ter um tribunal fiscalizando o pleito para conferir legitimidade ao mesmo.<sup>338</sup> Em segundo, sua perspectiva partiu da concepção que o primeiro ato da entrada em vigência dos artigos permanentes da Constituição de 1980 era o plebiscito de 1988. Sendo assim, não poderia existir o tal plebiscito sem o funcionamento do *Tribunal*, pois o mesmo confirmaria ou não a Constituição como legítima.

<sup>335</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 558.

<sup>336</sup> *Diario Oficial*. 15 de Novembro de 1985.

<sup>337</sup> CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPUBLICA DE CHILE. *Disposiciones transitórias*. 1980. Grifo do autor.

<sup>338</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et alli*. op. cit. p. 626.

Apesar da oposição de Enrique Ortúzar, velho conhecido do regime e principal jurista da Constituição de 1980, que defendia a literalidade da Carta, Somarriva reiterou sua perspectiva pautando-se no princípio de contextualização da Constituição e da legitimação do plebiscito.<sup>339</sup> Agregando à argumentação de seu voto, foi além, defendendo a necessidade de tramitar as demais leis políticas de inscrição eleitoral e dos partidos políticos. Para o ministro, a existência dos partidos garantiria a transparência e fiscalização do pleito eleitoral. Mas como haveria partidos sem um organismo que regulasse a inscrição dos mesmos? Dessa forma, Somarriva conseguiu convencer a fiscalização do plebiscito sucessório pelo *Tribunal Calificador*.<sup>340</sup>

Por conseguinte, a segunda lei debatida foi a lei sobre o sistema de inscrições eleitorais, que colocou em funcionamento o *Servicio Electoral*. Essa lei, tramitada com muita rapidez pelo tribunal e publicada em 1º de outubro de 1986, sinalizou que as inscrições eleitorais iniciariam já a princípios de 1987. Com o adiantado das questões, a Junta de Governo, por fim, enviou o ofício do projeto de lei dos partidos políticos ao Tribunal Constitucional em janeiro de 1987, ou seja, a terceira importante lei para o processo em questão.<sup>341</sup> Este, por sua vez, identificou 24 inconstitucionalidades, que iam desde a violação do livre direito de imprensa e associação, até mesmo às sentenças que envolviam o problemático artigo 8º que limitava o surgimento de partidos políticos e meios de comunicação que estivessem vinculados e/ou propagassem ideologias que estimulassem a luta de classes. Segundo o artigo 8º:

“Todo acto de persona o grupo destinado a propagar doctrinas que atenten contra la familia, propugnen la violencia o una concepción de la sociedad, del Estado o del orden jurídico, de carácter totalitario o fundada en la lucha de clases, es ilícito y contrario al ordenamiento institucional de la República. Las organizaciones y los movimientos o partidos políticos que por sus fines o por la actividad de sus adherentes tiendan a esos objetivos, son inconstitucionales.”<sup>342</sup>

---

<sup>339</sup> As tensões no interior do Tribunal Constitucional entre Valenzuela Somarriva e Enrique Ortúzar sempre demarcaram campos opostos dos projeto político do regime, o que ficou claro desde a decisão de inconstitucionalidade do *Movimiento Democrático Popular* em 1983. Sobre isso ver em CAVALLLO, Ascanio. *et alli*. op. cit. p. 626. Cavallo destaca que nesse debate ficam expostos os dois lados de da dissidência: de um Somarriva e o ministro do Interior Ricardo García, e de outro Ortúzar e o ministro da Justiça Hugo Rosende.

<sup>340</sup> SOMARRIVIA, Eugénio Valenzuela. *Repertório de Jurisprudencia del Tribunal Constitucional*. 11-03-1981 a 10-03-1989. Santiago: Jurídica de Chile, 1989. pp. 181-190.

<sup>341</sup> *Oficio Reservado* N° 6583/24. Santiago: 16 de janeiro de 1987.

<sup>342</sup> CONSTITUCIÓN DE LA REPUBLICA DE CHILE DE 1980.



Dessa forma, o projeto de lei sobre os partidos políticos, defendido pela Junta de Governo e por Pinochet, possuía um forte caráter de intervenção do governo na organização partidária, limitando o livre direito de associação, especialmente no que tange aos preceitos do artigo 8º carregado de anticomunismo e contrário a toda e qualquer agrupamento que defendesse a via rupturista. Tal projeto almejava inclusive proibir a retomada de antigos nomes e siglas partidárias existentes previamente a 1973.<sup>343</sup> Porém, o Tribunal Constitucional mais uma vez apontou as implicações desse projeto, condenando todos os pontos de inconstitucionalidade. Além disso, tramitar uma lei sobre os partidos demandava tramitar a lei orgânica do artigo 8º, o que se tronou um entrave ao longo do ano de 1987.<sup>344</sup>

A quarta última lei importante para a regulação do plebiscito de 1988 foi a de *votaciones y de los escrutínios* que estabeleceria os mecanismos do funcionamento próprio não só do plebiscito, mas da campanha eleitoral. Posteriormente as extensas reuniões da Junta de Governo (quatorze sessões) essa lei foi entregue ao Tribunal Constitucional em 21 de janeiro de 1988. Com o conhecimento público do projeto de lei, representantes do *Partido Humanista* e seis professores de direito constitucional recorreram ao Tribunal Constitucional para apontar três principais questões não tocadas pelo projeto: a inexistência da regulação de como seria a propaganda eleitoral no rádio e televisão; a inexistência de regras sobre a participação de grupos ou indivíduos independentes; e a indefinição da data das eleições parlamentar e presidencial caso o plebiscito confirmasse a derrota do candidato indicado pela Junta de Governo.

Mais uma vez, Valenzuela Somarriva visou a autonomia do tribunal e construiu seu voto visando a transparência e legitimidade do plebiscito de 1988. Sua argumentação partiu da ambiguidade do artigo 27º das disposições transitórias que afirmavam que após a indicação do nome do candidato que fosse submetido ao pleito ser anunciado:

“El plebiscito deberá efectuarse no antes de treinta ni después de sesenta días de la proposición correspondiente y se llevará a efecto en la forma que disponga a ley.”<sup>345</sup>

---

<sup>343</sup> CAVALLO, Ascanio. *et alli*. op. cit. p. 629.

<sup>344</sup> Iremos analisar esse debate mais a frente.

<sup>345</sup> CONSTITUCIÓN DE LA REPUBLICA DE CHILE DE 1980. *Disposiciones transitorias*.

Essa disposição deixava margem para qualquer tipo de manobra política por parte de Pinochet e da Junta de Governo que visassem indicar o nome do candidato pouco tempo antes da realização do plebiscito, sem conferir tempo suficiente para a oposição e os partidos políticos se organizarem em relação à campanha eleitoral. Assim, Somarriva construiu seu voto definindo que a data do plebiscito deveria ser decidida somente após a proclamação pela Junta do nome do candidato, criando o prazo de trinta dias entre ambos os momentos. No mesmo contexto, decidiu-se regular a campanha política nos meios de comunicação, a qual ocorreria entre trinta dias antes do plebiscito até o terceiro dia anterior ao pleito.<sup>346</sup>

Além do intenso trabalho legislativo, no qual o Tribunal Constitucional teve um papel de maior relevância para o plebiscito de 1988, Pinochet também visou garantir reformas ministeriais para confirmar o desejo de projeção do regime. O gabinete liderado pelo ministro do Interior Ricardo García e pelo secretário geral da presidência, Francisco Javier de la Cuadra teve como foco a institucionalização política e a consolidação da teia jurídica da Constituição de 1980, conhecida como as “leis políticas”. Se em julho de 1986 Pinochet já havia declarado sobre a necessidade de garantir 16 anos para a Constituição, no dia 25 de fevereiro de 1987 com o início das inscrições nos registros eleitorais foi dada a largada para a corrida do plebiscito. Nesse contexto ocorreu uma mudança ministerial importante que representou uma reconfiguração de forças políticas no interior do governo.

A posse de Hernán Büchi no ministério da Fazenda em 1985 foi realizada num momento de retomada da hegemonia neoliberal no interior do governo, especialmente a partir dos parques, porém primeiros sinais de recuperação e crescimento econômico, entre 1986 e 1987. Nessa nova fase política, de preparação para o plebiscito de 1988, a presença desse grupo foi paralela ao retorno de Sérgio Fernández ao ministério do Interior no dia 7 de julho de 1987, confirmando mais uma vez a influência política do grupo *gremialista-neoliberal* no governo de Pinochet.

Sérgio Fernández, figura importante no processo de institucionalização do projeto ditatorial, voltou ao mesmo ministério justamente para confirmar a “*mentalidad 89*”. O gabinete liderado por Fernández manteve de fora Francisco Javier de la Cuadra, enviado como embaixador ao Vaticano. O tom de confrontação levado a cabo por

---

<sup>346</sup> FALLO DEL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL SOBRE LA LEY ORGÂNICA CONSTITUCIONAL SOBRE VOTACIONES POPULARES Y ESCRUTINIOS. Rol 53. 5 de abril de 1988. *Diário Oficial de Chile*. Lei Nº 18.700 6 de maio de 1988.

Cuadra, e as críticas a sua postura tanto pela oposição quanto no interior do governo, levaram Pinochet a decidir-se por Fernández nessa nova fase. A visita do papa João Paulo II ao Chile entre os dias 1º e 6 de abril de 1987, que catalisou as tensões entre a Igreja e o governo,<sup>347</sup> e seu marcado anticomunismo e enfrentamento contra os grupos que defendiam a luta armada, foram decisivos para a mudança ministerial. Porém, manteve-se Ricardo García no ministério das Relações Exteriores.<sup>348</sup> Dessa forma, foi constituído o “gabinete da projeção”.<sup>349</sup>

Após ser consultado sobre sua perspectiva de condução da transição democrática, Sérgio Fernández apostava numa linha firme e dura, sem muitas concessões à oposição, e buscava antes de tudo dar continuidade aos projetos das “leis políticas”, ratificar a vigência da Constituição de 1980 e criar as melhores condições políticas para o governo enfrentar o plebiscito de 1988.<sup>350</sup> Sua posse ministerial foi considerada como um endurecimento político, sob o qual Pinochet afirmou suas pretensões para o período em que todo o projeto político da ditadura seria colocado à prova.<sup>351</sup> O “retorno do bruxo”<sup>352</sup> impactou a oposição. Fernández era considerado “linha dura”, e sua última experiência no ministério do Interior foi marcada pelo grande número de exilados e pela aprovação da Constituição em 1980. Como destaca o jornalista Victor Vaccaro:

“La mayoría de la oposición ha coincidido en estimar el regreso de Fernández como un signo inequívoco de un endurecimiento aún mayor y nadie ha dado crédito a la disposición de aquel ‘a dialogar con los sectores opositores sobre bases concretas y precisas’, incluida la posibilidad de una mediación de la Iglesia.”<sup>353</sup>

---

<sup>347</sup> A comitiva da visita papal, coordenada pela Igreja Católica, não foi composta por pessoas ligadas ao regime como uma postura de condenação ao governo de Pinochet, além de buscar dissociar qualquer imagem da Igreja à ditadura. Sobre isso ver CAVALLO, Ascanio. *et alli*. op. cit. pp. 579-610.

<sup>348</sup> Para o *Ministerio Secretaría General de Gobierno* foi nomeado Orlando Poblete; e para o *Ministerio Secretaría General de la Presidencia* o general-brigadeiro Sergio Valenzuela.

<sup>349</sup> Para o *Ministerio Secretaría General de Gobierno* foi nomeado Orlando Poblete; e para o *Ministerio Secretaría General de la Presidencia* o general-brigadeiro Sergio Valenzuela.

<sup>350</sup> “Nuevo ministro del Interior. Fernández: ‘Se dará plena vigencia a la Constitución’”. *El Mercurio*. Santiago: 8 de julho de 1987.

<sup>351</sup> PHILLIPS, Patricio. “Cambio ministerial significa endurecer la línea política”. *Cauce*. Santiago: 9 de julho de 1987.

<sup>352</sup> MOSCIATI, Nibaldo Fabrisio. “El retorno del brujo”. *Apsi*. Santiago, 13 de julho de 1987.

<sup>353</sup> VACARRO, Victor. “Las puntas que tiene el camino”. *Cauce*. Nº 16. Santiago, 13 a 19 de julho de 1987. pp. 6-7.

Sergio Fernández ordenaria a pauta política do governo, preparando uma transição que aceitasse a legitimidade da Constituição de 1980, prestigiando e dando continuidade à tramitação e aprovação das leis políticas colocadas em curso pelo antigo gabinete. A desconfiança da oposição se confirmou na tramitação da lei orgânica do artigo 8º<sup>354</sup> da Constituição que, conseqüentemente, afetaria a lei orgânica dos partidos políticos, ambas debatidas no interior da Junta de Governo entre 1986 e 1987. Dias depois de sua posse, o novo ministro do Interior tomou para si a responsabilidade dos rumos dessa lei complementar, e pediu a ajuda de seu amigo Jaime Guzmán. Como podemos identificar, esse episódio demonstrou como o grupo *gremialista* tentou assegurar uma de suas principais ideias, a do pluralismo limitado, característica de sua concepção de democracia. Além disso, Fernández deu continuidade ao discurso contra o marxismo, o que causava um grande impacto visto as denúncias constantes dos ataques da FPMR, confirmando as concepções anticomunistas do então artigo 8º.

O debate sobre o artigo 8º esbarrou nas pretensões do regime que visava a vitória no plebiscito que se aproximava. Fernández, e especialmente Guzmán, visitaram as distintas comissões de trabalho com o argumento que se essa fosse aprovada, isso colocaria fim ao exílio, já que estaria garantida legalmente a proibição da formação de partidos e movimentos de orientação marxista, e que assim, não causaria problemas ao governo o retorno dos exilados comprometidos com os partidos e movimentos de esquerda “responsáveis” pela crise de 1973. Com isso, a lei 18.662<sup>355</sup> foi aprovada rapidamente, mas através de um mecanismo inusitado: a mesma não passaria pelo Tribunal Constitucional (embora reconhecesse ser essa instituição a responsável por aplicar a lei nos casos mencionados) importante instância que conferia legalidade ao arcabouço constitucional.

As últimas ações do Tribunal Constitucional em relação às “leis políticas” foram marcadas pela autonomia e, em alguns casos, pelo enfrentamento ao regime. Diante disso, Fernández e Guzmán elaboraram a fórmula de que a lei orgânica constitucional

---

<sup>354</sup> Analisaremos o artigo 8º no capítulo 4.

<sup>355</sup> LEI Nº 18.662. *Diario Oficial*. Santiago: 23 de outubro de 1987. Conforme o artigo 1º: Artículo 1º.- Las organizaciones y los movimientos declarados inconstitucionales por el Tribunal Constitucional, son asociaciones contrarias al ordenamiento institucional de la República y, por consiguiente, al orden público. Sus bienes pasarán a dominio fiscal y si tuvieren personalidad jurídica, la perderán de pleno derecho.

Las personas naturales a quienes el Tribunal Constitucional declare infractoras del artículo 8º de la Constitución Política, no podrán ejercer el derecho de opinión política por los medios de difusión, en carácter de sanción accesoria a las establecidas por el citado precepto constitucional y por el mismo lapso de éstas.

que complementar o artigo 8º não necessitava passar pela aprovação do tribunal em questão. Assim aconteceu e Fernández confirmou os receios da oposição, especialmente dos partidos de esquerda.<sup>356</sup>

Apesar de seu objetivo estar centrado na finalização das “leis políticas”, Sergio Fernández não tinha apenas a missão de ganhar o plebiscito, mas de confirmar Pinochet como candidato pela Junta de Governo. Pinochet já havia demonstrado seu desejo de ser candidato desde 1985 com os impactos do *Acuerdo Nacional*, e em 1986 com seu discurso em *Santa Juana*. Além disso, ao inscrever-se como o primeiro registrado do sistema eleitoral, confirmava suas aspirações. Entretanto, como podemos identificar nos veículos de informação, de esquerda e direita, já em 1986 quase todos os espectros políticos tinham claro que o general seria o candidato. Contudo, a elaboração de um plano político para garantir a vitória em 1988, tomado conhecimento pela imprensa em 1987, ratificou que o general se candidataria.

O plano eleitoral de Pinochet foi idealizado ainda no ano de 1986. Esse plano, denominado *Plan de Acción Cívica* -PLACCINAC, foi apresentado no *VIII Congreso de Alcades* realizado em agosto de 1986 e consistia num elaborado projeto político que via nas *municipalidades* o principal espaço político para projetar as obras do governo de Pinochet para além de 1988. O próprio discurso de apresentação do plano do Subsecretário do Interior na época, Alberto Cardemil, demonstrou a perspectiva do governo diante as medidas elaboradas:

“En el segundo semestre de 1988 y en los años 1989 y 1990 están previstos hitos fundamentales en el proceso de evolución entre la etapa de transición y la de consolidación. Se decidirá sobre la subsistencia del régimen mismo. Estarán en peligro la vida y la libertad nuestra y de nuestros hijos... Un corte abrupto que impida el paso de la etapa de transición a la de consolidación significarán un retroceso a las páginas más oscuras de la historia.”<sup>357</sup>

Sendo assim, partindo da importância política do período dedicado exclusivamente à transição democrática, o plano estabelecia as diretrizes básicas para enfrentar o período 1986-1990 tendo como o princípio norteador das políticas públicas do período angariar o apoio social ao regime. Assim, foram anunciadas metas e seus prazos, da mesma forma que a realização das mesmas seria protagonizada pelos *alcades*

---

<sup>356</sup> Idem.

<sup>357</sup> Discurso disponível em *Cauce*, nº112, Santiago: abril de 1987. p.10.

(prefeitos), que desde 1973 foram nomeados por Pinochet. Essas metas deveriam ser guiadas pelas seguintes perspectivas:

- “a) Esto no será una contienda amistosa en que existe consenso sobre las reglas del juego. Por el contrario, se decidirá la subsistencia del régimen mismo;
- b) Un corte abrupto que impida el paso de las ‘etapas o fases’ implicaría una pérdida total de lo avanzado (El acceso de un Gobierno Demo-Marx no es un cambio de Gobierno, sino la destrucción de la institucionalidad);
- c) En consecuencia, hay que proyectar la tarea de este Gobierno mas allá de 1989.”<sup>358</sup>

O protagonismo dos *alcaldes* partia de vários pressupostos. Primeiro, porque os mesmos eram indicados e nomeados pelo regime, desde civis (muitos provenientes do *gremialismo* e agora da UDI), até militares, em especial, do Exército. Segundo, que na concepção do plano, os *alcaldes* eram os que teriam as melhores condições para analisar o cenário político local, além de aplicar os programas sociais com recursos provenientes do governo central. Conforme o PLACCINAC:

“Los grupos opositores se acercan a la ciudadanía asumiendo la defensa de los afectados en problemas como en deudamiento, salud, educación... Pero no tienen una comprensión amplia de la comuna y sus necesidades. Esto ubica al alcalde en una posición privilegiada para efectuar su acción”<sup>359</sup>

Somado a questão do conhecimento da realidade local dos *alcaldes*, o plano relacionava a ação dos *alcades* com as futuras eleições parlamentarias que ocorreriam em 1989, relacionando o trabalho dos mesmos para o período 1986-1988 como determinante para conseguir o apoio do regime em relação às futuras candidaturas para os cargos de deputados e senadores.<sup>360</sup>

Dessa maneira, o PLACCINAC estabelecia metas nacionais, regionais, provinciais e comunais, em três períodos distintos: a fase de gestação do plano (agosto de 1986 a abril de 1987); a fase do desenvolvimento (maio de 1987 a junho de 1988); e

---

<sup>358</sup> PLAN DE ACCIÓN CÍVICA. Disponível em *Hechos Urbanos*. Santiago: junho de 1987.

<sup>359</sup> BIEN, Pablo. “Perpetuación de Pinochet es responsabilidad de los alcaldes”. *Cauce* nº 102. Santiago. pp. 10-13. p. 11.

<sup>360</sup> Idem. p. 12.

por fim, a etapa de aplicação, entre o plebiscito de 1988 e as eleições parlamentares de 1989.

De qualquer forma, o plano só tornou-se público em meados de 1987, justamente no contexto de mudanças no gabinete.<sup>361</sup> A oposição logo reagiu contestando a utilização da máquina e do dinheiro públicos para promover a campanha eleitoral do regime num pleito cujas regras ainda não tinham sido definidas, e que mal se sabia sobre quando seria realizado. Além disso, os advogados integrantes da comissão fiscalizadora do *Partido Demócrata Cristiano* recorrem a Controladoria da República contra o mesmo plano devido a contradição criada no PLACCINAC que atribuía às *municipalidades* um papel político cuja Constituição de 1980 proibia, além de tornar-se uma declarada intervenção eleitoral.<sup>362</sup>

Apesar da negação do regime sobre a existência e o funcionamento do plano, e inclusive do posicionamento de Francisco Javier de la Cuadra sobre o despreparo dos *alcades* em colocar em marcha um projeto tão audacioso, as *municipalidades* se mantiveram como *locus* importante para a campanha plebiscitária. Ascanio Cavallo destaca que mesmo o novo gabinete liderado por Sergio Fernández compartilhou da utilização da estrutura do governo e dos conhecimentos do Ministério do Interior sobre a realidade nacional como os pilares de um grupo de ação política liderado pelo secretário geral da presidência general brigadeiro Sergio Valenzuela e sua equipe civil-militar na elaboração de consultas para estabelecerem estratégias políticas.<sup>363</sup>

A principal estratégia do governo nesse período (1987-1988) foi a busca do apoio social e defesa da obra do regime. Com isso, desde 1986 Pinochet intensificou suas viagens pelo território nacional conhecidas por “*giras nacionales*”. O principal objetivo dessas viagens foi a inauguração de obras públicas e moradias populares, especialmente em setores marginais e de *poblaciones*. Dessa forma, o foco do governo foi justamente onde explodiu o descontentamento social com a crise de 1981/1982 e onde ocorreram os protestos e confrontos mais violentos ao longo dos últimos anos de mobilização social organizada pela oposição.

Como analisou Rolando Vallejos:

---

<sup>361</sup> Ver em *La Tercera*. “Plan secreto pide a alcades apoyar campaña de Pinochet”. Santiago: 29 de agosto de 1987.

<sup>362</sup> *La Epoca*. Santiago: 25 de junho de 1987.

<sup>363</sup> CAVALLLO, Ascanio. *et. alli.* op. cit. pp 616-617.

“En 1986, mientras la oposición realizaba los últimos esfuerzos para derribar al gobierno a través de movilizaciones como la de los días 2 y 3 de julio de ese año, el régimen militar iniciaba el diseño de la campaña electoral que debía asegurar su triunfo en el Plebiscito previsto en la nueva Constitución. En este contexto, la entrega de viviendas (casas) pasó a ocupar un papel protagónico como medio para mostrar el rostro amable y realizador del régimen y del general Pinochet.”<sup>364</sup>

Ainda segundo o autor, as viagens de Pinochet pelo território nacional e as cerimônias públicas de entregas de casas tinham por objetivo aproximar Pinochet dos *pobladores* e construir uma imagem “popular” do general. O que muitos atacaram como a manifestação do populismo autoritário de um regime personalizado.<sup>365</sup> Para isso, e sempre acompanhado pelo Ministro da Moradia Miguel Ángel Poduje, Pinochet enfatizava os êxitos das políticas públicas do regime, como o número de casas construídas entre 1982 e 1987: 73.860 casas.<sup>366</sup> Com essa estratégia, se buscava conseguir o principal objetivo do PLACCINAC: o apoio social de um setor importante ao governo, os mais pobres. O próprio plano recomendava que os *alcades* pudessem oferecer um total de 15% do total de casas que o regime pensava entregar com o objetivo de favorecer aos que aderissem ou eram pró-governo.”<sup>367</sup>

A relação entre a construção da imagem “popular” do general Pinochet e a vitória no plebiscito de 1988 não será exitosa como veremos adiante, o que nos faz questionar a qualificação de sua pré-campanha política de “populista”. A ênfase nos setores *poblacionais* e mais pobres visava não só a vitória eleitoral do presidente, mas e principalmente, o combate da infiltração das ideias marxistas nesses setores, elemento presente em vários textos e discursos que relacionavam a pobreza ao marxismo, ideia esta muito difundida entre os *gremialistas*.

As “*giras nacionales*”, somadas ao trabalho legislativo da Junta de Governo e do Tribunal Constitucional e à reorganização ministerial cuja liderança do gabinete coube a Sergio Fernández, fizeram parte da estratégia da ditadura em conseguir consagrar seu projeto através da afirmação da “*mentalidad 89*”. Dada a largada eleitoral,

---

<sup>364</sup> VALLEJOS, Rolando Álvarez. “Las casas de Pinochet: políticas habitacionales y apoyo popular 1979-1988.” In.: ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz de. et. ali. op. cit. p. 139.

<sup>365</sup> Idem. p. 143. Não compartilhamos o uso do conceito de “populismo” para caracterizar as ações de Pinochet em suas viagens. Os fatos posteriores e a prova de que a principal derrota de Pinochet no plebiscito de 1988 foi exatamente nos setores mais pobres confirma nossa convicção.

<sup>366</sup> Idem. p. 142.

<sup>367</sup> Idem, p. 139.



o plebiscito de 1988 tornou-se um momento decisivo para o regime e todos os outros espectros políticos chilenos.

### 3.5- Organização partidária e campanha eleitoral entre o *Sí* e o *No*.

A disputa e realização do plebiscito de 1988 retomou um tema caro a qualquer ditadura civil-militar: o protagonismo e a pluralidade dos partidos políticos. Um dos elementos constituintes do projeto político da ditadura chilena era a despolitização partidária da sociedade como um todo. O cunho fortemente antiliberal das ideias *gremialistas*, e de alguns setores da direita chilena, corroboravam esse elemento, que esteve presente tanto na comissão de estudos políticos da Constituição de 1980 quanto nos debates do *Consejo de Estado*.<sup>368</sup> Todavia, passado oito anos desde a aprovação da Constituição, foi preciso rever a questão partidária para a legitimação do plebiscito em questão.

O projeto de transição democrática estabelecido pela cúpula civil-militar da ditadura governada por Pinochet teve na elaboração do artigo 8º da Constituição a consagração da perspectiva do pluralismo limitado, não só marcada pelo anticomunismo, mas pela busca de impedir a “demagogia” e os “vícios” do regime partidário prévio a 1973. Visando romper com a tradicional disputa partidária, que contemplava a histórica divisão política da sociedade chilena, o Placcinac determinava que:

“El alcalde debe trabajar en la búsqueda de puntos de unión entre los grupos políticos proclives al gobierno y al régimen. Debe asumir una posición neutral, evitar la identificación ideológica-partidista para así tener la autoridad moral y altura de mira necesaria para fomentar y contribuir al aglutinamiento que **permita romper el tradicional esquema de los tres tercios (derecha, centro e izquierda)**.”<sup>369</sup>

Entretanto, os protestos sociais iniciados em 1982 começaram a romper com essa pretensão ao retomarem com o protagonismo partidário, ainda que na ilegalidade e

---

<sup>368</sup> Ver capítulo 1.

<sup>369</sup> *Cauce*, nº112, Santiago: abril de 1987. Grifo do autor.

com a repressão do governo. Dessa forma, acreditamos que a ditadura civil-militar chilena não conseguiu desenraizar a importância dos partidos políticos na dinâmica social e na cultural política nacional chilena característica ao longo do século XX. Como afirma Boeninger:

“La crisis económica de 1982/1983 forzó un proceso de liberalización social, que, a su vez, desencadenó una apertura política que resultó irreversible. A partir de entonces, los partidos políticos y organizaciones sociales, estrechamente imbricadas como siempre había sido en Chile, volvieron a convertirse en actores principales del proceso, haciendo pesar su fuerte enraizamiento en la sociedad, tradición histórica que el régimen militar no fue capaz de erradicar.”<sup>370</sup>

Portanto, na década de 1980 os partidos se reorganizaram, embora num contexto de repressão e de intensos debates sobre a melhor forma de derrubar a ditadura. Como pudemos observar, após vários movimentos e protestos sociais, o início de 1987 indicava que os caminhos da política chilena convergiriam no plebiscito do ano posterior, visto a aprovação das leis dos registros eleitorais em fevereiro e dos partidos políticos no dia 11 de março de 1987.<sup>371</sup> A lei dos partidos políticos impôs um dilema que se tornou fundamental para a ação da oposição no jogo político da transição chilena: inscrever-se ou não nos registros eleitorais? Inscrever ou não o partido político? Aceitar ou não as regras do regime? Uma edição da revista *Cauce* de 26 de janeiro de 1987 expôs tal dilema:

“Inscribirse implica legitimar, en los hechos la institucionalidad del régimen y aceptar una camisa de fuerza que les deja estrecho margen de maniobra. La exclusión constitucional de las fuerzas de izquierda puede estimular, además, su conducta antisistema. No inscribirse, en cambio, significa renunciar a los espacios concedidos por el régimen y, más que eso, plantear-se derechamente en un plano de confrontación política y social que la gran mayoría de esos dirigentes no desea. Para decirlo con otra metáfora, ‘si se la quitan me matan, si me la dejan me muero’.”<sup>372</sup>

---

<sup>370</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 340.

<sup>371</sup> *Diário Oficial de Chile*. Lei nº 18.603 de 11 de março de 1987.

<sup>372</sup> HERREROS, Francisco. “El clásico dilema del ser o no ser”. *Cauce* nº92. Santiago: 26 de janeiro de 1987. pp. 4-6. p. 4.

No entanto, visando contornar esse dilema, a oposição organizou um último movimento contrário a perspectiva do plebiscito, denominado *Comité por las Elecciones Libres*. Criado em 13 de março de 1987, e coordenado por Sergio Molina, essa campanha teve o apoio de várias personalidades que pertenciam a distintas orientações ideológicas e origens partidárias. Segundo Oscar Godoy, tal iniciativa tinha por objetivo enfrentar o cronograma de transição do governo e pressioná-lo para substituir o plebiscito por eleições livres e competitivas, além de garantir a realização de eleições com condições mínimas de transparência e fiscalização.<sup>373</sup> Dessa forma, através do documento “*Convocatoria a una Tarea Nacional*”, o movimento pleiteava pelo restabelecimento das liberdades políticas, pelo fim da censura, pela democratização dos meios de comunicação, e pelo restabelecimento de eleições diretas, além de incentivar a população a inscrever-se nos registros eleitorais para pressionar o governo a desvirtuar-se de sua proposta plebiscitária.<sup>374</sup>

Entre março e setembro de 1987 o movimento pelas eleições livres ganhou adeptos. A AD atuou, depois com o apoio da Igreja Católica, na conscientização sobre a importância dos registros eleitorais. Assim, em 12 de junho de 1987 foi criado o *Comité de Partidos Políticos para las Elecciones Libres* (COPPEL), visto que em 23 de março de 1987 já havia sido publicada a lei dos partidos políticos e teve início a inscrição dos mesmos.<sup>375</sup> Com isso, o COPPEL foi composto pelos seguintes partidos: *Partido Demócrata Cristiano*, o *Partido Humanista*, o *Partido Radical*, o *Partido Republicano*, o *Partido Socialista Renovado*, o *Partido Social Democracia*, o *Partido Unión Socialista Popular*, e o *Partido Democrático Nacional*.<sup>376</sup>

A esquerda mais radical, agrupada em torno do MDP estabelecera, para 1987, uma estratégia de ruptura para afrontar o plebiscito de 1988. Contudo, muitos integrantes, especialmente do *Partido Socialista-Nuñez*, discordaram dessa postura, porque a mesma fragmentaria muito a esquerda. Por meio dessa divergência tática, foi criado no dia 19 de junho de 1987 o *Comité de Izquierda por las Elecciones Libres*, o que significou uma mudança da postura dos socialistas que trariam novas consequências para os rumos da oposição em relação aos acordos da transição democrática.<sup>377</sup> Ainda

---

<sup>373</sup> GODOY, Oscar. “La transición chilena a la democracia: pactada” *Estudios Públicos*. Nº 74. Santiago, 1999. p. 91.

<sup>374</sup> HERREROS, Francisco. “Partió la campaña. Elecciones libre: la tarea nacional” *Cauce* nº 99. Santiago: 18 a 22 de março de 1987. pp. 4-6. p. 4

<sup>375</sup> *Diario Oficial de Chile*. Lei 18.603 de 23 de março de 1987.

<sup>376</sup> DIANTA, Adrián Villegas. op. cit. p. 211.

<sup>377</sup> Idem.

assim, mesmo com a resistência do *Partido Comunista* e o MIR, foi criada a coalizão de partidos denominada *Izquierda Unida* composta pelos comunistas, pelos membros do MIR, pelo *Partido Socialista-Almeyda*, e pelo *Partido Radical* (liderados por Luengo), que após um longo debate interno, decidiu-se por inscrever seus respectivos partidos e a convocar a população a inscrever-se nos registros.<sup>378</sup>

Diante tamanha mobilização, no dia 8 de setembro de 1987 se fez pública a aliança da coordenação do *Comité de Elecciones Libres*, dirigida por Sergio Molina, com o *Comité de Izquierda por las Elecciones Libres*, dirigida por Ricardo Lagos, e o *Comando de Partidos por las elecciones libres* dirigido por Andrés Zaldívar. Essa aliança teve como proposta acelerar a inscrição dos registros eleitorais. Após 14 anos de ditadura, o convencimento de que era necessário inscrever-se para participar das eleições, foi um trabalho de primeira necessidade. Com isso, ainda em setembro, juntou-se à aliança as membros do grupo *Mujeres Integradas por las Elecciones Libres*, juntamente com a aliança das juventudes de vários partidos políticos denominada *Movimiento por la Democracia y las Elecciones Libres*.<sup>379</sup> A aproximação desses diversos grupos foi o primeiro passo para a organização da coalizão de partidos conhecida como *Concertación de los partidos por el NO*, cuja atuação foi decisiva para o plebiscito de 1988.

O movimento pelas eleições livres tinha como principal argumento a inexistência das garantias institucionais que possibilitassem transparência aos mecanismos eleitorais que regeriam o plebiscito de 1988, e por isso propunham contornar esse mecanismo de transição promovendo as eleições diretas para presidente da república e para os membros do congresso nacional. Entretanto, com a publicação da lei de *votaciones y escrutínios* pelo Tribunal Constitucional no dia 6 de maio de 1988, o mesmo tribunal deu garantias dos procedimentos do plebiscito, assim como estabeleceu os prazos, as datas e as regras da campanha eleitoral, o que gerou outro dilema para a oposição: manter a campanha pelas eleições diretas ou aceitar a disputa do plebiscito?

A campanha pelas eleições diretas para presidente afetou também a ação dos partidos políticos pró-regime. Entre fevereiro e abril de 1987 os distintos grupos políticos de direita iniciaram um diálogo sobre a organização de um partido único que fosse caracterizado em defender alguns pressupostos básicos do projeto político do regime civil-militar em marcha assim como preparar-se para os desafios políticos do

---

<sup>378</sup> Idem. p.212.

<sup>379</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 337.

ano de 1988. Assim, surgiu o *Partido Renovación Nacional* no dia 29 de abril de 1987 composto pelas três principais forças de direita surgidas no período 1983/1984: o *Movimiento Unión Nacional* (de Andres Allamand), a *Unión Democrática Independiente* (do *gremialista* Jaime Guzmán), e a *Frente Nacional del Trabajo* (do ex-ministro do interior Sergio Onofre Jarpa).

Como destacado por Pablo Apiolaza, apesar de Andres Allamand e o MUN apresentarem uma posição de independência ao governo de Pinochet, o que explica inclusive a participação desse setor da direita no *Acuerdo Nacional* de 1985, os protestos sociais de 1986 e o conseqüente nível de violência e mobilização colocado em marcha pela oposição no mesmo ano, afastou esse grupo das propostas rupturistas da oposição, contribuindo para a união das direitas na *Renovación Nacional*.<sup>380</sup>

A *Renovación Nacional* englobou movimentos e lideranças com opiniões e ideias muito divergentes, que se revelou na fragilidade dessa coalizão. Se por um lado o grupo de Allamand era mais independente em relação ao governo das Forças Armadas, o de Jaime Guzmán e o de Sergio Jarpa demonstravam que não. Contudo, apresentou uma grande disposição em defender o projeto da “economia social de mercado” e também compartilhavam da crítica ao extremismo marxista e à aproximação do *Partido Demócrata Cristiano* aos partidos de esquerda. Com isso, apresentaram afinidades com o projeto e a institucionalidade do governo de Pinochet e da Junta de Governo, tornando-se uma “direita regimental”.

Apiolaza afirma que:

“En ese sentido, una interpretación académica interesante planteó que RN representó en definitiva la fusión de la llamada —derecha regimental, vale decir, —aquella derecha que continuaba identificándose (aún con matices) con el proyecto y la institucionalidad impuestos al país por el gobierno militar.”<sup>381</sup>

Entretanto, a pesar dessa “direita regimental”, ou seja, comprometida com o regime, apresentar estratégias para os desafios políticos que se aproximavam, foram as

---

<sup>380</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. *La derecha chilena en el régimen militar chileno: el ocaso de los partidos políticos 1983-1990*. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Chile. Santiago: 2011 p. 289.

<sup>381</sup> Idem, p. 292. Sobre a tese da “direita regimental” ver: BERRIER, Karina. *Derecha regimental y conyuntura plebiscitária. Los casos de Renovación Nacional y la UDI*. Santiago: Servicio Univ. Mundial, 1989.

divergências que cunharam as ações da *Renovación Nacional*. Dentre os conflitos no interior do partido, os de maior relevância foram a nomeação de Pinochet como candidato e a defesa da estratégia de eleições livres e não realização do plebiscito. O presidente do partido, Ricardo Rivandeneira, afirmando uma postura independente, não apoiava Pinochet e também chamou seus partidários e a sociedade chilena a lutar pelo mecanismo das eleições diretas, o que causou grandes tensões especialmente com os *gremialistas* e os partidários da ala de Jarpa. Além disso, as eleições internas do partido, entre janeiro e março de 1988, trouxeram à tona as disputas entre as distintas facções de direita, e inclusive a indisposição de Pinochet e do governo quanto a essa fragmentação dos civis que em teoria apoiavam seu governo. Como consequência desses conflitos, o presidente do partido renunciou em 1987, assim como as contendas das eleições internas levaram à expulsão de Jaime Guzmán em 20 de abril de 1988. Em meio a esses transtornos, a *Renovación Nacional* passou a aceitar a ideia da realização do plebiscito de 1988 a partir de agosto de 1987, além de em outubro do mesmo ano emitir declarações oficiais de apoio à candidatura de Pinochet.<sup>382</sup> Com tudo isso, como destaca Huneus, esses conflitos internos atrasaram a organização do apoio civil à campanha política do regime.<sup>383</sup>

A aceitação do plebiscito de 1988 foi complicada tanto para a direita, quanto para a oposição de centro-esquerda. Diante da posse de Sergio Fernández como o “ministro da projeção” da Constituição, e da intransigência de Pinochet em não abrir mão do plebiscito de 1988<sup>384</sup>, somadas à publicação da lei de *votaciones y escrutíneos*, a opção rupturista de eleições livres foi se tornando inviável. Com isso, o “*proceso de aprendizaje*” – termo cunhado pelo sociólogo chileno Antonio Manuel Garretón- no qual esteve imerso a oposição democrática apontava para a marca característica da oposição: a busca do consenso.<sup>385</sup>

Conforme destaca Fredrigo:

“A mesma oposição política que se rearticulou em virtude da eclosão das *protestas* e que recobrou a lucidez para intervenção política, foi a que

---

<sup>382</sup> “Renovación Nacional apoya Idea de un plebiscito de conciliación democrática.” *La Época*, 29 de agosto de 1987. – “Renovación votará por Pinochet si el es elegido candidato”, *El Mercurio*, 11 de outubro de 1987.

<sup>383</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 567.

<sup>384</sup> “Presidente Pinochet: El país no puede ser llevado después de una etapa de normalización, de inmediato a una elección presidencial clásica”, *Cosas*, N°285. Santiago: 3 de septiembre de 1987.

<sup>385</sup> GARRETÓN, Manuel Antonio. *Coaliciones políticas y proceso de democratización: el caso chileno*. Santiago: Flacso, DT. 22, 1992.

percebeu que o contexto havia se transformado e que à pressão das manifestações sociais dever-se-iam somar as ações políticas pontuais. O fato concreto, como havia dito Aylwin, era que havia uma Constituição que o regime militar considerava legítima. Portanto, desprezá-la, por julgá-la arbitrária, podia fazer bem à honra da esquerda, mas não traria mudanças reais imediatas. Além disso, o plebiscito ocorreria a despeito da atuação da oposição e, certamente, o governo considerava a vitória indiscutível.”<sup>386</sup>

O então “processo de aprendizagem” pelo qual passou a oposição consistiu num período de autocrítica e de repensar as estratégias para concretizar o retorno do regime democrático. Dadas as condições do final de 1987, o plebiscito se tornou um fato e sua realização se aproximava cada vez mais. Com isso, a oposição se viu num enigma político atípico para um processo de transição: como derrubar uma ditadura utilizando sua própria institucionalidade? Somado a esse dilema, o grau de incerteza, elemento que fortemente caracteriza as transições, era consideravelmente alto, pois muitos duvidavam da transparência eleitoral, visto as experiências da consulta de 1978 e do plebiscito constitucional de 1980, criticado pela oposição por terem sido pautados por fraudes. Para agregar o receio da oposição, a repressão ainda se fazia presente e constituía a estratégia do regime para conter os grupos e partidos marxistas que ainda pregavam a luta armada, como o caso do MIR e da FPMR. Vale ressaltar que desde o atentado a Pinochet, em setembro de 1986, o país esteve sob estado de sítio, substituído posteriormente para estado de emergência, e que durou até 1º de agosto de 1988. Além disso, a *Operación Albania*, considerada como retaliação ao atentado, matou doze militantes da FPMR no feriado de Corpus Christi do mesmo ano, tornando-se mais um caso que tomou as páginas da imprensa chilena e enfatizou o grau de violência cometido pelo regime.<sup>387</sup>

Todavia, o principal dilema em aceitar a disputa do plebiscito foi as implicações políticas que esse ato traria. Se a realização do plebiscito confirmaria o calendário e o projeto de transição democrática da ditadura, disputá-lo significaria aceitar toda a institucionalidade do governo de Pinochet e da Junta de Governo, ou seja, o plebiscito de 1988 confirmaria a vigência da principal obra da ditadura: a Constituição de 1980. Por fim, entrar no jogo plebiscitário demandava aceitar seu resultado, fosse ele favorável à oposição ou favorável ao regime.

---

<sup>386</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. op. cit. p. 84.

<sup>387</sup> CAVALLLO, Ascanio. op. cit. p. 575

Dessa maneira, surgiu no interior da esquerda a concepção da construção de uma unidade partidária que visasse derrotar Pinochet, idealizada por Ricardo Lagos e compartilhada pelos membros do *Partido Socialista-Núñez*.<sup>388</sup> Assim nasceu a proposta do *Partido por la Democracia*, que consistiria numa espécie de coalizão partidária.<sup>389</sup> Contudo, a oficialização da inscrição do tal partido esbarrou na inscrição do *Partido Demócrata Cristiano*, o que de certo modo, frustrara a perspectiva da existência de um único partido.<sup>390</sup> No entanto, nessa conjuntura de união da oposição, no dia 4 de janeiro de 1988, o conselho diretor do *Partido Demócrata Cristiano* chamou a sociedade a votar contra Pinochet no plebiscito. Seguidamente, tomaram a mesma atitude o *Partido Socialista-Almeyda* (consolidando um importante processo de unidade socialista após a divisão com o *Partido Socialista-Núñez*) e a *Izquierda Cristiana* apoiaram a perspectiva dos democrata-cristãos.<sup>391</sup> O MIR e o *Partido Comunista* foram os únicos a se oporem à estratégia do plebiscito.

Nesse contexto surgiu a *Concertación de los Partidos por el NO*, oficializada no dia 2 de fevereiro de 1988. Ao todo, foi composta por quinze partidos: *Partido Demócrata Cristiano*, o *Partido Socialista-Almeyda*, o *Movimiento de Acción Popular Unificado* (MAPU), o *Movimiento de Acción Popular unificado Obrero-Campesino* (MAPU-OC), o *Partido Radical* (Luengo), o *Partido Radical* (Silva Cima), a *Izquierda cristiana*, o *Partido Socialdemocracia*, o *Partido Socialista-Núñez*, o *Partido Democrático Nacional*, o *Partido Humanista*, a *Unión Socialista Popular*, a *Unión Liberal Republicana*, e posteriormente, o *Partido Socialista Histórico* e o *Partido Socialista* (Mandujano). O documento constitutivo da coalizão partidária afirmava que:

“... nuestra convicción de que solo las elecciones libres conducirían ‘al restablecimiento de la democracia en Chile’. Pero que ante la pertinaz negativa oficial, llamábamos a los chilenos ‘a votar NO y así derrotar a Pinochet y al régimen en el plebiscito.’”<sup>392</sup>

Após toda essa organização partidária, restava a nomeação oficial do candidato ao plebiscito por parte da Junta de Governo. O que parecia óbvio para a oposição, e

---

<sup>388</sup> DIANTAS, Adrián Villegas. op. cit. p. 215.

<sup>389</sup> Idem.

<sup>390</sup> AYLWIN, Patricio. op. cit. p.335

<sup>391</sup> O MIR e o *Partido Comunista* ficaram isolados adotando a perspectiva de não participarem do plebiscito, embora entre junho e julho de 1988 tenham mudado de postura e incentivado a votarem pelo *No*.

<sup>392</sup> AYLWIN, Patricio. op. cit. p. 341.



desejável pela facção *gremialista* do partido *Renovación Nacional*, a indicação do general Pinochet como candidato não se apresentou como um consenso nos bastidores do regime, o que tornava tal candidatura, um dos principais desafios do ministro do Interior Sergio Fernández.

Outro fator a ser considerado são as divergências no interior da Junta de Governo em relação aos propósitos de Pinochet. Um tema recorrente em 1988 foi a transformação das Forças Armadas em partido político, fato que levou a *Contraloría de la República* e contestar a participação dos militares no então PLACCINAC, visto que a administração de muitas *municipalidades* cabia a soldados e oficiais do exército.<sup>393</sup> Além disso, o general Fernando Matthey e demais membros da Junta, divergiram ao longo dos anos 1980 das propostas de transição levadas adiante por Pinochet, e em muitos casos estabeleceram diálogo importantes com a oposição, para o desagrado de Pinochet. Patrício Aylwin descreve essas divergências no interior da Junta às vésperas da nomeação da candidatura:

“En cuanto a la Junta, las señales que daban sus miembros eran contradictorias. Sugerencias provenientes de sectores independiente o moderados en orden a buscar un posible nombre de consenso que evitara la confrontación, o de encontrar una alternativa a Pinochet, parecían encontrar alguna receptividad en los miembros de la Junta. Así lo pondría en evidencia (almirante) Merino, cuando acercándose ya la fecha en que deberían designar al candidato definió su ‘perfil’ como el de ‘un civil no mayor de 50 años’.”<sup>394</sup>

Apesar desse episódio de confusão por parte da Junta, e como toda disputa política e eleitoral do plebiscito estava montada, a candidatura de Pinochet foi confirmada no dia 30 de agosto de 1988. Com isso, foram confirmadas as perspectivas e desafios para as direitas e também para a oposição democrática. Apesar dos conflitos internos, a *Renovación Nacional* decidiu-se apoiar a Pinochet e a opção *Sí*. A *Concertación de los partidos por el No* continuou sua campanha para derrubar a ditadura e o ditador. Portanto, a candidatura de Pinochet deu início a fase final da campanha para o plebiscito.

A campanha eleitoral em 1988 chamou a atenção da imprensa mundial. Além disso, vários países sinalizaram o apoio a opção *No*, em especial, os Estados Unidos. A

---

<sup>393</sup> “Pinochet dice Sí, la Contraloría: NO”. *Cauce* n° 172. Santiago: 22 a 29 de agosto de 1988.

<sup>394</sup> AYLWIN, Patricio. op. cit. p. 338.

formação do *Comité Político del No* gerou vários convites dos membros da *Concertación* e do mesmo comitê para darem palestras e dialogarem com políticos estadunidenses. No ano do plebiscito, os ex-presidentes Gerald Ford e Jimmy Carter codirigiram um “Comitê de Apoio às Eleições Livres no Chile”, organizado em conjunto pelos senador democrata Edward Kennedy (que visitou o Chile em 1986), e o senador republicano Richard Lugar.<sup>395</sup> Além, do próprio governo norte-americano enviar comunicados a Pinochet demonstrando preocupação com a transparência eleitoral e indicando o posicionamento do governo pela vitória do *No*.<sup>396</sup>

Vários repórteres foram enviados ao Chile para acompanhar a campanha e o processo eleitoral. Consultores norte-americanos auxiliaram tanto na elaboração dos vídeos e das propagandas da *Concertación*, quanto na realização de pesquisas de opinião que ajudassem a mapear o cenário eleitoral e a opinião pública nacional. Várias empresas e centros de estudos seguiram a mesma linha, sendo a sondagem da opinião uma característica importante desse marco da história chilena. Com base nessas pesquisas, ambas as alternativas, do governo e da oposição, elaboraram as campanhas eleitorais.

Após o decreto do Ministério do Interior de 1º de setembro de 1988 que estabeleceu o fim do exílio, quatro dias depois, conforme a legislação eleitoral tramitada nos meses anteriores, a campanha eleitoral oficial foi iniciada.<sup>397</sup> Para cada opção, o *Sí* e o *No* foram concedidos 15 minutos diários para esclarecer suas ideias e propostas. Pinochet, juntamente com o *Consejo de Comunicación, Radio y Televisión*, estabeleceu o horário das 23 horas para que as propagandas fossem transmitidas.

A campanha do regime, pelo sim à continuidade de Pinochet no governo, foi comandada pelo ministro do Interior, Sergio Fernández, e através da criação dos *Comités Cívicos del Sí*. A tônica da campanha pelo *Sí* foi da máxima “*Pinochet o el caos*”, criando a ideia de que sem o general a obra do regime criada a partir de 1973 seria desmantelada. Esse foi um elemento ratificado em todos os discursos e propagandas eleitorais, construindo dessa forma a concepção que o plebiscito decidiria sobre o continuísmo institucional. Pinochet apenas personificara o projeto, na concepção dos responsáveis pela campanha.

---

<sup>395</sup> MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador. Memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 238.

<sup>396</sup> Idem.

<sup>397</sup> O Decreto Lei Nº 1.245. *Diario Oficial*. Santiago: 1º de setembro de 1988

No livro de Patricio Aylwin sobre o período, o autor transcreve um discurso de Pinochet que além de confirmar a ideia do continuísmo, tentara anular a concepção do plebiscito como um confronto. Parafraseando um discurso de Pinochet proferido em Arica, Aylwin escreve que:

“... en el plebiscito había sido instituido en la Constitución para ‘que después de ocho años se preguntara al pueblo si estaba conforme o no con lo que había hecho el gobierno’. Y en esa ocasión acusó a ‘los políticos’ de haber ‘cambiado este concepto. Lo han dado vuelta [...] Han hecho aparecer como que ahora hay un enfrentamiento entre un SI y un NO. Pero lo que hay, señores, es una pregunta: si el país está conforme con todo lo que se ha hecho, con todos los avances realizados [...] no tiene nada más que decir que está conforme. Lo otro es engaño, es embuste’. Y agregó: ‘Nosotros, señores, no hemos terminado la tarea.’”<sup>398</sup>

Se o plebiscito de 1988 não se tratava de um confronto, a campanha do *Sí* fez questão de desqualificar e rechaçar a oposição regatando a memória do período da *Unidad Popular*. As propagandas eleitorais do *Sí* foram elaboradas com um amplo anticomunismo, e uma das principais temáticas foi a relação estabelecida entre a *Concertación* e o conflitos sociais e políticos ao longo do governo de Allende. Segundo a campanha oficialista, votar pelo *No* era voltar ao passado da UP. Votar pelo *No* seria votar pelo retorno da violência política, dos ataques terroristas do MIR e da crise inflacionária. Ao final das propagandas, sempre era agregado a seguinte frase: “Você decide! Seguiremos adiante ou voltaremos a UP”.<sup>399</sup> Para o regime e Pinochet, não se podia esperar o retorno da democracia votando nos partidos que promoveram a infiltração marxista no país e a crise política de 1973. Assim, a opção *Sí* construiu a “campanha do terror”.

O slogan oficial da campanha do *Sí* foi “*Un país ganador*”. Buscou-se, dessa maneira, confirmar a imagem do Chile como um país moderno com desenvolvimento econômico e social, o qual continuaria ganhando com o projeto iniciado em 11 de setembro de 1973. Na defesa do *Pronunciamento Militar* em 1973 e do projeto de modernização política e econômica, Pinochet seria a melhor escolha para não interromper tal tarefa. Por isso, criou-se também a imagem de um Pinochet popular,

---

<sup>398</sup> AYLWIN, Patricio. op. cit. pp. 346-347.

<sup>399</sup> Vídeo da *Campaña del Sí*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=RxuRWmEg8oE>. Acessado em 12/01/2014.

sem a farda, próximo dos mais pobres, retratada nas viagens do presidente pelo território nacional.<sup>400</sup>

A campanha do *No* organizada pela *Concertación* destacou a pluralidade partidária, utilizando-se para isso o símbolo do arco íris, propondo dessa maneira o fim da ditadura e o desejo de democracia. Sua ênfase não foi na divisão ideológica e partidária que compunha a *Concertación* (sendo essa uma das críticas dos colaboracionistas do regime), mas na unidade e do objetivo comum de todos esses partidos do retorno do regime democrático. Com canções e propagandas propositivas e otimistas, retratadas pela juventude, pela solução dos males econômicos, pelo retorno do Estado de direito, a campanha do *No* conclamava a população a votar contra a repressão, contra a violação aos direitos humanos, e contra o ditador. O slogan oficial, marco da transição chilena, foi “*Chile, la alegría ya viene!*”.<sup>401</sup>

Na proposta da alegria do *No*, também se questionou os índices econômicos e sociais pregados pela campanha do *Sí*. Enquanto o governo se respaldava nos índices do crescimento do PIB, positivos depois das reformas econômicas implementadas por Büchi a partir de 1985,<sup>402</sup> a oposição questionava a perda do valor de compra dos salários, os índices de desemprego, além de 45% da população estar abaixo da linha da pobreza.<sup>403</sup> Por isso muitos cartazes e propagandas afirmavam para a população votar “não à miséria”, “não à fome”, e “não ao desemprego”.

Um elemento muito importante da campanha do *No* foi a tentativa de esclarecer como seria o ato eleitoral, quais as leis que respaldavam o plebiscito, como seria a cédula de votação, além de informar que o voto seria secreto e que haveria condições de transparência visto que os partidos políticos poderiam criar comissões para estarem durante todo o dia de votação nas sessões eleitorais. Após quinze anos de ditadura, o ato de votar se tornara uma questão que só as antigas gerações conheceram. Além disso, o medo e a violência foi um elemento fundamental para entender a ação da sociedade, temerosa a princípio a comparecer nos registros eleitorais. Esse efeito pedagógico da

---

<sup>400</sup> Segundo Huneeus, apenas nos sete primeiros meses de 1988 Pinochet realizou 23 viagens, sendo que em 1986 foram 18, e em 1987 foram 26. HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 569.

<sup>401</sup> Vídeo da campanha eleitoral disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=H3Jph-eMjX8>. Acessado em 12/01/2014.

<sup>402</sup> O crescimento do PIB chilenos nesse período foi: 1985: 1,97; 1986: 5,60; 1987: 6,59; 1988: 7,31. Juan BRAUN, Matías Braun, BRIONES, Ignacio, DÍAZ, José. *Economía chilena 1810-1995; estadísticas históricas. Documento de Trabajo N° 187*, Instituto de Economía Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago: janeiro de 2002.

<sup>403</sup> FFRENCH-DAVIS, Ricardo. e STALLINGS, Barbara. *Reformas, crecimiento y políticas sociales en Chile desde 1973*. Santiago: LOM-CEPAL, 2001. p. 52.

campanha da *Concertación* teve uma função importante, inclusive no que tange aos resultados do plebiscito.

O tom triunfalista da campanha do *Si* teve por fundamento as pesquisas de opinião realizadas pela empresa *Skopus*, ligada ao governo. Como destaca Huneeus, até a nomeação de Pinochet como candidato em agosto de 1988, as pesquisas apontavam uma média de 40% a favor da opção *No* e 30% a favor da opção *Sí*.<sup>404</sup> Essa diferença, segundo os responsáveis da campanha de Pinochet, deveria ser combatida posteriormente, o que conferia confiança aos mesmos. Contudo, com a nomeação de Pinochet como candidato no dia 30 de agosto, a porcentagem de indecisos passou a diminuir, além da taxa de apoio ao *Sí* também, proporcionando um crescimento significativo de intenções de voto para o *No*.

Os resultados das pesquisas de opinião foram rechaçados pelo governo. Até mesmo as pesquisas realizadas pelo *Centro de Estudios Públicos*, assinalada por Heraldo Muñoz como uma instituição de tendência conservadora, às vésperas do plebiscito afirmavam que o *No* ganharia com 52% das intenções de voto, contra 16% da opção *Sí*.<sup>405</sup> Assim, após uma intensa mobilização da sociedade e dos partidos no Chile, foi realizado o plebiscito de 5 de outubro.

Após um dia intenso, dos 7 435 913 milhões de chilenos registrados, 7 233 241 compareceram às urnas, sendo considerado o menor índice de abstenção eleitoral da história chilena. Desse total, 54,70% (3,9 milhões) votaram pelo *No*, e 40,00% pelo *Si* (3,1 milhões). No dia 5 de outubro de 1988 o processo de transição política deu uma importante reviravolta no Chile: Pinochet perdeu, ainda que por pouco, a eleição que, a priori, colocou o projeto político-institucional por ele implementado à prova. Os esforços da *Concertación* convergiram numa importante vitória da maioria da sociedade chilena que optou pela democracia e o fim da ditadura.

Passada a euforia da vitória, e do difícil reconhecimento por parte de Sergio Fernández e do próprio Pinochet da derrota, um dos dispositivos transitórios da Constituição de 1980 tornou-se o foco central de todos os envolvidos no plebiscito. O regime não estava preparado apenas para a vitória do *Sí*, mas a Constituição também normatizou sobre a possibilidade da vitória do *No*. Conforme o artigo 29º das disposições transitória:

---

<sup>404</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 586.

<sup>405</sup> MUÑOZ, Heraldo. op. cit. p. 236.

“Si la ciudadanía no aprobar la proposición sometida a plebiscito a que se refiere la disposición vigesimaséptima transitoria, se entenderá prorrogado de pleno derecho el período presidencial a que se refiere la disposición decimotercera transitoria **continuando en funciones por un año más el Presidente de la República en ejercicio y la Junta de Gobierno**, con arreglo a las disposiciones que los rigen. Vencido este plazo, tendrán plena vigencia todos los preceptos de la Constitución.”<sup>406</sup>

Assim sendo, diante da derrota, Pinochet e a Junta de Governo permaneceriam no comando do país até fins de 1989. Esse seria o período necessário para a oposição, regime, e as direitas entenderam os reais significados do 5 de outubro. O principal desafio da *Concertación*, agora, seria compreender se o *No* a Pinochet foi um não à “*mentalidad 89*”.

---

<sup>406</sup> CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CHILE DE 1980. *Disposiciones transitorias*. Grifo do autor

## CAPÍTULO 4

### NEGOCIAÇÃO, PACTOS POLÍTICOS, E ENCLAVES AUTORITÁRIOS:

#### A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA CHILENA

ENTRE 1988 E 1990.

“Ni yo puedo pretender que el General Pinochet reconozca que su Constitución es ilegítima, ni él puede exigirme que yo la reconozca como legítima. La única ventaja que él tiene sobre mí, a este respecto, es que esa Constitución - me guste o no - está rigiendo. Esta es un hecho que forma parte de la realidad y que yo acato.”

Patricio Aylwin Azócar<sup>407</sup>

A manchete do diário *Fortín Mapocho* do dia posterior ao plebiscito de 1988 trouxe como título “*Corrió solo y llegó segundo*” numa alusão a derrota de Pinochet (candidato único) e da ditadura através da maioria de votos obtida pela opção *No*.<sup>408</sup> O dirigente do *Partido Por la Democracia*, Ricardo Lagos, num importante programa televisivo, também confirmou essa perspectiva, no famoso “dedazo” de Lagos a Pinochet, argumentando que a vitória do *No* significaria o “início do fim” da ditadura.<sup>409</sup> Da mesma forma, o filme de Pablo Larraín “*NO*”, ao enfatizar a importância das estratégias publicitárias e dos vídeos das campanhas eleitorais da *Concertación*, além de perceber as difíceis estratégias e percalços do ato plebiscitário e dos dilemas da

---

<sup>407</sup> Essa célebre síntese realizada por Patricio Aylwin sobre uma saída jurídico-político para a transição democrática chilena encontra-se em: AZÓCAR, Patricio Alwin. “Reflexiones sobre una salida jurídico-política para Chile.” *Seminário no Instituto Chileno de Estudios Humanistas*. Santiago, julho de 1984. apud in: AZÓCAR, Patricio Aylwin. op. cit. p. 397.

<sup>408</sup> “Corrió solo y llegó segundo”. *Fortín Mapocho*. Santiago: 6 de outubro de 1988.

<sup>409</sup> O episódio do “dedazo” ficou nacionalmente conhecido devido à crítica enfática que Lagos realizou à postura ditatorial e repressivas de Pinochet pela primeira vez no programa *De cara al país* no canal 13 televisão chilena, no programa ancorado pela jornalista Raquel Correa. O vídeo está disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=tvFqmjcj3ZQ>

oposição, toma o 5 de outubro de 1988 como o momento triunfante da transição democrática chilena. Contudo, a “alegria”, metáfora concertacionista em alusão à democracia e produto final do resultado plebiscitário, levaria no mínimo mais um ano e meio para ser conquistada, visto que conforme as disposições transitórias da Constituição vigente, Pinochet e a Junta de Governo permaneceriam mais um ano no governo.

O “não” a Pinochet, embora de fundamental importância para o processo de transição democrática, definiu, se não um início, um meio para continuar a atender as demandas pelo fim do autoritarismo, e o pontapé inicial para um complicado e tenso período de formação de acordos políticos que definiram não somente a transição democrática, mas o futuro político e institucional do Chile pós-ditadura. Os acordos políticos do período 1988-1990 foram produzidos e alcançados após a reflexão da seguinte pergunta: o “não” a Pinochet representou também um “não” ao projeto político conduzido por ele e pelos civis e militares da cúpula de seu governo?

Como destacou Patricio Aylwin, ainda no início das primeiras manifestações contra o regime, a Constituição de 1980 era um fato incontornável, na qual a própria lógica do plebiscito de 1988 se fez compreensível. Neste capítulo vamos analisar se a vitória do “No” colocou fim à *democracia protegida*, além de identificar as rupturas e continuidades do projeto político da ditadura civil-militar chilena.

#### **4.1- A busca pela redução das incertezas e a reconfiguração dos atores e demandas políticas após a vitória do No.**

O resultado do plebiscito foi acolhido pelo governo com um grande imbróglio. Se a princípio o ministro do Interior Sérgio Fernández apresentou os resultados parciais ao longo da noite como favoráveis à opção *Sí*, o silêncio posterior e a reunião emergencial da Junta de Governo no palácio *La Moneda*, revelou a tensão no regime. Antes mesmo do resultado oficial, o *Comité del No* já havia confirmado a vitória da opção *No* devido ao esquema de contagem paralela dos votos, no qual em cada seção eleitoral a contagem era realizada com a participação de membros da oposição.<sup>410</sup> Num programa de televisão ao vivo, o líder do partido *Renovación Nacional*, Sergio Onofre

---

<sup>410</sup> MUÑOZ, Heraldo. op. cit. p. 246



Jarpa, ao lado de Patricio Aylwin, também confirmara a vitória do *No* antes do governo, o que levou a população a tomar as ruas de Santiago e a comemorar o resultado. Além disso, a gafe do general da Força Aérea chilena e membro da Junta de Governo, Fernando Matthey, ao anunciar à imprensa, antes da reunião de emergência, a certeza da vitória do *No*, terminara por apontar a decisão do governo em aceitar o resultado do plebiscito.

Até o reconhecimento da derrota de Pinochet por parte do governo, a tensão principal da *Concertación* foi a possibilidade de autogolpe. Inclusive Pinochet fez um comunicado<sup>411</sup> à imprensa na noite do plebiscito com tom de ameaça em relação a supostos encapuzados que entraram em confronto com os *Carabineros* na *poblacion* de *La Bandera*, associando tal episódio a provocação dos comunistas.<sup>412</sup> Esse fato, inclusive, levou aos membros da *Concertación* a pedirem que as pessoas não saíssem de suas casas para celebrar.

Com isso, convém verificar que o perigo da regressão autoritária é um elemento importante para as análises dos processos de transição, visto que a ameaça de autogolpe ainda se fazia presente no horizonte político dos partidos de oposição. Conforme a análise de Renan Quinalha, a incerteza é um elemento constitutivo desses processos de mudança de regime político porque os elementos que provocaram o “colapso ou a autotransformação do regime autoritário” não são suficientes para instaurar outro regime, especialmente quando de natureza democrática.<sup>413</sup>

Compartilhando das principais referências teóricas sobre as transições democráticas, Quinalha ainda chama a atenção que a democracia representativa não é o único resultado possível desses processos, o que metodologicamente nos impõe o desafio analítico de pensá-los sob a perspectiva do “povoado de incertezas” e do temor como uma questão política.<sup>414</sup> Nas palavras do autor:

---

<sup>411</sup> Conforme escrito por Heral Muñoz: “Por volta das 20h45, Pinochet saiu do seu bunker e enfrentou a imprensa. ‘Fui informado de que o *si* está ganhando’, disse ele. Então, mudou abruptamente de assunto. ‘Recebi algumas informações preocupantes. Viram alguns indivíduos usando máscaras de esquí e carregando armas.’ MUÑOZ, Heraldo. op. cit. p. 242.

<sup>412</sup> MUÑOZ, Heraldo. op. cit. p. 242.

<sup>413</sup> QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição. Contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013. p. 41.

<sup>414</sup> Idem. p.40. A caracterização das transições democráticas como “povoados de incertezas” pertence a Francisco Weffort. Ver em: WEFFORT, Francisco. “Incertezas da transição na América Latina”. In: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 69-116. A principal referência da “democracia representativa” como apenas um dos resultados possíveis do processo de transição foi extraída por Quinalha de: PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and Market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 1991.

“Se é característico da política e, especialmente, da democracia uma indefinição permanente quanto aos resultados das interações de poder, durante as transições, essa incerteza é potencializada a um extremo, que se realiza, idealmente, na crença radical na capacidade criativa e inventiva da ação política.”<sup>415</sup>

Se o plebiscito de 1988 reduziu o nível das incertezas, tampouco podemos afirmar que ele as eliminou. Após o anúncio oficial da vitória do *No*, Pinochet realizou um pronunciamento televisivo aceitando o resultado, mas naturalizando o mesmo como um mero procedimento político, confirmando a institucionalidade do governo em curso. Conforme a mensagem presidencial:

“El presidente de la República que les habla y su gobierno, seguirán trabajando con todo empeño en la gran causa de servir a Chile. Continuaremos adelante con los programas que nos hemos trazado. Este es un imperativo para todos los chilenos, cuyo amor a la patria está por encima de particulares intereses o aspiraciones, para tal fin contamos con un marco que nos da la Constitución Política que la ciudadanía aprobó democráticamente el año 1980, y cuya vigencia integral ya está muy próxima.”<sup>416</sup>

A postura do regime foi menos aceitar o resultado plebiscitário como derrota e mais como uma vitória das Forças Armadas em conduzir o Chile à democracia. O reconhecimento oficial do plebiscito, na concepção dos militares, legitimaria a intenção democrática do governo tanto para a população quanto para a comunidade internacional que acompanhou o 5 de outubro. Além disso, a ênfase dada pelo ministro do Interior, Sergio Fernández, foi em relação ao apoio obtido pela opção *Sí*, com aproximadamente 40% dos votos. Essa importante margem de votos direcionada a Pinochet confirmou o quanto o regime ainda obtinha apoio social e o quanto os próximos passos da transição seriam baseados por esse “equilíbrio” eleitoral. Por mais que a *Concertación* tivesse alcançado uma clara maioria, também devemos considerar a importância da minoria que sobrepôs um terço do eleitorado. Essa situação foi classificada por Óscar Godoy

---

<sup>415</sup> QUINALHA, Renán Honório. op. cit. p. 43.

<sup>416</sup> PINOCHET, Augusto. *Discurso de reconhecimento da vitória do No*. Santiago: 6 de outubro de 1988.

como de equilíbrio na qual “nem os vitoriosos eram suficientemente vitoriosos, nem os derrotados eram suficientemente derrotados.”<sup>417</sup>

Sendo assim, Sergio Fernández não somente valorizou esse aspecto, como desqualificou a vitória da *Concertación*. Numa entrevista transcrita pelo diário *La Época*, Fernández afirmou o sentimento de vitória do governo porque:

“La inmensa mayoría de los chilenos está con el general Pinochet. Es resto usted tiene que dividirlo por 16, porque el *Comando del No* eran 16, o qué otro cálculo quiere hacer? No hay ninguna fuerza política en Chile más importante que el apoyo al Presidente Pinochet.”<sup>418</sup>

Outro elemento enfatizado pelo governo foi o reconhecimento da superação histórica dos três terços políticos, característicos do sistema político chileno ao longo da segunda metade do século XX, no qual os votos ficavam divididos entre esquerda, direita, e centro de maneira equilibrada e que não permitia a obtenção de maiorias absolutas nos processos eleitorais. Conforme disse Pinochet:

“... son, en primer lugar, el esquema de izquierda, centro y derecha está superado en el país. Históricamente el voto obtenido por el *Sí* no puede ser atribuído como el voto de un grupo o sector tradicional. En segundo término, un 43% de la votación representa un importante apoyo y respaldo a un Gobierno que lleva sobre sí una campaña internacional en contra, sin precedentes, y el desgaste de 15 años de gobierno.”<sup>419</sup>

Partindo dessa interpretação sobre o plebiscito, Pinochet e a Junta de Governo logo buscaram retomar a ação política e definir os rumos do próximo período que, para os mesmos, seria o de conclusão da transição democrática. Essa estratégia tinha por meta a completude da institucionalidade do regime, dando curso à vigência da Constituição, além de organizar o cenário político para as eleições de 1989. Ainda assim, logo após a vitória da *Concertación*, os partidos políticos começaram um debate

---

<sup>417</sup> ARCAAYA, Oscar Godoy. “La transición a la democracia: pactada,” *Estudios Públicos*. Santiago: outono de 1999. pp. 79-106. p. 98.

<sup>418</sup> “Sergio Fernández explica cómo ganó el *Sí*, a pesar de haber perdido el plebiscito.” *La Época*. Santiago: 8 de outubro de 1988.

<sup>419</sup> “Pres. Pinochet: Se hablará de reformas solo cuando la Constitución esté regiendo en plenitud.” *El Mercurio*. Santiago: 26 de janeiro de 1989. A mesma perspectiva foi ratificada pelo ministro Fernández em: “Dijo Min. de Interior: Gobierno hará respetar cauces a la democracia.” *El Mercurio*. Santiago: 8 de outubro de 1988.

sobre a necessidade de reformar a Constituição de 1980, visto como único caminho possível para democratizar minimamente as instituições para o próximo governo civil. Nesse contexto, surgiu até mesmo a tentativa de encurtar o período de transição exigindo a renúncia de Pinochet.<sup>420</sup>

A resposta do governo foi taxativa com a recusa em tocar no texto constitucional e encurtar os prazos da transição.<sup>421</sup> Da mesma maneira, o ministro Fernández afirmou que no momento pós-plebiscito, o diálogo não estava aberto com a oposição, o que gerou uma intensa reação política de insatisfação em relação ao Ministério do Interior.<sup>422</sup> A manutenção de Fernández no ministério ratificava uma postura de intransigência, custo político alto no qual Pinochet teve que repensar.

O *Comité del Sí*, no dia 10 de outubro de 1988, pediu a renúncia de Fernández e do ministro da *Secretaría General de Gobierno*, Orlando Poblete, acusando-os pela má condução da campanha eleitoral, realizada por burocratas sem experiência política.<sup>423</sup> Além disso, a *Concertación* e alguns partidos de direita, especialmente a *Renovación Nacional*, apelaram à Junta de Governo para o restabelecimento do diálogo e que, como condição, a saída de Fernández era essencial.<sup>424</sup> Com isso, Pinochet sofreu pressões de vários lados políticos, o que culminou na renúncia quase total do gabinete no dia 20 de outubro de 1988.<sup>425</sup>

Esse novo ministério tornou-se singular porque nos quinze anos de regime, foi o primeiro com a maior composição civil. Além disso, os únicos dois militares que compuseram o gabinete pertenciam apenas ao Exército, o que na interpretação de Ascanio Cavallo significou um claro sinal das Forças Armadas em concluir a militarização do poder político e finalizar a transição.<sup>426</sup> Embora, como veremos

---

<sup>420</sup> Essa demanda surgiu entre os membros do MDP da possibilidade de Pinochet ser candidato nas eleições de 1989. Contudo, pela Constituição, essa manobra era proibida, e para tal demandava uma reforma constitucional.

<sup>421</sup> “Fernández dice que no habrá reformas ni para ‘reeligir’ a Pinochet ni para acortar los plazos.” *El Mercurio*. Santiago: 13 de outubro de 1988.

<sup>422</sup> *Idem*.

<sup>423</sup> “Comité del Sí pide renuncia de Fernández.” *El Mercurio*. Santiago: 11 de outubro de 1988.

<sup>424</sup> “Oposición y derecha: diálogo comenzará si se va Fernández.” *El Mercurio*. Santiago: 14 de outubro de 1988.

<sup>425</sup> Com exceção dos ministros da Secretaria Geral da Presidência (general-brigadeiro Sergio Valenzuela), Fazenda (Hernán Büchi), Economia (general Manuel Concha), e da Educação (Juan Antonio Guzmán), todos os outros ministros foram substituídos. São eles: Relações exteriores: Hernán Felipe Errázuriz; Agricultura: Jaime de la Sotta; Bens Nacionais: Armando Alvarez; Trabalho e Previdência Social: Guillermo Arthur; Mineração: Pablo Baraona; Transportes e telecomunicações: Carlos Silva; Moradia: Gustavo Montero; Secretaria geral de Governo: Miguel Angel Poduje; e Ministério do Interior: Carlos Cáceres Contreras; Ver em: “Carlos Cáceres reemplazó a Sergio Fernández.” *El Mercurio*. Santiago: 22 de outubro de 1988.

<sup>426</sup> “Quién quiere un ministerio?”. *La Época*. Santiago: 14 de outubro de 1988.

adiante, outros membros das Forças Armadas integrarão algumas pastas no ano de 1989<sup>427</sup>, a Junta de Governo sinalizara esse anseio desde os rumores de uma suposta nomeação de um civil para o plebiscito de 1988.<sup>428</sup>

Outro significado importante desse ministério foi a mudança de postura do governo em relação ao diálogo com a oposição. Apesar de, a princípio, vetar toda proposta de reforma constitucional, Pinochet anunciou num encontro com oficiais e quadros permanentes das Forças Armadas e *Carabineros*, a disposição dos militares e do governo em estabelecer contato com os partidos políticos de oposição e pró-regime, e essa missão caberia ao então empossado ministro Carlos Cáceres.<sup>429</sup>

A indicação de Carlos Cáceres para o ministério do Interior não causou surpresa para nenhum dos grupos políticos em questão. Apresentado como um homem de escolha técnicas, e não políticas, Cáceres foi um importante personagem que percorreu os meandros e bastidores do governo antes mesmo da institucionalização da Constituição de 1980. Partidário da direita política chilena, Cáceres foi membro do *Consejo de Estado*<sup>430</sup>, e importante mentor do projeto de *democracia protegida*.<sup>431</sup> Ocupou a presidência do Banco Central em 1982 e também o ministério da Fazenda entre 1983-1984.<sup>432</sup> Além disso, Cáceres, engenheiro comercial de formação, e próximo ao empresariado chileno, foi responsável pela coleta de dinheiro para a campanha do *Sí*.<sup>433</sup> Sua postura antiliberal e antipartidária, o classificaria como pertencente à “linha-dura” da ditadura, o que gerou desconfiança da oposição quanto a sua nomeação.<sup>434</sup> Contudo, os desafios da transição democrática exigiam uma postura mais moderada e flexível.

---

<sup>427</sup> No dia 5 de abril de 1989 deixam o ministério: Hernán Büchi, substituído no Ministério da Fazenda pelo general-brigadeiro Enrique Seguel Morel; Miguel Angel Poduje, substituído no Ministério Secretaria Geral de Governo pelo general-brigadeiro Oscar Vargas Guzmán; o general Manuel Concha, substituído no Ministério da Economia por Pablo Baraona (também ministro da Mineração); Além disso, nessa mesma data, foi nomeado presidente do Banco Central o general-brigadeiro Manuel Concha. “Reformas deben acatar esencia de la Constitución.” *El Mercurio*. Santiago: 6 de abril de 1989.

<sup>428</sup> Ver capítulo 3.

<sup>429</sup> “Pinochet afirmo a F.F.A.A que esta dispuesto a iniciar el diálogo.” *El Mercurio*. Santiago: 25 de outubro de 1988.

<sup>430</sup> Indicado por Pinochet no ano de 1976.

<sup>431</sup> Ver capítulo 1.

<sup>432</sup> A sua saída do ministério da Fazenda se deu devido a conflitos deste com o então ministro do Interior Sérgio Onofre Jarpa. Ver capítulo 2.

<sup>433</sup> A indicação de Cáceres para substituir Sergio Fernández foi analisada por Ascanio Cavallo como uma tentativa de conseguir o apoio do empresariado chileno insatisfeito com a postura de Fernández. Ver em: CAVALLO, Ascanio. “¿Quiere um ministério?” *La Época*. Santiago: 23 de outubro de 1988.

<sup>434</sup> “Oposición critica discurso de Pinochet y se reserva opinión sobre Carlos Cáceres.” *La Época*. Santiago: 23 de outubro de 1988.

O gabinete Cáceres tinha como principal desafio retomar a ação política após a vitória do *No*. Nesse período, o trabalho do ministério do Interior tinha por meta a redução das incertezas levantadas pelo plebiscito. Assim, deveria concluir a legitimidade da Constituição, através da finalização das leis orgânicas constitucionais, além de organizar o processo político da transferência de mando. Dessa forma, criava garantias para a oposição de que o governo estava disposto a transferir o mando político através de novos canais de diálogo, ao mesmo tempo em que garantia a continuidade da institucionalidade vigente. A intermediação realizada por Cáceres entre governo, oposição e partidários de direita o fez ser considerado pela imprensa, salvo as devidas proporções, como o Adolfo Suárez da transição chilena.<sup>435</sup>

Na primeira reunião de gabinete liderado por Carlos Cáceres, Pinochet estabeleceu toda a estratégia para o próximo, e último, ano de governo.<sup>436</sup> Ficou decidido como meta a consolidação das modernizações políticas e econômicas, com ênfase para a área social, sendo estabelecido o ano de 1989 como o “ano social”.<sup>437</sup> À preocupação com os setores *poblacionais*, especialmente no que tocava às questões de segurança, educação e saúde, somaram-se as estratégias políticas para a *Jornada 1989*, ou seja, a campanha eleitoral na qual, indiretamente, a Cáceres foi atribuído a função de construir uma unidade dos partidos de direita visando a projeção das obras do regime em democracia.

Entretanto, imediatamente após o plebiscito de 1988, a oposição e os demais partidos políticos ratificaram suas demandas e redefiniram suas estratégias para enfrentarem não somente as eleições de 1989, mas, e principalmente, estabelecer os principais acordos e transformações necessárias que possibilitassem o mínimo possível de um regime democrático e representativo, e assim, que viabilizasse a governabilidade do primeiro governo civil após dezessete anos de ditadura. Com isso, a principal demanda do ano de 1989 foram as reformas constitucionais, um dos temas mais caros ao governo e seu projeto de *democracia protegida*.

---

<sup>435</sup> Adolfo Suárez foi o ministro da ditadura de Franco na Espanha responsável pelo *Pacto de Moncloa*, acordo tido como o ponto principal da negociação política e jurídica da transição democrática espanhola entre 1975 e 1976. Sobre a comparação entre Cáceres y Suárez ver a entrevista “Las razones del Gobierno” *El Mercurio*. Santiago: 7 de maio de 1989.

<sup>436</sup> “Establece nuevo gabinete: procedimientos para el plan de modernizaciones.” *El Mercurio*. Santiago: 28 de outubro de 1988.

<sup>437</sup> “Consejo de Gabinete: mayor énfasis en área social ordenó Pinochet.” *El Mercurio*. Santiago: 2 de fevereiro de 1989.

#### **4.2- Reformas na Constituição de 1980: o grande pacto político para a construção de uma realidade democrática.**

A meta do governo para o ano de 1989 foi a de confirmar a institucionalidade disposta na Constituição de 1980, sendo este o mais importante consenso no interior das Forças Armadas. Apesar das discordâncias da Junta de Governo em relação aos procedimentos e meios de como ocorreria essa institucionalização ao longo da década de 1980, o período de transição democrática após o plebiscito de 1988 foi o que mais aproximou os membros da Junta na defesa dos valores e instituições contidos no texto constitucional por eles aprovado. Portanto, modificar a Constituição de 1980 significaria depredar o mais importante legado política da ditadura que possibilitava o projeto de *democracia protegida*.

O debate de uma possível reforma constitucional foi travado a princípio no interior da oposição rearticulada desde 1983 nas primeiras jornadas de protesto social contra a ditadura. Essa possibilidade fora sistematizada pelo *Acuerdo Democrático* de 1985 e os movimentos posteriores que defenderam a via das *Elecciones Libres* em 1987. Contudo, foi o plebiscito de 1988 que trouxe a lógica de resistir ao regime através de sua própria institucionalidade, ou seja, aceitar a Carta de 1980 e atuar conforme suas normas que definiam o curso da transição democrática, dando maior visibilidade às necessidades das reformas constitucionais.

Segundo Patricio Aylwin, porta-voz da *Concertación*, agora sob a designação *Concertación de los Partidos por la Democracia*, a proposta das reformas constitucionais fizeram parte da campanha do *No*, demanda confirmada no documento divulgado pela coalizão partidária após o plebiscito, no dia 14 de outubro de 1988.<sup>438</sup> O sétimo ponto da declaração denominada “*Cambios Constitucionales*” sustentava que uma transição democrática consensual requeria as seguintes modificações:

- “a) Modificación de las normas permanentes de reforma constitucional de manera de hacer efectivas las facultades constitucionales propias del Congreso.
- b) Elección íntegra del Congreso Nacional por sufragio popular, garantizando la debida representación proporcional.

---

<sup>438</sup> “Por Qué ‘No’”. *El Mercurio*. Santiago: 7 de maio de 1989.

c) Término inmediato de las prescripciones políticas y derogación del artículo 8º, garantizando un efectivo pluralismo político en los términos de nuestro compromiso del 2 de febrero.

d) Aumento de miembros civiles del Consejo de seguridad Nacional y modificación de sus facultades de modo de asegurar el pleno respeto al principio de la supremacía de la soberanía popular.

Derogación de las normas que establecen la inamovilidad de los Comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas y de Orden, cargos que deberán ser de exclusiva confianza del Presidente de la República."<sup>439</sup>

Esses foram os principais pontos destacados pela *Concertación* e tocavam em questões caras e delicadas ao regime, como o artigo 8º (consagração jurídica do projeto de *democracia protegida*), a proporcionalidade do Congresso Nacional, a composição e função do *Consejo de Seguridad Nacional*, a “tutela” das Forças Armadas, e a modificação dos mecanismos de reforma da própria Constituição.

Todavía, a *Concertación* não foi o único conglomerado a apontar a necessidade de tais reformas, e por isso também foi acompanhada por declarações advindas dos membros do partido de direita *Renovación Nacional*. Com as declarações da dirigente Fernanda Otero demonstrando a discordância do seu partido em relação a alguns elementos da Constituição e a disposição da *Renovación Nacional* em lutar por reformas constitucionais, surgiu assim outra frente que ratificava a demanda de rever a Carta de 1980.<sup>440</sup> Além disso, segundo Apiolaza, essa postura surgiu a partir de uma das forças que apoiavam o regime, o que demonstrou mais uma vez a fragilidade da unidade da direita chilena, além de ser esse o motivo de mais uma tensão entre a *Renovación Nacional* e a UDI.<sup>441</sup>

A UDI ratificou nesse período sua postura governista e de respeito à institucionalidade da ditadura, o que por sua vez a colocava na contramão das propostas de reformas constitucionais. Tanto foi assim que seu líder, Jaime Guzmán encontrou-se com o ministro Cáceres e até com Pinochet para acelerar os trabalhos das comissões das leis orgânicas da Constituição para que fossem aprovadas ainda no período 1988 e

---

<sup>439</sup> “Declaración de la Concertación de los Partidos por la Democracia”. *La Época*. Santiago: 15 de outubro de 1988. Apud in.: GEYWITZ, Carlos Andrade. *Reforma de la Constitución Política de la República de Chile*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile. 1991. p.1

<sup>440</sup> “Fernanda Otero: RN peleará por reformas constitucionales”. *La Época*. Santiago: 13 de setembro de 1988.

<sup>441</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 365.



1989, em especial as leis relativas ao Banco Central e ao *Consejo de radio y TV*.<sup>442</sup> Dessa forma, UDI e governo trabalhavam para não alterar a Constituição.

O debate sobre reformar a Constituição ou não, foi a principal pauta política após outubro de 1988. Para as lideranças da *Concertación*, após o plebiscito da vitória do *No*, era preciso “gerar condições que permitissem reconhecer a legitimidade da Constituição”, atribuir ao futuro governo democrático um “marco institucional suficientemente consensual”, e modificar as normas que possivelmente afetariam o desempenho do regime democrático.<sup>443</sup> Assim, o principal dilema da coalizão política de centro-esquerda foi reformar a Constituição antes ou durante o primeiro governo pós-ditadura. Como afirma Edgardo Boeninger:

“Si no se lograban las reformas indispensables, el gobierno de Aylwin enfrentaba la oscura perspectiva de desangrarse en una difícil lucha por una Asamblea Constituyente, para lo cual, a falta de consenso político y mayoría parlamentaria, habría tenido que recurrir a la presión social, con el consiguiente clima de confrontación e inestabilidad. Ese escenario resultaba contradictorio con los evidentes anhelos de paz de la inmensa mayoría de los chilenos, agotados por dos décadas de conflictos agudos.”<sup>444</sup>

Dessa forma, a *Concertación* manteve sua postura de reformar a Constituição ainda no período de transição entre 1988 e 1989, o que suscitaria um acordo entre as distintas forças políticas do país e que consequentemente evitaria o desgaste político do primeiro governo democrático.

A reforma da Constituição de 1980 tornou-se uma importante demanda do processo de transição, especialmente após os trabalhos das comissões de estudos constitucionais dos distintos partidos políticos, em especial da *Concertación* e da *Renovación Nacional*. O período outubro-dezembro de 1988 foi decisivo não só para a condução do processo de transição como também para a construção de pactos entre blocos políticos divergentes acerca dos pressupostos constitucionais, o que por sua vez conferiu à transição chilena a característica de pactuação e consensos.

---

<sup>442</sup> "Jaime Guzmán se reunió con presidente Pinochet". *El Mercurio*. Santiago: 29 de novembro de 1988.

<sup>443</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 362,

<sup>444</sup> Idem. A narrativa do autor, por ser elaborada a *posteriori*, denota a vitória de Patricio Aylwin, porta-voz da *Concertación* e futuro candidato presidencial. Além disso, Boeninger parte do pressuposto da obtenção de maioria parlamentar pela *Concertación* nas eleições de dezembro de 1989.

A *Renovación Nacional* foi o primeiro partido a divulgar seu projeto de reformas Constitucionais no dia 30 de novembro de 1988. Reconhecendo a legitimidade da Constituição, apontou como necessárias as seguintes modificações:

- 1) Modificar o artigo 8º para permitir o pluralismo político.
- 2) Eliminar a incompatibilidade de militância partidária com cargos de direção *gremial*.
- 3) Suprimir a faculdade do Presidente para dissolver a Câmara dos deputados.
- 4) Atenuar as excessivas faculdades presidenciais a respeito do Estado de Exceção, sem afetar as liberdades individuais e políticas assim como por fim ao exílio.
- 5) Eliminar os senadores designados e estabelecer a proporcionalidade relativa ao número de eleitores com o número de deputados e senadores.
- 6) Modificar a composição do *Consejo de Seguridad Nacional*.
- 7) Modificar os mecanismos da reforma constitucional retirando o poder de veto do Presidente e reduzindo o quórum de votos dos parlamentares.<sup>445</sup>

No dia 21 de novembro do mesmo ano, a *Concertación* juntamente com a *Asociación Chilena de Ciencia Política* formou a *Comisión de Refomas Constitucionales*, cujos trabalhos foram baseados nos princípios da declaração emitida pela coalizão de centro-esquerda no dia 14 de outubro de 1988.<sup>446</sup> Após várias sessões de trabalhos e debates entre especialistas e líderes dos dezessete partidos que compunha a *Concertación*, no dia 17 de dezembro a comissão técnica divulgou seu primeiro informe oficial com todas as modificações constitucionais.<sup>447</sup>

Apesar de diferenças táticas como o número de parlamentares, da manutenção de senadores vitalícios no caso dos ex-presidentes (proposta da *Renovación Nacional*) e de outras questões jurídicas mais técnicas, tanto as propostas da *Concertación* quanto as defendidas pela *Renovación Nacional* apresentavam muitos pontos em comum, sendo eles: a modificação do artigo 8º; as funções e faculdades do Presidente; a composição e

---

<sup>445</sup> MENDOZA, Justo Tovar. “La negociación de la transición democrática en Chile (1983-1989)”. *Estudio de caso realizado para obtener el grado de Magíster en Gestión y Políticas Públicas*. Universidad de Chile. Santiago: 1999. pp. 21-22. Ver também: GEYWITZ, Carlos Andrade. op. cit. pp. 3-11.

<sup>446</sup> Essa comissão foi composta por: José Luis Acevedo, Carlos Andrade Geywitz, Francisco Cumplido C., Osvaldo Gianini, Gustavo Lagos Matus, Tomás Puig Casanova, Jorge Mario Quinzio F., Germán Urzúa V., e José Antonio Viera-Gallo.

<sup>447</sup> GEYWITZ, Carlos Andrade. op. cit. pp. 11-22.

função do *Consejo de Seguridad Nacional*; a imobilidade dos comandantes-chefe das Forças Armadas; as alterações dos mecanismos de reforma da Constituição; o aumento do número de parlamentares; o fim do exílio; dentre outras. Até mesmo o projeto de reformas apresentado pelo *Partido Nacional* no dia 22 de dezembro de 1988 apresentava esses pontos em comuns.<sup>448</sup> Dessa forma, a convergência de propostas possibilitou a aproximação entre esses partidos e a construção de uma proposta consensual. Essa convergência política culminou com a formação de uma comissão técnica de reformas constitucionais mista, composta pela *Concertación e Renovación Nacional* no dia 21 de dezembro de 1988.<sup>449</sup> Essa aliança solidificou um importante pacto de convivência política acima das diferenças ideológicas, importante para a governabilidade dos futuros governos.

Como destaca Apiolaza, apesar do alinhamento inicial entre *UDI e Renovación Nacional* sobre o tema das reformas, as diferenças estratégicas e ideológicas entre ambos foram determinantes para a inclinação da *Renovación Nacional* ao centro político, no caso o *Partido Demócrata Cristiano* que neste período era a principal força política no interior da *Concertación*.<sup>450</sup> A postura ofensiva da UDI em relação às propostas de reforma da *Concertación*, além do rechaço do outro grupo de direita *Avanzada Nacional* ao acordo entre *Renovación Nacional-Democracia Cristiana*, fez com que a UDI ficasse isolada no campo das negociações políticas. Ainda assim, a UDI de Jaime Guzmán apresentou um projeto de reforma constitucional no dia 12 de janeiro de 1989 cujos pontos destacados foram:

- 1) Não alterar o artigo 8º (esse artigo, de autoria de Jaime Guzmán, foi um dos grandes elementos gestados pela UDI para a institucionalidade da ditadura).
- 2) Defender a conformação original do *Consejo de Estado*. Caso fosse acrescido mais um membro, esse deveria ser presidente do Banco Central ou do Tribunal Constitucional.
- 3) Eliminar a incompatibilidade de militante político com o cargo de dirigente gremial.

---

<sup>448</sup> GEYWITZ, Carlos Andrade. op. cit. p. 26.

<sup>449</sup>“ Renovación y DC iniciam diálogo sobre reformas”. *El Mercurio*. Santiago: 21 de dezembro de 1988. Ver também: GEYWITZ, Carlos Andrade. op. cit. pp. 22-26.

<sup>450</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 368. "Parcial acuerdo de la UDI con reformas de RN". *La Época*. Santiago: 3 de dezembro de 1988. Sobre rechaço da *Avanzada Nacional* ver: GEYWITZ, Carlos Andrade. op. cit. p. 27.

- 4) Eliminar a faculdade presidencial de dissolver a Câmara dos deputados.
- 5) Modificar apenas o período dos estados de exceção.
- 6) Inabilitar militares e *carabineros* à carreira política.
- 7) Pequenas mudanças para os mecanismos de reforma constitucional.
- 8) Limitar a imunidade parlamentar e introduzir um novo procedimento de cassação em caso de infração constitucional pelo parlamentar.<sup>451</sup>

Como apontado por Justo Tovar Mendoza, a proposta da UDI extremou algumas características da Constituição, apesar de coincidir em pequenos pontos com as propostas das reformas da *Concertación* e da *Renovación Nacional*.<sup>452</sup> Tratou-se, portanto, de uma “contra-oferta” afinada aos princípios do regime e em especial de Pinochet.

Os debates e informes das distintas comissões técnicas sobre as reformas constitucionais foram recebidas negativamente pelo governo. Tais propostas reformistas estavam na contramão dos propósitos de Pinochet, que interpretou o resultado do plebiscito de 1988 como a negativa à sua permanência na presidência e não como uma rejeição ao projeto político estabelecido na Constituição de 1980. Dias após o plebiscito Pinochet declarou que:

“... los chilenos votaron en el plebiscito es que ‘yo no siguiera en el proceso, pero de ningún modo sufragaron por un cambio de la Constitución. A aquellas personas que esperan un cambio, les reitero que no lo van a tener. Fui riguroso en mantenerme firme respecto a los aspectos constitucionales. Si fijaron plazos, se cumplió lo que se dijo, obtuvieron un triunfo, lo reconocí y el día que corresponda, el 11 de marzo de 1990, voy a entregar el Gobierno, de acuerdo a lo que dice la Carta Fundamental.”<sup>453</sup>

Com isso, qualquer proposta de modificação constitucional foi encarada pelo governo como uma demanda rupturista e que por sua vez, não correspondia com o traçado político da transição defendido na Carta de 1980.

Apesar da pretensa disposição do Executivo em dialogar com a oposição, função esta do ministro Carlos Cáceres, a perspectiva “rupturista” foi combatida nos

---

<sup>451</sup> MENDOZA, Justo Tovar. op. cit. p. 23. Ver também: GEYWITZ, Carlos Andrade. op. cit. pp. 32-34.

<sup>452</sup> Idem.

<sup>453</sup> “Afirmó Presidente Pinochet: Se cumplirán todos los pasos constitucionales.” *El Mercurio*. Santiago: 10 de outubro de 1988.

pronunciamentos dos ministros e militares que compunham o governo. O próprio Cáceres, em consonância a Pinochet, foi um dos responsáveis pela construção da lógica de um diálogo com condições mínimas, ou seja, estabelecendo critérios para que o diálogo entre governo e oposição ocorresse. Por isso, o ministro do Interior condenou tanto a proposta cunhada pela perspectiva de ruptura do regime pautada na mobilização social, quanto as perspectivas oposicionistas de acelerar os prazos e desfazer-se da institucionalidade vigente. Como afirmou Cáceres:

“El gobierno mira con gran serenidad la transición política que está en marcha y no se dejará arrastar por impacencias ni presiones. En lo fundamental, el camino a seguir está perfecta y nítidamente trazado, y las grandes mayorías del país lo saben y lo aceptan. Por eso, es que las amenazas de descontrol y desborde que formulan diversos dirigentes políticos están completamente fuera de lugar.”<sup>454</sup>

Dessa forma, as orientações de Pinochet ao gabinete liderado por Cáceres para o período posterior ao plebiscito de 1988 foi o de acelerar e concluir os projetos das Leis Orgânicas Constitucionais que permitiam o real funcionamento da Carta de 1980.<sup>455</sup> Para Pinochet e a Junta de Governo, completar as leis orgânicas seria garantir e consolidar as liberdades democráticas presentes no texto constitucional.<sup>456</sup> Assim sendo coube a Cáceres acompanhar de perto os trabalhos da *Comisión de Estudios de las Leyes Orgánicas Constitucionales*, também conhecida como “*Comisión Bulnes*”.<sup>457</sup>

Apesar dos esforços em manter o itinerário político, o governo chileno não ficou imune ao debate partidário das reformas constitucionais. E assim, foi na elaboração do calendário do diálogo com a oposição, que Cáceres passou a construir a estratégia do “aperfeiçoamento” da Constituição. Esse eufemismo permitiu ao ministro opor-se às propostas que defendiam a ruptura e que colocavam em xeque a institucionalidade, criar um clima de diálogo com a oposição, ao mesmo tempo em que não visava alterar as bases principais do projeto político do regime e com isso não enfrentaria resistências no

---

<sup>454</sup> “El ministro del Interior admite que la Constitución del 80 es ‘perfectible’.” *El Mercurio*. Santiago: 12 de novembro de 1988.

<sup>455</sup> “Continuará estudio de leyes Constitucionales.” *El Mercurio*. Santiago: 29 de outubro de 1988.

<sup>456</sup> “El gobierno proyecta acelerar el estudio de las leyes orgánicas constitucionales.” *El Mercurio*. Santiago: 3 de novembro de 1988.

<sup>457</sup> “Ministro Cáceres recibió a ‘Comisión Bulnes’.” *El Mercurio*. Santiago: 4 de novembro de 1988. Os membros desta comissão nesse período foram: Luz Bulnes (presidente da comissão), Gustavo Cuevas, Raúl Lecaros, Sergio Carvajal, Rafael Larraín (secretário da comissão), Arturo Marín, Gustavo Alessandri, Raúl Bertelsen, Juan de Dios Carmona, Eduardo Soto Kloss, Gregório Amunátegui, Patricio Prieto, Guillermo Bruna, e Jaime Guzmán.

interior do bloco civil-militar da ditadura. Tal estratégia foi construída através de um longo e difícil processo de convencimento do presidente Pinochet. Porém, nos diálogos iniciais entre Cáceres e a oposição, o tema da Constituição foi rejeitado pelo ministro.<sup>458</sup>

Diante dos trabalhos e pronunciamentos das comissões técnicas da *Concertación* e da *Renovación Nacional*, os membros da Junta de Governo e o próprio Pinochet foram enfáticos na rejeição de modificação da Constituição. Numa viagem realizada pelo mandatário na região austral do Chile, Pinochet declarou que:

“...’ con igual énfasis rechazaremos todo intento por desnaturalizar, debilitar o desconocer la Constitución Política de la República que el pueblo aprobó libre y soberanamente’, y añadió el Presidente que si no había estabilidad en las reglas básicas que deben regirnos, ‘sólo estaríamos participando de una nueva y profunda crisis de la convivencia nacional’.”<sup>459</sup>

Compartilhando da mesma perspectiva, o almirante José Toríbio Merino afirmou:

" que para poder reformar la Constitución necesitamos plebiscito, pero antes tiene que haber acuerdo. Que es reformable la Constitución, es reformable; está los procedimientos. Ahora lo que importa es saber quién quiere reformar la Constitución y para qué [...] las reformas que proponen los partidos de oposición no creo que tengan mayor aceptación por parte del Gobierno.”<sup>460</sup>

Além dessa postura intransigente, Pinochet manteve o discurso da “campanha do terror” contra a oposição, discurso este remanescente da campanha plebiscitária da opção *Sí*. O presidente continuou a associar as propostas da *Concertación* ao retorno do caos político e institucional, mantendo sua estratégia de elaboração de uma memória negativa do período pré-1973 ainda presente em vários segmentos sociais, e que seria agravado caso o texto constitucional fosse alterado. Dias após a publicação do primeiro projeto de reformas proposto pela comissão mista *Concertación-Renovación Nacional*, Pinochet discursou que:

---

<sup>458</sup> “Cáceres definió ayer itinerario del diálogo con la oposición.” *El Mercurio*. Santiago: 15 de novembro de 1988.

<sup>459</sup> Discurso de Pinochet de 17 de novembro de 1988. apud. GEYWITZ, Carlos Andrade. op. cit. p. 2.

<sup>460</sup> Idem. p. 3.

“... tras algunas propuestas que hoy se alzan de reformas y transformaciones, es posible avizorar las mismas concepciones que condujeron al colapso de nuestra democracia y han llevado a la ruína moral y material a otras muchas naciones de occidente.”<sup>461</sup>

Como podemos observar, o diálogo entre governo e oposição não foi facilitado após a vitória da opção *No*. Somado a isso, outro elemento presente nessa tensa relação foi a crítica dos militares e civis da elite governista ao *Partido Demócrata Cristiano* e à *Concertación* por fazerem acordos com os socialistas e ao *Partido Amplo de Izquierda Socialista-PAIS* (ainda em processo de aprovação pelo Tribunal Constitucional e pelo Tribunal Eleitoral), demarcando o anticomunismo da natureza do regime. Esse fato ficou explícito na negação do Ministério do Interior em reunir-se com uma comitiva da *Concertación* pelo fato de um dos membros ser proveniente dessa nova legenda partidária.

Respondendo ao pedido de Patricio Aylwin realizado ao ministro do Interior para agendar uma reunião entre o governo e os líderes da *Concertación*, Carlos Cáceres emitiu uma nota na qual o Executivo apreciava o esforço da coalizão na busca pelo consenso político e se mantinha disposto ao diálogo com a oposição, mas que exigia a Patricio Aylwin:

“... que no incorpore en la delegación que asistirá a la audiencia al señor Luis Maira, pues se trata de un dirigente de un partido político en formación en el cual militan, como producto de una alianza política de largo alcance, comunistas y otros sectores que desconocen abiertamente la institucionalidad vigente, y todos los cuales han optado por la estrategia rupturista de desconocimiento del orden institucional y de violencia, con lo cual se pretende convulsionar la sociedad chilena.”<sup>462</sup>

A condição de não inclusão de Luis Maira na comitiva da *Concertación* na primeira reunião oficial com o ministro do Interior foi rejeitada pela coalizão, assim como levou a oposição a cancelar a reunião com Cáceres marcada para o dia 3 de janeiro de 1989.<sup>463</sup> Por sua vez, o ministro Cáceres exigiu realismo político e

---

<sup>461</sup> “Pinochet: Ciertas reformas sugeridas traerían nuevo colapso.” *El Mercurio*. Santiago: 24 de dezembro de 1988.

<sup>462</sup> “Cáceres recibirá a Aylwin”. *El Mercurio*. Santiago: 27 de dezembro de 1988.

<sup>463</sup> “Por objeción a Maira: Concertación de Partidos suspendió cita con Cáceres”. *El Mercurio*. Santiago: 28 de dezembro de 1988.

“argumentos racionais” para a continuidade do diálogo.<sup>464</sup> Dessa forma, a postura do ministério cuja função era articular as negociações políticas da transição democrática, foi caracterizada pela limitação dos atores políticos da negociação, cujo critério era fundamentado nos princípios ideológicos do regime, ou seja, o anticomunismo e a defesa da obra da ditadura. Os atores enquadrados nesses dois critérios seriam deslegitimados para negociarem a transição.

Apesar dessa primeira tensão entre oposição e governo, Cáceres deu início aos encontros com as comitivas dos distintos partidos políticos no início de 1989. No dia 8 de janeiro o ministro já sinalizou sua intenção em debater a possibilidade do “aperfeiçoamento” da Constituição com os partidos e autoridades do governo:

Convoqué a los partidos políticos a analizar el tema y a conversar con las autoridades de Gobierno sobre ese aspecto específico de ‘perfeccionamiento’, colocando algunas limitaciones muy serias y claras. Hemos sido muy congruentes entre el pensamiento y la acción.”<sup>465</sup>

Dessa forma, o desafio de Cáceres não foi apenas o de dialogar com a oposição, mas principalmente convencer a Pinochet e a ala mais conservadora do regime sobre a possibilidade de alterar a Carta de 1980. Apesar das declarações de Cáceres ao longo dos meses de janeiro e fevereiro, os discursos de Pinochet ao longo desse período ratificavam sua posição contrária sobre esse tema. Nas viagens realizadas pelo mandatário no verão de 1989 na IX região, uma das únicas em que conseguiu vencer no plebiscito de 1988, Pinochet não só advertiu sobre os perigos de uma reforma constitucional realizada num contexto de “maiorias transitórias”, como convocou aos partidários do *Sí* a defenderem a obra de seu governo, e inclusive pedindo apoio ao candidato que representasse o projeto do “11 de setembro” no que ele denominou de *Jornada 1989*, ou seja, as eleições presidenciais.<sup>466</sup>

Somente em março de 1989 é que o governo passou a demonstrar alguma inclinação à possibilidade de reformar ou “aperfeiçoar” a Constituição. A própria imprensa já havia sinalizado sobre a total disposição do *Servicio Electoral* em organizar um plebiscito sobre a Constituição. Além disso, conforme descreve Ascanio Cavallo, a reunião do Presidente com a Junta de Governo no dia 7 de março de 1989 teve como

---

<sup>464</sup> “A la oposición: Cáceres exige argumentos razonados”. *El Mercurio*. Santiago: 8 de janeiro de 1989.

<sup>465</sup> *Idem*.

<sup>466</sup> “Pinochet llama a triunfar en Jornada 89.” *El Mercurio*. Santiago: 15 de fevereiro de 1989.



assunto principal as reformas constitucionais, na qual os assistentes afirmaram a Pinochet que uma vez acordadas as modificações, a Constituição estaria definitivamente legitimada e o temor do desmantelamento se dissolveria.<sup>467</sup>

Assim, foi com o discurso do oitavo aniversário de vigência da Constituição de 1980, em 11 de março de 1989, que Pinochet oficializou a disposição do governo em alterar a Carta Fundamental.<sup>468</sup> Após tecer toda a avaliação da importância do “11 de setembro de 1973”, Pinochet anunciou o “aperfeiçoamento” constitucional, ao mesmo tempo em que criticou e tentou desqualificar a oposição *concertacionista*. Enfatizando que não haveria desmantelamento institucional por causa das “maiorias transitórias ou ocasionais”, afirmou que:

“... como toda obra humana elaborada en un momento histórico determinado, pueda ser perfeccionada en algunos aspectos pero sin que se atente en contra de los principios y valores transcendentales que la inspiraron. [...] En este delicado y trascendental tema de la reforma constitucional debo ser reiterativo para precisar que la única intención que mueve al Gobierno, en su disposición a considerar la posibilidad de modificar la Carta Fundamental, es la de perfeccionarla en aquellos aspectos que realmente susciten el consenso de los diversos sectores democráticos del país.”<sup>469</sup>

Com a tônica do “aperfeiçoamento”, Pinochet indicou que o governo se interessava pelas mudanças no que tangia ao artigo 8º, às faculdades do Presidente em dissolver a Câmara dos deputados, o fim do exílio, a redução do mandato presidencial de oito anos, e o acréscimo de um civil ao *Consejo de Seguridad Nacional*. Assim, a plataforma da reforma constitucional levantada pelos partidos políticos foi incorporada de certa forma pelo governo, sendo a condição para as modificações e o consenso entre os distintos partidos políticos.

Os membros da Junta de Governo manifestaram seu respaldo às reformas na abertura do último ano legislativo dos militares. Conforme discursou o presidente do poder Legislativo, o almirante José Toríbio Merino:

---

<sup>467</sup> CAVALLO, Ascanio. *Lo hombres de la transición*. Santiago: Editorial Andres Bello, 1992. p. 65.

<sup>468</sup> “Director del Servicio Electoral: cada pregunta del plebiscito debe contestarse ‘si’ o ‘no’.” *El Mercurio*. Santiago: 1º de março de 1989. “Intensa actividad de S.E. en La Moneda.” *El Mercurio*. Santiago: 10 de março de 1989.

<sup>469</sup> “Anuncios en Mensaje al país: Pinochet ordenó estudiar cambios constitucionales.” *El Mercurio*. Santiago: 12 de março de 1989.

“... la Carta Fundamental no es la solución de todos los males y que podría ser perfeccionada.’ Añadió que en esa oportunidad también dijo que ‘aquellos de sus aspectos que la comprometen con los valores esenciales del cristianismo y que constituyen una coraza contra el “marxismo volodiano” y totalitario, no son modificables y de ellos somos y seremos garantes.’<sup>470</sup>

A pressão dos partidos políticos exercida pela pauta da revisão da Constituição, embora tenha sido importante, não foi a única razão que levou o governo a incorporá-la no seu cronograma político do ano de 1989. No mesmo ano seriam realizadas as eleições presidencial e legislativa e, diante da demanda dos partidos pelas reformas, a estratégia do governo foi a de não deixar que transformassem as mesmas numa plataforma eleitoral. Isso representava uma ameaça ao projeto político pelo qual tanto prezavam as Forças Armadas, e caso se tornasse a pauta dos candidatos em dezembro de 1989, levaria a uma reforma não controlada pelos militares. Conforme foi sistematizado no documento denominado “*Memória de Gobierno 1973-1990*”:

“A partir del 5 de Octubre de 1988 el país entro en una nueva etapa de definiciones políticas. Uno de los aspectos más importantes en este sentido es que en diversos sectores se fortalecía la impresión de que la Carta Fundamental contenía algunos vacíos que se prestaban a problemas futuros. Desde luego, esos vacíos planteaban el riesgo de abrir un plano de debate y vulnerabilidad en el edificio constitucional levantado para resguardo y garantía de la estabilidad que Chile necesita para desarrollarse, crecer y entregar mejores oportunidades de vida a su población.

Por ello, el Gobierno del Presidente Pinochet estimó conveniente interesar a todos los sectores políticos democráticos del país en el perfeccionamiento de tales vacíos constitucionales, entre otras cosas, con miras a descargar la discusión política y ciudadana de los temas relativos a la Constitución. En concreto, **era sano que el país, en las elecciones de Diciembre de 1989, votara y eligiera nuevas autoridades no en función de la aprobación o rechazo a un orden constitucional sino, más bien, en función de proyectos políticos claros y de largo plazo.**<sup>471</sup>

---

<sup>470</sup> “Almirante Merino inauguro Poder Legislativo: Junta verá cambios que no alteren base constitucional.” *El Mercurio*. Santiago: 17 de março de 1989.

<sup>471</sup> CHILE. PRESIDENTE DESIGNADO (1974-1990: PINOCHET). *Memória de Gobierno 1973-1990*. Santiago. 1990.p. 50. Grifo do autor.

Essa estratégia da reformar a Constituição antes do primeiro governo civil foi confirmada posteriormente, pelo ministro Carlos Cáceres, numa entrevista na qual afirmou que:

“... había elementos que hacían bastante necesario el proceso de reforma de la Constitución. Pero había a mi juicio también, un elemento político que era importante. A mí me parecía que era extremadamente delicado que el tema de la Reforma de la Constitución se colocara como un tema de la campaña política presidencial que se avecinaba. Porque si ganaba el candidato de la oposición se iba a sentir, iba a asumir que el mandato presidencial se identificaba con un cambio total de la Carta fundamental del año 1980. Y eso era políticamente bastante delicado.”<sup>472</sup>

Dessa forma, o trabalho do ministro Cáceres teve por fundamento a ideia de modificação da Constituição pelos militares, e não pelos civis. Além disso, visou impedir o desmantelamento da institucionalidade presente na Carta de 1980, ainda que pela fórmula do “aperfeiçoamento”. Assim sendo, foi criada a *Comisión de Estudios de las Reformas Constitucionales*, que teria por função a consulta, avaliação e informação dos distintos projetos de reforma, além de mediar o diálogo entre as lideranças partidárias e o ministério do Interior.<sup>473</sup> Mesmo diante dessa iniciativa, nem todos no governo concordaram com essa perspectiva, fato que levou à crise e quase renúncia de Cáceres.

Foi na reunião de gabinete do dia 26 de abril de 1989 que ficou exposto mais uma vez o embate entre “blandos” e “duros”.<sup>474</sup> Apesar do diário *El Mercurio* tratar a renúncia como mudanças táticas de governo cujo tema era a reforma constitucional, os outros meios de comunicação, especialmente da oposição, expunham o embate entre forças políticas governistas, dentre as quais o grupo liderado pelo ministro da Justiça,

---

<sup>472</sup> Entrevista de Patricia Arancibia realizada com Carlos Cáceres, CACH s/n. apud. APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 367.

<sup>473</sup> Essa comissão foi composta por: Raul Bertelsen (Presidente da *Comisión de estudios Legales constitucionales*), Rafael Valdivieso (Secretário do *Consejo de Estado*), Hermógenes Perez de Arce (Membro de distintas comissões legislativas), e Arturo Marín (Chefe de gabinete no ministério do Interior). “De Gobierno: designada comisión para las reformas.” *El Mercurio*. Santiago: 21 de março de 1989.

<sup>474</sup> José Joaquín Brunner. “La crisis del gabinete es su contexto. Renuncio, no renuncio”. *Cauce* nº 204. Santiago: 1 a 7 de maio de 1989 pp.16-18.

Hugo Rosende, não aceitava reformar a Constituição. O ministro Rosende, um dos responsáveis pela implementação da “mentalidad 89”, foi classificado pela imprensa como o principal representante e defensor da ala “dura” do regime, e que devido a sua permanência no gabinete desde 1985, exercia uma importante influência sobre Pinochet.

A crise do gabinete Cáceres provou que o ministro não havia obtido êxito em convencer Pinochet sobre as reformas, e as diferenças de estratégias políticas sobre o tema fez com que quase todo o corpo de ministros deixasse o cargo à disposição do presidente.<sup>475</sup> Cáceres tinha consciência dessa dificuldade, inclusive no que toca às suas indisposições com os membros do governo sobre os rumos políticos da Constituição. Numa entrevista posterior, o ministro reconheceu que:

“habían personas que manifestaban posiciones contrarias a esta reforma Constitucional a este proceso de transición paulatina. Algunos de ellos porque no tenían el deseo de que terminara el gobierno militar, otros porque veían que modificaciones de la Carta Fundamental los colocaba en situación de debilitamiento que a ellos les preocupaba. Cada uno tenía argumentos para colocar sus puntos de vista. Lo importante era lo que pensaba el Presidente Pinochet.”<sup>476</sup>

A análise política de José Joaquín Brunner apresenta essa crise política como resultado do equilíbrio instável entre “duros” y “blandos”, cada um representante de um projeto político no interior do regime.<sup>477</sup> Segundo o autor, enquanto os “blandos”, representados pelo projeto global liderado por Cáceres, visavam negociar com a oposição sobre a reforma da Constituição, liberalizando e conduzindo os passos à democracia, os “duros”, representados pela ministro Rosende, tinham por objetivo bloquear a estratégia reformista, “endurecer” o regime, visando a continuidade do projeto político instalado desde 1973.<sup>478</sup>

As designações “blandos” ou “duros”, típicas das análises dos processos de transição, tendem a enfatizar a ação dos principais atores políticos dos respectivos períodos de democratização. Partindo da conceituação de Guillermo O’Donnell e Philippe C. Schmitter, enquanto os “duros” ou linha-dura, tendem a conservar o regime,

---

<sup>475</sup> “A petición de Pinochet: renunció gabinete”. *El Mercurio*. Santiago: 27 de abril de 1989.

<sup>476</sup> Carlos Cáceres, entrevista con Patricia Arancibia, CACH s/n. apud. PIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 367.

<sup>477</sup> “La crisis del gabinete es su contexto. Renuncio, no renuncio”. *Cauce* 204. 1 a 7 de maio de 1989pp.16-18.

<sup>478</sup> Idem, p. 17.

os “blandos” tendem a liberalizá-lo, através de reformas e negociações com a oposição.<sup>479</sup> Contudo, essa classificação dos atores políticos não é utilizada pelos “transitólogos” de maneira acrítica, pois conforme destaca O’Donnel:

“... a caracterização dos membros do regime como ‘linha-dura’ e ‘linha-branda’ – assim como distinções similares – é um recurso heurístico destinado a localizar atributos significativos de certos atores em diferentes estágios e conjunturas da transição. Essas características, portanto, não são atributos permanentes de cada ator.”<sup>480</sup>

Partindo dessa análise, é importante frisar o perigo da homogeneização dos comportamentos políticos dos atores da transição sem considerar suas trajetórias. Embora Cáceres como ministro do Interior possa ser considerado como um membro da ala dos “blandos”, sua postura antiliberal no *Consejo de Estado*, no período da formulação da Constituição de 1980, o colocaria numa posição de “duro”. Inclusive a mesma revista, *Cauce*, que o colocou numa postura de “blando” em 1989, o classificou como “duro” quando tomou posse.

Todavia, Cáceres assumiu uma postura flexível, e a proposta de reforma constitucional do ministro do Interior apresentada à Junta de Governo foi cunhada pelas premissas de diminuição do poder presidencial, do fortalecimento do Parlamento, e do aumento do poder de controle do Executivo sobre as Forças Armadas.<sup>481</sup> Conforme a análise de Mendoza, as propostas apresentadas por Cáceres foram encaradas por Pinochet e pelos “duros”, como contraproducentes e desestabilizadoras.

Foi nesse contexto, com os embates no interior do governo, que Cáceres deixou seu cargo à disposição. Entretanto, se por um lado a “linha-dura” rejeitava a proposta de reforma constitucional, por outro, carecia de força política, em especial, entre os membros da Junta de Governo. Segundo Mendoza, a Junta de Governo representou o principal respaldo às propostas de Cáceres, e essa postura se manteve em todos os episódios de reversão do processo de negociação.<sup>482</sup> Além disso, os membros da Junta sinalizavam a necessidade de despersonalização do regime, principalmente após a

---

<sup>479</sup> O’DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurende. *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988. p. 113. Um aspecto importante apontado pela literatura das transições democráticas é que essa postura dos “blandos” encontra oposição tanto com os “linha-dura”, quanto com o setor “maximalista” da oposição.

<sup>480</sup> Idem, p. 120.

<sup>481</sup> MENDOZA, Justo Tovar. op. cit. p. 27. Essa reunião ocorreu no dia 21 de abril de 1989.

<sup>482</sup> Idem, p. 36.

derrota do 5 de outubro de 1988, o que segundo Brunner, indicava uma maior influência do setor “blando” na Junta de Governo após o plebiscito.<sup>483</sup> Conforme as palavras de Brunner:

“Lo que no imaginaron (os “duros”) fue que el poder de Pinochet, incluso dentro de su propio Gobierno, se ha ido reduciendo progresivamente después del 5 de octubre pasado. Si hemos de creer a las versiones de los informantes del propio régimen, lo que ocurrió esta vez, en torno a la crisis, fue que Pinochet no logró imponer su decisión ni siquiera frente a la Junta de Gobierno. Esto es, las F.F.A.A parecen haberlo disuadido de dar este paso que, a la postre, sólo conducía a dificultar el actual cuadro político y a limitar las chances de Büchi.”<sup>484</sup>

Além da pressão da Junta de Governo, a retirada de Cáceres parecia, num primeiro momento, uma “volta- atrás” no processo de negociação com a oposição, o que representava um risco político muito alto, visto que as eleições presidenciais se aproximavam, além de entravar a negociação e o consenso construídos entre os partidos políticos. Com isso, Pinochet contornou os “duros”, e manteve Cáceres no gabinete, ratificando a postura pró-reformas constitucionais.<sup>485</sup>

Passada a crise ministerial, iniciou-se a mais complicada fase de negociação entre governo e oposição. No dia 28 de abril de 1989, o ministro Cáceres divulgou então o projeto de reforma constitucional elaborado pelo governo.<sup>486</sup> Contudo, a *Concertación* emitiu uma nota rejeitando a proposta argumentando que o governo não havia incorporado as principais demandas elaboradas pela comissão técnica da *Renovación Nacional-Concertación*. Segundo pronunciamento do coordenador da comissão técnica da *Concertación*, Francisco Cumplido, apesar do governo acolher o fim das inabilidades partidárias, a supressão da faculdade presidencial de dissolver a Câmara dos Deputados, e as incompatibilidades políticas e sociais, o governo manteve entraves ao futuro governo democrático. Para Cumplido, os pontos mais negativos da proposta do governo foram:

---

<sup>483</sup> BRUNNER, José Joaquín. op. cit. p. 18.

<sup>484</sup> Idem. Hernán Büchi, ministro da Fazenda de Pinochet no período 1985-1989, seria o candidato oficialista às eleições presidenciais de dezembro de 1989.

<sup>485</sup> “Dos cambios en Gabinete: Jefe del Estado confirmó a Carlos Cáceres.” *El Mercurio*. Santiago: 29 de abril de 1989.

<sup>486</sup> “Propuso ayer el gobierno: 19 perfeccionamientos a Constitución Política.” *El Mercurio*. Santiago: 29 de abril de 1989.

- Não tocou na questão da organização e da eleição do Parlamento. Mantiveram o número de deputados (120 – 2 por distrito); e de senadores ( 26 senadores + 9 senadores designados). Além disso, manteve-se o *sistema binominal*.<sup>487</sup>
- Apesar de diminuir o quórum para modificar os capítulos constitucionais mais caros à transição (*Bases de la Institucionalida; Fuerzas Armadas; Consejo de Seguridad Nacional; e Tribunal Constitucional*), de dois terços para três quintos, manteve a exigência de dois mandatos legislativos, ou seja, de dois Congressos consecutivos, para tais reformas.<sup>488</sup>
- Omitia as reformas propostas em relação à incorporação da legislação sobre direitos humanos aos fundamentos da Constituição.
- Mantinha-se com a sanção à propagação de doutrinas e à pessoas naturais que intervissem nos atos dispostos do artigo 8º.
- Com a proposta de incorporação do Controlador Geral da República como membro do *Consejo de Estado*, o poder militar empatava com os representantes civis indicados pelos poderes representativos.<sup>489</sup>

A nota oficial da *Concertación* rejeitando o projeto apresentado por Cáceres, datada de 2 de maio de 1989, confirmava sua intenção em continuar dialogando com o governo e demais partidos, especificamente com a *Renovación Nacional*, mas exigia uma real institucionalidade democrática, inviável com a proposta apresentada pelo governo.<sup>490</sup> Em resposta, o governo anunciou o fim do diálogo e o fim do debate sobre as reformas constitucionais, acusando a postura da *Concertación* a sua aliança e comprometimento com partidos e valores da extrema esquerda, típicos do período da *Unidad Popular*.<sup>491</sup> O comunicado oficial emitido pelo Ministério do Interior afirmava que:

"Sin embargo, la coconcertación de partidos de la Oposición - donde la Democracia Cristiana se une con la extrema izquierda - ha emitido una

<sup>487</sup> Analisaremos adiante o *sistema binominal*.

<sup>488</sup> No período do primeiro governo civil poderiam reformar apenas os seguintes capítulos: *Congreso Nacional, Poder Judicial, Gobierno y Administración Interior, Controloría General dela República, e Banco Central*.

<sup>489</sup> Entrevista de Francisco Cumplido. *Revista Hoy*. Nº 616. Santiago: 8 a 14 de maio de 1989. Ver também: GEYWITZ, Carlos Andrade. op. cit. pp. 120-123.

<sup>490</sup> "Concertación niega consenso a las reformas." *El Mercurio*. Santiago: 3 de maio de 1989.

<sup>491</sup> "Anunció el gobierno: Ante negativa opositora, no caben reformas." *El Mercurio*. Santiago: 4 de maio de 1989.

declaración en la cual, junto con rechazar de plano la proposición del Gobierno, cierra toda instancia realista para lograr el requerido consenso ciudadano. Ante esta negativa, y consecuente falta de consenso, no cabe promover reforma alguna.<sup>492</sup>

Os partidos políticos logo reagiram demandando a retomada das negociações e do diálogo entre governo e partidos. Foi justamente esse período em que se obteve o maior acordo da transição democrática chilena que foi buscar uma reforma constitucional mínima, mas que permitisse condições básicas para o futuro regime democrático. Para Edgardo Boeninger, uma das principais lideranças da *Concertación* em construir a estratégia dos “consensos mínimos”, uma reforma modesta não desgastaria o futuro governo democrático. Conforme destaca o autor:

“La Concertación, consciente de lo que estaba ocurriendo, tuvo que adoptar una decisión política de enorme trascendencia: o rechazaba la propuesta gubernativa por insuficiente, manteniendo su negativa a reconocer la legitimidad del orden institucional (con las consecuencias antes señaladas) o se conformaba con una reforma sustancialmente más modesta, para evitar la prolongación del conflicto constitucional al período de gobierno que se iniciaría en marzo de 1990, aceptando las consiguientes limitaciones a la soberanía popular y al poder de la mayoría.”<sup>493</sup>

Após um importante processo de debate entre os dezessete partidos que compunham a *Concertación*, e da aproximação destes com a *Renovación Nacional*, finalmente entre os meses de maio e junho de 1989 partidos políticos e governo construíram um importante consenso nacional, deixando de fora os grupos considerados como extremistas, sendo eles o *Partido Comunista* e a *FPMR*, juntamente com o outro extremo da direita, a *UDI* que rejeitou fervorosamente as reformas constitucionais. A construção desse consenso em relação às reformas constitucionais foi a principal característica da transição à democracia no Chile. Com a aprovação da *Concertación*, com importantes reservas e deixando claro que as reformas não estariam limitadas a

---

<sup>492</sup> “Texto de la nota oficial del gobierno.” *El Mercurio*. Santiago: 4 de maio de 1989.

<sup>493</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 364.



esse período político, no dia 31 de maio de 1989, foi acordado o mais importante pacto político da transição.<sup>494</sup>

Através de um pronunciamento nacional na noite do dia 31 de maio de 1989, o general e presidente Pinochet anunciou a conquista do consenso entre os partidos políticos e governo sobre as reformas constitucionais.<sup>495</sup> Dentre as principais reformas anunciadas, podemos destacar as seguintes:

- O primeiro mandato presidencial seria de quatro anos.
- Reconhecimento dos recursos de amparo e proteção em estados de exceção.
- Fim da pena do exílio.
- Diminuição das funções do *Consejo de Seguridad Nacional*, além de incorporar mais um civil, o Controlador Geral da República.
- Derrogação do artigo 8º.
- Aumento do número de senadores eleitos (de 26 para 38).
- A elevação à categoria de lei orgânica constitucional as normas básicas que regulam a carreira profissional dos oficiais das Forças Armadas e *Carabineros*.

Todos os partidos políticos pronunciaram-se favoráveis às reformas, com exceção das posturas mais radicais dos comunistas e dos membros da UDI. Entretanto, tanto a *Renovación Nacional* como a *Concertación* fizeram ressalvas que o projeto aprovado ainda apresentava elementos aquém do necessário para uma real democratização, como o sistema binominal e a manutenção dos senadores designados e a imobilidade dos comandantes-chefe das Forças Armadas e *Carabineros*.<sup>496</sup> Porém, tratava-se de um esforço coletivo para conquistar o consenso e possibilitar o primeiro governo democrático.

Depois de um intenso trabalho entre a Junta de Governo e o Tribunal Constitucional, o projeto de reformas constitucionais foi aprovada pelo poder

---

<sup>494</sup> Declaração de Patricio Aylwin: "No es un compromiso, es nuestra decisión. El proyecto recoge algunas de nuestras proposiciones, ha rechazado otras, y expresa puntos que en definitiva, en algunos aspectos, nos parecen satisfactorios y por eso damos nuestro asentimiento al respecto, con las reservas que nos merecen y sin perjuicio de considerar que es insuficiente. Dentro de ese ánimo y con el propósito de facilitar, a través de este camino, el que se vaya abriendo la posibilidad de una transición ordenada y consensual hacia un régimen democrático, nosotros no pondremos obstáculos al despacho de esta reforma, en la medida que ella se conforme a los términos que hasta ahora nosotros hemos conocido." *La Época*. Santiago: 1º de junho de 1989.

<sup>495</sup> "Anunció Pdte. Pinochet: Acuerdo entre el gobierno y la oposición." *El Mercurio*. Santiago: 1º de junho de 1989.

<sup>496</sup> GEYWITZ, Carlos Andrade. *op. cit.* p. 168.

Legislativo chileno no dia 14 de julho de 1989 com um total de cinquenta e quatro reformas, todas elas acordadas com as principais lideranças (Pinochet, ministro Cáceres, Aylwin e Jarpa).<sup>497</sup> Com isso, Pinochet anunciou a realização do plebiscito para aprovar tais reformas no dia 30 de julho do mesmo ano.<sup>498</sup>

Com a convocação do plebiscito constitucional, iniciou-se o trabalho de divulgação das reformas e da propaganda das mesmas, com uma importante mobilização de Pinochet e do governo para essa tarefa.<sup>499</sup> Diante a dificuldade para explicar o alcance das reformas à população, a estratégia do governo foi associar as propagandas televisivas com as viagens de onze ministros às distintas regiões do Chile, o que foi denominado *Plan de Difusión de las Reformas*, coordenado pelo Ministério do Interior.<sup>500</sup>

Após vários debates a nível nacional, e com 7.635.000 inscritos, o plebiscito do dia 30 de julho aprovou com 85,70% dos votos a favor das reformas Constitucionais.<sup>501</sup> Como destacado por Francisco Cumplido, importante membro da *Concertación*, a aprovação das reformas significou o “êxito da transição moderada”.<sup>502</sup> Além dessa perspectiva da pactuação e dos consensos envolvidos para a reforma, o que em parte constitui parte da natureza política da transição chilena, o plebiscito de 1989 ratificou a legitimidade da Constituição de 1980. Conforme descrito por Óscar Godoy:

---

<sup>497</sup> No período de transição, os procedimentos para uma reforma constitucional cabiam à Junta de Governo. Conforme o Capítulo XIV da Carta de 1980: “La Constitución sólo podrá ser modificada por la Junta de Gobierno en el ejercicio del Poder Constituyente. Sin embargo, para que las modificaciones tengan eficacia deberán ser aprobadas por plebiscito, el cual deberá ser convocado por el Presidente de la República”. Sendo assim, além do trabalho do poder legislativo, era necessário a convocação de um plebiscito para aprovar tais reformas, o que demandou por parte do Tribunal Constitucional e à Junta de Governo a modificação da Lei Orgânica Constitucional 18.700 (*Votaciones populares y escrutíneos*), alterada com a lei 18.808 publicada no *Diario Oficial* do dia 15 de junho de 1989.

<sup>498</sup> DECRETO SUPREMO N° 939. *Diario Oficial*. Santiago: 16 de junho de 1989.

<sup>499</sup> “En plebiscito: Pinochet llamó a votar por reformas.” *El Mercurio*. Santiago: 12 de julho de 1989.

<sup>500</sup> “Visitarán todo el país: 11 ministros en Plan de Difusión de las Reformas.” *El Mercurio*. Santiago: 14 de julho de 1989. Conforme o plano, cada região seria visitada por um ministro e seus respectivos subsecretários. Dessa maneira, o cronograma ficou disposto assim: I Região: Ministério da Fazenda; II Região: Ministério da Mineração; III Região: Ministério das Relações Exteriores; IV Região: Subsecretaria de Desenvolvimento Social; V Região: Ministério do Interior; VI Região: Ministério da Economia; VII Região: Ministério da Agricultura; VIII e IX Regiões: Ministério de Bens Nacionais; X Região: Ministérios de Obras Públicas e Moradia; XI Região: Ministério da Educação; XII Região: Ministério da Saúde.

<sup>501</sup> Dados completos do plebiscito: A favor das reformas: 6.065.438 votos (85,70%); Contrários às reformas: 581.063 votos (8,21%); Brancos: 114. 332 votos (1,62%); Nulos: 316. 360 votos (4,47%); Total de votantes: 7.077.193 votos (93,66% dos registrados). Fonte: “Ministério de Interior”. *Mensaje Presidencial 11 de setembro de 1988 – 11 de setembro de 1989*. p. 10.

<sup>502</sup> “Constitucionalista Francisco Cumplido: Aprobación significa éxito de transición moderada”. *El Mercurio*. Santiago: 31 de julho de 1989.

“De este modo, con el plebiscito de 1989 quedó sellado el pacto expreso. En la adopción de este pacto hay dos partes, representantes autorizados de las partes contratantes (el gobierno y la oposición) y una serie de actos que formalizaron el pacto. Todos estos actores convergieron hacia un acto soberano último: la decisión plebiscitaria. El efecto inmediato de ese pacto fue la legitimación de la Constitución de 1980. Y, además, el compromiso, mientras no haya quórums modificatorios adecuados, de preservar y mantener operantes las instituciones de esa Constitución.”<sup>503</sup>

O plebiscito de 1989 conferiu legitimidade a uma Constituição que foi desconsiderada pela oposição em seu processo de formulação, não somente pelo fato do contexto autoritário e repressivo, como pelo próprio processo eleitoral fraudulento do plebiscito de 1980. Contudo, o processo de liberalização e abertura política ao longo da década de 1980, com avanços e retrocessos, e o cronograma de transição traçado pela ditadura civil-militar, fez com que a própria Carta de 1980 fosse aceita pela oposição. Porém, as reformas de 1989 se ao menos não derrubaram todo o “entulho autoritário” do regime, possibilitou o desmantelamento do projeto de *democracia protegida*, fundamento original da Constituição, e do projeto político implementado por Pinochet e pela Junta de Governo.

#### **4.3- Campanha e eleições em 1989: a nova composição político-partidária da sociedade chilena.**

Após dezesseis anos sem nenhuma eleição para os cargos representativos, a população chilena voltou às urnas em 1989 para a escolha do primeiro governo democrático pós-Pinochet. Após a euforia do plebiscito que impediu a permanência de Pinochet na presidência, e as reformas constitucionais, o dia 14 de dezembro de 1989 tornou-se uma importante data simbólica que sacramentou o fim da ditadura.

Por parte do governo, desde o resultado do plebiscito de 1988, Pinochet já visava a necessidade de construção da unidade dos partidos políticos de direita que apoiavam seu governo. Esse “imperativo da unidade”, tão utilizado nos seus discursos ao longo de suas viagens no verão de 1989, foi um de seus principais pedidos nas localidades visitadas pelo presidente entre dezembro e março de 1989. Antes mesmo da candidatura

---

<sup>503</sup> ARCAÑA, Óscar Godoy. “La transición chilena a la democracia: pactada” In: *Estudios Públicos* nº 74. Santiago: outono de 1999. pp.79-106. p. 103.

das forças de direita, Pinochet conclamou aos votantes da opção *Sí*, ou seja, os favoráveis a seu governo, que apoiassem o futuro candidato do governo no que ele mesmo definiu como a “*Jornada 1989*”.<sup>504</sup>

Uma das funções indiretamente atribuída ao ministro Cáceres foi a de promover a unidade dos partidos políticos de direita, especialmente após as contendas e divergências após o plebiscito de 1988 e a aproximação da *Renovación Nacional* com a *Concertación* sobre o tema das reformas constitucionais. Assim, Cáceres considerou que:

“... es tarea del gobierno buscar todas las alternativas ‘y en ese sentido voy a hacer mis mejores esfuerzos para buscar la unidad de los partidarios del régimen. Evidentemente que en la unidad de los partidarios del régimen está abierta posibilidad de que la contienda electoral de diciembre tenga la posibilidad cierta de un triunfo.”<sup>505</sup>

Com isso, após o plebiscito das reformas constitucionais de 1989, houve uma aproximação política entre a *Renovación Nacional* e a UDI. Entretanto, essa aproximação desde o início foi complexa porque a UDI, conforme explica Apiolaza, já possuía um candidato extra oficialmente, o então ministro da Fazenda, Hernán Büchi.<sup>506</sup> Entretanto, a *Renovación Nacional* também tinha seus indicados indiretos, sendo a principal figura o líder do partido Sergio Onofre Jarpa.

Entretanto, a *Renovación Nacional*, diante do fenômeno eleitoral da *Concertación*, passou a adotar a estratégia de construir uma maioria no Congresso, aceitou a indicação de Büchi como presidente da coalizão RN-UDI. Apesar da inesperienza política de Büchi, sua candidatura baseou-se no orgulho das modernizações implantadas pela ditadura, e da sua eficiência administrativa.

No curso dos rumores sobre as candidaturas eleitorais, surgiu outro candidato de direita, chamado Francisco Javier Errázuriz Talavera. Sua candidatura despertou a surpresa de todo o espectro partidário pois candidatou-se como independente, sem respaldo de nenhum partido ou coalizão partidária, mecanismo permitido graças às novas regras eleitorais chilenas. Acusado de “populista” por suas propostas evasivas e

---

<sup>504</sup> “Pinochet llama a triunfar en Jornada 89.” *El Mercurio*. Santiago: 15 de fevereiro de 1989.

<sup>505</sup> “Dijo ministro del Interior: no se descarta plebiscito sobre la Constitución.” *El Mercurio*. Santiago: 25 de fevereiro de 1989.

<sup>506</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. op. cit. p. 369.

genéricas, não representou uma grande ameaça aos projetos da direita e da *Concertación*.<sup>507</sup>

Por fim, a agora renomeada *Concertación de Partidos por la Democracia*, passou por um amplo debate sobre a candidatura presidencial. As disputas internas entre a candidatura de Andrés Zaldívar e Patricio Aylwin foram calorosas, ameaçando inclusive a unidade da coalizão. Contudo, decidiram-se pela candidatura do porta-voz da coalizão, Patricio Aylwin.

Além das eleições presidenciais, ocorreriam as eleições parlamentares. O novo arranjo institucional entre a relação de circunscrições eleitorais e proporção de parlamentares exigiu um amplo esforço político das coalizões partidárias. Além do sistema binominal, a existência de senadores designados, demandou o trabalho conjunto dos partidos para assegurar o máximo possível de representatividade nas duas câmaras para bloquear os efeitos desses enclaves.<sup>508</sup>

As eleições de 1989 consagraram a vitória da *Concertación* com 55,2% dos ganhos por Aylwin, 29,4% para Büchi, e 15,4% para Errázuriz.<sup>509</sup> Além disso, a *Concertación* conseguiu a maioria de parlamentares na Câmara com 72 deputados, mas não no Senado, com apenas 22 eleitos. A coalizão RN-UDI elegeu 48 deputados e 16 senadores. Na contabilização final, o número de senadores designados (9) somados aos 16 dos partidos de direita, conferiram maioria das forças pró-regime no senado democrático.<sup>510</sup>

O elemento mais importante do processo eleitoral foi observar que os partidos políticos, apesar dos projetos da ditadura, se mantiveram como os principais mediadores e atores das questões políticas e sociais no Chile. Outro fator a ser considerado, é que os 40% dos votos obtidos por Pinochet no plebiscito de 1988 foram divididos entre os dois candidatos que se identificavam com a direita, confirmando assim a superação do esquema dos “três terços”, e a divisão social em relação ao projeto do governo de Pinochet.

---

<sup>507</sup> “Fra Fra, Fro Fro, Fru Fru”. *Cauce*. Nº 203. Santiago: 24 a 30 de abril de 1989.

<sup>508</sup> Analisaremos os enclaves autoritários adiante.

<sup>509</sup> SERVICIO ELECTORAL DE LA REPUBLICA DE CHILE. Disponível em: [http://historico.servei.cl/SitioHistorico/index1989\\_pres.htm](http://historico.servei.cl/SitioHistorico/index1989_pres.htm)

<sup>510</sup> Do total de 7.557.537 de cidadãos inscritos, compareceram às urnas 7.158.727. O total de votos nulos foi de 103.631. Votos brancos: 75.237.

#### 4.4- Os enclaves autoritários: continuidades e rupturas do projeto ditatorial

Podemos identificar uma dupla dinâmica do processo de reformas ocorridas após o plebiscito de 1988: se por um lado o governo cedeu as pressões políticas pela modificação do texto constitucional, realizando o plebiscito de 1989, por outro ratificou elementos de seu projeto através do que se convencionou denominar “*proceso de amarre*” que consistiu na tramitação e publicação de leis e artifícios jurídicos que tinham por finalidade garantir a continuidade dos elementos institucionais inaugurados pela ditadura, quer seja no início do governo ou no momento da transição democrática, e que não tinham sido afetados por essas reformas.<sup>511</sup> Esses elementos foram denominados legados ou “enclaves autoritários”.

Como destacou Huneeus, o último ano de Pinochet e da Junta de Governo foi caracterizado por um grande fôlego político por parte destes, fato concretizado na aprovação de duzentas e vinte e seis leis promulgadas entre o 5 de outubro de 1988 e o 11 de março de 1990, data esta última da entrega do governo ao presidente eleito Patricio Aylwin.<sup>512</sup> Todo esse trabalho não consistiu apenas uma rotina de governo, mas numa estratégia para tentar assegurar a sobrevivência mínima do projeto autoritário defendido pelas Forças Armadas e pelos civis ligados ao governo.

Esse conjunto de medidas realizadas às vésperas da saída do poder significou que apesar do desmantelamento da “*democracia protegida*”, o governo de Pinochet trabalharia para deixar importantes legados à sociedade chilena. Fazendo valer a expressão de que o “governo das Forças Armadas não seria um mero parênteses na história chilena”, as heranças políticas da ditadura civil-militar foram variadas, e por isso precisamos identificá-las.

Segundo Leonardo Molino, os legados autoritários podem ser classificados como:

“...todos os padrões comportamentais, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidos como vigorosa e visivelmente fortalecidos pelo regime autoritário imediatamente anterior. Os legados autoritários influenciam um grande leque de instituições políticas, econômicas e sociais e são frequentemente mais visíveis no funcionamento e comportamento das forças de segurança.

---

<sup>511</sup> HUNEEUS, Carlos. “La autodisolución de la ‘democracia protegida’ en Chile.” *Revista Ciencia Política*. vol. XIX. Santiago: 1997. pp.61-86. p. 63.

<sup>512</sup> Idem, p.

Também incluem padrões de dominação social, bem como acesso desigual às instituições legais e políticas. Os legados autoritários podem tomar a forma de memórias repressivas latentes, ativadas e manipuladas por atores sociais e políticos em momentos particulares, e podem ser apoiadas por atores, interesses ou identidades específicos.”<sup>513</sup>

Molino nos apresenta as distintas naturezas e modos de ação dos legados autoritários, os quais perpassam desde instituições, padrões de comportamento, releituras do passado, e até mesmo à reconstrução das identidades. Para o autor, existe uma profunda conexão entre esses legados com a política do passado e com a qualidade democrática. Por causa dessa interação, o autor aponta como essencial a identificação dessas heranças porque se tornam “sérios obstáculos às democracias quando há agentes que lhes dão expressão, visibilidade ou poder que não são contestados ou controlados”.<sup>514</sup>

Um dos eixos analíticos dos processos de consolidação democrática pós-regimes autoritários é a qualidade e a estabilidade das democracias recém-instauradas.<sup>515</sup> Tendo em mente que os pactos e as medidas políticas realizados no momento da transição podem gerar heranças que afetarão o futuro governo democrático, os legados do regime autoritário não revelam apenas a maneira como a transição permite a existência dessas heranças autoritárias, mas demonstram também a força do projeto político da ditadura, a maneira como a sociedade se relacionou com esse regime, as distintas percepções e releituras do passado, e os anseios e demandas que a população creditou à democracia.

Outro fator a ser considerado para se pensar a existência dos legados autoritários é a natureza das transições, que na maior parte dos casos, demanda pactos e acordos. Conforme a caracterização de Enrique Kirby, a transição chilena correspondeu a uma mudança de regime pela via da negociação ou da “*transición*”, estratégia resultado da convergência entre fatores como: a capacidade da classe política em canalizar a transição num cenário de negociações e compromissos; a autorrestrrição da oposição frente às regras impostas pelo regime; o decréscimo da mobilização e o isolamento dos

---

<sup>513</sup> MORLINO, Leonardo. “Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul.” In: PINTO, António Costa; e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.) *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 261-294. p.262.

<sup>514</sup> Idem. p. 276.

<sup>515</sup> MONCLAIRE, Stéphane. op. cit. 2001. p. 64.

setores subversivos; e por fim, o respaldo social capitado pelo governo autoritário.<sup>516</sup> Dessa maneira, o nível de interação entre ambos fatores no auxiliaria a precisar como é possível que o projeto autoritário e suas heranças se prolonguem para além de seu término.

Enquanto Enrique Kirby lança luz à importância dos atores políticos e sua disposição à negociação, Renán Quinalha nos chama a atenção para as forças associadas ao regime autoritário em superação.<sup>517</sup> Para Quinalha, a presença e o peso dessas últimas são fundamentais para “explicar a forma como se desdobra um processo de mudança política e as características peculiares de um regime pós-transição”, especialmente quando se analisa o legado autoritário.<sup>518</sup>

O respaldo obtido por Pinochet no plebiscito de 1988, e a configuração de forças políticas e partidárias que, no momento da transição, se identificavam com o projeto ditatorial e seus legados políticos e institucionais, somados à vitória eleitoral desses partidos nas eleições legislativas de 1989, permitem a compreensão da permanência de estruturas, valores, e instituições do período autoritário. Em convergência com Quinalha, Kirby estabelece uma importante relação entre o grau de controle do governo autoritário sobre a transição e o respaldo político e social que o mesmo obtém, confirmando a perspectiva de que as ditaduras e seus respectivos governos possuem amplas conexões com parcelas significativas da sociedade civil. Conforme apontado pelo autor:

“La lógica por la cual es posible atribuir a este factor un carácter funcional a la transición negociada, consiste en afirmar que un régimen autoritario débil y sin una base de sustentación social significativa, tendrá escasas posibilidades de controlar la transición, y de negociar en forma adecuada la regulación sucesoria. El alto afianzamiento de la situación autoritaria, a pesar de la emergencia de ciertas crisis de inestabilidad y el considerable apoyo a la gestión del gobierno, son características que acompañaron a los tres países en estudio (Brasil, Chile e Espanha).”<sup>519</sup>

Além do apoio social que vários grupos e classes sociais conferiam à ditadura, outro importante aspecto a ser considerado é o alto grau de institucionalização política

---

<sup>516</sup> KIRBY, Enrique Cañas. “Transición chilena em los años ochenta: claves de una transición exitosa en perspectiva comparada.” *Revista Ciencia Política*. Vol 16, Nº 1 e 2. 1994. pp. 41-65. p. 51.

<sup>517</sup> QUINALHA, Hernán. op. cit. p. 71.

<sup>518</sup> Idem.

<sup>519</sup> KIRBY, Enrique Cañas. op. cit. p. 52.



do governo de Pinochet, sendo assim, uma ditadura constitucionalista e apegada à legalidade, fator decisivo para a própria aceitação da oposição em acabar com o regime através dessa mesma institucionalidade. Esse aspecto é de fundamental relevância para auxiliar-nos na compreensão dos legados políticos ditatoriais.

Os legados da ditadura civil-militar chilena foram denominados como *enclaves autoritários* pelo sociólogo Manuel Garretón.<sup>520</sup> Segundo esse autor, a permanência desses enclaves criara uma transição incompleta, o que conseqüentemente, criou a perspectiva na qual o primeiro governo democrático, entre 1990 e 1994, seria o governo legítimo da transição. Dessa forma, Garretón classificou os três principais enclaves da transição chilena: o primeiro seria o *institucional*, relativo aos aspectos legais da Constituição que não foram reformados em 1989; o segundo consiste nos *atores* inseridos no campo de forças políticas da ditadura, especificamente as Forças Armadas, os partidos de direita, e os empresários; e o terceiro enclave corresponderia ao tema dos direitos humanos, denominado de *ético-simbólico*.<sup>521</sup> Para Garretón, a superação desses enclaves é a condição fundamental para o processo de consolidação democrática, o que demanda dos atores políticos a construção de estratégias, sejam elas legais ou por pressão política.

Garretón chega a sinalizar sobre a existência de uma quarta modalidade de enclave autoritário, denominado como *sociopolítico*. Esse enclave consistiria nos traços sociais incutidos ao longo dos dezessete anos de autoritarismo, que não só afetou os distintos níveis da interação social como também desarticulou o “modo tradicional de construção dos sujeitos e dos atores sociais”.<sup>522</sup> Nesse enclave, a construção das identidades também estaria permeada pelo estabelecimento das novas relações estabelecidas entre Estado e sociedade através do ideário neoliberal, sendo este último um dos legados mais marcantes da ditadura.

A continuidade do projeto neoliberal, atrelado ao modelo de transição democrático chileno, é uma das maiores críticas do processo de transição. Contudo, ao contrário do que ocorreu com todos os processos de transição democrática na América do Sul, e até mesmo com países como Portugal e Espanha nos anos 1970, o processo político chileno a partir de 1985 foi paralelo a uma recuperação econômica, que permitiu uma estabilidade econômica até a década de 1990. Por isso, alterar um modelo que,

---

<sup>520</sup> GARRETÓN, Manuel Antonio. “A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução.” In: *Lua Nova: revista de Cultura e Política*. Nº 27. São Paulo: dezembro de 1992. pp.59-92.

<sup>521</sup> Idem. p. 61.

<sup>522</sup> Idem. p. 75.

mesmo com as todas as mazelas sociais, apresentou índices macroeconômicos positivos, e que sua legitimidade também se baseava no discurso do caos econômico do governo da *Unidad Popular*, foi o principal obstáculo para a *Concertación*.

Um dos maiores críticos a esse projeto de transição é o sociólogo Tomás Moulián. Partindo de uma perspectiva estruturalista, Moulián, apesar de identificar diferenças básicas, defende a continuidade entre a ditadura e o governo da *Concertación*, sendo esta última responsável pela reprodução da “infraestrutura” e da “superestrutura” autoritárias do governo de Pinochet. Por isso afirma que a transição não gerou uma transformação, mas o que ele denominou de *transformismo*. Nas palavras do autor:

“Llamo ‘transformismo’ al largo proceso de preparación durante la dictadura, de una salida de la dictadura, destinada a permitir la continuidad de sus estructuras básicas bajo otros ropajes políticos, las vestimentas democráticas. El objetivo es el ‘gatopardismo’, cambiar para permanecer. Llamo ‘transformismo’ a las operaciones que en Chile actual se realizan para asegurar la reproducción de la ‘infraestructura’ creada durante la dictadura, depojada de las molestas formas, de las brutales y de las desnudas ‘superestructuras’ de entonces (...) Desde el punto de vista histórico el ‘transformismo’ es, entonces, el largo proceso que comienza en 1977, y se fortalece en 1980 con la aprobación plebiscitaria de la Constitución, y culmina entre 1987 y 1988 con la absorción de la oposición en el juego de alternativas definidas por el propio régimen y legalizadas en la Constitución del ‘80’.”<sup>523</sup>

Concordamos com Justo Mendoza ao defender que a perspectiva do *transformismo* de Moulián demanda uma transformação revolucionária da transição democrática a partir do seu aspecto econômico, e não reconhece a especificidade do campo político.<sup>524</sup> Moulián não considera as pressões políticas que impulsionaram a desestruturação do projeto de “*democracia protegida*”, ainda que de maneira parcial, e os requisitos mínimos conquistados para possibilitar o retorno da democracia pluralista e representativa no período de 1988 e 1989. Ou seja, a existência dos enclaves autoritários não pode funcionar como uma ausência real de mudanças.

---

<sup>523</sup> MOULIAN, Tomás. *Chile Actual: anatomía de un mito*. Santiago: 1997. pp. 145-146.

<sup>524</sup> MENDOZA, Justo Tovar. op. cit. p. 41.

Entretanto é preciso identificar essas heranças autoritárias. Dessa maneira, estabelecemos uma reclassificação dos principais enclaves autoritários da transição chilena dividindo-os em cinco categorias: *enclaves do sistema político*; *enclaves das relações cívico-militares*; *enclaves aos direitos humanos*; *enclaves econômicos*; e *enclaves administrativos*.

#### **4.4.1) Enclaves do sistema político**

Existe um consenso na bibliografia, especialmente entre Manuel Garretón, Sofía Correa, Peter M. Siavelis, Carlos Huneeus, e Edgardo Boeninger<sup>525</sup> sobre os principais enclaves consolidados no sistema político chileno: o primeiro é o sistema eleitoral binominal, e o segundo é a existência de senadores designados pelo governo de Pinochet e da Junta Militar e que constituiriam o senado nos primeiros mandatos legislativos em democracia. Ambos foram constituídos tendo por base a concepção de “*democracia protegida*”, além de tornarem-se garantias do processo de contenção das possíveis propostas “*rupturistas*” no interior do futuro Congresso Nacional que ameaçassem os fundamentos políticos gestados e consolidados na ditadura.

A derrogação do sistema binominal foi uma das primeiras demandas da oposição política para que fosse considerada nas reformas constitucionais de julho de 1989. Esse sistema, que atualmente é a base do sistema eleitoral chileno, foi incorporado à lei orgânica de votação e contagem de votos em maio de 1989.<sup>526</sup> O mesmo não corresponde à representação proporcional e majoritária em relação à circunscrições eleitorais (total de 19), e atuam diretamente sobre a composição do Senado. Nesse sistema, em cada distrito são eleitos dois senadores, mas os eleitores só poderiam votar em um dos candidatos. Conforme o processo de formação de coalizões políticas, uma das características da transição chilena, cada coalizão apresentaria listas fechadas de dois candidatos. Se um dos candidatos conseguir a maioria dos votos do distrito no qual lança candidatura, o segundo candidato da lista só torna-se vitorioso se o seu número de votos, somado ao número de votos do candidato de sua lista, equivaler pelo menos ao dobro do número total de votos obtidos pelos candidatos da segunda lista (de outra

---

<sup>525</sup> Dentre os autores acima, os únicos não citados foram: CORREA, Sofía. *Historia del siglo XX chileno*. Santiago: Editorial Sudamericana, Biblioteca Todo es Historia, 2001.; SIAVELIS, Peter M. “Enclaves de la transición y democracia chilena.” In: *Revista de Ciencia Política* vol. 29 nº1. Santiago: 2009. pp. 3-21.

<sup>526</sup> LEI Nº 18.799. *Diario Oficial*. Santiago: 26 de maio de 1989.

coalizão). Para exemplificar esse sistema, Múñoz apresenta o caso mais debatido das eleições de dezembro de 1989, com a eleição de Jaime Guzmán.

A lista de senadores da *Concertación* para a VII circunscrição eleitoral (Santiago Poniente)<sup>527</sup>, foi composta por Andrés Zaldívar e Ricardo Lagos. Zaldívar recebeu 8.500 votos mais que Lagos. Este, por sua vez, recebeu 175.323 votos mais que o candidato que ficou em terceiro lugar, o candidato de direita, Jaime Guzmán. Porém, como Lagos e Zaldívar não obtiveram o dobro do número de votos da lista de Jaime Guzmán e seu outro companheiro, o sistema binominal favoreceu que Jaime Guzmán se tornasse o segundo senador da VII circunscrição ao lado de Andrés Zaldívar.<sup>528</sup>

Como pudemos observar, o sistema binominal não só relativiza, mas dificulta a construção das maiorias, e praticamente impede a ascensão das minorias que não conseguem ingressar no sistema de pactos e coalizões políticas, como foi o caso do *Partido Comunista* em 1989. Além disso, logo na primeira eleição legislativa após dezessete anos de ditadura, o sistema binominal favoreceu a ascensão de um dos principais nomes civis associado ao projeto ditatorial, Jaime Guzmán, ratificando as tensões da oposição.

Muitos autores que seguem a linha de Luis Maira sustentam a tese que esse sistema visou garantir a representação dos partidos de direita no Senado nacional, pois basta que os principais partidos, *Renovación Nacional* e *Unión Democrática Independiente*, atuem de maneira conjunta formando coalizões para as eleições legislativas, e obtenham 30% dos votos de cada circunscrição, para que um de seus candidatos assuma uma cadeira no legislativo.<sup>529</sup> Maira comprova essa tese demonstrando a redução do número de senadores da *Concertación* ao longo das eleições legislativas na década de 1990, e um empate gradual entre essa coalizão com os partidos de direita.<sup>530</sup>

O outro mecanismo político tratado como um enclave foi a existência dos senadores designados. Conforme está disposto no artigo 45 do Capítulo V da Constituição de 1980, o Senado, além de ser composto pelos senadores eleitos, também o integraria: os ex-presidentes da República; dois ex-ministros da Corte Suprema; Um ex Controlador geral da República; um ex-comandante-chefe de cada ramo das Forças

---

<sup>527</sup> A circunscrição VII de Santiago Poniente corresponde dos distritos 16 ao 31.

<sup>528</sup> MÚÑOZ, Heraldo. op. cit. p. 255.

<sup>529</sup> MIRA, Luis. Op. cit. p. 95.

<sup>530</sup> Idem. Conforme destaca Maira, enquanto nas eleições de 1989 a *Concertación* conquistou 22 cadeiras no senado,

Armadas escolhidos pelo *Consejo de Seguridad Nacional* (Exército, Força Aérea, Marinha e *Carabineros*); um ex reitor de uma universidade estatal reconhecida; e por fim, um ex ministro de Estado;

A existência desses senadores designados, ou como posteriormente convencionou-se denominar “senadores institucionais”, também conferia ao Presidente da República um importante poder de influência no Senado pois cabia ao mesmo indicar um ex ministro e um ex reitor, além de como membro do *Consejo de Seguridad Nacional*- CSN, participar da indicação dos ex-comandantes-chefe das Forças Armadas. Dessa forma, a existência desses senadores confirmava uma das propostas do projeto de democracia protegida que criava um superpresidencialismo, no qual o chefe do Executivo seria o grande árbitro político diante tamanho poder de barganha visto sua influência nos demais poderes.

As reformas constitucionais de julho de 1989 visaram relativizar o peso da existência desses senadores, aumentando o número de 26 para 38. Além disso, foi estabelecido que houvesse apenas uma indicação desses senadores, cujo mandato se manteria no período democrático contanto que esse corpo de senadores não fosse renovado. Todavia, esses senadores compuseram um bloco político que demandaria um árduo trabalho da *Concertación* em obter a maioria da casa para aprovar seus projetos mesmo com a eleição de 22 senadores da coalizão em 1989.

Devemos considerar, por conseguinte, a identificação destes senadores com os partidos de direita e com o regime precedente da ditadura, além do caso mais emblemático desse mecanismo ser a participação de Pinochet como senador a partir de 1998, fato que demonstrou não só a fragilidade do sistema político chileno como também a permanência do general no poder, fator de forte instabilidade nas relações cívico-militares do período da transição democrática.

#### **4.4.2) Enclaves das relações cívico-militares**

Uma das questões centrais das análises dos processos de transição à democracia é o grau de subordinação das Forças Armadas ao recém-empossado poder civil, fator este que não corresponde somente ao grau de profissionalização das instituições militares, mas também ao modo como ocorrem as transferências do poder político. A partir desse requisito, a transição chilena tornou-se singular em comparação com os

países da América do Sul devido à permanência do general Pinochet nas esferas políticas e de mando das Forças Armadas.

Como uma das principais instituições do projeto de “*democracia protegida*”, o CSN, foi constituído como um órgão que não só resguardaria a segurança interna e externa, mas ampliaria, no seu projeto original, a tutela das Forças Armadas sobre os governos democráticos. Conforme a autora Belén Durruti, os debates no interior da *Comición Ortúzar*, influenciados pelo jurista Jaime Guzmán, atribuíram ao CSN a função de salvaguarda da segurança nacional, que extrapolavam a perspectiva de segurança e conservação da paz, atribuindo um papel político às Forças Armadas.<sup>531</sup>

Sendo assim, a composição do CSN e suas funções tornaram-se um dos temas centrais da reforma constitucional proposta pela *Concertación* após o plebiscito de 1988. Com isso, o plebiscito de 1989 garantiu um recuo do CSN como um poder militar acima do poder civil, seja pelas modificações tanto da sua composição que igualou o número de civis e militares (com a indicação do procurador geral da república), quanto de suas funções.<sup>532</sup> Ainda assim, o empate do corpo constitutivo (civis-militares) foi considerado pela oposição como um enclave, especialmente quando conjugado pelos poderes dos senadores designados e com o sistema binominal, pelos quais poderiam ocasionar a ascensão de senadores e deputados dos partidos de direita ao CSN, gerando um bloco de forças pró-militares.

Além da complicada teia jurídica propiciada pelo respaldo de uma lei de anistia datada de 1978 e de uma Corte Suprema reformada aos moldes do governo de Pinochet, as “prerrogativas militares” foram ampliadas com a permanência de Pinochet como comandante-chefe das Forças Armadas por um período de oito anos contados a partir da posse de Aylwin, em 1990.<sup>533</sup> Conforme a Constituição de 1980, Pinochet manter-se-ia no cargo máximo de responsabilidade pelas Forças Armadas, atuando como interlocutor direto entre o poder civil e militar. A presença do ditador nas esferas do poder em pleno período democrático representou o maior imbróglia da transição chilena, tornando-se

---

<sup>531</sup> DURRUTI, Belén Moncada. “Jaime Guzmán. Una democracia contrarrevolucionaria.” Santiago: RIL editores, 2006. p. 210.

<sup>532</sup> O trecho do texto que atribuía as funções do *Consejo de Seguridad Nacional* foi modificado de “representar su opinión a cualquier autoridad establecida en la Constitución” por somente “hacer presente” a opinião diante das autoridades. Dessa forma, o CSN não se configuraria como um poder equiparável ao Congresso ou ao Presidente da República.

<sup>533</sup> Utilizamos a definição de “prerrogativas militares” de Alfred Stephan no intuito de analisar o poder de controle dos militares sobre o tema do resguardo das Forças Armadas diante os crimes e violações aos direitos humanos cometidos ao longo da ditadura. STEPAN, Alfred. “As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In STEPAN, Alfred. *et. ali. Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ainda mais problemático com a posse de Pinochet como senador vitalício em 1998. Conforme destaca Maira, a presença de Pinochet constituiu duas entidades de poder com o mesmo peso, militar e civil, dificultando, através de ameaças e constantes posturas de não colaboração com o governo civil, os primeiros governos democráticos.<sup>534</sup>

Juntamente à Pinochet, a lei orgânica constitucional das Forças Armadas tentou ampliar ainda mais a autonomia dessas forças em relação aos civis instituindo a imobilidade dos comandantes-chefe de cada ramo militar, sendo essa faculdade própria das instituições castrenses, e não do Presidente da República. Somado a essa restrição, a ascensão e retirada dos militares pelo Presidente só ocorreria com o consentimento do chefe militar de cada instituição.<sup>535</sup> Tal lei limitou por completo a ação da Presidência, especificamente no que tange aos casos de motim e revolta militar.

Ao longo dos anos de 1988 e 1989, Pinochet realizou uma reorganização dos quadros do Exército, colocando muitos generais na reserva. Além disso, diante a recusa do almirante Merino em manter-se no comando da Armada pelo período de oito anos, Pinochet propôs o nome de Jorge Martínez Busch, que assumiu o comando da instituição na década de 1990.

Para finalizar o processo de blindagem das Forças Armadas, a Junta de Governo e Pinochet, cientes das modificações constitucionais do Artigo 5º da Constituição, as quais incorporaram no texto constitucional os tratados internacionais relativos aos direitos humanos, através da lei orgânica constitucional do Congresso Nacional impediu que essa instituição investigasse e apurasse possíveis delitos ocorridos pelo governo ao longo dos dezessete anos de regime.<sup>536</sup> Isso ocorreu porque o texto dessa lei permitia a investigação pelo Congresso apenas por delitos cometidos a partir de 11 de março de 1990, deixando de lado toda e qualquer investigação das irregularidades cometidas pelo governo de Pinochet.

---

<sup>534</sup> MAIRA. Luis. op. cit. p. 104.

<sup>535</sup> LEI Nº 18.948. *Diario Oficial*: Santiago: 27 de fevereiro de 1990.

<sup>536</sup> LEI Nº 18.918. *Diario Oficial*. Santiago: 5 de fevereiro de 1990.

#### 4.4.3) Enclaves dos direitos humanos

A ditadura civil-militar chilena, desde o golpe de 1973, chamou a atenção de todos os organismos de direitos humanos internacionais. A sistemática repressão e violação a esses direitos tornou-se uma marca característica do governo de Pinochet e da Junta de Governo. Segundo os dados da Comissão de Direitos Humanos do Chile em 1983, ou seja, dez anos após o golpe, o número de exilados aproximava-se entre 200.000 pessoas.<sup>537</sup> Entre 1973 e 1990 foram detidas e torturadas 27.255 pessoas.<sup>538</sup> Com esse breve resumo dos números de casos de violações aos direitos humanos, o esforço do governo para garantir a não revisão desses crimes foi significativo, utilizando-se de estratégias que foram desde a autoanistia até mesmo a recomposição da Corte Suprema às vésperas do fim do governo.

Apesar da pressão dos organismos de direitos humanos na década de 1980, e da contínua repressão e do constante funcionamento dos aparelhos de repressão até 1990, o processo de transição democrática chileno ainda manteve a lei de anistia de 1978.<sup>539</sup> Essa lei cobria apenas os crimes cometidos no período compreendido entre 11 de setembro de 1973 e 10 de março de 1978, período de maior duração do Estado de Sítio na ditadura. Como pudemos observar no primeiro capítulo, o contexto de publicação dessa lei foi marcado pela forte pressão internacional sobre o Chile, assim como pelo início da fase de institucionalização política que precedeu os trabalhos finais da Constituição de 1980.<sup>540</sup>

O texto do decreto lei da anistia chilena foi denunciado não só devido ao período em que abrangeu, mas também pela dubiedade e abrangência de seu texto. Conforme apontado por Jorge Pizarro, além de abrir brechas de exceção, devido a exclusão do assassinato de general Orlando Letelier<sup>541</sup> tratou-se de uma lei de autoanistia porque apenas foi aplicada às pessoas que na data de publicação da dita lei não encontravam-se processadas ou condenadas, anistiando especificamente os agentes do Estado.<sup>542</sup>

---

<sup>537</sup> <http://www.memoriaviva.com/exilio/exilio.htm>

<sup>538</sup> Dados da *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura* organizada no governo do socialista Ricardo Lagos em 2003. p. 81. Disponível em: [Http://www.memoriaviva.com/Tortura/Informe\\_Valech.pdf](Http://www.memoriaviva.com/Tortura/Informe_Valech.pdf).

<sup>539</sup> DECRETO LEY 2191. *Diario Oficial*. Santiago: 19 de abril de 1978.

<sup>540</sup> Ver capítulo 1.

<sup>541</sup> (o que pelo princípio da igualdade jurídica estabelecido pela Constituição de 1925, feria o princípio de isonomia, e conseqüentemente, apresentava-se como inconstitucional)

<sup>542</sup> PIZARRO, Jorge Precht. "Vigencia de la Ley de Amnistía." *Estudios Constitucionales* ano 1 n° 1. Talca: 2003. pp. 255-262. p. 256.



A sistemática violação aos direitos humanos na década de 1980, ou seja, após o período de cobertura da lei de anistia, foi a razão pela qual partidos de oposição e movimentos de direitos humanos demandaram a revisão e até mesmo a proposição de uma nova lei de anistia. Os próprios acordos políticos entre os distintos partidos ao longo desse período sempre trataram a importância de rever esse tema para conquistar a reconciliação. Contudo, o governo logo rechaçou essa perspectiva, especialmente através do ministro da Justiça Hugo Rosende, máximo defensor da aplicabilidade da lei de anistia, e com o apoio da Corte Suprema. Diante dos rumores de um possível plebiscito para revisar a lei de 1978, Rosende foi enfático quanto a essa possibilidade por ser uma medida inconstitucional.<sup>543</sup>

Pinochet, apesar de ser apresentado numa entrevista concedida ao jornal *El Mercurio* como propenso a rever a lei de anistia em 1989, ratificou suas ameaças para qualquer grupo ou partido que mantivesse a demanda de revisão da lei. Utilizando-se da máxima de que é preciso buscar a unidade e o apaziguamento, afirmou que:

“Si queremos terminar todas estas rencillas, con todas estas cosas, tengo que terminar definitivamente. Si queremos que la cosa se vuelva a encrespar... porque usted comprenderá que si me mete preso a un ciudadano se va a acabar la pelea del Estado de Derecho (...) Yo creo que tiene que quedar todo solucionado y atado ahora, por mucho que algunos hablen mucho. Hay algunos que hablan mucho y no se dan cuenta que están hablando de ciertas cosas que son peligrosas.”<sup>544</sup>

Um elemento importante sobre os direitos humanos na transição democrática chilena é a estratégia da *Concertación*. Tema principal da campanha do *No*, e foco das prioridades do plano de governo de Patricio Aylwin para o período 1990-1994, as violações aos direitos humanos foram vistas pela coalizão de centro-esquerda como um tema a ser resolvido no período democrático.<sup>545</sup> Entretanto, essa demanda da *Concertación* esbarrava na intenção da Corte Suprema em relação ao período da

---

<sup>543</sup> “Ministro Rosende: Plebiscito para revisar ley de amnistía es inconstitucional.” *El Mercurio*. Santiago: 23 de maio de 1989.

<sup>544</sup> “Para terminar rencillas: Pinochet aboga por una nueva ley de amnistía.” *El Mercurio*. Santiago: 10 de junho de 1989.

<sup>545</sup> Segundo Boeninger, a revogação da lei de anistia foi uma das demandas de campanha da *Concertación*. BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 400.

ditadura civil-militar, sendo essa instituição “reformada” por Pinochet às vésperas do fim do governo.

O governo de Pinochet possuía um amplo respaldo da Corte Suprema, desde o golpe de estado em 1973 até o último dia.<sup>546</sup> Segundo a Constituição, os membros da Corte chilena não poderiam ultrapassar a idade de 75 anos, com exceção do primeiro corpo de ministros atuantes durante a vigência da Constituição de 1980.<sup>547</sup> Para Luis Maira, esse fator deixou o governo desconfortável, pois a maioria dos magistrados no período da transição aproximava-se dos 80 anos, e esse fator facilitaria com que a *Concertación* aposentasse os mesmos e nomeassem novos ministros comprometidos com a questão dos direitos humanos.<sup>548</sup> Assim, surgiu a “*Ley Hugo Rosende*”.<sup>549</sup>

A “lei Rosende”, que mais se assemelhava a um estímulo econômico, oferecia uma jubilação antecipada para os ministros da Corte Suprema que se retirassem espontaneamente do trabalho judiciário por um soldo mensal equivalente a vinte e oito salários do judiciário no período.<sup>550</sup> Essa lei não se aplicava apenas aos magistrados, mas aos fiscais do Tribunal. Sendo assim, um terço dos altos funcionários da Corte Suprema aceitou a jubilação, acompanhados de seis dos dezesseis ministros.<sup>551</sup> Com isso, foram nomeados ministros jovens que ao longo de suas carreiras foram comprometidos com os valores e o projeto do governo autoritário, em especial, com a intocabilidade da lei de anistia. Assim, no dia 11 de março de 1990, na posse do presidente Patricio Aylwin, dos dezesseis ministros da Corte Suprema, quatorze foram nomeados no período da ditadura.<sup>552</sup>

Um Judiciário comprometido com os ideais e legados da ditadura civil-militar não foi o único problema do governo da *Concertación* em relação ao tema dos direitos humanos. Podemos destacar também a desarticulação do principal órgão de repressão, a CNI, e a transferência de seus arquivos, pessoal, patrimônio e verbas para a *Dirección*

---

<sup>546</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 609.

<sup>547</sup> MAIRA, Luis. “El amarre institucional del general Pinochet y las restricciones de la transición chilena.” In: DEL CAMPO, Julio Labastida Martín; CAMOU, Antonio. (Org.). *Globalización, identidad y democracia: México y América Latina*. Ciudad de México: Editorial Siglo XXI, 2001. pp. 82-110. p. 97.

<sup>548</sup> Idem.

<sup>549</sup> LEI Nº 18.805. *Diario Oficial*. Santiago: 17 de junho de 1989. Essa lei foi analisado com máxima urgência na Junta de Governo.

<sup>550</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 609.

<sup>551</sup> Os ministros que aceitaram os salários foram: José María Eyzaguirre; Octavio Ramírez; Víctor Rivas, Osvaldo Ebbetta; Abraham Meersohn; Estanislao Zúñiga; Carlos Letelier.

<sup>552</sup> Os novos ministros nomeados foram: Roberto Dávila Díaz; Lionel Beraud Poblete; Arnaldo Toro Leiva; Germán Valenzuela Erazo; Hernán Álvarez; e Sergio Mery Bravo.

*de Inteligencia del Ejercito –DINE.*<sup>553</sup> Para Maira, a dissolução antecipada da CNI, que realizou operações repressivas até 1990, impediu a averiguação dos crimes cometidos por esse órgão pelos civis, impedindo o acesso à documentação da repressão, caracterizando-se, portanto, como uma das principais medidas do “*proceso de amarre*”.<sup>554</sup>

#### **4.4.4) Enclaves administrativos**

Dentre as políticas de modernização desenvolvidas pela ditadura chilena, o foco foi as *municipalidades*, através das quais os *alcaldes* exerceriam um importante papel político, antes e depois da transição democrática. Dentro dessa lógica, além de uma intensa modificação e nomeação de novos prefeitos entre o período 1987-1990<sup>555</sup>, no último ano de governo foram instituídos os *Consejos de Desarrollo Comunal – CODECO*, que funcionariam como órgãos intermediários entre a população dos municípios e os *alcades*.<sup>556</sup> Dentro da perspectiva do projeto de “*democracia protegida*”, os CODECOS atuavam perfeitamente para retirar a influência partidária sobre o estabelecimento das prioridades das políticas públicas de cada município, além de envolver a cidadania com as questões locais e reservar as questões nacionais para o Presidente e o Congresso. Esses conselhos, composto por pessoas independentes e de associações comunais, seriam a intermediação entre as demandas sociais e os *alcaldes*.

Como o ano de 1989 foi classificado pelo governo como o “ano social”, a implementação dos CODECOS se tornou prioritária para o Ministério do Interior, até porque, em pleno período de transição democrática, esses conselhos representariam a verdadeira democracia deixada pelo governo de Pinochet e das Forças Armadas. Conforme exprimiu Carlos Cáceres:

“... ‘hechos recientes nos demuestran eu son un ente de equilibrio y de descentralización del poder político tanto en lo funcional como territorial’,

---

<sup>553</sup> LEI Nº 18.943. *Diario Oficial*. Santiago: 22 de fevereiro de 1990.

<sup>554</sup> MAIRA, Luis. op. cit. p. 108.

<sup>555</sup> ARCHIVO NACIONAL DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. “Providências 1987-1989- v. 26761.” ARCHIVOS DEL MINISTERIO DE INTERIOR. Apenas no mês de dezembro de 1989 foram nomeados 14 novos *alcades*.

<sup>556</sup> Estabelecido na Constituição de 1980 no capítulo XIII. Os CODECOS complementariam, a nível municipal, um amplo esquema administrativo ligado aos COREDES (*Consejos Regionales de Desarrollo*), esse atuante a nível regional.

agregando que los Codecos evitarán también ‘los excesos de intervencionismo político partidista que ahogan las energías y fuerzas de crecimiento que surgen junto a las autonomías regionales.’<sup>557</sup>

Dessa forma, o governo propunha a despartidarização a nível local, associando esses conselhos à prática de nomeação dos *alcades* pelo poder central na figura do Presidente. Com isso, os *alcades* nomeados no governo de Pinochet só foram retirados do poder em 1992, conforme a legislação eleitoral estabelecida no período da transição, dando continuidade ao projeto e às propostas dos CODECOS.

Além da estrutura municipal ser considerada um enclave de cunho administrativo, outro fator caracterizado como um enclave foi a promulgação do Estatuto Administrativo que estabeleceu o congelamento das plantas de funcionários de vários órgãos administrativos do Estado, ou seja, a imobilidade dos funcionários públicos.<sup>558</sup> O primeiro governo civil iria trabalhar com a maior parte do corpo de funcionários da ditadura militar, em sua maioria, ingressante no serviço público a partir do golpe de 1973.<sup>559</sup>

Para finalizar, uma das últimas ações do governo foi a promulgação da *Ley de Presupuesto de 1990*, promulgada a quatro dias da posse de Aylwin, e que delimitou o orçamento do primeiro governo democrático.<sup>560</sup> Conforme destaca Huneus, essa lei além de superestimar o preço do cobre superior ao indicado pelo mercado e assumir uma taxa de inflação mais baixa que o ritmo da economia, o governo de Pinochet utilizou boa parte dos recursos destinados ao ano de 1990, comprometendo as finanças do futuro governo de Aylwin, dificultando ainda mais a administração do primeiro governo civil.<sup>561</sup>

---

<sup>557</sup> “Expresó el Ministro del Interior: Los Codecos impedirán politización indiscriminada.” *El Mercurio*. Santiago: 8 de março de 1989.

<sup>558</sup> LEI N° 18.834. *Diario Oficial*. Santiago: 23 de setembro de 1989.

<sup>559</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. 2000. p. 615.

<sup>560</sup> LEI N° 18.961. *Diario Oficial*. Santiago: 7 de março de 1990.

<sup>561</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. 2000. p. 615.

#### 4.4.5) Enclaves econômicos

Para o projeto de *democracia protegida* da ditadura, a diminuição do papel do Estado no setor econômico, e a defesa da propriedade privada e da liberdade econômica, foram valores fundamentais defendidos até o final por Pinochet e pela Junta de Governo. Por isso, o período 1988-1989 foi caracterizado pela consolidação das modernizações implementadas pelo projeto neoliberal, em especial após as reformas estabelecidas por Hernán Büchi em 1985. Dessa forma, os principais enclaves econômicos que tangem esses preceitos fora as privatizações e a lei orgânica do Banco Central.

Das distintas leis econômicas desse período, podemos observar a constituição de empresas públicas como sociedades anônimas (como foi o caso do Metrô de Santiago, e das empresas EMPREMAR, EMOS e ESVAL), além de leis que criaram superintendências para a regulação das atividades privadas ou por privatizar-se (como o caso dos *Servicios Sanitarios* e das *Isapres*).<sup>562</sup> Somadas a esse conjunto de leis, destacamos também a lei dos bancos<sup>563</sup>, a lei geral de pesca e agricultura<sup>564</sup>, e as leis que modificaram as tarifas aduaneiras<sup>565</sup>.

Contudo, a lei de maior importância econômica do período foi a lei orgânica constitucional do Banco Central.<sup>566</sup> A Constituição de 1980 assegurava uma atuação autônoma para essa instituição financeira, sendo tal pressuposto baseado da independência do referido banco em relação ao governo. Essa concepção visava isentar as políticas financeiras do Banco Central das disputas políticos-eleitorais, com o argumento da fragilidade econômica chilena do período pré-1973. Assim, conforme a lei orgânica, estava disposto que a direção do Banco Central seria composta por um conselho de cinco membros, nomeados pelo Senado. Contudo, conforme analisa Huneeus, para não deixar essa nomeação como um encargo do primeiro senado eleito, Pinochet e o ministro Cáceres estabeleceram acordos com a oposição ainda no ano de

---

<sup>562</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. 1997. p. 83. As respectivas leis são: LEI 18.722. *Diario Oficial*. Santiago: 1º de julho de 1988. (Metrô de Santiago); LEI 18.773. *Diario Oficial*. Santiago: 28 de janeiro de 1989. (Empresa Marítima do Estado-EMPREMAR); LEI 18.777. *Diario Oficial*. Santiago: 8 de fevereiro de 1989 ( Empresa Metropolitana de Obras Sanitárias-EMOS e Empresa de Obras Sanitárias de Valparaíso-ESVAL). LEI 18.902. *Diario Oficial*: 27 de janeiro de 1990. ( Superintendencia de Servicios Sanitarios); LEI 18.933. *Diario Oficial*. Santiago: 9 de março de 1990. (Instituto de Salud Publica de Chile/Fondo Nacional de Salud-ISAPRES).

<sup>563</sup> LEI 18.818. *Diario Oficial*. Santiago: 1º de agosto de 1989.

<sup>564</sup> LEI 18.892. *Diario Oficial*. Santiago: 23 de dezembro de 1989.

<sup>565</sup> LEI 18.853. *Diario Oficial*. Santiago: 24 de novembro de 1989.

<sup>566</sup> LEI 18.840. *Diario Oficial*. Santiago: 10 de outubro de 1989.

1989 para nomear os membros desse conselho. Tal acordo assentou as bases do funcionamento autônomo do Banco Central apesar das divergências no interior da oposição.<sup>567</sup>

A *Concertación* sempre demonstrou a sua desconfiança e algumas vezes rejeição em relação a essas medidas jurídicas que consolidaram o projeto neoliberal chileno. Criticaram tanto os processos de privatização após o plebiscito de 1988<sup>568</sup>, quanto a as disposições da lei orgânica do Banco Central.<sup>569</sup> Contudo, a questão central para a *Concertación* e o futuro governo de Aylwin era tratar dos bons desempenhos econômicos alcançados pelo governo de Pinochet. Além disso, no *Programa de Gobierno* lançado na candidatura de Aylwin em 1989, as propostas econômicas tinham como foco principal novas políticas públicas para conter a pobreza, assim como o propósito de promover uma reforma tributária e maior distribuição de renda, não tocando nas questões mais técnicas como a própria função e ação do Banco Central.<sup>570</sup>

Outro elemento importante é a convergência dos partidos que compunham a *Concertación* sobre a aceitação da economia capitalista, em especial, à estrutura macroeconômica neoliberal. Edgardo Boeninger afirma que este foi o principal consenso entre os partidos de centro-esquerda que compuseram a coalizão do primeiro governo democrático. Conforme o autor:

“El proceso descrito se sustentó en un hecho fundamental, condición necesaria para una democracia estable: me refiero a la convergencia ideológica producida en el país, tanto en lo que respecta al compromiso político con la democracia como en relación al establecimiento de una economía de mercado con predominio de la empresa privada como base del orden económico.”<sup>571</sup>

---

<sup>567</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit p. 83. Segundo o acordo entre governo e oposição, a nomeação dos membros do Conselho do Banco Central foi estabelecida conforme os seguintes critérios: Dois membros indicados pelo governo (general Enrique Seguel e Antonio Serrano); dois membros indicados pela *Concertación* (Roberto Zahler e Juan Eduardo Herrera), e um membro independente (Andrés Bianchi-subsecretário geral da CEPAL).

<sup>568</sup> “Andrés Sanfuentes: Privatización busca atar manos al gobierno democrático”. *La Epoca*. Santiago: 6 de novembro de 1988.

<sup>569</sup> “Gobierno actual controlará su Consejo por diez años: Polémica es la nueva ley del Banco Central.” *La Época*. Santiago: 13 de novembro de 1988.

<sup>570</sup> PROGRAMA DE GOBIERNO – CONCERTACIÓN DE LOS PARTIDOS POR LA DEMOCRACIA. “Bases programáticas económico-sociales”. p. 11.

<sup>571</sup> BOENINGER, Edgardo. op. cit. p. 371.

Essa “convergencia ideológica” tanto no que se refere à democracia quanto em relação à economia de mercado, para Boeninger, foi uma importante ruptura política chilena no século XX, especialmente em relação aos projetos globais entre 1965 e 1989. Entretanto, esse consenso esbarrava na reprodução de práticas e instituições aos moldes da institucionalidade autoritária, o que se tornou o maior dilema da *Concertación* no período democrático: manter a democracia com o modelo econômico gestado na ditadura. Com isso, a *Concertación* foi acusada de “naturalizar” o modelo neoliberal, caracterizado como o principal enclave econômico da transição democrática.<sup>572</sup>

Os enclaves citados tornaram-se os maiores debates políticos ao longo dos governos da *Concertación* entre 1990 e 2010.<sup>573</sup> Contudo, apesar das divergências teóricas e analíticas, autores como Garretón, Moulián ou Mendoza convergem no diagnóstico de que a existência dos enclaves autoritários, em pleno período democrático, permite afirmar, na visão dos autores, que a transição chilena ainda seria um processo em conclusão.<sup>574</sup> Todavia, devemos ter em mente que a transição chilena foi além do *transformismo* de Moulián, Reconhecer os enclaves não pode nos impedir de reconhecer que a meta que orientou os distintos atores comprometidos com o fim da ditadura foi a conquista da democracia.

Após anos de luta da oposição democrática, a posse do novo presidente Patricio Aylwin no dia 11 de março de 1990 no Chile confirmou a chegada da democracia, embora o próprio Aylwin reconheça que seu mandato seria de um governo de transição. O retorno das eleições livres, a separação dos poderes do Estado, o papel de mediação e representação dos partidos políticos, e a restauração das liberdades civis e políticas confirmaram, institucionalmente, que o Chile já estava em democracia. Somado a esse fator, o próprio espírito democrático, manifestado ao longo de anos de manifestações e pleitos eleitorais, confirmou o desejo de grandes parcelas da sociedade pela

---

<sup>572</sup> Vale ressaltar que Boeninger não considera os dissensos em relação a esse projeto político e econômico, representando especificamente pelo Partido Comunista. O sociólogo Tomás Moulian analisa negativamente que: “La transición há significado no solo la profundización y consolidación de la sociedad neoliberal, mediante su matrimonio con la democracia electoral. También ha significado la legitimación de la ideología neoliberal. ¿Eso significa que la Concertación es una continuidad de la dictadura? No, en el terreno del discurso político y de la organización del poder ambas son muy distintas. Pero se diferencian muy poco en el campo de las políticas económico sociales. Al aceptar como dado y como necesario el capitalismo neoliberal la Concertación ha contribuido a la empresa de su naturalización.” MOULIAN, Tomás. *De la política letrada a la política analfabeta. La crisis de la política en Chile actual y el “lavinismo”*. Santiago: LOM, 2004. p. 24.

<sup>573</sup> Mandatos presidenciais da *Concertación*: 1990-1994 Patricio Aylwin Azócar; 1994-2000 Eduardo Frei Ruyz-Tagle; 2000-2006 Ricardo Lagos Escobar; 2006-2010 Michele Bachelet Jeria.

<sup>574</sup> MENDOZA, Justo Tovar. op. cit. p. 41.

redemocratização. Dessa forma, devemos qualificar uma transição menos pelo arranjo do sistema democrático e a existência de enclaves e mais por seu êxito em garantir o Estado de direito e a possibilidade da liberdade.



## CONCLUSÃO

No ano de 1998, a detenção do general Pinochet em Londres, indiciado pelo crime contra os direitos humanos na mais alta corte mundial, o *Tribunal de Haia*, reascendeu o debate sobre como a ditadura ainda se fazia presente no cenário democrático chileno. Além disso, naquele período Pinochet ainda figurava como uma das personalidades políticas mais conhecidas e importantes do país, às vésperas de deixar o cargo de comandante-chefe do Exército, e assumir o seu mandato como senador vitalício. O imbróglio internacional da detenção do general, e os subsequentes conflitos diplomáticos derivados desse episódio, gerou a retomada da discussão sobre as heranças e o peso da ditadura mesmo após oito anos da posse do primeiro governo democrático no dia 11 de março de 1990.

Posteriormente, com as celebrações do *Bicentenário da Independência do Chile* em 2010, mais uma vez se retomou essa discussão. Nesse período, surgiram várias críticas aos vinte anos de governo da *Concertación*, que se tornou a principal coalizão política no comando do país, elegendo até então quatro presidentes da República consecutivamente. Contudo, muito se criticou sobre as heranças do autoritarismo, conhecidas como *enclaves autoritários*. Nessa data comemorativa o sociólogo Manuel Antônio Garretón fez um diagnóstico no qual o Chile carecia de um projeto histórico, deficiência essa fruto do projeto ditatorial que, após a transição à democracia em 1990, impôs a vigência de uma época *pós-pinochetista* cunhada por “enclaves autoritários”, e que enquanto não superados, continuariam a impedir uma real democratização política do país.<sup>575</sup>

O que mais nos chama a atenção no processo de transição democrática que tratamos neste trabalho é dificuldade em apontar consensos, principalmente no que tange a definição dos marcos cronológicos. Se para a maior parte dos autores o plebiscito de 1988 foi o episódio que inaugurou o início do fim da ditadura, o término da transição não é tão bem definido assim. Para alguns, como Garretón<sup>576</sup>, a transição foi concluída em março de 1990 com a posse de Aylwin, apesar desta, segundo o autor,

---

<sup>575</sup> GARRETÓN, Manuel Antônio. *Política y sociedad en Chile. Una mirada desde el Bicentenario*. 2008. Disponível em: [manuelantonioagarretón.cl/documentos/elchiledebicent29\\_07\\_08.pdf](http://manuelantonioagarretón.cl/documentos/elchiledebicent29_07_08.pdf).

<sup>576</sup> GARRETÓN, Manuel Antonio. “Balance y perspectivas de la democratización política chilena”. in: CARRIÓN, Amparo Menéndez y JOIGNANT, Alfredo (orgs.) *La Caja de Pandora*. Santiago: Editorial Planeta, 1999. p. 58-59.

não garantir uma real democratização. Para outros, como Moulian<sup>577</sup>, ainda não terminou devido as continuidades institucionais como a própria Constituição de 1980 e o modelo neoliberal. Há, inclusive, os que defendem que a transição chegou ao fim apenas no dia 16 de outubro de 1998, como no trabalho de Álvaro Soto.<sup>578</sup> E por fim, por parte dos defensores da ditadura, como o próprio ex-ministro do Interior Sergio Fernández e as lideranças do movimento *gremialista*, atestam ser o início da transição a promulgação da Constituição de 1980, sendo a democracia o principal legado do governo das Forças Armadas.

Esse debate sobre os marcos da transição é resultado da natureza do processo histórico inserido na *história do tempo presente*, e por isso, suscetível às variações dos embates políticos e de construção da memória. Um dos pontos fundamentais do projeto político da ditadura, e presente nos discursos de Pinochet ao curso dos dezessete anos de seu governo, foi a construção de uma *memória coletiva* na qual a ideia do passado prévio ao golpe era marcada pelo caos. Através dessa associação, o governo de Pinochet apresentava-se como uma alternativa, promovendo o retorno da ordem econômica e da estabilidade política. Assim sendo, uma das questões fundamentais da ditadura civil-militar chilena é que essa elaboração da ideia de um passado também foi elemento integrante do projeto político autoritário. Desse modo, tanto o projeto do governo como a transição constituíram-se através de uma questão de memória.

As variações dos marcos da transição chilena estão relacionadas ao lugar de fala de cada ator político. Se para os que compartilham os valores da direita a democracia foi o grande legado da transição organizada pelos militares, para os que ocupam o outro extremo, a esquerda, afirmam que essa transição foi marcada pela derrota do movimento popular na década de 1980 que impôs esse modelo de abertura política vindo do Estado. Sendo assim, visamos neste trabalho a compreensão do complexo e difícil caminho da democracia no Chile. Como afirmamos anteriormente, a peculiaridade do processo chileno é que a transição foi pensada pela própria ditadura, tornando-se, dessa forma, parte integrante do projeto autoritário. Além da construção de uma narrativa histórica que associava o caos criado pela *Unidad Popular* à legitimidade histórica das Forças Armadas e de Ordem, a ditadura constitucionalista de Pinochet e da Junta de Governo construiu um amplo e importante arcabouço jurídico-constitucional que não respondiam

---

<sup>577</sup> MOULIAN, Tomás. *De la política letrada a la política analfabeta: La crisis de la política en el Chile actual y el "lavinismo"*. Santiago: LOM, 2004. p. 21.

<sup>578</sup> SOTO, Álvaro. "La larga sobra del dictador". *Stockholm Review of Latin American Studies*. n. 5, setembro de 2009. Disponível em: [www.lai.su.se](http://www.lai.su.se).

apenas à experiência socialista, mas, e principalmente, às lacunas de institucionalidade presentes na Constituição de 1925. O seu discurso como um governo modernizador, atrelado à uma institucionalidade traçada constitucionalmente, tornou-se uma das razões que nos permitem compreender o longo alcance das mudanças políticas implementadas entre 1973 e 1990.

Ao projeto político autoritário, somamos o importante respaldo social conferido ao governo de Pinochet, e manifestado não só no momento do golpe, mas, e principalmente, até o fim do regime confirmado com a porcentagem de 40% dos votos dada ao general em 1988 e ao respaldo eleitoral conferido aos partidos de direita, UDI e *Renovación Nacional*, nas eleições de 1989. Constatar essa divisão da sociedade chilena em relação ao projeto autoritário também é outro fator que nos auxilia a compreensão do modo da transição democrática.

O apoio ao regime nem sempre foi manifestado por consensos no interior do bloco autoritário. Assim como qualquer governo, a ditadura chilena esteve pressionada por distintas conjunturas políticas e pelas disputas entre os diversos grupos que a compunham desde a formação do projeto político nos anos 1970, demandando, por sua vez, retomadas de posição que custaram mudanças internas significativas, inclinando-se ora para uma estratégia de abertura política, ora pelo encerramento dos canais de diálogo. Assim aconteceu não só entre os ministros nomeados por Pinochet, mas no interior da própria Junta de Governo, embates estes que determinaram o curso do governo e a identificação, e personalização, do projeto de *democracia protegida* do grupo *neoliberal-gremialista* na figura de Pinochet.

Todavia, mesmo com toda a organização da transição traçada no cronograma do governo, o processo histórico da transição chilena distanciou-se significativamente do projeto autoritário da Constituição de 1980. Essa constatação só é possível quando identificamos os distintos movimentos sociais que lutaram durante toda a década de 1980 para derrubar a ditadura. Ainda que o regime muitas vezes tenha recuado nas suas propostas de abertura, a tomada das ruas a partir das *Jornadas de Protestas* em 1983 e a retomada de canais de diálogo e participação política foram fundamentais para reformular a agenda política da redemocratização. Por isso priorizamos identificar e compreender os principais movimentos sociais que pressionaram a ditadura “de baixo”, ou seja, os protestos, a busca por consensos partidários, os distintos acordos nacionais, e as várias modalidades de ação que possibilitaram a modificação do projeto ditatorial. Identificar esses movimentos torna-se fundamental para não corroborarmos a tese que a

transição chilena foi controlada completamente pelos militares e na qual os partidos políticos apenas aceitaram o plebiscito de 1988 como estratégia única de saída pactuada com o regime autoritário.

Nesse intuito, e reconhecendo a importância política do plebiscito de 1988, acreditamos ser necessário conectar o “5 de outubro de 1988” e o *No* a Pinochet aos demais movimentos políticos presentes nas ruas desde o início da década de 1980, assim como inseri-lo no contexto de um governo que não aceitava romper com seu calendário político, e que por isso, a escolha em participar do ato eleitoral organizado pela ditadura, conferiu a singularidade pactuada da transição chilena.

Contudo, a perspectiva dos pactos, embora presente ao longo dos movimentos partidários do período, também foi acompanhada por propostas que defendiam outra fórmula de saída do governo autoritário. Devemos considerar que todos aqueles que pertenciam ao espectro partidário oposicionista, até 1987, acreditavam ser possível uma transição democrática pela via da ruptura ou do encurtamento do calendário do regime. A dinâmica das ruas, e a resposta do governo, somados a todas as outras contingências políticas do período, criaram condições e previsões nas quais os principais atores políticos foram adotando a perspectiva dos pactos, desembocando no plebiscito de 1988.

Para entender a natureza desses pactos, é preciso, todavia, irmos além de 1988 e verificarmos as mais importantes reformas políticas que tornaram possível um governo democrático: a reforma constitucional de 1989. Se o plebiscito de 1988 por si só não garantiu a desmontagem do projeto de *democracia protegida*, mas apenas potencializou seu desmantelamento, foi o diálogo estabelecido entre a maioria dos partidos políticos sobre o tema das reformas constitucionais que permitiu que o Chile iniciasse um período democrático e de retorno do Estado de direito.

As reformas Constitucionais da transição chilena foi mais uma demanda que a ditadura teve de incorporar na sua agenda. Além disso, o contexto dessas reformas permitiu a construção de um importante pacto político entre a *Concertación* e a *Renovación Nacional*, pacto esse que se tornou a base da governabilidade do período democrático através das disposições desses partidos em estabelecer as negociações típicas da democracia, apesar de suas perspectivas ideológicas serem opostas.

Paralelo a essas importantes reformas, o projeto autoritário tentou resguardar-se através de instituições e prerrogativas que visavam dificultar o futuro governo democrático e até mesmo a *justiça de transição* possível no governo de Patricio Aylwin.

Esses elementos, conhecidos como *enclaves autoritários*, típicos em todos os processos de transição, marcaram profundamente a transição chilena.

A existência desses enclaves não se trata apenas do resultado dos pactos da transição, mas também a maneira como a sociedade buscou lidar com o projeto político da ditadura civil-militar. O projeto de *democracia protegida*, embora desmantelado em sua maior parte com as reformas constitucionais de 1989, possuía no seu discurso fundacional a necessidade de uma democracia que impedisse o caos político e econômico caracterizados pelos militares como resultado do governo socialista de Salvador Allende. A memória elaborada e construída do período da *Unidad Popular*, elemento fundacional do regime autoritário, se materializou em instituições que evitassem o “retorno do caos”, sendo a Constituição de 1980 a maior de todas.

Esses enclaves garantiram algumas continuidades do projeto ditatorial, como as fórmulas políticas e eleitorais do sistema binominal, do senado vitalício, e a permanência de Pinochet como comandante - chefe do Exército. Além disso, a manutenção das prerrogativas militares, da reorganização da Corte Suprema às vésperas do fim do governo, e a própria estrutura administrativa demonstram o peso desses enclaves. Podemos apontar também a manutenção do modelo neoliberal e da legislação trabalhista.

Com o intuito de promover grandes transformações, o modelo neoliberal estabeleceu novas formas de relação entre Estado e sociedade. Contudo, mesmo buscando construir uma concepção de liberdade no mercado, a ditadura chilena, não conseguiu modificar a importante função dos partidos políticos na organização e na mediação das demandas sociais. Os partidos políticos, mesmo que agora sob uma nova configuração eleitoral e representativa, substituindo o esquema dos “terços políticos”, uma das principais tradições do sistema político chileno, mantiveram-se como os principais atores do processo de redemocratização.

Outro fator a ser considerado é a retomada dos espaços políticos nos sindicatos, órgãos profissionais, confederações estudantis, associação de vizinhos, ou seja, de um amplo processo de redemocratização o qual o governo de Pinochet e da Junta não conseguiu conter. Dessa forma, constatamos o quanto o projeto de *democracia protegida* foi detido pela oposição democrática e impôs uma reorganização das prioridades em relação aos acordos políticos.

Pensar as rupturas e as continuidades do projeto da ditadura civil-militar no Chile demanda rever a natureza e as condições dos pactos políticos. O caso chileno foi

caracterizado pela fórmula do plebiscito de 1988 na qual a oposição avançou dentro do quadro legal-institucional do regime. Ao mesmo tempo, essa oposição travou um intenso embate com as forças pró-regime e os interesses fundamentais da coalizão autoritária.<sup>579</sup> Desse embate, o retorno da democracia foi resultante de muitas pressões sociais para impedir uma *Constituição* aos moldes de 1980. A transição chilena confirma essa Carta, mas com modificações suficientes que impedissem a total vitória do projeto de *democracia protegida* e de um regime baseado no pluralismo limitado. Apesar dos enclaves, a transição garantiu a construção de novos caminhos, democráticos, para atender as distintas demandas sociais após dezessete anos de autoritarismo.

Precisamos compreender como ocorrem as mudanças e como algumas estruturas continuam para podermos identificar a maneira como as sociedades lidaram, e ainda lidam, com seus passados sobre esses regimes. Uma questão importante que toca nesse ponto é o caso das anistias, ou autoanistias, que, em sua maioria, confirmam o desejo de manter as Forças Armadas imunes às denúncias dos casos de violação aos direitos humanos. Outra questão são os nomes das ruas, praças, lugares de rememoração, marcados pelas glórias e/ou êxitos do período militar. Por isso, analisar o caso chileno nos incita a precisar os matizes do *Sí* e do *No* a Pinochet. Contudo, a alegria já veio... e a democracia venceu.

---

<sup>579</sup> QUINALHA, Renan Honório. op. cit. p. 83.

## FONTES

### **1)Jornais:**

*El Mercurio* (1987-1990)

*Fortín Mapocho* (1988)

*La Época* (1987-1990)

*La Nación* (1988)

### **2) Revistas:**

*Análisis* (1979-1990)

*Apsi* (1980-1989)

*Cauce* (1983-1989)

*Hechos Urbanos* (1987)

*Realidad* (1979-1982)

### **3)Entrevistas:**

Disponíveis no CIDOC- Centro de Documentación y de Investigación de Chile Contemporáneo-Universidad Finis Terrae.

- Carlos Cáceres, ex-ministro do Interior
- Francisco Bulnes
- Sergio Fernández, ex- ministro do Interior

### **4) Sites:**

*Biblioteca del Congreso Nacional de Chile: [www.bcn.cl](http://www.bcn.cl)*

*Biblioteca Nacional de Chile: [www.bndechile.cl](http://www.bndechile.cl)*

*Memoria Chilena: [www.memoriachilena.cl](http://www.memoriachilena.cl)*

*Museo de Prensa: [www.museodeprensa.cl](http://www.museodeprensa.cl)*

## BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. in: *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a 34.
- ABREU, Alzira Alves de (org.). *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- AGENCIA DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL DE CHILE. *Transición Democrática y Gobernabilidad*, Santiago: 1997.
- AGGIO, Alberto. O labirinto da transição e o enigma da Democracia na América Latina. *Presença*. n.18, jun.1982.
- \_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 1.ed. São Paulo: UNESP, 1993.
- \_\_\_\_\_. A política chilena: uma história de modelos e experiência. *Coleção Documentos*. n.27, IEA: USP, out.1996.
- \_\_\_\_\_. *A Frente Popular no Chile: história e historiografia*. São Paulo, 1996, 250p. Tese de Doutorado (FFLCH – Universidade de São Paulo).
- \_\_\_\_\_. A revolução, seu mito e a democracia. *Novos Rumos*. São Paulo, v.5, 1991, p.43-48.
- \_\_\_\_\_. “O Chile de Lagos: o desafio de um novo curso democrático” in: *Estudos de Sociologia* n° 23 São Paulo 2000. p. 12.
- AGÜERO, Felipe. La autonomía de las Fuerzas Armadas. in: GAZMURI, J. (ed.). *Chile en lo umbral de los noventa*. Santiago: Planeta, 1988.
- ALVAYAY, Rodrigo. Estrategia del gobierno militar y la revalorización de la Democracia. *Opciones*. Revista del Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea, n.13, jan./abr.1988, p.135-148.
- ANDRADE, Carlos. *Reforma de la Constitución Política de la República de Chile*. Santiago: Jurídica de Chile, 1991.
- ANGELL, Alan. O apoio internacional à transição para Democracia na América Latina. *Lua Nova*. n.21, set./out.1990, p.87-104.
- ARAVENA, Francisco Rojas. “Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997”. in: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 40, n. 2, 1997. pp. 49-75.
- ARRIAGADA, Genaro. *Por la razón o la fuerza. Chile bajo Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 1998.
- \_\_\_\_\_. Después de los presidencialismos...? que? in: GODÓY, Oscar (ed.). *Cambio del régimen político*. Santiago: Ediciones de la Universidad Católica de Chile, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Negociación política y movilización social: la crítica de las protestas*. Saniago: CED, n.162, 1987.
- AYLWIN, Patricio. *El reencuentro de los democratas*. Santiago: Editora B., 1998.
- BAEZA, Mario Fernández. “Reformas políticas para la calidade democrática. El caso de Chile”. in: *Reformas políticas en América Latina*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer- Stiftung, 2004.
- BENAVENTE, Andrés; ARAYA, Eduardo. *La derecha politica chilena y el régimen militar 1973-1981*. Santiago: scp., 1981.
- BENGOA, José. Reconciliación y impunidad: los derechos humanos en la transición democratica. *Proposiciones*, n.25, p.52-62, 1994.



- BOENINGER, Edgardo. *Democracia en Chile. Lecciones para la Gobernabilidad*. Santiago: Andrés Bello, 1997.
- MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador. Memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010
- BRENAN, Geoffrey e BUCHANAN, James. *La razón de las normas*. Barcelona: Folio, 1987.
- CÁCERES, Gonzalo. Revisitando o projeto neoliberal: Chile 1956-1980. *História*. v.13, p.1-264, 1994.
- CALDERÓN, Fernando. *Movimientos sociales y a política: la década de los ochenta en Latinoamérica*. Espanha: Siglo Veinteuno, 1995.
- CAÑAS, Enrique. *Proceso Político en Chile 1973-1990*. Santiago: Andrés Bello, 1997.
- CAVALLO, Ascanio. *Los hombres de la transición*. Santiago: Grijalbo, 1992.
- \_\_\_\_\_, SALAZAR, Manuel e SEPÚLVEDA, Oscar. *La historia oculta del régimen militar. Memoria de una época*. Santiago: Grijalbo, 1997.
- CIEPLAN. *Democracia en Chile. Doce Conferencias*, Santiago: 1986.
- COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CORREA, Sofía. et. al. "La eterna transición". in: *Historia Del siglo XX chileno*. Santiago: Sudamericana, 2001. p. 321.
- CRUZ, Rafael Larraín. (org.). *Fallos del Tribunal Constitucional pronunciados entre el 23 de diciembre de 1985 y el 23 de junio de 1992*. Santiago: Jurídica de Chile, 1993.
- D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DRAKE, Paul; JAKSIC, Invan (ed.). *El difícil camino hacia democracia en Chile (1982-1990)*. Santiago: Flacso, 1993.
- DÍAZ, Alvaro. Estructuras y movimientos sociales: la experiencia chilena entre 1983-1993. *Proposiciones*, n.22, 1993.
- FERNÁNDEZ, Sergio. *Mi lucha por la democracia*. Santiago: Los Andes, 1994.
- FLISFISCH, Angel. *La política como compromiso democrático*. Santiago: Flacso, 1987.
- \_\_\_\_\_. La gestión estrategia de un proceso de transición y consolidación: el caso chileno. *Proposiciones*. n.25, p.20-33, 1984.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Mobilizações sociais e ditadura: a influência das protestas na transição chilena (1973-1989)*. Tese de doutorado pela UNESP. Franca – São Paulo, 1997.
- FREI, Eugenio Ortega. *Historia de una alianza*. Santiago: CED/CESOC, 1992.
- FRENCH-DAVIES, Ricardo. Desarrollo económico y equidad en Chile: herencias y desafíos en el retorno a la democracia. *Colección Estudios*. Santiago: CIEPLAN, n.31, 1991.
- \_\_\_\_\_; MUÑOZ, Oscar. Desarrollo económico, inestabilidad y desequilibrios políticos en Chile. *Colección Estudios*. Santiago, n.28, 1990.
- GARCÉS, Mario. Movimiento popular y Democratización: el caso chileno. *Revista Casa das Américas*. v.31, n.183, abr./jun. 1991.
- GARCÍA, Ricardo. Cantar de Nuevo. *Cuadernos Hispanoamericanos*. n° 482-83, ago/set., 1990.

- GARRETÓN, M. Antonio. La oposición política al régimen militar. in: *Hacia una nova era política*. Estudio sobre las democratizaciones. Santiago: FCE, 1995.
- \_\_\_\_\_. Cultura política y política cultural. in: GARRETÓN, M.A., SOMUSKI, S.; SUBERCDSEAU, B. *Cultura, autoritarismo y redemocratización en Chile*. Santiago: FCE, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Coaliciones políticas y proceso de democratización: el caso chileno*. Santiago: Flacso, DT. 22, 1992.
- \_\_\_\_\_. Redemocratización política en Chile. transición, inauguración y revolución. *Estudios Públicos*, n.42, 1991.
- \_\_\_\_\_. Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile. *Lua Nova*, n.16, mar.1989.
- \_\_\_\_\_. La posibilidad democrática en Chile. *Cuadernos de Difusión*. Santiago: Flacso, 1989.
- \_\_\_\_\_. Las complejidades de la transición invisible: movilizaciones populares y régimen militar en Chile. *Proposiciones*, n.14, 1987.
- \_\_\_\_\_. *En busca de la Democracia perdida*. Santiago: Flacso, DT.236, 1985.
- \_\_\_\_\_. La redemocratización política en Chile. *Estudios Públicos*, Santiago, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Política y sociedad en Chile. Una mirada desde el Bicentenario*. 2008. Disponible em: [manuelantoniogarreton.cl/documentos/elchiledebicent29\\_07\\_08.pdf](http://manuelantoniogarreton.cl/documentos/elchiledebicent29_07_08.pdf).
- GEISSE, Francisco e GUMUCIO, Rafael. *Elecciones libres y plebiscito. El desafío democrático*. Santiago: Ediciones Chile y América, 1987.
- GONZÁLEZ, Carolina García. “El peso de la memoria en los inicios de la transición a la democracia en Chile (1987-1988)”. in: *História*, n. 39, vol. 2. Santiago: julho-dezembro ,2006.
- HUNEEUS, Carlos. *El Régimen de Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana Chilena, 2001.
- \_\_\_\_\_. “La autodisolución de la ‘Democracia Protegida’ em Chile.” in: *Revista Ciencia política*. vol. XIX. Santiago, 1997. pp. 61-86.
- \_\_\_\_\_. La inauguración de la Democracia en Chile. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v.8, n.1, 1986.
- \_\_\_\_\_. La política de apertura y sus implicancias para la inauguración de la Democracia en Chile. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v.7, n.1, 1985.
- JADRESIC, Esteban. Inflación y políticas de estabilización en Chile: las experiencias de los setenta y ochenta. *Apuntes*. CIEPLAN, n.79, 1989.
- LAVÍN, J. *Chile: la revolución silenciosa*. Santiago: Zig-Zag, 1987.
- LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia: subjetividad y política*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. *El sistema de partidos en Chile: una continuidad problemática*. Santiago: Flacso, DT 249, 1985.
- LOPEZ, Luis. La población. in: *La Derrota de las Armas*. Buenos Aires: Grupo Zeta SA, 1989.
- \_\_\_\_\_. Referencias. in: *La Derrota de las Armas*. Buenos Aires: Grupo Zeta SA, 1989.
- MARTINEZ, Javier. Cuatro falacias sobre la transformación chilena. *Proposiciones*, n.25, Santiago: SUR, 1994.
- \_\_\_\_\_; LEÓN, Arturo. *Clases y clasificaciones sociales: investigación sobre la estructura social chilena, 1970-1983*. CED/SUR, Santiago, 1987.

- MATHIAS, Suzeley K. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Editora Papirus, 1995.
- \_\_\_\_\_. Ernesto Geisel e a distensão projeto militar e discurso político. *História*, n.14, 1995.
- \_\_\_\_\_. Militares e transição pactada. *Boletim do CELA: FHDSS*, v.6, n.4, 1994.
- MELLER, Patricio. *Un siglo de economía política chilena (1890 –1990)*. Santiago: Andrés Bello, 1996.
- MENDOZA, Justo Tovar. “La negociacion de la transicion democratica en Chile (1983-1989)”. in: *Estudio de caso n° 42 para obter o grau de mestre em gestão de políticas públicas da Universidad de Chile*. Santiago: outubro 1999.
- MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. in: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, I.A.G. (org). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOULIAN, Tomás. *De la política letrada a la política analfabeta: La crisis de la política en el Chile actual y el “lavinismo”*. Santiago: LOM, 2004. p. 21.
- \_\_\_\_\_. Chile: las condiciones de la democracia. *Nueva Sociedad*, n.140, Caracas, nov.dec.1995.
- \_\_\_\_\_. Limitaciones de la transición a la democracia en Chile. *Proposiciones*, n.25, 1994.
- \_\_\_\_\_. Una victoria tática y una derrota estratégica. *FORO 2000*, n.10, Santiago, 1994.
- \_\_\_\_\_. *La forja de ilusiones: el sistema de partidos (1932-1973)*. Santiago: Flacso, 1993.
- \_\_\_\_\_. *El Gobierno Militar: modernización y revolución*. Santiago: Flacso, DT 23, 1992.
- \_\_\_\_\_; DUJISIN, Isabel. *La reorganización de los partidos de derecha entre 1983-1988*. Santiago: Flacso, DT 388, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Chile Actual: anatomía de un mito*. Santiago: Arcis, 1997.
- MOURA, Alexandrina Sobreira de. *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo: Vértice – Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1989.
- MUNCK, Gerardo L. e LEFF, Carol Skalnik. “Modos de transição em perspectiva comparada”. in: *Lua Nova*, n.40/41, 1997.
- MUÑOZ, Oscar. *Los inesperados caminos de la modernización económica*. Santiago: Santiago, 1995.
- O’DONNELL, G., SCHMITTER, K. e WHITEHEAD, L. (orgs.). *Transitions from Authoritarian rule: prospects for democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- OTANO, Rafael *Cronica de la transición*. Santiago: Planeta, 1995.
- OTTMANN, Götz. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. *Novos Estudos*, n.41, mar/1995.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social” in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992. P.202.
- POLITZER, Patricia. *La ira de Pedro y los otros*. Santiago: Planeta, 1988.
- PRZEWORSKI, Adam. “Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia?”. In: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- QUADRAT, Samantha Viz e ROLLEMBERG, Denise (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- QUIERO, Gonzalo Cáceres. “El claroscuro de la memoria colectiva en el Chile de los noventa: de la inducción al olvido a la primavera de los recuerdos”. in: *Centro de estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile*. 2005. Disponível em: [http://www.archivochile.com/Ceme/recup\\_memoria/cemememo0015.pdf](http://www.archivochile.com/Ceme/recup_memoria/cemememo0015.pdf).
- . QUINALHA, Renán Onório. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013
- REIS, Fabio Wanderley. Para pensar transições. *Novos Estudos/CEBRAP*, n.30, jul./1991.
- ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. in: *História*.n.15, p.27-39, 1996.
- SADER, Emir. *Democracia e ditadura no Chile*. Brasiliense: São Paulo, 1984.
- SALAZAR, Gabriel. *Violencia política popular en las grandes alamedas: Santiago do Chile 1947-1987*. Santiago: SUR, 1990.
- \_\_\_\_\_. “Historiografía y dictadura en Chile (1973-1990): búsqueda, identidad y dispersión”. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Instituto de Cooperación Ibero-Americana, n° 482-483, ago/set., 1990.
- \_\_\_\_\_. “Construcción de Estado en Chile: la historia reversa de la ilegitimidad”. *Proposiciones*, n.24, 1994.
- SCULLY, T.R. *Los partidos de centro y la evolución política chilena*. Santiago: CIEPLAN, 1992.
- SMITH, W.C. Reestruturação neoliberal e cenários de consolidação democrática na América Latina. *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v.36, n.2, 1993, p.p.209-231.
- SOMARRIVA, Eugenio Valenzuela (org.). *Repertorio de jurisprudência del Tribunal Constitucional – 11 de março de 1981 a 10 de março de 1989*. Santiago: Jurídica de Chile, 1989.
- SOTO, Álvaro. “La larga sombra del dictador”. *Stockholm Review of Latin American Studies*. n. 5, setembro de 2009. Disponível em: [www.lai.su.se](http://www.lai.su.se).
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TIRONI, Eugenio. *El liberalismo real*. Santiago: SUR, 1986.
- \_\_\_\_\_; MARTINEZ, Javier. “La estratificación social en Chile”. *Pensamento Iberoamericano*, n.6, jul.set.1984.
- \_\_\_\_\_. *Los silencios de la revolución*. Santiago: Ed. Puerta Abierta, 1988.
- \_\_\_\_\_. *La invisible victoria*. Santiago: SUR, 1990.
- \_\_\_\_\_. “La acción colectiva de obreros y pobladores”. in: GAZMURI, J. (ed.). *Chile en lo umbral de los noventa*. Santiago: Planeta, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Cultura y comunicaciones en una época de transición. (Chile 1990-1994)”. *Proposiciones*. n.25, 1994.
- TORRAINE, Alan. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1989.
- UGARTE, Augusto Pinochet. *Principales discursos del Comandante en Jefe del Ejército*. Santiago: Geniart, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Transición y consolidación democrática: 1984-1989*. Santiago: CESP-Lord Cochrane, 1989.
- VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile*. Santiago: Flacso, 1986.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Transição: da Constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989 (Série Pensamento Brasileiro).

- VIDAL, Hernán. "Trayectoria del Frente Patriótico Manuel Rodríguez". in: VIDAL, Hernán. *Frente Patriótico Manuel Rodríguez: El tabu del conflicto armado en Chile*. Santiago: Editorial Mosquito, 1985.
- VITULLO, Gabriel E. "Transitología, Consolidología e democracia na América Latina: uma revisão crítica." in: *Revista de sociologia e política*. n. 17, Curitiba, novembro de 2001. pp. 53-60.
- WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Incertezas da transição na América Latina". *Lua Nova*, n.16, p.05-45, mar.1989.
- \_\_\_\_\_. "Novas democracias. Quais democracias?" in: *Qual Democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p.85-104.
- \_\_\_\_\_. "A América Errada (notas sobre a democracia e a modernidade na América Latina em crise)". *Lua Nova*, n.21, p.05-40, set.1990.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Editora Ática, v.1-2, 1989.
- WILDE, Alexander. "Irruptions of memory: expressive politics in Chile's transition to democracy". *Journal of Latin American Studies* 31, 1999. pp. 473-500.
- WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- \_\_\_\_\_. "The Past is Present: History and Memory in Contemporary Chile". in: *Historicizing the living past in Latin America, 2003*. Disponível em: [http://www.historizarelpasadovivo.cl/en\\_contenido\\_chile.html](http://www.historizarelpasadovivo.cl/en_contenido_chile.html).
- ZALDÍVAR, Andrés. *La transición inconclusa*. Santiago: Los Andes, 1995.
- ZALAQUETT, José. "Derechos humanos y limitaciones políticas en las transiciones democráticas del Cono Sur" in: *Colección de Estudios Cieplan N° 33*. Santiago: 1991.
- ZÁRATE, Verónica et al. *Su revolución contra nuestra revolución. Vol.II. La pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Estatismo y neoliberalismo: un contrapunto militar. Chile:1973-1979". in: *Historia*. Santiago: vol.34, 2001.